



SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO REGIONAL

André de Menezes Gonçalves
Reginaldo Pereira França Júnior
Tatiana Raulino de Sousa
Organização



Universidade Federal
de Campina Grande



CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

André de Menezes Gonçalves
Reginaldo Pereira França Júnior
Tatiana Raulino de Sousa
Organização

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO REGIONAL

 **EDUFCG**
Campina Grande - PB
2022

S491 Serviço Social e questão regional [livro eletrônico] / André de Menezes Gonçalves, Reginaldo Pereira França Júnior, Tatiana Raulino de Sousa (Org.). - Campina Grande: EDUFGG, 2022. 379 p.

E-book (PDF)
ISBN: 978-65-86302-60-8

1. Serviço Social. 2. Questão Regional. 3. Formação Profissional. I. Gonçalves, André de Menezes. II. França Júnior, Reginaldo Pereira. III. Sousa, Tatiana Raulino de. IV. Título.

CDU 36

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA MARIA ANTONIA DE SOUSA CRB 15398

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFGG
editoradaufcg@gmail.com

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho
Reitor

Prof. Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata
Vice-Reitor

Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Milena Carneiro Reis
Revisão

André de Menezes Gonçalves
Capa

Yasmine Lima
Diagramação

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEL)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (GSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

SUMÁRIO

.....

NOTA DA DIREÇÃO DO CCJS 9

JARDEL DE FREITAS SOARES

**HOMENAGEM AO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2010-2022)** 11

PREFÁCIO

**A CIVILIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL E O DESAFIO DA PRODUÇÃO
COLETIVA DO CONHECIMENTO: INTERPELAÇÕES DA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE BRASILEIRO** 15

ALBA MARIA PINHO DE CARVALHO

MAIS QUE DEZ ANOS 29

PARTE I - TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO I

TRABALHO E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 37

REGINALDO FRANÇA

MARCELO SITCOVSKY

RICARDO LARA

CAPÍTULO II

A QUESTÃO SOCIAL: ÚNICA, INDIVISÍVEL E HISTÓRICA 73

MARIA AUGUSTA TAVARES

LARISSA MARTINS DE ALMEIDA

CAPÍTULO III

DESAFIOS À INTERIORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....95

LUCIANA CANTALICE

MARIA APARECIDA NUNES

MARIA CONCEIÇÃO SILVA FÉLIX

CAPÍTULO IV

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: REFLEXÕES COLETIVAS SOBRE OS DESAFIOS E RESISTÊNCIAS DA FORMAÇÃO E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL..... 127

ANDRÉ DE MENEZES GONÇALVES

ANDRÉA PACHECO DE MESQUITA

YOLANDA GUERRA

PARTE II - FORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO V

AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DE ACIRRAMENTO

DA CRISE DO CAPITAL 167

BEATRIZ AUGUSTO DE PAIVA

HENRIQUE ROZENDO

RIVÂNIA MOURA

CAPÍTULO VI

ESTADO CAPITALISTA, RACISMO E PANDEMIA NO BRASIL:

NECROPOLÍTICA COMO SÍNTESE 199

ZELMA MADEIRA

CYNTHIA STUDART ALBUQUERQUE

PATRÍCIA CAVALCANTE

CAPÍTULO VII

POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DOS IMPACTOS DA COVID-19 NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO..... 223

JULIANA E SILVA DE OLIVEIRA

HELMARA GICCELLI FORMIGA WANDERLEY

MARIA DERLEIDE ANDRADE

CAPÍTULO VIII

DIVERSIDADE SEXUAL COMO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE HUMANA: CONTRADIÇÕES, CONQUISTAS E INSUFICIÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS .. 253

LARISSA FERNANDES

SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS

TIBÉRIO OLIVEIRA

PARTE III - NORDESTE E A QUESTÃO REGIONAL

CAPÍTULO IX

“NORDESTINO SIM, NORDESTINADO NÃO”: QUESTÃO REGIONAL, LUTAS DE CLASSES E RESISTÊNCIAS POPULARES NO NORDESTE BRASILEIRO 279

EVELYNE MEDEIROS PEREIRA

MARIA CRISTINA DE QUEIROZ NOBRE

MARIA LÚCIA DURIGUETTO

CAPÍTULO X

O PÉ NO BARRO DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM O POVO CIGANO: SOB A TRÍADE DO TERRITÓRIO, DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL.....311

CIBELLY MICHALANE OLIVEIRA DOS SANTOS COSTA

IRANILDO DA SILVA MARQUES.

LUAN GOMES DOS SANTOS DE OLIVEIRA

CAPÍTULO XI

AS BRUXAS, AS SERTANEJAS E NÓS 341

TATIANA RAULINO

SUAMY SOARES

MIRLA CISNE

AUTORAS E AUTORES 369

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES 371

Nota da Direção do CCJS

.....

O Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (CCJS/UFCG) foi criado pela Resolução nº 23/2009 da Câmara Superior de Ensino (CSE) nos termos do artigo 10, I, do Regimento Geral da UFCG, oriundo do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cuja implantação deu-se a partir do período letivo 2010.1.

Sendo formado por consideráveis servidores e servidoras com alto teor de criticidade, instruindo nas esferas teórica-metodológica, ética-política e técnica-operativa. Trazendo à tona as particularidades econômicas, étnicas, políticas e sociais, perpassando em todos os ditames da alteridade e da promoção humana. Nesta trilha, é indispensável destacar que o Serviço Social com o dilema da questão social perfaz alicerces basilares da sua própria existência, visto que este processo, durante o transcorrer histórico, incrementa inúmeros processos sociohistóricos e teórico-metodológicos.

No tocante à formação profissional, cabe salientar que é marcada pelos arranjos estruturais e conjunturais do seio social capitalista, bem como, pelas organizações oriundas de múltiplas lutas históricas com o fito máximo de assegurar a equidade, promoção e salvaguardar os direitos sociais.

Com relação à formação no Alto Sertão Paraibano, o Curso de Serviço Social do CCJS/UFCG possui duração mínima de 3.000 (três mil) horas de atividades didáticas, correspondentes a 200 (duzentos) créditos, com componentes curriculares obrigatórios,

atividades complementares obrigatórias, a exemplo de estágio curricular supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Além destes eixos, prossegue pelas matérias optativas e atividades complementares flexíveis.

Vale destacar, que mesmo diante de uma crise econômica, política e sanitária que assolou a sociedade mundial nos dias atuais, o Curso de Serviço Social, por meio de suas e seus professores, no ano de 2020, granjeou com galhardia a Pós-Graduação Lato Sensu em Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas, em nível de especialização.

Desta feita, o Serviço Social extrapola as fronteiras do Sertão paraibano, até mesmo, da Região Nordeste. Alavancando, com alto teor de criticidade, as questões econômicas, históricas, políticas e sociais, sobretudo, advindas das contradições do capitalismo nas suas três facetas: comercial, industrial e financeira. É dizer, propiciando a promoção social, elemento fundamental para a conservação do Estado Democrático de Direito.

Dessa forma, para nós da comunidade acadêmica do CCJS/UFGG é com grande alegria e honra que comemoramos uma década de existência do Curso de Serviço Social em nosso Centro, cujo lema, desde seu nascedouro, é a defesa de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. Parabéns a todos que compõem e fizeram parte desta linda trajetória! E que venham outras tantas décadas!

“Um verdadeiro servidor da humanidade não pode pretender resolver questões sociais pelas armas”.
Nagib Anderáos Neto

Dsc. Jardel de Freitas Soares
Diretor do CCJS-UFGG

Homenagem ao Corpo Docente e Técnico-Administrativo do Curso de Serviço Social (2010-2022)

.....

Nesses pouco mais de 10 anos, uma forma de agradecer a todas e todos que passaram pelo Curso de Serviço Social (docentes e técnicos/as administrativos/as) e que contribuíram com a formação profissional de gerações de Assistentes Sociais no Alto Sertão paraibano. Nosso reconhecimento e homenagem:

DOCENTES

Ademir Vilaronga Rios Júnior
Alessandra Renata Geremias
Allison Haley dos Santos
Anderson Nayan Soares de Freitas
André de Menezes Gonçalves
Ane Cristine Hermínio Cunha
Antonio Marcelo Cavalcanti Novaes
Carlos Bezerra de Lima Júnior
Carmen Silva Alves
Cecília Paranhos Santos Marcelino
Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa
Eliane Leite Mamede
Epifânio Vieira Damasceno
Flávio José de Carvalho
Gláucia Maria de Oliveira Carvalho

Haidee de Caez Pedroso Rodrigues
Helmara Giccelli Formiga Wanderley
Hiago Trindade de Lira Silva
Iana Melo Solano Dantas
Iarley Pereira de Sousa
Jamerson Murillo Anunciação de Souza
Jônica Marques Coura Aragão
Juliana e Silva de Oliveira
Karlla Karolinne França Lima
Larissa Martins Almeida
Larissa Sousa Fernandes
Lourdemario Ramos de Araújo
Luan Gomes dos Santos de Oliveira
Mara Betânia Jales dos Santos
Márcio Correia dos Santos
Maria Aparecida Nunes dos Santos
Maria Clariça Ribeiro Guimarães
Maria da Conceição Silva Félix
Maria da Luz Olegário
Mayewe Elyênia Alves dos Santos
Naedja Pereira Barroso
Orlando Junior Viana Macedo
Palloma Maria Gomes Jácome
Paloma Rávylla de Miranda Lima
Reginaldo Pereira França Júnior
Rubasmate dos Santos de Sousa
Sheylla Maria Mendes
Suamy Rafaely Soares
Tatiana Raulino de Sousa
Vanessa Eidam
Vorster Queiroga Alves
Wescley Rodrigues Dutra

TÉCNICOS/AS ADMINISTRATIVOS/AS

Francisca Cibele de Brito Lira
Geórgia Vieira Braga
Girlene Batista de Sousa
Maria do Rosário Coura de Assis
Maria Regina Soares Gonzaga
Patrícia Sibelly Barbosa de Oliveira Gadelha
Rita de Cássia Miranda Silva
Tiago Lacerda Souza

PREFÁCIO

.....

A Civilização Contemporânea do Capital e o Desafio da Produção Coletiva do Conhecimento: interpelações da formação profissional em Serviço Social no Nordeste brasileiro

.....

*Desvendar criticamente o mundo nos movimentos da História:
eis o desafio da docência como ofício de vida!...
Alba Carvalho, 2022.*

Neste século XXI, o capitalismo aprofunda um novo momento, nos marcos da dominância financeira, com mudanças nos padrões de acumulação e valorização do capital, a recolocarem contradições fundamentais e a gerar contradições perigosas, no dizer de David Harvey, em obra de 2016, a circunscrever a contemporaneidade capitalista. São contradições materializadas no acirramento das apartações, desigualdades, violências e na destruição avassaladora do Planeta Terra, com consequências que se fazem evidentes no comprometimento da vida. É a civilização contemporânea do capital, marcada por uma crise estrutural, com dinâmicas geopolíticas de deslocamento mundo afora e formas centralizadas e concentradas de dominância financeira, por diferentes vias, acirrando níveis de capilaridade do “capital portador de juros” e formas de subjugação do trabalho.

Neste cenário de privilegiamento do capital rentista, em articulações orgânicas e predatórias com outras frações do capital, vivencia-se reconfigurações do mundo do trabalho, a implicar no

desemprego estrutural e em formas de precarização laboral cada vez mais intensas e agressivas, a penalizar amplos segmentos de trabalhadores e trabalhadoras, no limiar da sobrevivência. Difunde-se, de múltiplas formas, uma ideologia neoliberal, expressa em políticas de Estado, modos de vida e na própria modelagem de subjetividades, a (re)criar formas renovadas de alienação.

Nos anos 2020, 2021 e 2022, em curso, a civilização capitalista é sacudida pelo fenômeno socio-sanitário da pandemia do coronavírus, a constituir elemento detonador do agravamento da crise estrutural do capital, a determinar mudanças na economia, na política e na cultura, atingindo dimensões estruturais, padrões de sociabilidade e modos de vida no cotidiano.

Uma questão chave é como o Brasil, nos tempos contemporâneos, insere-se neste capitalismo financeirizado. É uma interpelação para o adentrar no ajuste brasileiro, em processo nestes mais de trinta anos (1990-2022), em seus diferentes ciclos, com inflexões, no âmbito da implementação das políticas de ajuste (CARVALHO e MILANEZ e GUERRA, 2018). De fato, a contemporaneidade brasileira constitui-se nos percursos de um ajuste ao capitalismo financeirizado, marcado pelo acirramento da dependência, configurando o que Leda Paulanni (2012) nomeia como “dependência redobrada”: financeirização dependente, a transformar o Brasil em uma mera “plataforma financeira”; retomada da condição de país produtor de *commodities* agrícolas e minerais. É um ajuste periférico e subordinado, consubstanciado no “modelo rentista neoextrativista” (CARVALHO e MILANEZ e GUERRA, 2018). É a versão brasileira de privilegiamento do capital rentista, hibridizado com o capital neoextrativista do agronegócio e da mineração.

Nestes percursos dos distintos ciclos dependentes do ajuste brasileiro, um marco histórico é o Golpe de 2016 – Golpe jurídico, parlamentar e midiático – materializado no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, a deflagar a dominância da extrema-

direita no bloco no poder. Instaure-se um novo ciclo de ajuste de políticas ultraliberais, no contexto do autoritarismo e reacionarismo. Em um Estado reconfigurado, institui-se um processo de contrarreformas, a privilegiar, sempre mais, os interesses do capital, em uma ofensiva extremamente agressiva ao trabalho. A partir de 2019, o Brasil vivencia o Bolsonarismo, fenômeno sociopolítico de dominância das direitas que se constitui na hibridização do capitalismo dependente, do militarismo autoritário e do reacionarismo político cultural (CARVALHO, 2019). É um momento histórico limite de radicalização do modelo rentista neoextrativista, nos marcos do ajuste fiscal e das chamadas políticas de austeridade profundamente punitivas da população trabalhadora e inteiramente voltada aos interesses do capital constitutivo do bloco no poder.

Voltando o foco analítico à civilização contemporânea do capital, em um nível mais geral, de maior abstração categorial, cabe demarcar o seu tecido contraditório de desigualdades e assimetrias, materializado no que é denominado “questão social”. Logo, questão social, no sistema capitalista, circunscreve expressões da contradição fundante capital x trabalho que se atualizam e se recolocam em desigualdades e assimetrias, nos processos históricos de uma dada formação social. A rigor, na contemporaneidade capitalista, a centralização e concentração de riquezas, que se acirram na dominância da acumulação financeira, implica em processos de expropriação e superexploração do trabalho, no contexto do desemprego e da precarização laboral estruturais. Instituem-se processos de superexploração do trabalho que articulam o tradicional e o contemporâneo, em meio à extrema tecnologia, nos marcos das plataformas virtuais e ao aumento exponencial de população supérflua para o capital, lançada nas margens da vida social, com múltiplas encarnações do pauperismo e da violência. Nesse cenário, gesta-se uma am-

pliação e intensificação da pobreza, a recolocar, em expressões contemporâneas, formas tradicionais e a produzir novas formas que atingem um contingente, sempre crescente, de trabalhadores e trabalhadoras, a viver no limiar da sobrevivência. No âmbito da questão social, estas expressões ampliadas e repostas da contradição capital/trabalho hibridizam-se com formas de desigualdades e assimetrias de gênero, etnia, orientação sexual, manifestações religiosas, fundadas no neocolonialismo e no patriarcado. A rigor, capitalismo, colonialismo e patriarcado estão na base da questão social no capitalismo contemporâneo, assumindo visibilidade em tempos de lutas emancipatórias e descoloniais, a enfrentar múltiplas formas de violência e discriminação (SANTOS, 2019). Hoje, a complexificação da questão social é objeto de estudos e pesquisas no campo do Serviço Social que, predominantemente, atua nas suas expressões e configurações contraditórias.

No interior das tessituras contraditórias da questão social, em seus múltiplos determinantes e expressões, emergem desigualdades regionais, a constituir a chamada “questão regional”. A rigor, sob a orientação de pistas analíticas legadas pelo pensamento marxiano e marxista, abre-se a possibilidade de uma análise crítico-dialética das desigualdades regionais. Nesse sentido, cabe circunscrever o próprio padrão de desenvolvimento capitalista e sua tendência de integração, em um único mercado, de todo planeta, de forma desigual, subordinando e subvertendo formações sociais. Logo, para desvendar as desigualdades regionais é preciso entender a universalização do capital, na esteira da contradição presente na própria Lei Valor (MEDEIROS, 2018), a demandar a concentração e a centralidade da riqueza, da propriedade e da população, produzindo assimetrias entre regiões e entre segmentos sócio-territoriais no interior de uma dada região. Em verdade, trata-se de uma dinâmica sócio-histórica expressiva do

“desenvolvimento desigual e combinado”, enunciado por Trotsky. Desse modo, a lógica contraditória da própria reprodução do Capital gesta desigualdades regionais. É na universalização da nova ordem do capital que se constituem formações sócio-históricas regionais, como as formações localizadas na América Latina e, particularmente, no Brasil.

Na contemporaneidade, as desigualdades regionais se agudizam com novas formas de especialização produtiva entre países e regiões, nos processos da divisão internacional do trabalho, nos circuitos das novas formas de acumulação e valorização do capital com dominância financeira. Especificamente, no Brasil, no âmbito do modelo de ajuste rentista neoextrativista, recolocam-se desigualdades e assimetrias entre regiões e no interior de cada região, nos marcos da financeirização dependente brasileira e da produção e comercialização de commodities agrícolas e minerais, no âmbito do agronegócio e das mineradoras, em uma produção para exportação, implicando em formas de expropriação do trabalho que atingem a natureza, as populações originárias e diferentes segmentos dos trabalhadores no campo e nas cidades. Neste cenário, aprofundam-se desigualdades regionais e intrarregionais, recolocando formas históricas de assimetrias, inclusive, em termos de produtividade e transferência de valor.

Nessa articulação dialética geral/particular, com formulações mais abstratas e mais concretas, a minha intenção, em fidelidade ao método marxiano, é delinear marcos teóricos fundantes, a circunscreverem o cenário da contemporaneidade do capital em que se insere a obra que ora vem a público, com o título “Serviço Social e Questão Regional”. A rigor, para a devida apropriação dessa obra coletiva, em análises instigantes de professores, professoras e assistentes sociais, é preciso ter presente as reconfigurações da dinâmica contemporânea do capitalismo que está no horizonte

do trabalho docente e da prática profissional das autoras e dos autores. Em verdade, a contemporaneidade capitalista e suas expressões no Brasil e, particularmente no Nordeste, constituem o chão histórico em que se fincam as distintas análises, circunscritas nessa produção científica, no âmbito do Serviço Social, construída por professores, professoras, e profissionais que exercem criticamente seu trabalho em espaços públicos: nove universidades nordestinas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Uma universidade do Centro-Oeste: Universidade de Brasília (UNB); Três universidades do Sudeste: Universidade Federal Fluminense (UFF - Niterói), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); uma universidade da Região Sul: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); três lócus de atuação profissional: Universidade Federal do Ceará – Hospital Universitário Walter Cantídio (UFC/HUWC); Universidade Federal de Campina Grande – Hospital Universitário Júlio Bandeira (UFCG/HUJB); e Prefeitura de Guarulhos, São Paulo. É uma grande e fecunda articulação docência-exercício profissional de sujeitos que têm em comum a construção da crítica, a gestar uma perspectiva contra-hegemônica. E, em seus escritos, ao abordarem Questão Social e Questão Regional/Estado e Políticas Públicas/Dimensões da Formação Profissional/Dialética Igualdade-Diferença, os autores e as autoras pensam dimensões, expressões e manifestações da contemporaneidade capitalista, neste século XXI.

Decifrar a civilização contemporânea do capital, em suas múltiplas configurações e expressões, no contexto de uma crise estrutural, agravada pelos circuitos da pandemia, ainda em curso,

nesses meses iniciais de 2022, é o desafio permanente de sujeitos que exercem o ofício da pesquisa, em uma perspectiva da Teoria Crítica, assumindo, como utopia condutora da vida, a construção de uma sociedade para além do capital e de quaisquer formas de dominação e violência.

De fato, o exercício do ofício da pesquisa é um esforço de descoberta e desvendamento, sempre em processo. “*Se aparência e essência coincidissem, toda ciência seria supérflua*”, já proclamou Marx, no século XIX, a demarcar bases epistemológicas, no âmbito de um racionalismo crítico e dialético. Logo, a ciência, nos circuitos da Crítica à Economia Política, abre fecundas vias de construção do conhecimento científico, a partir das demandas incessantes da História. É o exigente movimento metódico marxiano “*do Abstrato ao Concreto*” para a apropriação da contemporaneidade capitalista como “*Concreto Pensado*”, na perspectiva de sua transformação.

Para tanto, impõe-se, como exigência metodológica, construir “*Mediações Analíticas*” para dar conta da historicidade do sistema do capital, em sua concretude, em diferentes tempos e distintos lugares. Nessa busca das mediações analíticas, o sujeito pesquisador/pesquisadora parte do “*simples*”, na lógica metódica de Marx, no sentido de ideias fundantes a lhe conferir as necessárias balizas, como guia nos difíceis e encantadores caminhos de produção do conhecimento científico, capazes de viabilizar à apropriação das historicidades e especificidades do movimento do real, em sua concretude. Assim, é fundamental, no plano do pensamento, da razão, empreender uma dupla viagem: “*viagem de ida*”, na constituição das categorias, com as devidas mediações analíticas; “*viagem de volta*”, a movimentar tais categorias na apropriação reflexiva e crítica do concreto, fazendo-o “*Concreto Pensado*”, no plano das reflexões da razão.

Nesta perspectiva metodológica, a “*minha viagem*”, desta vez, implica no adentrar nos processos de produção de pesquisado-

res/pesquisadoras que elaboram conhecimento científico, a partir das complexidades e da região nordestina, a construir uma obra coletiva, agora publicizada. Impõe-se, ao meu olhar, balizas analíticas fundantes, emergentes das produções, configuradas nos onze capítulos, constitutivos das três partes que estruturam a dinâmica expositiva do livro, produzido por trinta e dois professores, professoras e profissionais que refletem sobre a formação profissional, tomando por base as particularidades e dilemas do contexto nordestino e questões-chave do trabalho docente no Serviço Social. Estas balizas analíticas, a meu ver, materializam-se em três configurações conceituais síntese que estão no fundamento das distintas produções: *crise contemporânea do capital e pandemia/ questão social e questão regional/ Estado e políticas públicas*.

De fato, estas configurações conceituais fundantes se cruzam e se entrecruzam nesta fecunda produção, eminentemente contemporânea, organizada em três eixos estruturantes. Cabe, então, um passeio pelo conjunto da obra, como convite à leitura.

O primeiro eixo, nomeado “*Trabalho, Questão Social e Formação Profissional*”, reúne quatro capítulos, a demarcar sólidas bases teóricas marxistas em torno da questão social, circunscrevendo uma discussão teórico-histórica sobre o Trabalho, a fazer mediações na análise do capitalismo brasileiro. De fato, os dois primeiros capítulos desta parte viabilizam o processo metódico de construção de categorias, movimentando-as, com a devida expertise, para pensar o Trabalho, no âmbito da Questão Social no Brasil Contemporâneo, adentrando nos tempos da pandemia da Covid-19. E, nessa perspectiva teórico-crítica, o terceiro e o quarto capítulos tratam especificamente da Formação Profissional do Serviço Social no Brasil, enfocando dimensões dessa formação no contexto nordestino, mais especificamente, na Paraíba. Assim, é feito um resgate histórico dos caminhos percorridos na criação do curso de Serviço Social no Sertão Paraibano. No âmbito desse contexto es-

pecífico, é, então, configurado o desafio do Estágio Supervisionado em Serviço Social, vinculando exercício profissional-docência, no campo das políticas públicas na contemporaneidade. Neste sentido, são coletivizadas reflexões sobre o trabalho profissional, discutindo especificidades e dilemas no tempo presente.

O segundo eixo, designado “*Formação Social e Políticas Públicas*”, agrupa quatro capítulos que trazem uma densa discussão sobre a crise estrutural do capital, nos marcos da dominância financeira, em seus diferentes mecanismos de acumulação de valorização do “*capital portador de juros*”, agravada nos circuitos da pandemia do coronavírus, discutindo, então, as especificidades da crise contemporânea brasileira. Neste contexto, é desenvolvida a análise dos delineamentos do Estado Capitalista, no âmbito da radicalização das políticas neoliberais e seus impactos nas políticas sociais, com foco específico nos tempos da Covid-19, nos anos de 2020-2021. Ao longo dessa discussão, os autores e autoras encarnam a articulação categorial dialética do abstrato/concreto, em duas configurações deveras interpeladoras: a análise da centralidade do racismo estrutural na Formação Social Brasileira, com perversas encarnações na gestão estatal, nos marcos da necropolítica; a discussão crítica de políticas sociais específicas, no campo da saúde mental e dos direitos humanos referentes à diversidade sexual, como expressão da diversidade humana, circunscrevendo contradições, conquistas e limites.

No terceiro eixo, em seus três capítulos, com a denominação “*Nordeste e a Questão Regional*”, são desenvolvidas discussões específicas sobre o Nordeste Brasileiro, sustentando a tese do “*ser nordestino*” como afirmação identitária, enfocando a enunciação poética de Patativa do Assaré: “*Nordestino, sim. Nordestinado, não*”, rompendo com configurações sócio-históricas depreciativas, desqualificantes e burocráticas que, por vezes, emergem nos termos de um neocolonialismo que concebe a questão regional na óti-

ca dualista do superior e do inferior. Assim, na perspectiva de uma nova historicidade, recoloca-se a Questão Regional, em uma discussão da “*dialética do desenvolvimento desigual inter-regional*”, a materializar a lógica do capital em termos do “*desenvolvimento desigual e combinado*”. Desse modo, os escritos repõem a posição do Nordeste no contexto brasileiro, conferindo visibilidade às lutas e resistências dos que sofrem as violências do capitalismo e colonialismo, analisando, de forma particular, experiências de organização popular no pré-Golpe Militar de 1964. Nesta perspectiva de rupturas das ausências, no cenário regional nordestino, é desenvolvida uma abordagem do que é nomeado pelos autores e autora “*O Pé no Barro da Atuação do Serviço Social com o Povo Cigano*”, desencadeando uma discussão à luz da tríade “Território, Políticas Públicas e Questão Socioambiental”. São partilhadas discussões sobre os povos originários e o lugar sócio-histórico do povo cigano, superando a invisibilidade e trazendo à cena suas formas de resistência na contemporaneidade. E, na ótica da questão regional, é criticamente discutida a naturalização das ideias dominantes de desigualdade e subalternidade que, historicamente, afetam as mulheres, encarnadas em uma ideologia “*patriarcal-racista-elitista*”. Nesse sentido, a análise é focada numa suposta ideologia de uma “*natureza feminina*”, como via para (des)vendar o terreno histórico em que as desigualdades patriarcais foram e são determinadas, priorizando o Sertão Nordestino e mostrando como as mulheres sertanejas resistem a elas. E, nesse desvendamento das desigualdades que atingem as mulheres, ao longo dos séculos, as autoras fazem uma conexão histórica nos tempos e espaços, com um título que circunscreve uma potente interpelação: “*As Bruxas, as Sertanejas e Nós*”.

Enfim, o livro, constituído nestas três partes inter cruzadas, tem, como fio condutor, a formação profissional em Serviço Social, que atravessa os onze capítulos como horizonte de análise, a

consubstanciar reflexões de trinta e dois professores e professoras e profissionais, atuantes em espaços públicos. E, assim, a obra coletiva circunscreve um belo e instigante “*caleidoscópio analítico*”, ao tratar de temas e questões que a contemporaneidade capitalista, especificamente no Brasil, impõe como desafios a serem devidamente desvendados e compreendidos, a contribuir, desse modo, pela via da produção científica, na formação de uma consciência crítica e de uma ética emancipatória, fundamentais nos processos formativos no campo do Serviço Social, sempre em disputa.

É necessário demarcar que o livro “Serviço Social e Questão Regional” é uma obra comemorativa à existência do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, por mais de uma década, tempo de fecundas sementeiras cotidianas, em meio às lutas, dificuldades e conquistas no Campus de Sousa, no Alto Sertão Paraibano. Em verdade, não existe melhor forma de comemorar que presenteando o Curso e o público com uma produção coletiva, resultante da investigação científica, deflagrada por provocações do mundo em que vivemos e orientada pela práxis. Para tanto, reúnem-se e articulam-se docentes e assistentes sociais de distintos espaços universitários e profissionais, em uma parceria que é fundamental nas lutas contra-hegemônicas, no interior da civilização contemporânea do capital.

A rigor, essa construção, fundada em parcerias, traz a originalidade de colocar em pauta a questão regional que, como afirma Chico de Oliveira, em artigo de 1993, há muito tempo deixou de ser considerada uma questão nacional, configurando uma “hegemonia inacabada” (OLIVEIRA, 1993). É preciso pensar o Nordeste criticamente, no contexto da formação social brasileira, concebendo-o na dinâmica do sistema do capital, (des)vendendo contradições e potencialidades.

A leitura deste livro, que tive a honra de prefaciar, instigou-me a (re)pensar o regional nos marcos de uma perspectiva para

além do capital e de quaisquer neocolonialismos. A publicação da obra, em 2022, é uma interpelação à leitura, a abrir vias de debates e reflexões, no exercício do pensar crítico, tão necessário neste “Brasil do Presente”, no limiar da terceira década do séc. XXI. O caminho está aberto e as trilhas demarcadas... Agora, sigamos, guiados pelos múltiplos olhares dos autores e das autoras desta obra que, antes de tudo, pretende provocar estudos, discussões e debates.

Fortaleza, 18 de fevereiro de 2022

Alba Maria Pinho de Carvalho

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Ultraneoliberalismo, militarismo e reacionarismo no Brasil do Presente: uma composição de risco, um desafio à luta política. In: VV.AA. A crise capitalista, o avanço da direita no Continente Latino-americano, e os desafios para a resistência. Mesa coordenada. GEHLAL/ JOINPP, 2019. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_178_1785c-ca4be15b5d8.pdf>. Acesso em: 17/02/2022.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana Costa. Rentismo-neoextrativismo: A Inserção Dependente do Brasil nos Percursos do Capitalismo Mundializado (1990- 2017). In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (Orgs.). *Tramas para a Justiça Ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

MEDEIROS, Evelyne. O marxismo e a questão regional: elementos para análise. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 3, 2018, p. 1714-1734.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. *Estudos Avançados*, São Paulo, 7 (18), 1993.

PAULANI, Leda Maria. A dependência redobrada. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ed. 61, 03 de ago. 2012. Disponível em: < ht-

[tps://diplomatie.org.br/a-dependencia-redobrada/](https://diplomatie.org.br/a-dependencia-redobrada/) >. Acesso em: 17/02/2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das Epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Mais que Dez Anos...

.....

O livro que agora vem a lume, denominado **Serviço Social e Questão Regional**, reúne importantes e imprescindíveis debates em torno da vida social assentada nos processos de (re)produção do capital, mas emerge como uma possibilidade de realizar uma leitura acurada sobre as determinações nos mais variados processos sociais que a ele tenta subordinar.

Inicialmente pensada e organizada, a obra objetivou abrir o calendário de comemorações aos 10 anos do único curso público e presencial de Serviço Social no Alto Sertão Paraibano, na *pequena-grande* cidade de Sousa-PB, no *campus* da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A pandemia da Covid-19 tardou esse processo, mas não impediu sua concretude. A construção do livro foi tema de debate no Colegiado do Curso e, a partir daí, avançaram os contatos e articulações entre parceiras/os da Paraíba, do Nordeste e do Brasil que, à luz do projeto ético político profissional, compartilham ideias, reflexões e posicionamentos na defesa e efetivação desse projeto coletivo.

O livro reúne autoras e autores de significativas trajetórias profissionais e políticas, sejam no campo da docência do Serviço Social brasileiro, sejam em espaços sócio-ocupacionais diversos. Majoritariamente, contam com a colaboração de docentes de Universidades Públicas do Nordeste e, também, ricas contribuições de outras Regiões, endossando diversas reflexões sobre a profissão, o Nordeste, o Sertão e a questão regional. O livro foi dividido em três partes articuladas e apresenta um total de onze capítulos que tratam sobre a formação social brasileira, o Nordeste, questão

social e regional, políticas públicas, trabalho e formação profissional em Serviço Social.

A primeira parte, denominada *Trabalho, Questão Social e Formação Profissional*, veio brindar o/a leitor/a com um profundo debate sobre o mundo do trabalho, sob a égide do capital, a partir dos processos que engendram e dão movimento à reprodução da lógica destrutiva do modo de produção capitalista. Nesta parte, os/as autores/as se dedicam a polemizar os fundamentos da vida social, realizando uma densa mediação com o conteúdo concreto desta vida social, uma vez que não é possível dissociar da realidade, posto que ela é uma determinação.

O mundo do trabalho, e sua relação com o ser social, segue apropriado pelo capital, mas não perde, e jamais perderá, seu estatuto ontológico, uma vez que não há capital sem trabalho. Os/as autores/as dedicam-se ao debate sobre a mediação entre questão social e trabalho, uma vez que é consenso, a partir do Método Histórico Dialético, que a questão social não se funda numa problemática individual ou moral, como advogam os apologetas da ideologia do capital em seus discursos e *estudos*. A questão social é, como afirma um dos textos, “indivisível”. Na busca por partir dos fundamentos da vida social, e apoiados/as no Método da Teoria Social Crítica, os/as autores/as seguem suas reflexões sobre a formação profissional dos/as Assistentes Sociais, como forma de possibilitar a compreensão da existência desta profissão nos marcos da sociedade do capital, em que esta se inscreve na sua dinâmica e se situa como uma especialização do trabalho coletivo.

Neste diapasão, pensar formação profissional requer rigor teórico-metodológico e posições ético-políticas, uma vez que a proposta indicada pelas Entidades da profissão (Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e, também, ENESSO), possui profundas e ontológicas mediações com o conteúdo ético de uma profissão que se coloca em defesa da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que

se reconhece como tal. Tal pedra angular na profissão segue mediando com a necessidade do alargamento da oferta de ensino em Serviço Social público, gratuito, referenciado e interiorizado, para que, deste modo, todos e todas possam acessar uma formação condizente com os princípios fundamentais e construir, coletivamente, o horizonte de uma sociedade radicalmente livre e emancipada.

A segunda parte, *Formação Social e Políticas Públicas*, nos reafirma, na ordem de seus quatro capítulos, a necessidade de, ao pensarmos a inserção e o trabalho do/a Assistente Social no âmbito das políticas sociais, compreender que esses espaços sócio-ocupacionais expressam, em suas contradições, nossa formação social, política, econômica e cultural: classista, racista, patriarcal e sexista. E essas políticas públicas, no contexto da contrarreforma do Estado brasileiro e da exacerbação da financeirização do capital, reproduzem o seletivismo, a focalização, a privatização e a exclusão de milhares de trabalhadores/as, usuários/as e suas famílias. Lutar contra essa lógica tem sido um dos desafios centrais no processo de trabalho de massas de profissionais de Serviço Social.

A conta da crise do capital é imposta à classe trabalhadora, representada pelo furto dos direitos, ampliação das diversas formas de violência e ataques à democracia e às liberdades. E a pandemia sócio-sanitária dos últimos dois anos intensificou esse processo, atingindo, a classe trabalhadora e, particularmente, as mulheres, as pessoas negras, a comunidade LGBTQIA+, assim como pessoas com transtornos mentais, como nos alertam os argumentos apresentados nesse eixo.

O racismo, estrutural e estruturante da sociedade capitalista, é fundamento demarcador das relações sociais que expressam opressões, violências e desigualdades sócio-raciais. Ele produz e reproduz, ao lado do patriarcado e do sexismo, a lógica da dominação que atinge, particularmente, a população negra, pobre e

periférica. A questão étnico-racial é exacerbada pela reatualização da lógica colonialista escravizante, em que o aparato do Estado coloca-se a favor de sua produção/reprodução; mas expressa, ainda historicamente, as resistências e lutas antirracistas – abraçadas pelo Serviço Social brasileiro, sob a perspectiva de princípio, compromisso e posicionamento ético-político.

A divisão sócio-técnica do trabalho, que reproduz hierarquias, funções e lugares desiguais, incorpora a divisão racial e sexual do trabalho, determinando, por exemplo, às mulheres, papéis subalternizados sob a lógica da opressão, subjugação e dominação masculina. E boa parte das políticas sociais tem incorporado essa lógica de responsabilização e determinação dos lugares/papeis das mulheres: os trabalhos doméstico e reprodutivo não reconhecidos e, tão pouco remunerados; a responsabilização sobre o cuidado, manutenção e reprodução, no âmbito das famílias, da esfera doméstica e da prole; inserção em trabalhos precarizados e desprotegidos, quando muitas vezes compõem as massas de desempregadas; diversas opressões quanto a manifestações da sexualidade, do corpo, comportamentos etc. No Nordeste, essas questões se ampliam, à luz de uma formação regional que teima em reforçar essa lógica. Mas, também, resistências e lutas são forjadas entre o mar e o Sertão, como nos presenteiam as reflexões contidas nos emaranhados das linhas provocativas.

E, no contexto de expansão de ideias e relações sociais baseadas no conservadorismo, nas xenofobias diversas, nos ataques aos direitos conquistados pela classe trabalhadora, a reprodução da barbárie atinge trabalhadores/as, usuários/as e segmentos sociais diversos, como, por exemplo, pessoas com transtornos mentais, perseguidos/as por fortes processos de manicomialização e encarceramento. Ainda, há acossas, violências sofridas e assassinatos de pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+, pela via do sexismo que pune, oprime e domina as formas de manifes-

tações da sexualidade humana diferentes e diversas do padrão hétero-normativo – processo esse sintonizado com o racismo e o patriarcado. Por isso, a luta e a defesa intransigente dos direitos humanos nunca foram tão necessárias ao Serviço Social e àqueles/as que almejam uma sociedade livre, sem opressões e dominações, de pessoas emancipadas.

Na terceira, e última parte, *Nordeste e a Questão Regional*, os seus três capítulos buscam apresentar as discussões da dinâmica contemporânea do capitalismo, dentro das múltiplas expressões da questão social, nas especificidades e dilemas do contexto da Região. O chão histórico do Nordeste, em especial da Paraíba, serve de terreno para o exercício crítico desse trabalho coletivo.

Dentro da dinâmica dos textos, encontramos fundamentos acerca da formação social brasileira, da questão social e de suas dimensões nas especificidades da Região: abordagens dos elementos acerca do Nordeste na dialética do desenvolvimento desigual interregional; as experiências de resistências e organização popular, com ênfase para os movimentos de alfabetização, educação e cultura popular *pré*-golpe civil-militar de 1964, como lições para os nossos tempos; e as expressões da questão social na Região e suas formas de resistências e enfrentamentos.

Em meio às suas argumentações, a última parte adentra na pauta sobre a necessidade do tratamento acerca da discussão dos territórios, políticas públicas e a questão socioambiental, trazendo o lugar sociohistórico do Povo Cigano Calon, nesse contexto pandêmico contemporâneo no Brasil; como a história desse povo se entrelaça com a história da humanidade e carrega a discriminação ao longo do tempo; o rompimento da invisibilidade e a denúncia do anticiganismo, na perspectiva de apresentar a resistência do povo cigano na contemporaneidade; e, também, a atuação do Serviço Social do Acampamento Cigano Calon fazem parte dessa abordagem.

O terceiro texto é enfático na afirmação de que o rompimento com ideias conservadoras perpassa pelo entendimento crítico das relações sociais que as determinam historicamente. A análise das expressões da desigualdade social, como forma de superação da ideologia que naturaliza papéis e cristaliza lugares, é feita como exigência para a desconstrução de uma “natureza feminina”. Nesse sentido, a argumentação é de que as mulheres não são homogêneas, mas sim diversas e socialmente divididas pelas relações de classe e étnico-raciais presentes na sociedade. Então, é necessário considerar as desigualdades que se sobrepõem entre as mulheres e que as diferenciam. Assim, a própria perspectiva de uma “natureza feminina” se modifica quando nos referimos às mulheres brancas, negras, urbanas, sertanejas, heterossexuais, lésbicas etc. O eixo finaliza com o desafio de refletir sobre a sociedade heteropatriarcal-racista-sexista-capitalista, considerando o legado histórico das “bruxas” às vivências das guerreiras sertanejas.

Portanto, esta obra coletiva, crítica e sintonizada com os princípios ético-políticos de nossa profissão, busca reafirmar o compromisso com a construção de uma outra sociedade, radicalmente oposta a que vivemos. Eis nossos sonhos, compromissos e lutas. Este livro, mais que 10 anos, representa essas histórias diversas e cruzadas. Boas leituras.

PARTE I

.....

TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

.....

CAPÍTULO I

Trabalho e “Questão Social” no Brasil Contemporâneo

*Reginaldo França
Marcelo Sitcovsky
Ricardo Lara*

INTRODUÇÃO

O artigo aborda em três momentos a categoria trabalho e estabelece mediações com o capitalismo na realidade social brasileira. Primeiramente é realizada uma excursão sobre o trabalho e sua constituição como forma originária do ser social. Em seguida discute-se a dinâmica e crise do capitalismo contemporâneo, especialmente as principais mudanças ocorridas nas relações de trabalho e as respostas da denominada “reestruturação produtiva” para manter as taxas médias de lucro. E no terceiro momento investiga-se os impactos da dinâmica do capitalismo na “questão social” brasileira.

Os ataques aos direitos sociais intensificados nos últimos anos aprofundaram os traços históricos do mercado de trabalho brasileiro, o que promoveu demandas crescentes as políticas sociais, em particular a assistência social. As condições precárias de trabalho e os insuficientes investimentos de recursos nas políticas

públicas são situações constitutivas da formação social nacional. Portanto, este artigo se propõe a estabelecer mediações teóricas e busca particularizar as principais tendências presentes na sociedade no que diz respeito as condições de reprodução dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) que sobrevivem da venda de sua força de trabalho.

TRABALHO, VALOR E SOCIEDADE

Ao abordar as relações sociais, tomamos como referência as concepções de György Lukács, que desenvolveu cuidadosa análise categorial sobre a gênese e desenvolvimento do ser social e indicou metodologicamente que o trabalho pode ser compreendido enquanto forma originária, pois os estudos do filósofo húngaro centraram-se numa perspectiva que apreende a teoria social de Marx como uma *ontologia do ser social*, isto é, como estudo do autodesenvolvimento da vida material e espiritual da sociedade humana. Lukács, mais precisamente, propõe realizar uma “síntese peculiar de novo tipo, que associa de modo teórico-orgânico a ontologia histórica do ser social com a descoberta teórica das suas leis concretas e reais” (LUKÁCS, 2013, p. 42).

A partir das devidas advertências sobre a análise da sociedade e da elaboração das categorias teóricas¹, Lukács, nas argumenta-

[1]. De acordo com Lukács (2013, p. 41: “Para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho. É claro que jamais se deve esquecer que qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata. E mesmo um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma etc. Nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 41, grifo nosso).

ções sobre a *ontologia do ser social*, toma como ponto de partida o trabalho como processo de autoformação do gênero humano. O filósofo húngaro compreende que “o ser inorgânico aparece primeiro e que dele provém o ser orgânico, com suas formas animais e vegetais”, e é desse estado biológico que resulta, “através de passagens extremamente numerosas, aquilo que designamos com ser social humano, cuja essência é a posição teleológica dos homens, isto é, o trabalho. Esta é a categoria nova mais decisiva [...]” (LUKÁCS, 1999, p. 145). Por isso, o processo de trabalho, atividade material e espiritual, realiza a unidade ação e pensamento, efetiva a integração dual entre sujeito-objeto e, ao mesmo tempo, aponta para a relação entre a *causalidade* (os nexos causais da realidade social) e a *teleologia* (a pré-ideação, os projetos concebidos pela consciência), que passa a determinar concretamente o campo possível da *práxis humana*.

Enquanto atividade que imputa ao humano-genérico um refinamento social cada vez mais elevado, é necessário entender que o trabalho, na condição de atividade indispensável à emergência do ser social, requer o distanciamento entre a imediatividade latente dos instintos, pois objetiva, por meio da natureza, uma determinada transformação almejada, profundamente mediatizada pela satisfação das necessidades humanas, e, conseqüentemente, em direção à sua humanização.

Este distanciamento remete o humano-genérico na direção do conteúdo ontológico do qual o trabalho é legatário, demonstra, incontestemente, ser uma categoria fundante para a emergência de um novo tipo de ser, dotado de sentidos, ainda que esta significação ontológica seja profundamente cooptada, alterada e determinada pelas relações sociais de produção, o trabalho resguarda a fundação deste novo tipo de ser. Determinado como uma processualidade coexistente e ontologicamente considerada diante da relação entre humano-genérico e natureza, o trabalho é uma

potência social posta em constante e irrefreável movimento, rumo à satisfação das necessidades sociais, quer sejam individuais e/ou coletivas, considerado um processo genético de incontáveis interações humanas com sua matéria e que invariavelmente se encontra baseado na substância social.

Compreendido como a primeira forma de objetividade, poder-se-ia afirmar que não há homem sem natureza, porém é factível o reconhecimento da existência da natureza sem homem, conforme já aludido por (LUKÁCS, 2013). Esta natureza para Lukács é insuprimível, compreendida como um terreno preñado de legalidades próprias, mesmo que mediante a emergência do ser social esta natureza não altera seu estatuto, ainda que diante do contínuo afastamento das barreiras naturais realizado pelos homens a partir do trabalho, sua legalidade permanece intocada.

O trabalho, além de constituir-se como uma atividade ontologicamente considerada para o ser social, diferenciando-o dos demais animais existentes na natureza, tributa a este ser social determinado lugar diante da transformação da natureza bruta e, por consequência, a sua imediata e inegável transformação enquanto ser social, diante de um processo determinado por poderes teleológicos. Neste sentido, “[...] só é lícito falar do ser social quando se compreende que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base e o seu processo de tornar-se algo autônomo se baseiam no trabalho, isto é, na continuada realização de posições teleológicas” (LUKÁCS, 1981, p. 11).

Ao situar a relação metabólica homem-natureza, não poder-se-ia considerá-la como uma fracionada e acidentada justaposição entre ela e a sociedade, pois, considerando natureza, trabalho, meio e fim, mediados pela produção, estes desembocam no processo de trabalho, dirigindo a um determinado fim, que, por constituição, possibilita a emergência de um determinado produto, permitindo a existência da sociabilidade. Dito isso, re-

cura-se a compreensão justaposta desta relação, situando que a síntese desta nova esfera social, originária no trabalho, revela sua objetivação, legatária de determinações a partir de uma totalidade social que, contraditória e heterogênea, coloca em movimento teleologia e causalidade porém com traços profundos de mutação na esfera da consciência humana.

Diante da transformação das bases da natureza, o trabalho somente pode ser considerado como atividade consciente a partir das formas de projeção no campo da consciência, dirigidas à satisfação de necessidades sociais, mas se afigura como teleologia ao passo que leva a cabo sua objetivação, pois não é lícito falar em teleologia sem causalidade, categorias estas concebidas como chaves heurísticas para compreensão da vida social (TERTULIAN, 1995).

O trabalho para realizar-se pressupõe um reflexo correto, ou seja, um reconhecimento correto e válido sobre a matéria que será transformada, mediada por alternativas de escolhas diante dos meios mais adequados a corresponder-lhe as necessidades imediatas. É certo que o espelhamento da realidade se coloca como mecanismo indispensável que possibilita ao homem o distanciamento, ou como quer Lukács, uma dissociação entre homem e o seu ambiente, o que vai manifestar-se diretamente na confrontação entre sujeito e objeto.

Lukács (2013, p. 66) afirma que “[...] no espelhamento da realidade a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa “realidade” própria na consciência [...]” ao passo que, nesta consciência, este reflexo é apenas uma reprodução, destacando que dela deriva uma nova forma de objetividade, mas que não produz uma realidade, pois, assim pensada, perderia seu estatuto ontológico. Ele adverte que tal reprodução não é idêntica diante daquilo que reproduz, “[...] pelo contrário, no plano ontológico, o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro

como heterogêneos[...]” (LUKACS, 2013, p.66), revelando uma factível dualidade que se opõe: o ser social e seu espelhamento na consciência.

Como expressão de uma processualidade determinada na ambiência de uma complexidade muito ampla, tal interação entre opostos não anula as capacidades de objetivação do ser social, pelo contrário, pois ela vai irrigar as mediações indispensáveis diante dos pores teleológicos que, na condição de causalidade posta, demonstram a estatura do trabalho para o ser social.

Nesta direção, o trabalho necessita ser apreendido a partir da sua base genética e social, tendo em vista seu caráter coletivo, pois as necessidades de outros sujeitos permitem que o trabalho apresente uma determinada finalidade social, o que nos impele reconhecer as particularidades do trabalho, entre elas, os pores teleológicos primários², - que se situam no bojo de um particular tipo de desenvolvimento social, sendo este último restrito às esferas econômicas -, dirigidos diante da satisfação das necessidades sociais presentes, como forma de subsistência do ser social, inaugurando, assim, o processo em direção à realização do valor de uso. Importante advertir que o trabalho determinado nesta esfera de desenvolvimento social não o impõe diante de um determinismo frente à economia; essa esfera econômica segue, invariavelmente, “[...] acrescida de níveis mais complexos que irão compor a sociedade [...]” (FREDERICO, 2005, p. 133).

O trabalho, como medida da emergência da liberdade, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento das suas forças liberadoras, posto que ele se coloca diante do domínio pelos seres humanos, das restrições impostas pelas barreiras naturais, e sua consequente superação, mediando potências possibilitadoras do

[2]. Os pores teleológicos secundários são aqueles que instam os homens a tomarem decisões, figurando-se no campo da ideologia. Para maiores esclarecimentos indicamos Lukács (2013).

autorreconhecimento da sua condição de ser social, afirma seu lugar como sujeito individual e coletivo, que responde, imediatamente, a carências e cria novas necessidades cada vez mais sociais.

Mediante uma determinada ação liberadora dos elementos que impulsionam a liberdade, aqui falamos de uma liberdade substantiva, real, dirigida ao pleno exercício da grandeza humana, é necessário destacar que tais mediações se colocam diante de uma posição de devir ético, que supõe a adesão de valores igualmente ratificados frente a um tipo de liberdade que, superados seus limites restritos dados na esfera de um cotidiano reificado, profundamente dominado, se coloque diante da universalidade humano-genérica.

Após a exposição de questões básicas e fundamentais do processo de trabalho simples, passamos a analisar as determinações gerais da práxis humana na particularidade da sociedade capitalista. Nessa particular relação social, uma das questões de extrema importância para a compreensão das formas como os homens produzem e reproduzem suas vidas por meio do trabalho é o *valor econômico* (LARA, 2017). Este é uma categoria puramente social e ganha relevância nas análises sobre as relações sociais de produção da formação histórico-social capitalista. Lukács afirma que, em *O Capital*, Marx “examinou como categoria inicial, como ‘elemento’ primário, o valor”. Em particular, examinou como o valor se apresenta em sua gênese:

[...] por um lado, essa gênese nos revela a história de toda a realidade econômica num resumo generalíssimo, em abstrato, reduzida a um só momento decisivo; por outro, a escolha mostra imediatamente a sua fecundidade, já que essa categoria – juntamente com as relações e conexões que derivam necessariamente da sua existência – ilumina plenamente o que de mais importante

existe na estrutura do ser social, ou seja, o *caráter social da produção* (LUKÁCS, 2013, p. 312-313, grifo nosso).

A gênese do valor econômico analisada por Marx esclarece, de imediato, “o duplo caráter do seu método: essa gênese não é nem uma dedução lógica do conceito de valor, nem uma descrição indutiva das fases históricas singulares do desenvolvimento que o levou a adquirir a forma social pura; ao contrário, é uma síntese peculiar de novo tipo, que associa de *modo teórico-orgânico a ontologia histórica do ser social com a descoberta teórica das suas leis concretas e reais*” (LUKÁCS, 2013, p. 313, grifo nosso).

Evidencia-se, nessa compreensão da ontologia lukacsiana, o *valor econômico* como resultado da sociedade em que o desenvolvimento do processo de trabalho e socialidade proporcionaram a realização plena da lei do valor-trabalho. A análise leva em consideração a *gênese histórica do valor e sua preponderância social* na produção capitalista.

Lukács argumenta que o aspecto inovador da análise marxiana do valor revela-se, de imediato, em seu modo de tratar a abstração. “A metamorfose do trabalho, em ligação com a relação cada vez mais explicitada entre valor-de-uso e valor-de-troca, transforma o trabalho concreto sobre um objeto determinado em trabalho abstrato que cria valor, o qual culmina na realidade do trabalho socialmente necessário” (LUKÁCS, 2012, p. 315). Essa forma de investigação oferece às leis tendências gerais para explicação, por exemplo, da queda da taxa média de lucro (crise), pois a queda da taxa de lucro pressupõe a modificação do valor dos produtos (mercadorias) por causa da diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-los. Isso fortalece a tese de que “se cresceu o domínio do homem sobre as forças da

natureza, que aumentou sua capacidade de fazer, que diminuiu o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir” (LUKÁCS, 2012, p. 329).

Entretanto, a essência da *reprodução social* na sociedade capitalista é exponenciada pelo afastamento das barreiras naturais proporcionado pelo desenvolvimento das forças produtivas. O valor da mercadoria, por exemplo, não é simplesmente o tempo gasto pelo trabalhador para produzi-la, mas o tempo em que leva para trabalhar dentro do nível médio de tecnologia, habilidade e socialidade, ou seja, nível médio de tempo de trabalho socialmente necessário relacionado às relações de *produção, distribuição, intercâmbio e consumo* da sociedade mercantil capitalista. Essa diferenciação – nível médio de tecnologia, habilidade e socialidade – é importante porque, no modo de produção capitalista, os avanços das forças produtivas estão ocorrendo constantemente num crescente afastamento das barreiras naturais, o que significa que leva cada vez menos tempo para produzir mercadorias, mas por outro lado o epicentro das contradições está na relação entre desenvolvimento das forças produtivas (produtividade do trabalho) e intensidade de exploração da força de trabalho, aqui leia-se produção e acumulação de riquezas (capital) numa sociedade de classes.

DINÂMICA E CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

As reflexões operadas a partir da categoria trabalho necessitam ser compreendidas, estabelecendo as mediações necessárias, a partir de um método que se coloque diante da concretude das relações históricas, entendida como ponto de partida de toda sociabilidade humana, no sentido de compreender, como ressalta

Netto (2005, p. 157), uma “[...] análise radicalmente crítica da gênese, do desenvolvimento, da consolidação e dos vetores de crises da sociedade burguesa e da ordem capitalista”.

Portador de caráter anti-humano e destrutivo, o capital lança sobre a sociabilidade um profundo processo de reordenamento, recriando, na velha e *necessária* (para o capital) exploração da força de trabalho *novos contornos*, cada vez mais agudos, ao passo que a lógica da intensificação do ritmo da produção coaduna com o aprofundamento da *devastação* dos direitos sociais, humanos e trabalhistas. O capitalismo contemporâneo restabelece, sob *novas* e agudas bases, o conflito capital-trabalho, sobretudo, “[...] após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana [...]” (ANTUNES, 2003, p. 30), nos países de capitalismo central e imperialista.

Já demonstrando um profundo esgotamento do modelo de produção que vigorou durante a *onda longa expansiva*³ do capitalismo, demarcado no pós-guerra, a crise do modelo taylorista-fordista se consolida, em razão de não mais atender aos interesses da acumulação do capital,

[...] exacerbada pelo choque do petróleo, que evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocado torpor da estagnação (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços). Essa exacerbção derivada da crise do petróleo pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista (HARVEY, 2014, p. 140).

[3]. Para (Mandel, 1985, p. 76), as ondas expansivas experimentadas pelo capital “representam realidades históricas, segmentos da história global do modo de produção capitalista que possuem umas quebras claramente distintas. Por essas mesmas razões são de duração irregular”, entendendo que estas ondas expansivas são resultantes de processos que, considerada uma clivagem econômico-ambiental endógeno-exógena, representam a correlação de forças socioeconômicas, profundamente irrigadas pela concorrência intercapitalista.

Nesse mesmo período, novas formas de organização do trabalho e a incorporação de novas tecnologias, pareciam apontar para uma fase de introdução acelerada do trabalho morto em substituição ao trabalho vivo. O capital busca eliminar sua mais profunda contradição: o conflito capital-trabalho; adotando o modelo japonês de produção, o toyotismo, também chamado de acumulação flexível.

Muito embora necessite do trabalho para a sua realização, ou seja, para criação de valor e mais valor, o modelo japonês de gerenciamento da produção não supera os laços de dependência do capital em relação à força de trabalho, residindo uma contradição operante, situando o capital na perspectiva de uma negação de si mesmo (HARVEY, 2014).

A relação entre as tendências da crescente substituição do padrão taylorista/fordista e a desregulação estatal, clarifica a observação de que “[...] como resposta à queda das taxas de lucro na década de 1970, os anos 1980 são marcados por uma ofensiva revolução tecnológica na produção [...], pela globalização da economia e pelo ajuste neoliberal” (BEHRING, 2001, p. 128). Nestas décadas, após a explosão da crise, tem início uma fase em que a engenharia capitalista sofre uma intensa reestruturação, com base na revolução da microeletrônica e pela informática aplicada à informação.

O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, acompanhado pela intensificação dos profundos avanços tecnológicos, provocou diversas alterações no processo de (re)produção de capital, com sérias repercussões nos processos de trabalho e processo de valorização. A “crise” do capitalismo emerge como uma resposta programática do próprio capital, na direção de repositonar os processos produtivos, evidenciados pelo reordenamento macroestrutural da economia, calcada na acentuação da

produção e na exponencial minimização das taxas de ocupação de força de trabalho, bem como no aprofundamento da *flexibilização*.

As interpretações sobre a crise do capital, seus estudos e avaliações de suas implicações não permitem a elaboração de quaisquer tipos de consensos que fujam à validade contida na crítica da economia política. Dessa polêmica, resultam conclusões contraditórias, muitas delas otimistas que, no presente momento, demonstram, realmente, um otimismo exagerado em razão da crise capitalista global atual, que segundo muitos analistas, é mais profunda e mais vultosa que a crise de 1929, impondo, desde 2008, os reflexos de uma crise estrutural, cíclica e endógena do capital, que seguiu profundamente catalisada e avolumada pela crise das hipotecas *subprime* (HARVEY, 2014). O reflexo desta crise provocou uma longa onda de depressão e, no Brasil,

[...] logo após o golpe de 2016, com o governo Temer (2016-2018) e, por conseguinte, o governo Bolsonaro, este país tropical tornou-se hoje [...] o paraíso exuberante de bizarrices da modernidade senil. [...] Nos tornamos o primeiro vagão do trem do capitalismo neoliberal rumo ao abismo (ALVES, 2019, p. 31).

Com base no cenário atual, a dinâmica da crise capitalista além de acentuar a taxa de exploração dos(as) trabalhadores(as) (força de trabalho ocupada e/ou desocupada), neste momento, atinge também o capital transnacional e globalizado, deixando um rastro no encolhimento de ativos e, principalmente, atingindo o centro do capitalismo fundado na esfera das finanças, pulverizando o valor de outros ativos financeiros.

A explicação da dinâmica do capitalismo está na sua finalidade essencial que é a produção do valor, valorização e acumulação

de capital⁴, desde as mais primárias e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, quer sejam espirituais e/ou materiais, a que devem subordinar-se. Assim, é no capitalismo que se registra o aprofundamento da lógica que promove, acentuadamente a dicotomia entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e a produção voltada para a constante valorização do capital.

As profundas transformações tecnológicas e o intenso processo da chamada reestruturação produtiva como respostas para a crise da acumulação capitalista, redimensionaram os padrões da sociabilidade e reconfiguraram o mundo do trabalho. Dessa forma, o capital orientado na direção da ampliação crescente da acumulação, evidencia o processo de mundialização como uma nova configuração do capitalismo e dos mecanismos que definem seu desempenho e formas de regulação social.

Se apoiando na flexibilidade dos processos, frente à composição do mercado formal/informal do trabalho, bem como nos padrões de consumo, caracterizada pela emergência de uma diversificada base de setores produtivos, foram desenvolvidas “[...] novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...]” (HARVEY, 2014, p.140).

Este processo se edifica e se consagra diante da necessidade do capital em recuperar as exponenciais taxas de lucros dos *30 anos gloriosos*. Porém, a atualidade demonstra que o ritmo da organização capitalista migrou, rapidamente, dos processos de investimentos produtivos industriais, centrados na produção de

[4]. Com bem alerta metodologicamente Marx: “O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 273).

bens de consumo, em mercadorias duráveis e não duráveis, para um enriquecimento absoluto, com destaque ao rentismo que, sustentado por uma “invisibilidade” converte a especulação⁵ dos mercados, agora profundamente financeirizados, no caminho para acumulação através da prevalência da capital fictício, sobre o produtivo.

Muito embora a esfera financeira do capital contribua para seu processo de reprodução, é necessário compreender que ela se coloca de modo muito restrito, pois o capital fictício segue nutrido-se da riqueza auferida pelas esferas ampliadas de investimento do capital produtivo e esse processo se coloca a partir da apropriação do trabalho não pago. Redunda, assim, a partir da lógica do capital, como um processo pelo qual o capital-dinheiro emerge como sustentáculo de um poder de gerar mais dinheiro, ainda que no âmbito do ambiente restrito das finanças. Reside aí, o fetichismo dos mercados (HUSSON, 2009).

Mesmo que diante de um largo processo de migração das ulteriores (e não superadas) formas de produção de bens de consumo duráveis, para a esfera financeira, de caráter rentista, necessário destacar que não remove a validade da apropriação da força de trabalho humana, uma vez que essa contradição é ineliminável das relações sociais, ao passo que a exploração do trabalho vivo segue acentuada diante da produção de valor, ou seja, aumentada exponencialmente a utilização/produktividade da força de trabalho (CHESNAIS, 2010).

À sombra da incontrollabilidade do capital, exponencialmente determinada por sua necessidade sociometabólica de expansão e

[5]. Francisco Teixeira, em ensaio publicado no portal *A terra é redonda*, intitulado *Os fundamentos da especulação*, sustenta a tese de que a especulação é a alma do capitalismo, sendo, portanto, um elemento próprio do desenvolvimento capitalista. O que ocorre no atual estágio de desenvolvimento capitalista na sua busca frenética pelo lucro e acumulação do capital é a combinação entre especulação e capital fictício, portanto não se trata de uma deformação, de um desvio de percurso passível de correção.

de constante valorização, segue sua considerada lógica destrutiva, em que pesa o aprofundamento da concorrência inter-capitalis, subsumindo o valor de uso ao valor, como modelo que impõe uma crescente necessidade de autorreprodução, ao passo que lança os despojos desse modelo para a genericidade humana. A crise atual corresponde, diretamente, à incapacidade programada do próprio capital em resolver os problemas gerados no âmbito de seu metabolismo, em que a ausência de respostas à crise, emerge, diretamente, como necessária para seu constante ciclo de (re)produção, ao passo que apenas gerencia a crise e os problemas que causam disfunções acumulativas (SAMPAIO JUNIOR, 2011).

Embora a crises cíclicas do capital demonstrem suas contradições operantes, servem de “[...] alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 798), ainda que tais alavancas não cancelem as profundas assimetrias que compõem as esferas da produção e do consumo, bem como as determinações estruturais do capitalismo, acentuam suas contradições, assumindo, então, a presença de uma crise estrutural.

A chamada crise do capital não se opera apenas no processo de sua expansão, de sua necessidade constante de valorização, tendo em vista a extensa massa de força de trabalho disponível gerada no núcleo dessa crise de produção e sua complexa cadeia, para atendimento das suas necessidades de reprodução, em que a divisão do trabalho emerge como agente que vai nutrir tal necessidade.

No contexto da crise que se avoluma, pelo achatamento da taxa de lucro, o capital requisita do Estado formas de intervenção para sua (re)produção, demonstrando que a partir da crise, “[...] todo discurso e a defesa da eficiência do mercado, da privatização, da desregulamentação se ‘desmancha no ar’ [...]”, assim, emerge “[...] o fundo público para socializar os prejuízos” (SALVADOR, 2010, p. 50-51).

Na crise, cabe ao Estado intervir nas mais variadas esferas de reprodução do capital, ao passo que este envida os mais consistentes esforços econômicos a fim de *sanear* as dificuldades da acumulação. A propalada regulação do mercado, recuperada pelos economistas e apologetas neoliberais é *amputada* com o único e exclusivo objetivo de socorrer, com fundos públicos, as desastrosas aventuras do capitalismo, garantindo, assim, a regência do capitalismo expresso na lei do valor (TAVARES, 2004).

TRABALHO E “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Os mecanismos acionados pelo capital como tentativa de saída para sua própria crise têm concentrado seus esforços, ao menos parte significativa destes, em processos que combinam expropriações e intensificação da exploração da força de trabalho. Neste caminho às iniciativas são inúmeras, mas consideramos de absoluta relevância destacar as mudanças recentes nas relações e condições de trabalho, das quais as “reformas” trabalhista e previdenciária, no Brasil, são emblemáticas, assim como o processo de apropriação do fundo público.

Como tendência geral às investidas contra os direitos do trabalho podem ser localizadas em todos os quadrantes do globo. Em todas as crises, a história das sociedades capitalistas revela que o capital na sua insaciável busca pelo lucro não mede esforços e deslança processos colocando em movimento mecanismos políticos e ideologias que sejam capazes de garantir às condições jurídicas e políticas para alcançar seus objetivos. No atual período, as investidas estão concentradas na destruição de direitos do trabalho, nos quais estão inclusas as políticas de proteção aos riscos sociais do trabalho assalariado.

O desenvolvimento tardio no Brasil de direitos e políticas sociais, mecanismos *extraeconômicos*, que compõem junto com os salários os mecanismos de reprodução da força de trabalho, resulta de processos fundados nas particularidades históricas, sociais e econômicas do desenvolvimento do capitalismo e do Estado brasileiro.

Ao nos debruçar sobre as transformações societárias e como estas impactam nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora no Brasil, avaliamos de fundamental importância considerar os aspectos do desenvolvimento histórico brasileiro. A interpenetração em solo brasileiro entre o arcaico e o moderno é uma marca persistente.

O método operativo do desenvolvimento capitalista brasileiro se dá em consonância com a lógica geral da acumulação, que nas condições particulares da economia brasileira combina o *velho* e o *novo*, ou nos termos de Oliveira,

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (1981, p. 36).

As relações capitalistas de produção no Brasil foram sendo forjadas por esta relação dialética. O mercado de trabalho brasileiro foi determinado pelas condições históricas do desenvolvimento capitalista, portanto, isso significa que assumiu as características de *desigual* e *combinado*. Com essa afirmação o que

se pretende é defender que, não por acaso a precarização é uma marca persistente das relações de produção no Brasil.

As relações e condições de trabalho no Brasil foram constituídas em uma formação socioeconômica na qual a informalidade, o racismo, a restrição aos direitos sociais sempre estiveram presentes no mercado de trabalho. Podemos afirmar que a precarização do trabalho é uma situação permanente e histórica no Brasil. Na emergência da *modernização* que criou o mercado de trabalho assalariado, nas últimas décadas do século 19⁶ e início do século 20, o Estado, a aristocracia rural e a burguesia industrial⁷ fizeram opção pelo trabalhador imigrante europeu em detrimento do aqui já existente africano escravizado (que se tornará trabalhador assalariado) e/ou mesmo do trabalhador nacional. A análise da formação original do mercado de trabalho assalariado no Brasil apresenta indicativos de uma *modernização racista e segregacionista*, que acompanha e se manifesta até hoje na sociedade brasileira, encoberta pela ideia da vigência de uma “democracia racial”. A classe trabalhadora assalariada no Brasil foi formada, originalmente, por um conjunto de determinações que congregam a colonização, o trabalho cativo, o tráfico negreiro, a escravização e a imigração. Essas determinações históricas não podem ser desconsideradas ao nos aventurarmos na análise da formação social

[6]. Joaquim Nabuco (2000, p. 156), em 1883, enquanto representante do movimento abolicionista, argumentava em favor da nova concepção de trabalho que se pretendia para a nação brasileira: “Não há dúvidas de que o trabalho livre é mais econômico, mais inteligente, mais útil a terra, benéfico ao distrito onde ele será encravado, mais próprio para gerar indústrias, civilizar o país, e elevar o nível de todo o povo”. Como também idealizava o imigrante que substituiria o escravo: “O trabalho livre, dissipando os últimos vestígios da escravidão, abrirá o nosso país à imigração europeia” (NABUCO, 2000, p. 160).

[7]. Os capitalistas agrários e industriais criaram o exército de reserva à custa da imigração europeia e asiática nas regiões de forte dinamismo econômico e fizeram dos negros uma reserva inesgotável de força de trabalho (GORENDER, 2016).

brasileira e seu contingente disponível de força de trabalho (LARA; HILLESHEIM, 2021).

A permanência de velhas relações na nova e moderna sociedade capitalista brasileira também resulta da dominação sócio-político imperialista. Uma das principais características políticas apontadas por Trotsky (1967) da *lei desenvolvimento desigual e combinado* está na necessária articulação entre burguesia internacional e oligarquias locais, no sentido de garantir o desenvolvimento capitalista das semi-colônias imperialistas e com isso preservar várias características do passado como o latifúndio, o trabalho forçado e o barracão. Na articulação entre capital estrangeiro e oligarquias locais (que mais tarde se transformaram na burguesia nativas) está uma das características principais da nossa particularidade capitalista. A colonização escravista se transforma em neocolonização capitalista preservando velhas contradições.

Ao longo do século 20, a economia brasileira experimentou um crescimento espetacular e as transformações estruturais que se verificaram, caracterizam a passagem de uma economia agro-exportadora atrasada à uma economia capitalista industrial. As modificações na estrutura do mercado de trabalho são um importante elemento dessa transformação, com um correspondente crescimento do emprego nas atividades modernas da economia.

As poucas conquistas de direitos trabalhistas e sociais que a classe trabalhadora alcançou na primeira metade do século 20 foram permeadas de corporativismos e intervenção estatal. Evidente que lutas de classes e resistências ocorreram, foram décadas de conflitos classistas para os trabalhadores e trabalhadoras conquistarem legislações sociais que oferecessem proteção social, mas quando a classe trabalhadora estava em condições de atingir seus objetivos que poderiam resultar em genuínas conquistas históricas, emergem Estados autoritários gestados por

golpes seguidos de ditaduras que interdita possíveis avanços na arena da emancipação política, ou seja, dos ganhos possíveis proporcionados pela democracia burguesa⁸.

Nesse terreno se desenvolveram diversas formas de exploração da força de trabalho e a característica essencial dessas formas seria a de não utilizar trabalho assalariado protegido e com direitos. O tratamento desse processo geralmente é feito a partir da explicação da existência do setor formal e do informal, mas no diálogo com Tavares e Alves (2006) podemos perceber as conexões entre as variadas formas de informalidade do trabalho e as necessidades da acumulação capitalista. Acrescente a este movimento o fato de,

Segundo o economista Samir Amin, cinquenta anos atrás, 80% da classe trabalhadora exercia ocupações estáveis e apenas 20% se encontravam em situações instáveis de alguma forma. Atualmente, 40% são estáveis, 40% instáveis e 20% são desempregados (AMIN, 2018, apud SANTOS & JAKOBSEN, 2020, p.18-19).

É importante ressaltar que na década de 1950 (na industrialização intensiva) apesar das arcaicas formas de trabalho persistirem ao lado das formas mais modernas, o país experimentou um desenvolvimento do mercado de trabalho e um limitado, mas, consistente, processo de integração dos(as) trabalhadores(as) ao

[8]. De acordo com Rosa Luxemburgo: “Se a democracia se tornou parcialmente supérflua e em parte um obstáculo para a burguesia, inversamente, para a classe trabalhadora, ela é necessária e indispensável. Primeiro, ela é necessária, pois cria formas políticas (auto-organização, direito de voto e similares) que servirão como pontos de partida e de apoio ao proletariado durante sua remodelagem da sociedade burguesa. Segundo, é indispensável, pois apenas nela, na luta pela democracia, no exercício de seus direitos, é que o proletariado pode chegar à consciência de seus interesses de classe e de suas tarefas históricas” (LUXEMBURGO, 2011, p. 73).

mercado de trabalho. Integração que obtida na década de 1980 estacionou com os processos de reestruturação do capital.

Com quase dois séculos de construção do Estado nacional desde a sua Independência, o Brasil encontra-se diante da inédita via regressiva com características neocoloniais. Isso porque após ter experimentado o exitoso ciclo de expansão produtiva e ocupacional entre as décadas de 1930 e 1970, passou a apresentar trajetória capitalista declinante de sua economia e desestabilizadora no interior do mundo do trabalho. Nas últimas quatro décadas, por exemplo, duas podem ser consideradas perdidas do ponto de vista econômico (1980 e 2010) (POCHMANN, 2020, p.34).

Feita esta discussão, passamos então à análise contemporânea do trabalho no Brasil, compreendendo que às transformações recentes nos métodos de produção aprofundam uma tendência histórica das relações de produção capitalista no país, qual seja, a fusão dialética entre trabalho precário e acumulação capitalista.

Desde 1990, com o nítido abandono do projeto de industrialização nacional, as formas de contratação de força de trabalho sofreram importantes mudanças, em larga medida, determinadas pelo movimento de abertura comercial e financeira, o que impôs ao setor produtivo a generalização da flexibilização dos contratos de trabalho. Neste sentido, ganhou importância a terceirização da força de trabalho no país, que teve no setor terciário, nos serviços vinculados à produção e à distribuição, sua base de difusão (POCHMANN, 2008).

As mudanças ocorridas nos processos produtivos nas fábricas brasileiras nas mais variadas áreas da produção foram enormes. A criação de programas de qualidade total, banco de horas,

contratos temporários, cooperativas de trabalho, oferecem pistas desta maré montante que tratou de alterar as formas de produzir e, desta forma, oferecer condições vantajosas à perpetuação da acumulação capitalista. Mas foi preciso garantir as condições jurídicas e políticas, neste sentido:

O ano de 1998 foi um ano eleitoral e a questão do desemprego ameaçava tornar-se ponto prioritário na agenda política, o que levou o então presidente da República, candidato à reeleição, a apresentar reforma para incentivar o emprego. Tal reforma foi mais um ato de dilapidação dos direitos da classe trabalhadora brasileira do que propriamente uma resposta à questão do desemprego: banco de horas, contratos por tempo determinado, suspensão do contrato de trabalho etc., são estratégias que precarizam ainda mais o acesso ao emprego, além de não contribuir para a abertura de novos postos de trabalho (DEDECCA, 2000; CARDOSO, 2001 apud OLIVEIRA, 2004, p. 130).

O Estado brasileiro tratou de oportunizar os instrumentos legais e políticos e o país passou a conviver com novas modalidades de regime de trabalho. A partir de 1995, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Tribunal Superior do Trabalho favoreceram a proliferação da terceirização do emprego no Brasil. Até o ano de 1999 tinham sido criados vários mecanismos legais, entre eles estão: Contratos de trabalho assalariado especial para micro e pequenas empresas e temporário reformulado (1996); Contratos por tempo de trabalho determinado e o por jornada parcial de trabalho, além da suspensão contratual por 2 a 5 meses para qualificação (1998); A lei que flexibilizou a demissão por excesso de pessoal (1999); Acrescente-se a medida de participação nos lucros (1994) que tornou uma parte crescente do salário variável e sem incidência de custos trabalhistas (POCHMANN, 2008).

O projeto econômico dominante no Brasil tem produzido impactos dramáticos nas condições de vida e trabalho do povo brasileiro. Particularmente, as propostas implementadas no campo dos direitos do trabalho, que, sob o argumento da necessidade de modernização da legislação trabalhista do país e a promessa de ampliação dos empregos – na medida em que removeria entraves burocráticos e melhoraria o ambiente de negócios para empresários poderem investir – patrocinou uma nova “reforma” trabalhista que mais uma vez alterou profundamente as relações de trabalho no país.

A “reforma” trabalhista⁹, baseada na ideologia da modernização cuja essência é regressiva, alterou mais de 117 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), determinando a prevalência das negociações contratuais sobre o legislado. O “negociado” pode até ser uma possibilidade para ações coletivas dos(as) trabalhadores(as) amparados por seus respectivos sindicatos, desde que sejam respeitados os direitos trabalhistas garantidos em lei e/ou ampliados, mas com a contrarreforma trabalhista o que ocorreu foi mais uma tentativa de reduzir a proteção social ao trabalhador(a). O Brasil foi construído sobre as bases de modernizações conservadoras, sempre de acordo com os novos processos sócio-históricos nos quais a exploração da força de trabalho era alocada também sobre novos patamares, aprofundando ainda mais as péssimas condições de vida da população.

As alterações da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT criaram um ambiente incrivelmente hostil às garantias e direitos

[9]. É importante demarcar, mais uma vez, que a contrarreforma trabalhista foi aprovada no contexto de um golpe político e institucional e sem debates abertos com os sindicatos dos(as) trabalhadores(as) e o conjunto da sociedade civil brasileira. O curto período de tramitação das propostas legislativas no Congresso Nacional revelou a pressa da burguesia, que desde os anos 1960, tinha como prioridade a flexibilização irrestrita das relações de trabalho. A Lei 13.467, materialização mais proeminente da contrarreforma, entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, corroborando para um contexto de regressão de direitos sociais, privatizações e interferência mínima do Estado na reprodução social.

vinculados as coberturas aos riscos sociais do trabalho assalariado. Acrescente a este movimento a autorização concedida pelo Supremo Tribunal Federal - STF¹⁰, que decidiu pela constitucionalidade da terceirização para todas as etapas do processo produtivo das empresas, inclusive, das atividades-fim. Os desdobramentos de tais mudanças, ao contrário do que dizia a propaganda oficial, produziu um enorme retrocesso na legislação e impactou brutalmente nas condições de vida e trabalho para aqueles que apenas resta a venda de sua força de trabalho. As análises sobre os impactos de “reforma” trabalhista no mercado de trabalho brasileiro têm revelado o aprofundamento de características históricas, a exemplo da informalidade, que possui formas variadas num país capitalista periférico. Mas, não podemos suprimir de nossas análises o impacto igualmente devastador da modalidade de trabalho intermitente, na esteira do processo de uberização do trabalho, desaguando naquilo que Ricardo Antunes tem nomeado como o *privilegio da servidão*.

A política econômica ultraneoliberal, já iniciada por Temer ou mesmo antecipada no próprio governo Dilma, com o plano Levy, associada à “reforma” trabalhista, a generalização das terceirizações, a “reforma” da previdência do governo Bolsonaro, ampliaram e aprofundaram traços históricos do mercado de trabalho brasileiro, que por conseguinte estão promovendo uma verdadeira explosão da demanda pela política de assistência social, especialmente no que tange aos programas de transferência de renda.

O drama da classe trabalhadora brasileira é ainda muito maior, pois, para além da incidência do trabalho flexível precá-

[10]. Em 2018 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu pela constitucionalidade da Lei das Terceirizações. O Plenário do STF, no dia 15/06/2020, manteve o entendimento e julgou constitucional a Lei da Terceirização (Lei 13.429/2017), que permitiu a terceirização de atividades-fim das empresas urbanas. Por maioria de votos, foram julgadas improcedentes cinco Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIS 5685, 5686, 5687, 5695 e 5735) que questionavam as mudanças nas regras de terceirização de trabalho temporário introduzidas pela lei.

rio, o país possui índices de desemprego e de pobreza absoluta alarmantes. A situação de estagnação da economia nacional tem produzido uma elevação do desemprego e a precarização generalizada das ocupações, sobretudo nas regiões mais pobres do país, onde, não por acaso, a incidência de pessoas aptas aos programas assistenciais é bastante expressiva.

Os estudos de Pochmann nos oferecem elementos importantes para entender essa dinâmica:

Após meio século de construção da sociedade salarial na perspectiva da cidadania regulada, o sentido da estruturação do mercado de trabalho, ainda que incompleto, passou a ruir, com retrocessos inegáveis. Entre 1989 e 2019, por exemplo, a taxa de assalariamento apresentou inédita redução de 6,7%, passando de 64,1% da PEA para 59,8%, enquanto o emprego formal diminuiu em 14,8% (de 49,2% da PEA para 41,9%). Entre 1989 e 2019, por exemplo, o universo de ocupados não assalariados saltou de 35,9% para 40,2% da PEA, o que significou crescimento de 12% no período. Ao mesmo tempo, a participação dos empregados informais na PEA aumentou de 23,2%, em 1989, para 29,9% e a do desemprego aberto cresceu de 3% para 11%, sem incluir os desalentados e subutilizados da População Economicamente Ativa (POCHMANN, 2020, p.39).

As opções econômicas das elites brasileiras assumidas pelo Estado têm repercutido na tendência a desindustrialização da economia, produzindo uma sociedade de serviços, donde 4/5 das ocupações no Brasil dependem do setor terciário – setor dos serviços. Neste caminho crescem os trabalhos domésticos, segurança privada, plataformas (deslocamento de pessoas e de mercadorias), eis o terreno fértil para o crescimento da informalidade. Concretamente, observando os resultados da PNAD – Contínua,

do 1. trimestre de 2020, divulgada em abril daquele ano, os serviços agregam 71% da força de trabalho ocupada, sendo esta 92,2 milhões. Outros dois dados importantes e que vem sofrendo variações ainda maior no período da pandemia da COVID-19 são a taxa de desocupação 12,2% (12,8 milhões) e de desalento 4,2%. Acrescente a isso que quando considerado percentual de pessoas desalentadas na população, na força de trabalho potencial, esse índice sobe para 57,4%.

O quadro de pessoas fora da força de trabalho, desalentadas, desocupadas, subocupadas (99,6 milhões), acrescido daqueles empregados públicos e privados sem carteira (17,6 milhões) indicam o alcance e profundidade do drama social a que nos referimos: a desproteção que vive a classe trabalhadora no Brasil e a piora das condições de vida. Este quadro nos permite analisar a tendência de explosão da demanda pelos serviços e programas da política de assistência social.

Ainda cabe a análise da relação entre classe e relações étnico-raciais no mercado de trabalho. O quadro da precarização do mundo do trabalho pesa mais sobre a população negra se considerar que sua participação na força de trabalho total é de 54,7%, mas desse contingente apenas 86% encontra-se ocupada ao lado da população branca, que representa 90,5% da ocupação da sua força de trabalho total.

A diferença do rendimento médio nominal efetivo entre brancos e negros nos anos de 2018 a 2020, considerado o primeiro trimestre, segue a média de 77% em favor do primeiro. Quanto à subutilização da força de trabalho, no ano de 2018 ele alcançava a média de 66% em relação à força de trabalho branca. No mesmo ano, concernente à informalidade, o negro correspondia a 47,3%, o maior contingente recolhido até então. Se levar em consideração os cargos gerenciais, apenas 29,9% deles foram ocupados por negros no referido ano. Qualitativamente a situação da população

negra no mercado de trabalho assalariado é pior se levado em consideração que no ano de 2020, se somados os desalentados, o desemprego atingiu 20.000.000¹¹.

Percebe-se, então, que em face à constante precarização do mercado de trabalho, a particularidade de nossa formação sócio-histórica se delineia nitidamente para cumprir os requisitos de sua reprodução social dependente. Nesse quadro histórico, a contradição imanente da “inclusão” na sociabilidade capitalista se apresenta da seguinte maneira: a universalização do capital sob as camadas sociais e sua “exclusão” nas particularidades da classe trabalhadora.

A crise sanitária da COVID-19 amplificou os malefícios de décadas de neoliberalismo brasileiro, com a diminuição da atividade econômica e até mesmo o fechamento do comércio – impactando nos serviços – embora tenha deixado de fora parte dos trabalhos das plataformas, essa economia dos serviços, desindustrializada, revelou todas suas contradições sociais, expresso nos milhões de brasileiros(as) em busca do Auxílio Emergencial.

Ao mesmo tempo em que foram processadas as mudanças das relações de trabalho, oferecendo garantias para ampliação da exploração da força de trabalho, com as terceirizações e a destruição de direitos do trabalho, o Estado brasileiro – claramente a serviço dos interesses das classes dominantes – instaurou um acelerado processo de desmonte das políticas de proteção social, aprofundando tendências já em curso no país.

A “reforma” trabalhista atendeu claramente às necessidades (reivindicações) de uma fração bem específica da classe domi-

[11]. Os dados referentes rendimento médio efetivo foram extraídos de IBGE (2021); os referentes ao ano de 2018 foram extraídos do informativo presentes em IBGE (2019). A utilização deste último é mais precisa em informações, pois devido à metodologia adotada pelo IBGE não se considera dados de informalidade, e os dados referentes à subutilização da força de trabalho não contam com a distinção racial; os dados referentes a quantidade de desempregados em 2020 se encontram em IBGE (2020).

nante, se preferirem do empresariado que atua no país. A outra reforma, a da previdência, atendeu diretamente outro conjunto de necessidades do capital. Neste outro caso, atendeu aqueles que detêm a hegemonia na economia mundial – o capital financeiro –, assim como a aprovação da Emenda Constitucional 95, aquela que resultou da PEC do teto dos gastos sociais atendeu nitidamente essa franja da classe dominante, pois tem liberado fatias ainda maiores do fundo público para o pagamento da dívida, alimentando um esquema mundial de espoliação.

É nessa dimensão que se dá a relação orgânica entre os processos de exploração do trabalho e da acumulação por espoliação na vasta miríade de novos negócios, sejam eles resultantes de privatizações e capitalizações de serviços, bens e ativos públicos; sejam pela criação de novas mercadorias. No caso da supressão e/ou mercantilização de serviços sociais necessários à reprodução e à proteção social dos trabalhadores, é possível identificar nesse movimento uma espécie de *remercantilização e desvalorização da força de trabalho* como expressão da superexploração dessa força de trabalho e precarização social dos que vivem do trabalho (MOTA, 2018, p. 174).

Behring (2018) ressalta que, a captura direta do fundo público tornou-se visceral à reprodução ampliada do capital. Na mesma medida em que recorre a desregulamentação das relações de trabalho e ataca as políticas sociais, os salários indiretos, o capital se apodera da parte do trabalho necessário e excedente que se transformou em fundo público. A autora destaca as quatro funções que o fundo exerce na economia: o financiamento do investimento capitalista, das políticas sociais, da infraestrutura e a remuneração do rentismo.

Na medida em que os bens e serviços públicos vão assumindo a forma mercadoria, oferecidas nas prateleiras do mercado, a fatia do fundo público destinada ao rentismo segue uma dinâmica de expansão acelerada. Ao longo dos últimos anos o Estado brasileiro tem destinado de forma crescente volumosos recursos para o pagamento de juros e amortização da dívida pública e, portanto, aumentando a remuneração do rentismo.

De acordo com Behring, a rigor todos os recursos que compõem o fundo público advém do trabalho, fonte de toda a riqueza, pois, corretamente observa, que este é formado por impostos e contribuições que incidem sobre o trabalho excedente e também sobre o trabalho necessário. Além disso, num país como o Brasil, que possui uma tributação regressiva, que trata desiguais de forma igual, incidindo no consumo e não na riqueza e na propriedade, faz todo sentido retomar a análise da *exploração tributária*, de James O'Connor (1977).

[...] ao limitar sua capacidade de acumular poupanças líquidas, sistema tributário força os trabalhadores a continuarem a ser trabalhadores – e, a longo prazo, obriga a classe trabalhadora a ficar cada vez mais dependente do capital e, em última instância, do Estado. Esta é uma interessante contradição do sistema tributário: por um lado o fardo dos impostos recai sobre a classe trabalhadora; por outro lado, a classe trabalhadora exige cada vez mais despesas (de consumo social e correntes de caráter social) exatamente porque tem o *status* de classe trabalhadora. Pode ser fato que quanto maior for o nível de exploração tributária mais elevado será o nível de despesas governamentais e, pois, a necessidade de mais exploração tributária (O'CONNOR, 1977, p. 214).

Behring (2018) ao recuperar a tese da exploração tributária para analisar o fundo público brasileiro, sua constituição e destinação, observa corretamente a combinação entre regressividade tributária e o cada vez mais frequente não retorno na forma de bens e serviços públicos – em razão da agenda neoliberal adotada no país. A autora, neste sentido, eleva a um novo patamar a análise de O'Connor, pois captura o movimento do real nesta quadra histórica e na particularidade brasileira, observa que esse movimento faz parte das novas formas de expropriação do capitalismo contemporâneo, na exata medida em que o Estado se apropria da riqueza produzida pelo trabalho, seja na forma excedente ou necessário, e em função da destruição crescente das políticas sociais a classe trabalhadora não desfruta de bens e serviços públicos consistentes.

Portanto, esse conjunto de medidas jurídico-políticas operadas na última década têm aprofundado as desigualdades e revertido as conquistas civilizatórias que foram fruto das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. Neste sentido, os processos de expropriação com a subtração de direitos e políticas sociais expressam as formas renovadas da voracidade do capital que tem como único horizonte a busca pelo lucro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. O declínio civilizatório do capital. In: SILVA, M.L.O.; SOUZA, E.A.L. **Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed Unicamp, 2003a.

BEHRING, Elaine. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, Ivanete. (org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, pp. 187-209, 2018).

BEHRING, Elaine. **Fundamentos da Política social**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

CHESNAIS, François. Crisis de sobreacumulación mundial, crisis de civilización. Buenos Aires; Herramienta, 2010.

FREDERICO, Celso. **Marx, Lukács a arte na pesquisa ontológica**. Natal: Ed. EDUFRN, 2005.

HARVEY, David. **Para entender o capital: Livros I e II**. São Paulo: Boitempo, 2014

HUSSON, Michel. Finanzas, hipercompetencia y reproducción del capital, IN: **Las finanzas capitalistas: para comprender la crisis mundial**. Buenos Aires; Herramienta, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Desemprego, 2020**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20desemprego,dispon%C3%ADveis%20e%20tentam%20encontrar%20trabalho>>. Acesso em 25 Março. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. In: *Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica*, nº 41, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. PNADC/T, 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadc/tabelas>>. Acesso em: 25 março. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro, 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>. Acesso em: 25 março. 2021.

LARA, Ricardo. **História e Práxis Social**: introdução aos complexos categoriais do ser social. 1. ed. Bauru: Canal 6 (Projeto Editorial Práxis), 2017.

LARA, Ricardo; HILLESHEIM, J. Modernização trabalhista em contexto de crise econômica, política e sanitária. In: **O social em questão**. Rio de Janeiro: PUC/RJ. V. 1, p. 61-88, 2021.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. O Trabalho. In: LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**. Roma: Riuniti, 1981.

LUKÁCS, György. **Pensamento vivido**: autobiografia em diálogo. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Viçosa, MG: Editora da UFV, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. **Texto escolhidos**. Volume I. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, Ivanete. (org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, pp. 167-186, 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionista**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Eurenice. **Toyotismo no Brasil**: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 4ª. ed. Petrópolis-RJ: Vozes/CEBRAP, 1981.

POCHMANN, Márcio. A superterceirização do trabalho In: FAGNANI, Eduardo. **Debates contemporâneos, economia social e do trabalho**, n. 2, São Paulo: LTr, 2008.

POCHMANN, Márcio. Os trabalhadores na regressão neoliberal. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio (org.). **A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. 1. ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, CNTE–Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, pp.31-54, 2020.

SALVADOR, Evilásio. Crise do capital e o socorro do fundo público. In BOSCHETTI, I.S (et all). **Capitalismo em crise: Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. A crise estrutural do capital e os desafios da revolução. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE Rodrigo (org.). **Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 199-210.

SANTOS, Artur Henrique S.; JAKOBSEN, Kjeld A. O trabalho nas atuais transformações da globalização capitalista. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio (org.). **A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. 1. ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, CNTE–Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, pp. 09-30, 2020.

TEIXEIRA, Francisco. Os fundamentos da especulação. In: <https://aterraeredonda.com.br/os-fundamentos-da-especulacao/>, acesso em Março de 2021.

TERTULIAN, Nicolas. **Uma apresentação à Ontologia do ser social de Lukács**. *Crítica marxista*, São Paulo: Brasiliense, n. 2, p. 54, 1995.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, Maria Augusta; ALVES, Maria Aparecida. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, p. 425-445, 2006.

TROTSKI, Leon. **A história da Revolução Russa**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

CAPÍTULO II

.....

A Questão Social: única, indivisível e histórica

.....

*Maria Augusta Tavares
Larissa Martins de Almeida*

INTRODUÇÃO

O que para os marxistas é contradição só eliminável pelo fim do capitalismo é, para os neoliberais, uma espécie de efeito colateral do desenvolvimento capitalista, passível de solução mediante políticas sociais. Simples assim. Essa lógica que, sob dissimulações diversas, impregna todas as relações sociais (produção, escolhas políticas, conceitos e preconceitos, religiões, comportamentos etc.), com gravíssimas consequências para a vida, sobretudo a dos trabalhadores, tornou-se, mundialmente, ponto de pauta de sucessivos governos. Afinal, o Estado precisa dizer de algum modo que se importa com a desigualdade social. Fragmentar a questão social e incluir as suas expressões nos programas de governo é uma tentativa de negar o seu “[...] papel ativo na luta de classes a favor da integração e da organização das classes dominantes e da dispersão e desarticulação das classes dominadas” (OSÓRIO, 2019, p. 51).

Para dizer que essa realidade, quando levada em conta, é predominantemente vista de forma fragmentada, como se os problemas sociais não estivessem sistematicamente conectados à economia e por ela determinados, de novo precisamos recorrer à perspectiva teórica. Essa recorrência, que pode parecer um preciosismo arrogante, na verdade é imprescindível, desde que se atente para o fato de que vivemos numa sociedade de classes e que só temos duas maneiras de ver o mundo: pela ótica do trabalho ou pela ótica do capital. Não há neutralidade possível. Para dizermos de outra maneira, ou se vê o mundo sob a orientação do marxismo ou do liberalismo. Um pouco disso e um pouco daquilo está completamente descartado.

Para sermos mais claras, a visão que não é capaz de perceber a trama formadora da totalidade representa o pensamento liberal, seja qual for o “ismo” que sustenta o lugar de fala dos sujeitos que a defendem. Já para quem vê o mundo através do liberalismo, não existe questão social. Daí por que suas referências à desigualdade aparecem ou como questões sociais (sim, no plural) ou como problemas sociais. Ao contrário, para a tradição marxista, existe uma questão social única e indivisível, cuja raiz é o capitalismo. É esse o caminho que vamos trilhar.

Assim como muitos dos indivíduos que veem a realidade de forma fragmentada jamais ouviram falar sobre o liberalismo, apreender a questão social não é, obrigatoriamente, um privilégio de marxistas, embora deles se espere tal apreensão. A capacidade de apreender o todo, seja qual for a situação, é, principalmente, um exercício ético, numa sociedade em que predomina a fluidez da moral. Se pensar acerca do todo fosse uma prioridade, provavelmente não vingariam as *fake news*, que passaram a fazer parte do nosso cotidiano; tampouco o protagonismo da história recente seria outorgado a delatores. Muitas mentiras são multiplicadas

simplesmente porque pessoas e instituições optaram por sucumbir ao imediatismo das coisas prontas. Pensar dá trabalho, por isso não se é marxista porque a revolução é “pop”. Ser marxista não é como pertencer a um partido cujos princípios escritos, *a priori*, são imputados aos que a ele se associam. Ser marxista é ser alguém que pensa, que duvida, que pergunta, que sofre a realidade e a elabora teoricamente. Para ser breve, o marxista deve ter claro que o todo é sempre maior que a soma das partes.

Com este preâmbulo, no qual declaramos a nossa orientação teórica, tentaremos atender ao convite que nos foi feito: discutir a questão social nesse difícil momento histórico em que a crise do capital é agravada pela pandemia do coronavírus. Se nada mais essa experiência nos ensinar, um aprendizado é incontestável: a unidade da questão social. Sem que pretendamos igualar os continentes, como fazem os que advogam a globalização, importa verificar que em face da mesma pandemia são diferentes as reações de países ricos e pobres e que nessas diferenças as determinações do capital se revelam.

Os índices de saúde, de educação, de moradia, de alimentação, de saneamento, de emprego etc. se nos oferecem como a matéria de que precisamos para demonstrar como tudo se encadeia, como a falta de um serviço – ou se preferirmos, de política – leva a outro, que leva a outro, conformando o que chamamos de questão social e, concomitantemente, demonstrando que economia e política caminham juntas. Se todas as políticas são insuficientes, por onde começar? Como o nosso público-alvo são assistentes sociais, lembramos que entre esses profissionais parece ser unanimidade que a questão social é resultante da contradição capital trabalho. Nessa lógica, Iamamoto afirma ser a questão social “[...] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras” e “tributária das formas

assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa” (2001, p. 11). Em concordância com esse pensamento, optamos por discutir a questão social, tomando como referência o desemprego e as formas de trabalho contemporâneas, pois através deles a contradição capital/trabalho se agudiza. Antes, porém, ainda que de forma breve, exporemos os fundamentos da questão social.

BREVE DEBATE SOBRE OS FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL

No vigésimo quarto capítulo do *O Capital*, Marx expõe os fundamentos históricos da hegemonia capitalista. Estão dados ali os elementos primários que possibilitaram a acumulação de riquezas, bem como o processo de constituição de uma força de trabalho impelida à exploração. No mesmo capítulo, o autor também expõe o papel fundamental do Estado a fim de possibilitar a expropriação de terras, seja através do roubo das terras da Igreja e da expulsão dos camponeses, seja através da criação de mecanismos legais que permitiram a apropriação privada de grandes propriedades por proprietários fundiários e capitalistas. Marx (2013, p. 787-8) argumenta que, nesse processo, “[...] grandes massas humanas são [foram] despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres”, no caso, “livres” para se submeter ao mercado capitalista em ascensão.

O movimento que então se constituía visava à transformação das terras de lavoura expropriadas em pastagens de ovelhas, ou seja, na transformação do solo que, até então, era eminentemente agrícola, em artigo puramente comercial (dada a grande demanda por lã por parte da indústria manufatureira) (MARX, 2013). Em consequência, uma grande massa de proletários foi afastada do

seu modo de sustento e subsistência, sendo lançada aos grandes centros urbanos e forçada a vender sua força de trabalho. Dessa forma, a acumulação primitiva propiciou a guinada necessária ao capitalismo, já que pressupôs “[...]a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (MARX, 2013, p. 786). Segundo Marx (2013, p. 786), “[...] a assim chamada acumulação primitiva [...] constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”.

O caminho percorrido pelo capitalismo significou tortuosas consequências para a classe trabalhadora ascendente. Marx revela que esse processo não se dá de forma pacífica: “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (2013, p. 787). Expulsos do campo contra a sua vontade, os camponeses se amontoaram nos centros urbanos e tiveram de conviver com pobreza, desigualdade, desemprego, violência e péssimas condições de moradia. Os trabalhadores livres precisaram colocar sua força de trabalho à disposição do capital, todavia, nem todos encontraram espaço ou conseguiram se adaptar à exploração do mercado de trabalho capitalista: muitos “[...] converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas, na maioria dos casos, por força das circunstâncias” (MARX, 2013, p. 805-6). A resposta a esses casos foi a repressão¹.

Esse montante de trabalhadores (assalariados e desocupados) dá origem a uma nova classe social: o proletariado – força de trabalho necessária para alavancar a produção capitalista. Em

[1]. Como resposta a esse processo surgem as leis sanguinárias, que objetivavam punir e reprimir a vagabundagem e a mendicância através de códigos coercitivos que submetiam os desajustados ao trabalho forçado, regulamentavam o trabalho (a jornada de trabalho, a remuneração ofertada mediante míseros salários, estabelecendo inclusive um salário máximo a ser pago) e puniam com multa, prisão, tortura e morte quem se negasse a se submeter a essas leis (MARX, 2013).

contraposição, estava a burguesia – classe dominante detentora dos meios de produção. Essas classes partem de uma posição ontológica essencialmente antagônica, tendo em vista as relações sociais de exploração e submissão estabelecidas na sociedade capitalista que, por sua vez, pressupõe uma produção socializada e uma apropriação privada dos frutos do trabalho alheio.

Como nem todos conseguiram inserir-se no mercado de trabalho, tem-se como resultado o surgimento de uma superpopulação excedente, o chamado “exército industrial de reserva”, que vai pressionar a força de trabalho ocupada e contribuir para sua maior exploração (NETTO, 2013), sendo extremamente funcional ao capital por assegurar a lógica perversa da acumulação. Essa superpopulação relativa fica à disposição do capital, formando uma fonte inesgotável de força de trabalho disponível às suas necessidades (MARX, 2013).

Em consequência, a realidade capitalista faz surgir uma pobreza de nova ordem, uma pobreza que não é mais proveniente da escassez de produtos ou de uma baixa capacidade produtiva, mas das relações desiguais estabelecidas na ordem do capital. A extensão desse exército e o conseqüente crescimento do fenômeno do pauperismo farão ascender aquilo que denominamos de “questão social”: “[...] quanto maiores forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial” (NETTO, 2013, p. 719).

A lei geral de acumulação capitalista, anatomicamente descrita por Marx no capítulo XXIII de *O Capital*, revela a contradição máxima desse modo de produção: quanto mais se produz riqueza para a classe burguesa, mais se produz miséria para a classe trabalhadora. Malgrado a capacidade que têm as forças produtivas de sanar as expressões da questão social, o que se vê é a sua intensificação: “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo,

a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, 2013, p. 721).

A condição para o desenvolvimento capitalista e a acumulação de riquezas pelas classes dominantes depende da exploração do trabalho e, conseqüentemente, da acumulação de miséria por parte da classe trabalhadora. A exploração do trabalho e a subordinação dos trabalhadores aos ditames do capital são fundamentais às relações sociais estabelecidas no MPC – relações estas vistas pelos liberais como um acordo entre partes igualmente interessadas e não como realmente são: relações sociais essencialmente desiguais entre os proprietários dos meios de produção e os que detêm apenas a sua força de trabalho como propriedade e devem submeter-se às condições de trabalho que estão postas.

Como já ressaltava Engels (2010, p. 121), “o operário é, de direito e de fato, um escravo da classe proprietária, da burguesia; é seu escravo a ponto de ser vendido como uma mercadoria”. No entanto, “não é vendido por um proprietário a outro, mas vende-se ele mesmo, porque não é escravo de um indivíduo, é escravo de toda a classe proprietária” (2010, p. 121). Portanto, o preço pago pelo seu trabalho nunca será condizente com o que produz, mas condizente com a sua subsistência, com a sua reprodução. O capitalista se apropria do trabalho não pago sob um mais-valor, razão da sua acumulação de riquezas e das desigualdades entre produtores e proprietários.

Como se pode ver, a “questão social” tem base material objetiva e é um elemento indissociável da engrenagem do capital. É no MPC que estão contidas as determinações fundantes (econômicas, sociais, humanas e políticas) da “questão social”. Nesse sentido, o desemprego – aspecto estrutural do modo de produção capitalista

– consubstancia uma das expressões mais significativas da “questão social”. É a partir dessa premissa que seguiremos nossa análise.

TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL

Falar de trabalho, hoje, remete obrigatoriamente ao teletrabalho, ao trabalho por turno, ao trabalho temporário e às formas de uberização, “individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 11).

A precarização tornou-se uma marca do trabalho, seja ele manual ou intelectual, em países ricos ou pobres. Mas, para os países ricos, certas relações, a exemplo do trabalho informal, é uma novidade. O trabalho sem proteção social, contemporaneamente, em alguns países centrais, foi inaugurado pela reestruturação produtiva do capital, sob os auspícios da flexibilização, ofertada como uma das principais políticas para a solução da crise. Já nos países periféricos, além do trabalho precarizado, os trabalhadores sempre conviveram com o trabalho informal. O trabalho com carteira assinada nunca ultrapassou 50% da população economicamente ativa no Brasil. Na segunda metade do século XX, na década de 70, quando, na Europa, estavam a escassear os benefícios do Estado de bem-estar social, os países periféricos, atrasadamente, sofriam as consequências da crise mundial que se anunciava, bebendo na fonte do relatório do Quênia², tendo em vista reproduzir as políticas para a atenuação do desemprego,

[2]. Resultante de uma missão de estudos realizada por técnicos da OIT, que analisaram o problema urbano no Quênia, em 1972.

ali propostas, orientadas ao chamado “setor informal”³. Embora, eventualmente, também tenha se registrado no Nordeste o propósito de assalariar formalmente todos os trabalhadores, a realidade demonstra que essa promessa jamais se realizou. Podemos dizer que o atrasado tornou-se moderno, sem que entre esses momentos tivesse havido um interstício de favorecimento aos trabalhadores. Muitos, até hoje, nunca tiveram um contrato regular de trabalho.

Mas se a precarização e a informalidade penalizam o trabalhador, o desemprego aniquila-o, mata-o. Como viver sob o capitalismo sem nada vender? Como comprar as mercadorias necessárias à sobrevivência, quando a mercadoria força de trabalho torna-se descartável? O Estado teria uma política de emprego para acudir os trabalhadores desempregados?⁴ A realidade demonstra que não. Na melhor das hipóteses, o liberalismo de esquerda oferece um programa de renda mínima, como o Bolsa Família. Por sua vez, o liberalismo de direita, se não for pressionado, nem isso oferece. A sucessão de fracassos que podem decorrer do desemprego certamente não cabe em um artigo, assim como não deveria caber na cabeça de ninguém o preço que o capitalismo cobra dos trabalhadores para preservar a acumulação.

[3]. Concepção da qual discordamos, por tratar a informalidade como se fosse uma distorção resultante do atraso econômico. Termo cunhado em *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*, Genebra, 1972.

[4]. “Não se deve esquecer que para o capital é fundamental romper com a unidade entre economia e política, para que qualquer coisa que se dê na economia (como a desigualdade social, a concentração dos meios de produção etc.) apareça como um assunto não político e qualquer coisa que se dê na política (quem manda, quem obedece, os projetos de quem organiza a vida em comum) apareça como não econômico (mas como assuntos de cidadãos, indivíduos iguais em termos políticos, e não como assuntos de grupos econômicos ou de classes que dominam). O Estado e a política não são epifenômenos da economia. Mas tampouco constituem esferas independentes e autônomas, tal como prefere afirmar o pensamento dominante. São dimensões de uma unidade diferenciada” (OSÓRIO, 2019, p. 25).

O que chamamos de fracassos são todas as faltas, todas as carências, todas as necessidades e todos os infelizes desdobramentos que a realidade nos mostra através da mão oprimida e humilhada que pede ajuda, dos indivíduos que roubam e matam para ter acesso às drogas que os alienam da realidade, dos que a justiça amontoa nos ambientes fétidos e apertados das prisões, muitos deles por terem cometido crimes patrimoniais. Não surpreenderia se, a título de justificar o injustificável, alguém alegasse que a miséria sempre existiu. É verdade. Mas era-se miserável em sociedades cuja divisão da riqueza tornaria todos pobres. Sem aplaudir escravagistas e senhores feudais, aquela desumanidade encontra uma razão objetiva. Bem diferente da sociedade capitalista, onde a distribuição da riqueza é suficiente para garantir a igualdade que reivindicamos, sem que ninguém precise ser pobre.

Convém destacar que o processo de acumulação de capital obsta que a riqueza beneficie a todos, como fez no início do liberalismo. As políticas neoliberais têm se aprofundado ao Norte e ao Sul do mundo. Prova disso são as reformas trabalhistas e previdenciárias, que embora mais limitantes ao Sul, já atingem também o Norte. Pietro Basso, no prefácio à edição brasileira de *Tempos modernos, jornadas antigas*⁵, declara que a sua motivação para escrever o referido livro “[...] foi demonstrar que, em todos os países do Norte do mundo, a jornada de trabalho média dos assalariados está se tornando, há décadas, *cada vez mais intensa, longa e pesada*, em todos os setores” (2018, p. 11). A seu juízo, a economia retornou ao passado. O desenvolvimento da produtividade, e, portanto, da mais-valia relativa, não abre mão da mais-valia absoluta, mediante jornadas mais longas. Aliam-se à intensifica-

ção do trabalho: a completa disponibilidade do tempo dos trabalhadores para as empresas, a redução dos salários, as horas extras não remuneradas, além dos riscos à saúde, entre outras formas de subordinação e opressão (BASSO, 2018)

Cumprir destacar que os “fardos adicionais” ao trabalho não atingem exatamente da mesma maneira a todos os trabalhadores. A intensificação, a variabilidade e o prolongamento dos horários de trabalho não ocorrem de forma homogênea na Europa, “[...] repartindo-se desigualmente entre os sexos, gerações, raças e nacionalidades” (Idem, p. 36). Para ser breve, as restrições recaem predominantemente sobre as mulheres, os jovens e os imigrantes (Idem, *ibidem*).

Esse tratamento desigual é potencializado ao Sul do mundo, a começar pela divisão internacional do trabalho, que determina o lugar da produção de cada país ou região. Note-se a produção de automóvel. Essa mercadoria, o automóvel, que dá nome às fases mais importantes do desenvolvimento capitalista – fordismo e toyotismo –, está restrita a uns poucos países. Há mais de cinquenta anos, o Brasil oferece vantagens, em forma de subsídios, de garantias alfandegárias e de benefícios fiscais, a fábricas estrangeiras, para terem cá as suas montadoras. Governos estaduais e municipais sempre competiram, sob a lógica do quem dá mais, para ter uma dessas montadoras no território que entendem como seu. Mas, quando qualquer uma dessas fábricas estrangeiras decide pelo deslocamento das suas montadoras, pouco se importa com o destino dos trabalhadores, a exemplo do que está ocorrendo, neste momento, com a Ford, cujo fechamento eliminará 5 mil postos de trabalho. Estamos falando de empregos diretos; existem também os indiretos, todos aqueles que fazem parte da cadeia produtiva, além dos serviços e bens que deixarão de ser movimentados em face do imenso volume de desempregados.

[5]. BASSO; P. *Tempos modernos, jornadas antigas: vidas de trabalho no início do século XXI*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2018.

Ante essa realidade, poderíamos fazer algumas perguntas aos que separam a economia da política, preferindo ignorar a indivisibilidade da questão social:

- 1 – Qual a determinação para o deslocamento da Ford?
- 2 – Há alguma política estatal que acuda todos os trabalhadores em substituição ao emprego?
- 3 – Para além do emprego, que outros serviços tenderão a ser descartados da vida desses desempregados?

À primeira pergunta, cremos que marxistas e liberais dariam a mesma resposta. Apesar de terem julgamentos contrários sobre a acumulação capitalista, presumimos que ambos tivessem clareza de que essa é a motivação. Afinal, o deslocamento de uma planta fabril é sempre justificado pela redução dos custos da produção, mediante força de trabalho mais barata, menores custos fixos e aquisição de mais benefícios. Enfim, o objetivo é a obtenção de maiores lucros.

No que tange à segunda pergunta, dada a total desresponsabilização do Estado com os trabalhadores, a tendência será apoiá-los apenas com discursos que redundem em estímulos para que cada um encontre a própria saída. Segundo Basso (2018), não mais se prevê a intervenção mediadora dos Estados, voltada a impedir um desgaste muito rápido da força de trabalho, como havia no século XIX (idem, p. 17). A incapacidade da economia para gerar empregos, em sintonia com o crescimento da população economicamente ativa, suscitou uma receita, que se aplica a qualquer trabalhador. Se não há emprego, seja criativo, proativo, ousado, seja um empreendedor. Dessa forma, o que devia ser uma responsabilidade social passa a ser um ato individual, por cujos equívocos o Estado não se responsabiliza.

No caso dos desempregados a quem nos referimos, empreender significa devolver ao mercado a última economia advinda do seu trabalho. Para isso, os trabalhadores costumam ser convencidos de uma autonomia ontologicamente impossível na sociedade capitalista. Ninguém, nem mesmo os capitalistas, individualmente, goza da liberdade que tem sido prometida aos empreendedores. Serão patrões. Alguns apenas de si mesmos. Porém, acima deles estará sempre o mercado, o pior dos patrões. Cada uma das determinações do mercado repercute sobre a população, promovendo alterações, geralmente prejudiciais aos trabalhadores. Sobretudo nos momentos de crise, é evidente que ser patrão não garante imunidade aos grandes e, bem menos, aos pequenos.

Quanto à terceira pergunta, seria impróprio listar, aqui e agora, a quantidade de serviços e bens que são negados a quem não tem como pagar por eles. Mas essa negação, que atinge diretamente os que não podem comprar, também atinge indiretamente os que deixam de vender. Como se pode ver, é como se estivéssemos num turbilhão, que vai envolvendo mais e mais elementos, com um único propósito. Pensamos, assim, tornar claro o que entendemos por questão social. Estamos a falar de um todo indivisível, movido pelo mercado, que não cessa a sua busca por acumulação. “O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se” (MARX, 1983, p. 93).

ENTRE OUTROS, ALGUNS DADOS IMPACTANTES

No Brasil. o plano político em desenvolvimento, desde a tomada do mandato de Dilma Rousseff, colocou em prática um pro-

jeto de precarização e dissolução das políticas sociais públicas. A PEC 55, conhecida como a PEC do Fim do Mundo, congelou por vinte anos os gastos com políticas sociais, consolidando um cenário assolador, que afeta expressivamente os mais pobres do nosso país. A posterior confirmação de um governo antiestatual e neofascista no poder deu continuidade a esse plano político ao tomar medidas que afetaram diretamente a classe trabalhadora, como são exemplos a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

No atual contexto de pandemia, as resultantes das ações irresponsáveis desse governo podem ser visualizadas no número expressivo de mortos no país em consequência da Covid-19 (452.429, até aqui) e nas situações de colapso em que se encontram os serviços de saúde em estados como Amazonas e Rondônia. A tentativa do presidente da República de minimizar o vírus, nomeando-o como “uma gripezinha”, de deslegitimar as medidas de contenção da propagação do vírus, como o isolamento e o uso de máscaras, e a sua insistência irresponsável em recomendar o uso de medicamento sem eficácia comprovada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) comprovam uma atitude negacionista e insensata, com sérias consequências, principalmente para a população mais pobre.

A classe trabalhadora, nesse cenário pandêmico, é colocada no limite da miserabilidade. Para se ter ideia, durante o ano de 2019, a extrema pobreza atingiu 13,5 milhões de brasileiros (IBGE, 2020), o que já é um número inaceitável. No início deste 2021, com o fim do auxílio emergencial, o contingente de pessoas em extrema pobreza chegou a 27 milhões, segundo dados da FGV Social, divulgados na Folha de São Paulo (CANZIAN, 2021).

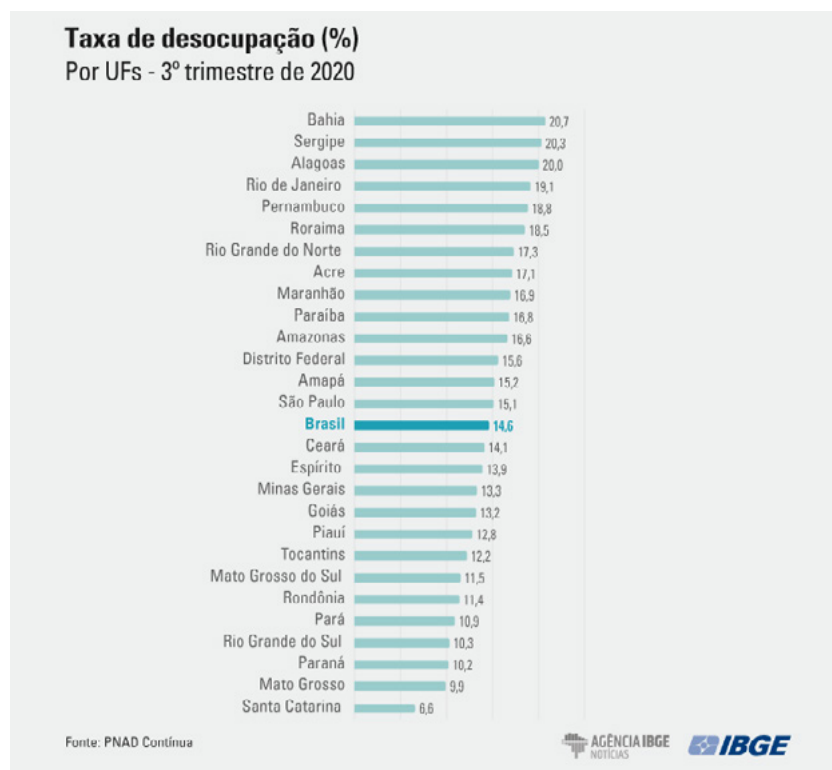
Convém lembrar que o auxílio emergencial é um benefício financeiro destinado a trabalhadores informais, microempreendedores individuais, trabalhadores autônomos e desempregados

em situação de vulnerabilidade. Um documento publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em 2017, revelou sérios embates no âmbito empregatício. Estimava-se uma taxa de desemprego de 11,5% para 2020, com a perda de 4,4% a 14,8% dos empregos formais (CEPAL, 2017, p. 9). A situação foi ainda pior, tendo em vista que no trimestre encerrado em novembro de 2020, a taxa de desemprego foi de 14,1%, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada em janeiro pelo IBGE (2021).

Trazendo essa realidade para o Nordeste, a situação fica ainda mais alarmante, dada a desigualdade social que conta a história dessa região. Não por acaso, ao se instituir a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (sudene), em 1959, aquela intervenção que pretendia o crescimento econômico se propunha a retirar os trabalhadores da informalidade. Mais de sessenta anos se passaram e esse propósito permanece adequado a qualquer plano de “desenvolvimento” para os estados nordestinos, hoje. Os efeitos da pandemia já demonstraram que da informalidade à total desocupação é um passo: não há como vender serviços ou objetos quando não há circulação de dinheiro. Os trabalhadores nordestinos, que já padeciam uma precariedade histórica, estão sofrendo muito mais com os índices de desemprego. No terceiro trimestre de 2020, o desemprego chegou a 17,9% na região, sendo as maiores taxas de desocupação na Bahia (20,7%), em Sergipe (20,3%) e em Alagoas (20,0%). Os maiores crescimentos da taxa de desocupação foram registrados na Paraíba (4 p.p.), no Amapá (3,8 p.p.) e em Pernambuco (3,8 p.p.) (IBGE, 2020a). A dimensão da desigualdade regional fica visível quando comparada à taxa de desocupação no Sul, que foi de 9,4 %, a menor do trimestre (IBGE, 2020a).

Observemos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO BRASIL



Fonte: IBGE, 2020a

Essa desocupação recai de forma mais contundente sobre pessoas pretas ou pardas, que estão com taxa de desocupação de 19,1% e 16,5%, respectivamente, enquanto pessoas brancas estão com taxa de 11,8%. As mulheres também são mais atingidas por essa realidade. Enquanto o percentual foi de 12,8% para os homens, para elas foi de 16,8% (IBGE, 2020a). Esses dados demonstram que o racismo estrutural e o machismo ainda permeiam as instituições e o mercado de trabalho brasileiro, deixando como herança para esses segmentos a situação inevitável de desempre-

go. No gráfico acima, também podemos ver a situação do Estado da Paraíba, que expõe uma média de desocupação 16,8 %, bem maior que a taxa nacional: 14,6%.

No que tange especificamente à informalidade no mercado de trabalho, há dados alarmantes. Os trabalhadores informais, gravemente afetados durante a pandemia, representam 33,5 milhões da população brasileira, uma taxa de informalidade de 39,1% da população ocupada. Para entender melhor o drama do panorama empregatício brasileiro, o contingente de trabalhadores com carteira assinada no Brasil é inferior ao de trabalhadores informais, tendo em vista que apenas 30 milhões ocupam essa posição “privilegiada” (IBGE, 2021)

Resta demonstrado que a crise do capital, agravada pelos efeitos da pandemia, provoca a expansão das expressões de “questão social” e traz à tona a necessidade de defesa das políticas sociais componentes da proteção social, muito embora estas sejam apenas um paliativo nos marcos da ordem capitalista. Embora os nossos propósitos revolucionários se mantenham vivos, a sociedade continua capitalista: nesta, não podemos descartar as políticas sociais, porque atreladas ao processo de contrarreforma do Estado, estamos assistindo à destruição do trabalho protegido e à disseminação do empreendedorismo, estratégias que fragmentam a classe trabalhadora, colocando cada trabalhador, individualmente, à mercê do mercado. Pobres trabalhadores, ao serem convencidos de uma suposta autonomia, são expropriados até dos direitos sociais burgueses, o que torna muito maior a sua subordinação.

O desemprego é uma expressão da “questão social” que precisa ser entendida como um fenômeno resultante das relações sociais antagônicas que se estabelecem na sociedade burguesa, constituindo um mecanismo fundamental para a manutenção da lógica desigual desse modo de produção. Para além das estraté-

gias de atenuação da pobreza, está um projeto de classe que visa assegurar os ganhos do capital e garantir a manutenção dos privilégios e das desigualdades, em detrimento dos direitos sociais e trabalhistas e das políticas de proteção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica neoliberal, apoiada pelas inovações tecnológicas, insiste em falsificações que pretendem negar o trabalho como fonte de riqueza. Não basta que o capital se aproprie do valor produzido pelo trabalho; é imprescindível à lógica capitalista que o trabalhador se ajuste às novas formas de exploração, acreditando na parceria de quem é o seu real opositor, e ainda, que capital e trabalho devem caminhar juntos, em prol do mesmo objetivo. Nas entrelinhas, ressoa aquela antiga premissa liberal: quando a economia cresce, todos são beneficiados. Supondo que essa afirmação guarde alguma partícula de verdade, perguntamos: o desenvolvimento econômico, em algum momento, eliminou a desigualdade social que lhe é inerente? Houve Estado de bem-estar social para todos? Já vimos que não.

Ao contrário, o fim capitalista jamais fez concessão ao trabalho. Sobretudo na crise, o trabalhador deve ser sacrificado para que a acumulação seja preservada. Assim, na relação capital-trabalho, neste século XXI, adulterada a partir da ilusão de propriedade e de autonomia incutida nos trabalhadores, estes têm sido levados à exaustão, seja pelo sistema de metas, seja pelo prolongamento das jornadas de trabalho, seja por trabalhos intermitentes, que tiram dos trabalhadores qualquer possibilidade de amanhã. São muitas as alternativas de exploração oferecidas sob o signo da flexibilização. Assistimos ao desmantelamento das leis trabalhistas, sustentado por reformas que intensificam a subordinação

do trabalho ao capital, ora pelo convencimento, ora pelo medo. Às vezes, pela criatividade.

Recentemente, as redes sociais divulgaram que um estudante da *Concordia University*, em Montreal, ao buscar o *e-mail* do seu professor de história da arte, para tirar dúvidas sobre uma aula, descobriu que ele havia morrido há mais de um ano. Não vamos, aqui e agora, discutir o ensino remoto, tampouco as implicações práticas e teóricas decorrentes de atribuir-se vida ao trabalho de um morto. Esse imbróglio não é objeto deste artigo. Mas podemos usar esse fato bizarro para demonstrar que não há limites para a apropriação de valor pelo capital e, também, para que notemos a semelhança existente entre um trabalhador travestido de empreendedor na sua relação com o mercado e um trabalhador cuja modalidade de trabalho pode, graças a meios digitais, adquirir imortalidade. O primeiro nada pode contra o mercado, cujas determinações podem destruí-lo; o segundo nada pode contra o imortal que realiza o seu trabalho, embora este possa rebaixar o seu salário e até desempregá-lo.

À medida que se intensifica a crise capitalista, mais criativas e mais violentas tornam-se as formas de extração de mais-valia. A questão social tanto pode ser acirrada pelo regime 24/7⁶, mediante a crença de que ser patrão de si mesmo é o passaporte para mudar de classe social, como através das atuais formas de assalariamento, que guardam características do trabalho informal.

Vê-se que a classe trabalhadora está numa descida que parece não ter volta, pois o que lhe é oferecido como alternativa só beneficia o capital. Estado e capital juntos tramam a apropriação de valores produzidos pelo trabalho, relacionando-se com os tra-

[6]. "O regime 24/7 mina paulatinamente as distinções entre dia e noite, claro e escuro, ação e repouso. (...) O planeta é repensado como um local de trabalho ininterrupto ou um *shopping center* de escolhas, tarefas, seleções e digressões infinitas, aberto o tempo todo." (CRARY, 2016, p. 26-7).

balhadores tão somente na esfera da circulação. Desse modo, deixam-se os trabalhadores inteiramente à mercê das determinações do mercado, sem nenhuma proteção social. A esse apagamento do trabalho aliam-se os meios digitais. Como vimos, há práticas que podem imortalizar os sujeitos que as realizam, com consequências materiais visíveis para os trabalhadores do mesmo segmento. Contudo, os trabalhadores continuam dando murros em ponta de faca. Não sabemos quanto mais suportam; sabemos apenas que o primeiro passo na luta por transformação social é identificar o oponente, aquele que promove a questão social.

Nesse sentido, se tivermos conseguido demonstrar que a questão social é única, indivisível e histórica, nosso objetivo foi alcançado. No que tange à dimensão histórica, vale acrescentar que esta depende da resistência de que forem capazes todos os homens e mulheres que vivem do trabalho. Nem o capitalismo é o ápice do desenvolvimento, nem estamos destinados a ser agentes econômicos em tempo integral. Há em nós outras dimensões e outras necessidades a serem satisfeitas. A continuar nesse redemoinho da questão social, o melhor da humanidade tende a se diluir nos individualismos e, portanto, na solidão que o capitalismo impõe.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização no limiar da indústria 4.0. In ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, trabalho e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BASSO, P. **Tempos modernos, jornadas antigas**: vidas de trabalho no início do século XXI. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

CANZIAN, Fernando. Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década. **Folha de São Paulo**. 30 de Janeiro de 2021. Disponível <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml>. Acesso em: 12/2/2021.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe, 2017**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

CRARY, J. **24/7 capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo, Ubu Editora, 2016.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas**. Coleção Marx e Engels; Mundo do Trabalho. Edição revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, 2001, n. 3.

IBGE. **Desemprego fica em 14,1% no trimestre encerrado em novembro**. 28 de Jan. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29935-desemprego-fica-em-14-1-no-trimestre-encerrado-em-novembro>. Acesso em: 13/2/2021.

IBGE. **Desemprego chega a 14,6% no terceiro trimestre, com alta em 10 estados**. 27 de Nov. 2020a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia->

CAPÍTULO III

.....

Desafios à Interiorização da Formação Profissional

.....

*Luciana Cantalice
Maria Aparecida Nunes
Maria Conceição Silva Félix*

de-noticias/noticias/29520-desemprego-chega-a-14-6-no-terceiro-trimestre-com-alta-em-10-estados. Acesso em: 14/2/2021.

IBGE. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos.** 6 de novembro de 2020b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 12/2/2021.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política** (Livro 1). São Paulo: Boitempo, 2013

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

INTRODUÇÃO

O debate da formação profissional do Serviço Social brasileiro inscreve-se como um dos temas centrais na atualidade, visto as tensões que se firmam entre o projeto de formação expresso nas Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Serviço Social em vigor (ABEPSS, 1996) e o processo de desconstrução da educação pública brasileira e, em especial, do ensino superior público, gratuito, de qualidade, laico, ético, legal e socialmente referenciado. Um desmantelamento operado intensa e extensivamente pelas sucessivas contrarreformas empreendidas pelo Estado brasileiro, em destaque, os últimos ajustes ultraneoliberalistas (do ano 2016 aos dias atuais).

Cabe o registro que a educação brasileira historicamente sempre esteve atrelada ao projeto de desenvolvimento da economia capitalista. Desde os idos da colonização a formação de nossa cultura foi vinculada aos interesses dominantes, alinhados, por

sua vez, às necessidades de expansão do comércio marítimo europeu. Aqui não se pretendia povoar e construir uma nação, mas “[...] extorquir valores de uso produzidos pelas economias não-capitalistas dos povos colonizados e transformá-los em valores de troca no mercado internacional.” (CANTALICE, 2013, p.75-76)

Dessa maneira, as determinações fundamentais da formação social e econômica de nosso país não foram postas a partir da organização “[...] da produção, da vida social e da cultura dos povos originários do Brasil, mas, da assimilação e da subordinação destes às influências colonizadoras.” (CANTALICE, 2013, p.77)

O próprio mito fundador do Brasil (CHAUÍ, 2004) dá conta de reproduzir uma visão reificada do país, aquele rico e abençoado por Deus e formado por um povo bravo, ao mesmo tempo que ordeiro. Uma mistificação que encobre as tensões geradas em nossa sociedade, resultantes de uma formação marcada pela espoliação de nossas riquezas, pelo escravismo, pelo massacre dos povos originários e de suas múltiplas resistências.

Por seu turno, as poucas iniciativas de “educação” desenvolvidas nesse contexto desempenharam um papel significativo nesse processo, à medida em que buscavam desenvolver processos de descaracterização da cultura aqui existente e de aproximação aos padrões europeus, concebidos como universais.

Não obstante às formas de resistência histórica, a formação da educação formal brasileira trilhou caminhos de uma reprodução “intimista”, que induzia a reprodução das ideologias/interesses dominantes, por meio de formas diversas de indução de “[...] formulações culturais anódinas, ‘neutras’, socialmente assépticas.” (COUTINHO, 2005, p.54)

Em particular, a emergência de instituições de ensino superior no Brasil tem a sua emergência tardia, início do século XIX, assim como, a criação das universidades já no século XX. Todavia,

reafirma-se nesses espaços as diversas formas de ratificação das desigualdades de acesso e de reprodução da educação brasileira, nos termos já auferidos.

A essa altura, cabe destacar que a educação só se torna um direito no Brasil a partir da Constituição Federativa do Brasil de 1988, tendo em vista que anterior a esse documento o Estado não tinha a obrigação de ofertar educação pública, gratuita e de qualidade a todos/as. Apesar da educação ser inscrita como um direito humano fundamental, ela figurava como uma assistência aqueles que não podiam pagar pelo ensino privado. Sem que desconsideremos o avanço do texto constitucional de 1988 os problemas fundamentais da educação brasileira, em todos os seus níveis, não cessam por aí.

Em termos das universidades públicas brasileiras, ou seja, o chão histórico sobre o qual se inscreve a formação do Serviço Social brasileiro, conforme Chauí (1999), há duas tendências que, historicamente, se confrontam: uma dimensão instrumental da educação e outra sócio-acadêmica. A primeira se coaduna com a perspectiva tecnocrática que associa a educação superior a lógica da eficácia, a converte em mercadoria e concebe a sua administração segundo normas e critérios gerais e equivalentes à administração de qualquer fábrica ou empresa comercial.

Esvazia-se a particularidade das universidades, no sentido de sua dimensão social e acadêmica, a qual o Serviço Social se acosta. Concepção essa em que as universidades públicas figuram como instituições sociais concebidas como lugar da realização do ensino, da pesquisa e da extensão, da produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia. Dimensões intrínsecas e indissociáveis às universidades que articuladas possibilitam à identificação dos problemas da sociedade com os quais nos deparamos e oferecem subsídios para superação dessas questões.

Já o intuito da perspectiva tecnocrática é transformar as universidades públicas em organizações instrumentais que servem à dinâmica do desenvolvimento econômico-capitalista, as distanciando dos objetivos para os quais foram historicamente criadas e de sua função pedagógica e social.

Transformar uma instituição social em uma organização administrada significa despojá-la de especificidade interna e externa ou retirar-lhe a identidade de seu modo de inserção social e funcionamento, suas referências históricas, os objetivos que deu a si mesma, as normas e valores que orientam a sua ação interna e externa. O esvaziamento institucional e o preenchimento organizacional significam a passagem da dimensão da vida social à condição instrumental, ou seja, a um conjunto de ações tidas como meios particulares para atingir com eficácia e certos objetivos também particulares. (CHAUÍ, 1999, p. 119-120)

E no caso brasileiro, considerando as diretrizes que informaram tanto a reforma universitária, operada durante o período da autocracia burguesa, quanto a contrarreforma realizada no contexto da consolidação das ideias neoliberais (anos 1990) e reanimadas na articulação do Projeto Future-se (2019), apontam para o deslocamento da referência da sociedade para o mercado, no âmbito das universidades públicas no país.

O projeto de privatização das universidades públicas brasileiras tem sido pauta contínua de sucessivos governos, apesar de no movimento histórico concreto da realidade, também se apresentarem contradições nesse processo.

Assim, resultantes de lutas históricas em defesa da educação pública brasileira e da articulação do viés neodesenvolvimentista

nos governos petistas, temos na contextualidade da segunda década dos anos 2000, o incremento da reestruturação e da expansão do ensino superior público, por meio do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Não obstante a esse último, tivemos a articulação/ampliação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que juntos criaram um exponencial número de vagas do ensino superior no âmbito do ensino privado, mediante a injeção de orçamento público neste setor. Conforme Cunha (2018, p.198)

[...] o aumento do número de matrículas com o PROUNI e o FIES no setor privado é assustador, chegando em 2016 a atingir um quantitativo total de 6.058.623. A principal crítica a essa expansão é de que os recursos destinados para financiar essas bolsas na iniciativa privada, poderiam estar sendo investidos na rede pública de ensino, além disso, os recursos que deixam de ser arrecadados com a isenção de impostos favorecem a financeirização na educação.

São essas mediações históricas que impactam e tornam inteligível o movimento endógeno em torno da formação em Serviço Social no Brasil, no que concerne as últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI.

E é nessa perspectiva que o presente texto visa assinalar os desafios, as tendências e as possibilidades inerentes ao processo de reafirmação da atual projeto de formação profissional de assistentes sociais, nos termos das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais; as tensões geradas pelo projeto de privatização das universidades brasileiras; e as possibilidades contidas no movimento contraditório da realidade que firmam ações em defesa da

educação pública, presencial, gratuita, laica e socialmente referenciada. Nesse sentido, destacando, em particular, a experiência concreta de expansão de vagas e da criação de novos cursos em Instituições de Ensino Superior Públicas, a exemplo, da criação do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, no campus de Sousa, em 2009.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Inicialmente, há que se considerar alguns pressupostos iniciais às reflexões que aqui buscaremos provocar e que são, ao nosso ver, essenciais para compreensão da disputa entre distintos projetos de formação que marcam o tempo presente, no âmbito de nossa profissão.

O primeiro deles é que a concepção de formação profissional sustentada pelo atual projeto ético-político profissional, inscrita, em particular, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), é resultante de uma processualidade histórica, que envolveu uma construção coletiva da categoria e seu processo de amadurecimento intelectual e político.

O segundo refere-se ao entendimento de que a formação junto ao trabalho profissional forma uma unidade, visto que embora sejam duas diferentes e complexas dimensões na profissão, elas não podem e nem devem ser tomadas isoladamente. É no processo da formação profissional que são constituídas as competências a serem desenvolvidas no trabalho e é este último que confere a materialidade de um perfil profissional construído no processo de formação. Além do mais, faz parte da concepção de formação do Serviço Social o entendimento de que se firma um movimento imanente e profícuo entre ambos e que não se deve esgotar. A

profissão só encontra seu sentido e inteligibilidade, nos termos já descritos por Yamamoto (2001), no conjunto das relações sociais concretas, estas que, por sua vez, se constituem em um movimento dialético e incessante, pondo à profissão, melhor dizendo, ao par categorial formação-trabalho profissional, um número inesgotável de mediações. Mediações que devem ser apreendidas pelos/as assistentes sociais no deciframento da realidade na qual se insere e sobre a qual atuam, a fim de emitir respostas profissionais às demandas que lhe são cotidianamente postas, na direção inscrita em seu atual projeto profissional.

Sobre a processualidade histórica do atual projeto de formação profissional é preciso considerar que o legado do movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro - sobretudo, a partir das mediações da sua terceira direção, isto é, da intenção de ruptura -, alinhado a aproximação da profissão aos fundamentos da Teoria Social Crítica e a consolidação dos Programas de Pós-graduação e suas consequentes produções, constituíram as condições endógenas ao amadurecimento intelectual da profissão.

Segundo Simionatto (2018, p.93)

A significativa produção acadêmica fundamentada no marxismo largou os debates em torno de temas relativos à questão social, ao capitalismo monopolista, às configurações do Estado brasileiro, às análises conjunturais e ao poder institucional, às políticas e aos direitos sociais, à democracia, à cidadania, aos movimentos sociais.

Movimento que encontrou aporte nas condições sociais objetivas daquele período, ou seja, nos movimentos de redemocratização do país, que apontavam para autênticas transformações sociais e requisitavam das profissões alterações no tocante as suas

repostas às novas exigências sócio-históricas dessa contextualidade. Punha-se o desafio de se reconstruir o projeto de formação profissional, sintonizando-a com os novos processos e a dinâmica que demarcavam a sociedade brasileira. Dessa feita, o que conforme Yamamoto (2001, p.194)

[...] requer a criteriosa pesquisa das problemáticas sobre as quais incide o exercício profissional e dos processos que as produzem, como condição para se preencher aquele campo de mediações entre as matrizes teórico-metodológicas e a cotidianidade da prática [...].

Cabe ressaltar nessa trajetória a aprovação do Currículo de 1982 que certamente trouxe contribuições importantes ao redimensionamento da formação profissional de assistentes sociais no país, mas que ainda apresentava seus limites quanto a sua maturação, visto, a exemplo, o registro da tricotomia entre história, teoria e metodologia, apresentada nos fundamentos que o informavam.

Portanto, é nos anos 1990, em que o Serviço Social atinge, segundo Netto (1996) sua maturidade intelectual, política, formativa e organizativa que se processa a emblemática reforma curricular que dá origem as atuais Diretrizes Nacionais para os Cursos de Serviço Social, legatária do acúmulo da profissão e dos movimentos endógenos/exógenos históricos que expressam na resultante dos pressupostos, princípios e diretrizes que informam as referidas Diretrizes Nacionais as suas mediações.

Entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares. Segundo o documento da ABESS/CEDEPSS de 1996 foram: 200 oficinas locais, em 67 unidades de

Tais Diretrizes, articuladas a Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão de assistentes sociais em todo o território brasileiro e o Código de Ética Profissional de 1993, também, construído sob a égide do amadurecimento da profissão e da direção social e estratégica construída a partir do movimento de renovação supra referido, informam as bases fundamentais do atual projeto ético-político profissional.

As respectivas Diretrizes forjam uma concepção de formação profissional que reverbera sobre o desenvolvimento das competências para o exercício da profissão, com destaque para capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que permita:

- ▶ a apreensão crítica da realidade como totalidade social e histórica, de modo a situar a profissão como expressão das relações sociais, desafiada a decifrar a complexidade inerente à concreticidade da vida social e as possibilidades de intervenção contidas nela, considerando o enfrentamento às múltiplas expressões da “questão social”;
- ▶ a apreensão das particularidades da formação sócio-histórica e político-econômica do Brasil, de modo a identificar as mediações relativas aos processos de produção e reprodução social no país, as contradições da relação capital e trabalho subjacentes a uma economia dependente e periférica e suas conexões com o conjunto de expressões da “questão social” com as quais o/a assistente social se depara cotidianamente e junto às quais é chamado a intervir;
- ▶ e a identificação das demandas postas à profissão no cotidiano sócio-ocupacional e com base nas atribuições e

competências que delimitam o exercício profissional, a emissão de respostas profissionais que potencializem o enfrentamento às resultantes das contradições existentes na relação entre capital e trabalho.

[...] suas organizações hierárquicas facilitam o gerenciamento sadio, obtêm a maior parte de seus recursos das anuidades ou de funcionamentos competitivos e mantêm vínculos estreitos com seus mercados. (BID, 1996)

Uma formação crítica e generalista que, também, inscreve as dimensões investigativa, interventiva e ética como princípios fundamentais do deciframento da realidade, a partir da articulação da unidade teoria-prática. Condição fundamental da apreensão das mediações entre história, teoria, método, conhecimento, realidade e profissão, por sua vez, necessárias ao entendimento do significado social da profissão e de sua direção social e estratégica para atuação na realidade.

Essa direção de formação contida nas Diretrizes encontrará já na sua emersão um campo de tensões visto as orientações contidas no documento intitulado “Ensino Superior na América Latina e Caribe”, elaborado pelo Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID,1996)¹, cujas diretrizes apontam para a perspectiva técnico-operacional de administração do ensino superior, em que os princípios da flexibilização, da produtividade e da eficácia são os elementos estruturadores desta administração.

Afirmam-se as diretrizes neoliberais no texto e empreende-se a defesa de uma “necessária reforma” no ensino superior nos países que compõem o referido bloco. As universidades privadas são tomadas como exemplo de modernidade e eficácia, sem que seja considerada a qualidade da formação nestas unidades, visto que os objetivos estão voltados ao custo-benefício do empreendimento administrativo.

O que se propõe é a redução dos investimentos públicos nas universidades, cedendo lugar a uma relação híbrida entre orçamento estatal e recursos privados. Acrescenta-se a essa diretriz mecanismos de controle e de avaliação, capazes de aferir a relação custo/benefício, eficácia/inoperância e produtividade. E, ainda, a afirmação de uma relação direta da formação com as necessidades imediatas do mercado.

Ao analisar as propostas contidas na contrarreforma do ensino superior público no Brasil, operada pelos governos neoliberais, identificamos a sintonia das diretrizes contidas na orientação do BID e as ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação. Desde a proposta de flexibilização dos currículos, as novas propostas de avaliação, as novas parcerias com o setor privado e as sanções e recompensas estabelecidas por novos sistemas de pontuação de produtividade.

Aprofunda-se a noção de universidades como empresas, docentes e técnico-administrativos como operários e a educação superior como uma mercadoria, equivalente a outra qualquer.

Contradições também são registradas na marcha que se segue, nos governos vistos como “neodesenvolvimentistas” (CASTELLO, 2012)² identifica-se a articulação em suas ações entre políti-

[1]. Tal documento implicará em orientações para o texto da nova Lei Nacional de Diretrizes e Bases para educação brasileira (aprovada em 1996) e as ações do Ministério da Educação, ora sintonizados com a agenda neoliberal para educação.

[2]. [...] uma espécie de social liberalismo que sustentava a ideia de dinamização da economia, mediante as políticas macroeconômicas neoliberais, articulada às políticas compensatórias residuais, que, por sua vez, “promoveriam a justiça social”. (CANTALICE, 2018, p.07). Todavia, que demonstraram os seus limites históricos no segundo governo da Presidenta Dilma Rousseff (2014-2016) e nos indicadores sociais que revelavam o crescimento da desigualdade social no país nesse período.

cas macroeconômicas neoliberais e frações das políticas sociais, notadamente, aquelas dirigidas ao enfrentamento da extrema pobreza.

É no segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva que se desenvolveu o Programa REUNI (2009), operando a reestruturação e a expansão das instituições de ensino superior públicas brasileiras. É nesse processo que foram criadas novas vagas e novos cursos de graduação em Serviço Social e, em especial, o curso da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Sousa.

Essa expansão não se deu sem problemas, visto que a infraestrutura e os recursos humanos necessários para atender as novas demandas não foram condizentes. Assim, foi possível observar um continuum no processo de precarização do ensino superior público. Ademais, o REUNI estava articulado a outros Programas como FIES e PROUNI, que, por sua vez, intensificaram o processo de mercantilização deste nível de ensino, como destacam os próprios números do INEP/MEC - em 2009 o número de matrículas, por meio dos referidos Programas de Financiamento era de 4.460.683 e até 2016 chegava a 6.058.623.

Ressaltamos que a transferência de recurso público por parte do Estado mediante programas financeiros beneficia instituições privadas, especialmente, as com fins lucrativos e incrementam o

[...] aumento de compras pelos grandes grupos econômicos do mercado educacional das instituições de porte médio e pequeno, em que se altera a relação professor/alunos e se atingem melhores índices de “produtividade” e lucro. Não se deve esquecer que cerca de 80% das IES privadas têm fins de lucro e que as seis ou sete mantenedoras de capital aberto e ações em Bolsa de Valores detêm cerca de 30% das matrículas do setor privada (SGUISSARDI, 2014, p. 144).

Ainda nesse contexto, observamos a ampliação da oferta do Ensino a Distância no âmbito do Serviço Social da Paraíba, conforme podemos visualizar a partir da pesquisa realizada por Cunha (2018, p.223).

De acordo com os dados expostos, as matrículas em cursos à distância (EAD) na Paraíba registraram de 2009 a 2014 um crescimento de 145%, sendo um aumento de 426% na rede privada e de 21% na pública. Em 2014, na rede privada houve um aumento de 27% nas matrículas, atingindo a marca de aproximadamente 10,7 mil matrículas, contra 8,4 mil do ano anterior. Na rede pública, teve um pequeno acréscimo de 0,5%, totalizando 5.623 mil matrículas, contra 5.596 mil em 2013.

Realidade que nos leva a inferir que apesar da expansão no número de vagas em universidades públicas paraibanas, devido a reestruturação e expansão do ensino superior público, proveniente do REUNI, o crescimento da mercantilização da formação profissional foi notadamente mais incisiva e significou a maior oferta no âmbito do Serviço Social na realidade pesquisada. Esses números convergem também com a realidade nacional, visto que o referido curso ocupou nesse contexto o terceiro lugar no número de matrículas nessa modalidade, contabilizando 97.728 (noventa e sete mil, setecentos e vinte e oito), ficando apenas depois dos cursos de pedagogia com 301.739 e administração 170.540 matrículas EAD. (INEP, 2016).

Essa realidade choca-se diretamente com a concepção de formação contida nas Diretrizes Curriculares, que subscreve uma direção crítica, generalista, pública, gratuita, laica, presencial e socialmente referenciada. E o ensino a distância inscreve-se no processo da mercantilização/financeirização da educação, cuja

dinâmica centra-se no aligeiramento e na flexibilização, e na relação direta com o mercado.

Desenha-se assim, nessa conjuntura desafios contundentes a um dos pilares fundamentais da materialidade do projeto ético político profissional, ou seja, uma formação profissional conectada com os fundamentos, princípios, atribuições e competências que informam a atual direção social estratégica da profissão.

Sem desconsiderar a magnitude desses desafios situamos o aprofundamento da crise do ensino superior público com o golpe institucional, operado pela coalizão entre movimentos e partidos de direita e de extrema direita no Brasil, que colimados pelo avanço do conservadorismo no país, culminou com a destituição da presidenta Dilma Rousseff da presidência da república, sob a pecha da improbidade administrativa.³

Sob a presidência provisória de Michel Temer (2016-2018) aprofundaram-se as medidas de contrarreforma do Estado brasileiro, capitaneadas pelo ultraneoliberalismo que passara a imprimir a direção política deste governo. Sintonizadas com as exigências do mercado as ações imediatas versaram sobre a apresentação da Lei da Terceirização Irrestrita (Lei N.13.429/2017)⁴ e da Reforma Trabalhista (2017), logo aprovadas pelo Congresso Nacional. A aprovação de ambos os textos intensificou o processo de precarização das condições de trabalho e significou a retirada brutal de direitos trabalhistas árdua e historicamente conquistados.

As instituições públicas de ensino superior não ficaram de fora do ataque da agenda do governo e do seu esteio de parla-

[3]. Para o aprofundamento dessa questão indicamos: Por que Gritamos Golpe? - Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo: Boitempo, 2016.

[4]. Dispõe sobre o trabalho temporário no serviço público, antes da referida Lei só as atividades-meio podiam ser terceirizadas, mediante a provação desta Lei todas as atividades podem contar trabalhadores/as temporários, inclusive, as atividades-fim das instituições públicas.

mentares, o corte nos gastos públicos com educação, assistência e previdência também foram pautados e uma grande campanha contra o orçamento público destinado à seguridade social foi operado. É no governo de Michel Temer que foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 que congelou, por 20 anos, os gastos públicos com políticas sociais, dentre elas a educação⁵.

No ano 2018 seguindo o movimento frenético dos ajustes ultraneoliberais, do avanço do conservadorismo e da articulação estratégica de *fakenews*⁶ ocorrem as eleições presidenciais e estaduais. Ainda sob o impacto dos efeitos da crise orgânica no Brasil, do golpe institucional e das estratégias utilizadas pelo movimento da direita brasileira foram eleitos/as, em todo o país, representantes deste movimento. Notadamente, um giro do país à extrema direita, calcado em um ultraconservadorismo, cuja essência é incompatível com direitos e conquistas direcionados à classe trabalhadora.

Nesse processo é eleito para presidência Jair Bolsonaro (ex PSL), que logo nos primeiros dias deixou nítida a direção ideopolítica sobre a qual versaria as suas ações: nomeou para comandar as pastas ministeriais militares, liberais, conservadores e opositores ao PT; extinguiu os Ministérios do Trabalho, da Cultura, das Cidades, dos Esportes e da Integração Racial; excluiu a referência a população LGBTQI+ no âmbito das políticas públicas; esvaziou Conselhos de Direitos e a Comissão da Anistia. Ainda, pautou como prioridades a reforma da previdência, administrativa e tributária, empregou revisões restritivas no tocante a programas de

[5]. Ainda nesse processo foi promovida uma ofensiva ideológica contra as universidades, os/as servidores/as públicos/as, os programas assistenciais e a política de previdência social foi impetrada.

[6]. Expressão em inglês utilizada amplamente pela imprensa internacional após as eleições de 2016 nos Estados Unidos (embora sua origem seja bem anterior) para referir-se a informações falsas, divulgadas, principalmente em redes sociais.

natureza social, redirecionou as políticas ambientais, flexibilizou o acesso às armas.

No âmbito das universidades impetrou ferrenha campanha de maculação de sua imagem, junto à sociedade, referindo-a como espaço de “balburdia”, cortou recursos para pesquisa, nomeou interventores/as e perseguiu lideranças. Além dos ataques sistemáticos à ciência e a produção do conhecimento crítico, mediante um discurso negacionista e obscurantista⁷.

Ainda em destaque a apresentação do Programa Future-se (2019), cuja essência apontara para transformação das universidades em organizações sociais, com foco na privatização e na formação de centros de excelência, mediante parceria entre o público e privado – consideradas as áreas vinculadas ao desenvolvimento econômico, os conhecidos núcleos de P&D.

Projeto que atinge diretamente a formação profissional de assistentes sociais, visto este situar-se no âmbito das ciências humanas e sociais, isto é, aquelas não concebidas como prioritárias, para as quais os recursos para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão tendem a arrefecer progressivamente.

Outro destaque importante é o esfacelamento dos Programas de Pós-graduação e a contingência dos recursos destinados à pesquisa viabilizados pelo MEC e os órgãos de fomento. Relação que se agrava quando observamos que foi a consolidação das Pós-graduações e com ela a realização das atividades de pesquisas, que permitiu o Serviço Social empreender: um rigor teórico-metodológico em torno do deciframento da realidade e de suas

[7]. A exemplo emblemático, a campanha anti-vacina operada pelo próprio presidente da república e o respectivo Ministério da Saúde, o que reverberou sobre o agravamento da atual pandemia do Coronavírus/Covid-19, com a morte de centenas de milhares de pessoas no país. O Brasil ocupa hoje o terceiro lugar em números da Covid-19 no mundo, são 9.809.754 casos confirmados e 238.532 mortes (PAS/OMS, 2021). E apesar de possuir reconhecido Instituto de Pesquisa apto a produção da vacina e um Plano de Vacinação Nacional passa por muitas restrições no tocante ao processo de imunização da população brasileira.

requisições à profissão; construir uma literatura ampla e própria que permitiu a produção de subsídios à formação e ao trabalho profissional; e consolidar a profissão como área de produção de conhecimento.

Ainda o ataque ao conhecimento crítico fomentado no âmbito da profissão como afirma Motta (2013): o Serviço Social se consolida como área de conhecimento responsável por fomentar a formação de uma massa crítica, responsável por análises imanentes sobre a realidade concreta e o conjunto de expressões da “questão social”, oriundas das relações sociais entre as classes fundamentais e destas com o Estado. Uma produção que não busca apenas decifrar a realidade, mas intervir no conjunto de contradições inerentes a uma sociedade cindida. Portanto, um conhecimento passível de censura, segundo os órgãos governamentais, pois é localizado como de natureza ideológica e partidária.

Tais desafios de ampla magnitude e extensão firmam tensões sobre o atual projeto de formação profissional de assistentes sociais, dessa maneira, exigem a articulação de estratégias coletivas de enfrentamento ao processo de mercantilização, aligeiramento, rebaixamento e descaracterização da formação de assistentes sociais, nos termos das atuais Diretrizes Curriculares.

Nesse sentido, a categoria vem envidando esforços no sentido de defender as condições necessárias à materialização do atual projeto de formação profissional inscrito no atual projeto profissional: defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, laica, presencial e socialmente referenciada; defesa das pós-graduações e da pesquisa em Serviço Social, fortalecendo a profissão como área de conhecimento; defesa das Diretrizes da ABEPSS (1996), da Lei que regulamenta a profissão e do Código de Ética – ambos de 1993; maior organicidade na luta da categoria, mediante a articulação e participação em suas entidades, dos/as discentes e profissionais; e a ampliação da articulação da profes-

são e de seus diferentes sujeitos nas sociais mais gerais da classe trabalhadora.

Nesse sentido, uma gama de novos elementos é posta à profissão cotidianamente e estes devem ser apreendidos, abstraídos e reproduzidos como concreto pensado, a fim de que a profissão possa elaborar respostas profissionais, pela mediação de sua instrumentalidade, às exigências sociais e às demandas postas nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Para tanto, articulando o conjunto de seus fundamentos, atribuições e competências profissionais.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA TRAJETÓRIA DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA PARAÍBA

A trajetória dos cursos de Serviço Social na Paraíba nos leva à discussão, de que a emergência do Serviço Social tem como particularidade a vinculação com a questão social, tendo em vista que no Brasil, a profissão surge numa época histórica da sociedade burguesa, onde na perspectiva mundial, observou-se o fortalecimento do capitalismo monopolista, que demandou, dentre outros aspectos, a construção de uma nova configuração do espaço público estatal, com outros papéis e funções para o Estado.

Neste escopo, Ortiz nos aponta que o Estado brasileiro, tomou para si a responsabilidade de promover a reprodução material e ideológica dos/as trabalhadores/as, a partir da articulação de um significativo conjunto de políticas sociais, capaz de “amenizar” as tensões provocadas pela ordem burguesa (ORTIZ, 2010, p.21).

Para o enfrentamento da “questão social” vai exigir a participação de grupos qualificados para intervir sobre ela (ALMEIDA, 2016), cuja qualificação tinha como perspectiva qualificar o profissional

de serviço social em “[...] um agente capaz de desistoricizar as expressões da “questão social”, transformando-a em desvios, disfunções e anomalias que carecem de tratamento” (ORTIZ, 2010, p.21).

Para responder às novas demandas, na década de 1950, foram criadas as primeiras escolas de serviço Social na Paraíba (nos municípios de João Pessoa e Campina Grande).

Assim como outras escolas de Serviço Social no Brasil, a escola de João Pessoa também esteve atrelada aos grupos dominantes, em especial a Igreja Católica, cuja legitimidade foi alcançada pelo apoio de segmentos dominantes da sociedade paraibana, cuja formação do/a profissional de Serviço Social, deveria “[...] contribuir para a manutenção do status quo, ao reforçar, no cotidiano das classes subalternizadas, o discurso do reajustamento social” (PEIXOTO, 1994, p. 37).

A escola em João Pessoa foi criada em 1951, mantida pela Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, reconhecida juridicamente como Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, sendo inaugurada em 1952.

A Escola de Serviço Social de João Pessoa foi criada na segunda conjuntura político-econômica varguista (1950-1954), quando a “questão social” adquire novos contornos, para além do contexto industrial urbano, derivados dos problemas estruturais inerentes à crônica condição de pobreza e miséria nordestinas. Condição essa, caracterizada “[...] pelo flagelo da seca presente em todo o interior do estado paraibano, cuja terra, castigada pelo sol, nada produzia. A fome, a miséria e o desespero espalhavam-se por toda a Paraíba, cuja economia marcadamente agrícola, padecia” (PEIXOTO, 1994, p. 25).

De acordo com a referida autora, a Escola de Serviço Social de João Pessoa, foi a 5ª no Nordeste, antecedida por Pernambuco (1940), Natal e Salvador (1945) e Fortaleza (1950).

A partir de 1960, por meio da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, a Universidade da Paraíba é federalizada. Dentre as faculdades e escolas agregadas à essa Universidade, está a de Serviço Social com o nome de Escola de Serviço Social da Paraíba (ALMEIDA, 2016).

Já a Escola de Serviço Social de Campina Grande, fundada pelas Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula, no dia 16 de julho de 1957, foi oficializada pelo Ministério da Educação e Cultura em 05 de dezembro de 1959, iniciando as atividades acadêmicas no ano seguinte (ALMEIDA, 2016).

O Curso de Serviço Social de Campina Grande foi o segundo criado na Paraíba e “[...] um dos 28 existentes no país até o final da década de 1950 (NETTO, 1991). Destacava-se, na época, como a única faculdade de Serviço Social do Nordeste situada fora de uma capital, evidenciando o pioneirismo do município e a sua importância no contexto regional” (UEPB, 2014, p.01).

No período da fundação das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil, os cursos não eram oficialmente reconhecidos como de nível superior, algo só alcançado mediante a aprovação da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953, e regulamentado pelo Decreto nº 35.311, de 02 de abril de 1954 (ALMEIDA, 2016).

O reconhecimento da ESS/JP pelo Governo Federal, enquanto instituição de ensino superior ocorreu “[...] no dia 08 de junho de 1956, mediante Decreto de nº 39.332, publicado em Diário Oficial da União, de 14 de junho de 1956”. (PEIXOTO, 1994, p. 46). Mesmo não reconhecida, a ESS/JP filiou-se à Associação Brasileira de Escola de Serviço Social (ABESS), em julho de 1954.

Nas décadas subsequentes ao período dos governos militares, na ESS/JP a diretriz doutrinário cristão é substituída pela diretriz desenvolvimentista, quando adota uma formação profissional de caráter técnico habilitado (ALMEIDA, 2016), “[...] onde os padrões de eficácia demandavam uma formação baseada em um conhe-

cimento mais sistematizado sobre a realidade e procedimentos adequados de intervenção” (PEIXOTO, 1994, p. 160).

A ESS/JP não foi federalizada, mas sim, a formação do/a assistente social, uma vez que essa Escola possuía um vínculo institucional de “agregada” à Universidade Federal da Paraíba. No caso, em 1960, acordou-se entre as partes interessadas (ESS e UFPB) a extinção gradativa do Curso de Serviço Social da ESS/JP – por meio de um processo polêmico e traumático – cuja extinção ocorreu em dezembro de 1972, mas, já com a entrada da primeira turma de alunas de Serviço Social no âmbito da UFPB em 1970 (ALMEIDA, 2016).

Na década de 1950, surgiram as primeiras escolas de Serviço Social na Paraíba, quando Campina Grande era considerada o mais importante município do interior do Nordeste e o maior núcleo eleitoral paraibano.⁸

O curso de Serviço Social começou a se fazer necessário no momento em que o crescimento urbano de Campina Grande e sua projeção política e econômica na Paraíba, no contexto em tela, traziam à tona algumas expressões da questão social, as quais precisavam ser enfrentadas. Sem falar da preocupação de inserir-se no projeto desenvolvimentista propalado no país, o que exigia, como estratégia político-ideológica e econômica, investimentos, principalmente em educação e industrialização.⁹

Foi nesse contexto que surgiu a ideia de criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, por iniciativa de Edvaldo de Souza do Ó (diretor da Diretoria de Educação e Cultura do Município), de sua secretária, Luisa Erundina Carvalho, e das Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula, através de sua

[8]. Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UEPB/2014. Assim como como toda a parte relacionada nos parágrafos posteriores, foram baseados no PPC da UEPB.

[9]. Idem.

superiora, Irmã Elizabete Porto. A Faculdade foi fundada no dia 16 de julho de 1957, sendo oficializada pelo Ministério da Educação e Cultura em 05 de dezembro de 1959, iniciando as atividades acadêmicas no ano seguinte.

A Associação de São Vicente de Paula Província do Norte foi a entidade formalmente responsável pela Faculdade de Serviço Social, sendo sua mantenedora desde sua criação até a inserção na Universidade Regional do Nordeste (URNE), em 1966.

Dentre as contribuições da Faculdade de Serviço Social para a realidade local, destaca-se a ação organizativa junto às comunidades dos diversos bairros de Campina Grande, impulsionando a criação das Sociedades Amigos de Bairros (SAB's), dos Clubes de Mães e da União Campinense de Equipes Comunitárias (UCES), que congrega as diversas SAB's. Estas organizações populares passaram a constituir-se como campo de estágio para as estudantes da faculdade.

As dificuldades para o funcionamento do curso de Serviço Social neste período eram inúmeras, com destaque para as precárias condições de trabalho, decorrentes do espaço físico insuficiente e da ausência de salários para os docentes; e a escassez de bibliografia, seja por dificuldade de acesso às publicações ou por defasagem na biblioteca da faculdade. Vale salientar, porém, que tais dificuldades não eram exclusivas do curso de Serviço Social de Campina Grande, mas elas expressavam fragilidades presentes em escolas de todo o país.

Em 1987, pela Lei nº 4.977, de 11 de outubro do mesmo ano, a URNE foi estadualizada, dando lugar à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que recebeu todo o patrimônio, direitos, competências, atribuições e responsabilidades desta.

Em 2009, em razão da expansão do ensino superior público via programa de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais (REUNI), foi criado o Curso de Serviço Social da UFCG, na cidade de Sousa.

A CRIAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO SERTÃO PARAIBANO¹⁰

O caminho percorrido para a criação do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande em 2009, inicia-se na década de 1970, onde mesmo vivenciando o projeto autocrático burguês e o governo ditatorial, apresentou particularidades quanto à educação na região sertaneja da Paraíba, mais precisamente na cidade de Sousa – mesmo quando apresentava déficits de desenvolvimento quando comparado a Patos e Cajazeiras.

Sousa é um município brasileiro localizado no interior do estado da Paraíba, distante 438 quilômetros a oeste de João Pessoa, capital estadual. Sua população, conforme estimativas do IBGE de 2020, era de 69.723 habitantes, sendo o sexto mais populoso do estado, o primeiro de sua microrregião e o segundo da mesorregião (somente atrás de Patos).

O processo de criação da Faculdade de Direito de Sousa (FDS) se deu em meio a uma efervescência política na cidade que reclamava desenvolvimento socioeconômico e cultural, especialmente quanto ao ensino superior em um município.

Em 1971, o então deputado Eilzo Matos consegue o apoio da Fundação Padre Ibiapina, da cidade de João Pessoa para a criação do Curso de Direito em Sousa. A história da FDS foi marcada por impasses político-partidários, e em meio a essa disputa, o então Prefeito Gilberto Sarmiento criou a Fundação do Ensino Superior

[10]. Baseado no Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFCG.

de Sousa (FESS), passando o curso de Direito a ficar sob sua administração.

Em 27 de junho de 1974 foi publicado no Diário Oficial da União o edito presidencial nº 74.235, autorizando, definitivamente, o funcionamento da Faculdade de Direito de Sousa. Face às inúmeras controvérsias a respeito das competências do Conselho Estadual de Educação, gerou-se uma contenda jurídica em torno da legalidade do funcionamento da FDS, que repercutia diuturnamente na mídia local, tornando-se munição para aqueles que ainda eram contra a Instituição de Ensino Superior Municipal.

Oportunamente, a UFPB estava elaborando seu projeto de interiorização do ensino superior no Estado, indo de encontro às pretensões dos políticos da região. Com a Resolução nº 385/79 do Conselho Universitário da UFPB implantou-se o *campus* VI da UFPB na cidade de Sousa. Articulando-se com a FESS, que cedeu seu patrimônio pedagógico e material, a UFPB incorporou em seus quadros os alunos da Instituição Municipal. Tal articulação resultou na assinatura do Termo de Cessão assinado pelo Reitor da UFPB e pelo Presidente da FESS, o Dr. Orlando Xavier de Figueiredo, em 3 de fevereiro de 1980. A partir da assinatura do referido termo, a UFPB passou a exercer a posse das instalações da Faculdade de Direito de Sousa, agora instalada em edifício próprio. Em 1983, depois de longo processo administrativo e de consequentes avaliações, o Curso de Direito do *campus* VI da UFPB, sucessora da Faculdade de Direito de Sousa, foi reconhecido.

No ano de 2002, a Universidade Federal da Paraíba foi desmembrada, surgindo a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), da qual o *campus* de Sousa passou a fazer parte. Nessa nova fase, o foco do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – *campus* de Sousa é a diversificação no oferecimento de novos cursos só em nível de graduação, a exemplo dos Cursos de Ciências Contábeis e Administração, criado pelo Colegiado Pleno da UFCG.

No Brasil, o processo de interiorização da educação superior pública foi a forma de muitos (as) trabalhadores (as) e cidadãos terem acesso a um curso de graduação, cujos cursos tentam atender, basicamente, às demandas locais. E, apesar dos benefícios, tal processo traz consigo alguns problemas de ordem estrutural, mas também de ordem pedagógica, pois a forma como os cursos foram pactuados, levou a uma estrutura bem enxuta, o que trouxe dificuldades à contratação de novos/as servidores/as e professores/as.

Mas, de acordo com Koike:

Sem os recursos assegurados, a expansão prevista pode sustentar-se à base de maior flexibilização e desregulamentação e à custa de aligeiramento do processo formativo e aumento da precarização do trabalho docente e técnico-administrativo. A qualidade da formação e a produção de conhecimento estariam ameaçadas pelo “aulismo” em detrimento da pesquisa, pela falta de formação de pesquisadores e de intercâmbio desinteressado (sem estar submetido à lógica comercial/lucrativa) com a sociedade (KOIKE, 2007, p. 10).

Em 2009 foi criado o primeiro curso de bacharelado em Serviço Social que possibilita formar profissionais com capacidade técnica, teórico-metodológica e ético-política para formular, implementar e avaliar políticas públicas no âmbito das diversas expressões da “questão social”. O perfil do profissional de Serviço Social, na atualidade, exige, também, conhecimentos que forneçam a apreensão das relações sociais dentro de uma perspectiva de totalidade. O Curso de Serviço Social se particulariza por formar profissionais de caráter crítico-generalista no sentido de atuar junto ao movimento da realidade.

“O que supõe uma formação profissional que imprima um perfil crítico, fundado em rigorosa capacidade teórica, ético-po-

lítica e teórico-prática voltada ao conhecimento e transformação da realidade” (KOIKE, 2007, p. 14).

A relação do Serviço Social com a “questão social” – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. O curso é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da ordem burguesa e pelas formas históricas de seu enfrentamento permeadas pela ação dos (as) trabalhadores (as) através das lutas sociais, o que deixa claro a existência do que Yamamoto (2014) chama de tensões entre os projetos profissionais e política governamentais e nítidas disputas teóricas e políticas no direcionamento do Serviço Social no Brasil.

Em 2016, foi criado o Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho Profissional, cujo objetivo foi o de propor o fortalecimento da relação universidade e os espaços sócio-ocupacionais, como ação para o avanço e a ampliação dos campos de estágio obrigatório em Serviço Social, bem como, de contribuição à organização da categoria profissional.

Neste mesmo ano, a profissão de Serviço Social completou oito décadas de existência no Brasil e alcança, em sua maturidade, um perfil profissional capaz de decifrar e atuar sobre o movimento da realidade, considerando as múltiplas expressões da ‘questão social’. Para isso, tem como espaço privilegiado de atuação profissional o Estado, pela via das políticas públicas de caráter social, a exemplo daquelas que compõem a Seguridade Social Brasileira (Assistência Social, Saúde e Previdência), bem como as de Educação, de Justiça, de Habitação etc. Destacam-se, ainda, como espaços sócio-ocupacionais de atuação das/os Assistentes Sociais as empresas privadas, o terceiro setor e os movimentos sociais e populares.

É neste mercado de trabalho, público e privado, que se lança o desafio ético, político e profissional de intervenção na realidade social na perspectiva da defesa e da garantia de direitos da classe trabalhadora.

Realizar um trabalho político-profissional nesta perspectiva exige da/o Assistente Social uma tripla dimensão em termos de competências: ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo. Uma dimensão de práxis profissional capaz de decifrar as contradições do movimento da realidade e construir respostas coletivas a partir das demandas postas pelos/as usuários/as dos serviços, das instituições e das manifestações populares.

Nesta perspectiva, cabe ao profissional a competência, a habilidade e a atribuição de desenvolver um trabalho no âmbito da gestão das políticas públicas, em suas dimensões centrais: planejamento, execução, avaliação e monitoramento; ação essa vinculada à permanente defesa e garantia de direitos da população usuária. É no cerne das políticas públicas que se dá a ação profissional-institucional; mas é nele, também, que se configuram espaços de formação política e profissional das/os discentes de Serviço Social desta Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a trajetória do Serviço Social não pode ser vista deslocada do contexto socioeconômico em que se insere. A criação das escolas de Serviço Social no Brasil surgiu em um contexto de resposta do Estado às necessidades do processo de industrialização e de enquadramento da população, sendo parte integrante de uma série de instituições atreladas ao projeto

reformador implementado pelo Estado, como um novo tipo de “enfrentamento” da questão social.

As novas necessidades produzidas neste processo determinavam a intervenção de profissionais tecnicamente qualificados, cuja demanda advinha do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana.

O mercado de trabalho que se expandia, exigiu que a profissão se adequasse, para fazer parte da execução das políticas sociais, útil ao funcionamento racional das instituições, no momento da produção capitalista e no desenvolvimento do projeto econômico e social burguês.

Até então, a profissão tinha por finalidade dar suporte ao projeto de recristianização da sociedade, guiado pela doutrina social da igreja essencialmente anticapitalista, cujo caráter missionário da intervenção privilegiava a dimensão vivificadora dos bons costumes e da moral, no nível das relações sociais.

As novas exigências sociais de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social e da função social do Estado nesta seara implicaram na necessidade de investimentos na qualificação de profissionais, apoiados em um conhecimento mais sistematizado sobre a realidade e em procedimentos cada vez mais “técnicos de intervenção. A demanda das instituições convocava o Serviço Social para a uma formação técnica da eficiência, o que levou a profissão a uma orientação funcionalista, onde o controle social exercido implicava na integração dos indivíduos ao bom funcionamento da sociedade proposta pela classe dominante.

A esta orientação funcionalista Yasbeck (1984, p. 71), diz que “[...] foi absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção”.

A partir da década de 1970, com a intensificação do processo de renovação da profissão no Brasil e a consequente preocupação em apreender a complexidade da realidade social sobre a qual atua e ao mesmo tempo com sua aproximação com a teoria social crítica, temos o redirecionamento da formação profissional e da direção social e estratégica do trabalho profissional numa perspectiva crítica – alinhada a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

A criação dos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado¹¹, contribuiu para o fortalecimento/amadurecimento da profissão, conduzindo-a para realização de pesquisas e para produção de uma literatura própria.

Isto posto, de acordo com Ortiz (2010), considerando o Serviço Social como o resultado da história, significa entendê-lo como um processo em constante construção e tensionamento. Como discorreremos ao longo do presente texto, destacando a relação entre história, teoria, conhecimento e profissão, em especial, no que concerne a relação formação e trabalho profissional em diferentes contextos e a trajetória de criação e consolidação dos Cursos de Serviço Social na Paraíba (UFPB, UEPB e UFCG-Sousa).

Outrossim, identificando os tensionamentos existentes entre ao atual projeto ético-político profissional e o processo de aligeiramento, flexibilização e privatização do ensino superior brasileiro, que impactam incisivamente e de forma nefasta sobre a atual direção crítica da formação profissional do Serviço Social e, conseqüentemente, no desenvolvimento das competências profissionais para o trabalho profissional.

Assim, configura-se o desafio hercúleo dessa profissão na atualidade o enfrentamento ao esvaziamento da dimensão crítica

[11]. Mestrados: PUC/SP (1971); PUC/RJ (1972); UFPB (1978); UFPE (1979) e UnB (1989). Doutorado: PUC/RJ e SP (1981)

tica e dos fundamentos que a sustentam, e que mediam o par categorial formação-trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Graduação. Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Disponível em: [www. http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10](http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10). Acesso em: 21/05/2021 às 19h47.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1996.

BID. Ensino Superior na América Latina e no Caribe. Um documento estratégico. Departamento de Programas Sociais e Desenvolvimento Sustentado, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1996.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes. Palestra proferida na Faculdade Internacional da Paraíba em 24/05/2016, em alusão aos 80 da profissão do Serviço Social no Brasil.

CANTALICE, Luciana B. de O. As incidências do pensamento pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social. (**Tese de Doutorado**). Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2013.

CANTALICE, Luciana B. de O. **O Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social versus o avanço ultraconservador no Brasil**. (mimeo). João Pessoa, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Reforma do Ensino Superior e Autonomia Universitária. IN: **Serviço Social e Sociedade**. Anos XX. Nov. 1999. São Paulo: Cortez, 1999. pp.118-126.

CUNHA, Angely D. Tendências Teórico-metodológicas da Formação Profissional em Serviço Social no Ensino a Distância na Paraíba. (**Dissertação de Mestrado**). João Pessoa: PPGSS, 2018.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 120, out./dez. 2014

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: Especialização CFESS: Direito sociais e competências profissionais, 2007.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

PEIXOTO, Márcia Carlos de Souza. A Relação entre as Ideologias e a Formação do Assistente Social: um estudo de caso em João Pessoa. (**Dissertação de Mestrado**) João Pessoa: UFPB/Mestrado em Serviço Social, 1994.

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. IN: GUERRA, Yolanda. Et al. **Serviço Social e seus Fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

CAPÍTULO IV

.....

Estágio Supervisionado em Serviço Social no Alto Sertão Paraibano: reflexões coletivas sobre os desafios e resistências da formação e do exercício profissional

.....

*André de Menezes Gonçalves
Andréa Pacheco de Mesquita
Yolanda Guerra*

SGUISSARDI, V. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil—2002-2012**. Brasília: Edital N. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional—OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Histórico do Curso de Serviço Social In: **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Campina Grande: UEPB/ Departamento de Serviço Social, 2014. Disponível em: <http://centros.uepb.edu.br/ccsa/download/Hist%C3%B3rico%20do%20Curso%20de%20Servi%C3%A7o%20Social.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Histórico do Curso de Serviço Social. In: **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Sousa, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP. In: **Serviço Social e Sociedade**, ano 5, n. 14. São Paulo: Cortez, abril de 1984.

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

O artigo aborda o exercício profissional no âmbito das políticas sociais, com enfoque em duas que compõem a política de seguridade social, saúde e assistência social, que se colocam como espaços sócio-ocupacionais da maioria das/os assistentes sociais, nos quais as dimensões da profissão são realizadas, destacando a formativa que se consubstancia na supervisão de estágio. Esta, como atribuição privativa, não pode ser realizada de maneira aleatória. Ao contrário, precisa ser qualificada e exige competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Que instrumentalidade é requerida nessa atribuição? Como as dimensões da profissão se articulam para dar instrumentalidade ao trabalho profissional e ao exercício desta atribuição que é imprescindível à formação de um perfil de

profissional crítico/a, criativo/a e competente do ponto de vista teórico, ético e político? Como os instrumentais e as metodologias dos programas/projetos institucionais, com sua lógica e intencionalidade antagônicas ao projeto ético-político, incidem sobre a autonomia profissional e a dimensão técnico-operativa? Problematicar estas questões nos parece um exercício necessário no intuito de fornecer subsídios à construção de estratégias sócio-profissionais e políticas ao exercício profissional, com foco na supervisão de estágio.

O texto aqui apresentado será desenvolvido em três eixos organicamente articulados e complementares. O primeiro aborda o Serviço Social e os fundamentos que sustentam a sua necessidade histórica, da qual deve seu significado social segundo o referencial materialista histórico dialético. O segundo problematiza as políticas sociais na contemporaneidade e suas metamorfoses de acordo com o movimento das classes e a correlação de forças entre elas. Já o terceiro eixo refere-se ao trabalho profissional na contemporaneidade em face do desemprego/precarização, da racionalidade ultraneoliberal das políticas sociais e aos desafios da supervisão de estágio na região do Alto Sertão paraibano.

Escrever este texto na segunda e pior (até o momento) fase da pandemia da Covid-19 (março de 2021), seja pela ampliação dos números de contágio e de mortes provocadas pelo Corona Vírus, seja pela crise sanitária em que o país passa ou pelos negativos impactos sociais, econômicos e políticos juntos à classe trabalhadora, nos traz inúmeros desafios¹. Segundo a Organiza-

[1]. No contexto da produção deste artigo o país atingia a marca de 12,4 milhões de pessoas infectadas e uma triste cifra de 307 mil pessoas que vieram a óbito em decorrência das complicações da doença, alcançando uma trágica média de mais de 3 mil vidas perdidas diariamente. Em ritmo mais lento, cerca de 7,03% da população brasileira teve acesso à primeira dose de algum tipo de vacina contra a Covid-19 e 2,19% desse universo foi totalmente vacinado. Fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/26/brasil-tem-pior-dia-da-pandemia-com-3600-mortes-por-covid-registradas-em-24-horas-media-volta-a-bater-recorde.ghtml> Acesso em: 27 mar 2021.

ção Mundial da Saúde (OMS), trata-se da maior crise em saúde de escala mundial da nossa época. No Brasil, essa crise mostra as vísceras de um capitalismo predatório e dependente e que traz sérias e trágicas consequências para os/as trabalhadores/as, escancarando e ampliando ainda mais as desigualdades geográficas, de classe, raça/etnia, gênero e geracional no contexto de retirada de direitos (contrarreformas trabalhistas e da previdência social, por exemplo), perdas salariais, aumento da fome, exacerbação da violência e violação de direitos. Um país dividido ideologicamente, afundado em uma onda neoconservadora, ultraliberal e de extrema direita que faz apologia à ignorância, à pós-verdades, às *fake news* e um culto ao negacionismo. Esta perspectiva predadora do capital no Brasil acontece num país com mais de 52 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza e um sistema de saúde pública destruído pelo processo de desfinanciamento e privatização, somado a uma política socioassistencial sem grandes impactos na vida de pessoas que vivenciam as diversas expressões da pobreza.

É neste caldo de contradições de uma realidade tomada por uma pandemia que escrevemos este texto objetivando dialogar sobre o estágio supervisionado na UFCG e sem perder de vista o quanto estas condições estão mais frágeis e desafiadoras nesta pandemia e com certeza no pós-pandemia, onde iremos trabalhar com os impactos desta na universidade, na formação profissional e, principalmente, na vida da população, em especial, aquela do Alto Sertão da Paraíba. Vivenciamos uma situação de tristeza profunda por tantas vidas ceifadas² e pelo grande descaso do governo em decretar o *lockdown* nacional, em efetivar políticas emergenciais de ajuda econômica às populações que vivem na

[2]. O Brasil registrou 3.368 mortes por Covid nas últimas 24 horas e neste sábado 27.03.2021 totalizou 310.694 óbitos. Mais informações ver: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/27/brasil-registra-novo-recorde-de-2548-mortes-diaras-na-media-movel.ghtml> Acessado em: 28 mar 2021.

pobreza ou extrema pobreza, bem como na aquisição das vacinas. Mesmo assim, nos enchemos de forças para afirmar que tudo isso vai passar, que esta pandemia findará. Assim, escrever este texto a seis mãos, em Estados diferentes e separados fisicamente nos possibilitou uma extrema alegria de poder romper o isolamento/confinamento social³ causado pela pandemia da Covid-19 e propor uma reflexão sobre nosso exercício e formação profissional a cada um/a dos/as leitores/as que tiveram suas rotas alteradas e desafiadas cotidianamente a se reinventarem diante de tantas demandas individuais, sociais, institucionais e profissionais.

O SERVIÇO SOCIAL: NATUREZA, SIGNIFICADO SÓCIO-HISTÓRICO E CONTEMPORANEIDADE

A profissão, como uma especialização da divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, intervém no âmbito das relações Estado/sociedade civil, em determinado momento histórico no qual as sequelas/refrações da questão social, resultantes dos antagonismos de interesses das classes sociais e de seus segmentos, passam a receber uma intervenção direta e sistemática por parte do Estado. Segundo os fundamentos da Teoria Social de Marx, entende-se que o capitalismo é um sistema de produção e reprodução social que, na medida em que produz riqueza social, mais aumenta o contingente de miseráveis. Como decorrência da exploração capitalista, a classe que vende a sua força de trabalho, enquanto produz a riqueza social, mais se aprofunda na misera-

[3]. Também rompemos nosso isolamento individual ao escrever este texto a seis mãos. Para além dos encontros virtuais para discutir o texto, também era o espaço de falar sobre nós, das angústias de uma pandemia que todos os dias atingia nossos familiares, amigos/as e/ou colegas de trabalho. Assim, este texto também foi um espaço de afeto, de solidariedade, de resistência e de retroalimentar os sonhos de que outro mundo é possível: sigamos juntos/as para construir uma sociedade anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

bilidade. Esse “novo” pauperismo é um fenômeno social que passa a ter visibilidade na Europa por volta de 1830 quando o processo que ele gera ganha o nome de questão social⁴, dado que a massa de trabalhadores/as, que foi jogada em agudas condições de pobreza e miséria, já não aceita de maneira cordata a sua exploração/opressão. Como nos mostram as melhores análises sobre o tema (Netto 2001; Iamamoto, 2001; Pereira, 2001), a questão social é o resultado da indignação e da rebeldia da classe operária.

Com efeito, a visibilidade da questão social no Brasil vincula-se às lutas da classe trabalhadora, notadamente a partir dos anos 1920-1930, face à denúncia das manifestações da exploração e das desigualdades sociais às quais estava submetida - situações essas da natureza do processo de produção e acumulação capitalista e do usufruto privado da riqueza socialmente produzida. São reveladas, denunciadas e sofrem resistência dos/as trabalhadores/as dadas às suas condições de vida, mas também em função de seus acúmulos no seu processo de organização e de construção de uma consciência de classe (IAMAMOTO, 2001).

Assim, o Estado passa a assumir parte do ônus com a força de trabalho e o faz via políticas sociais. Estas resultam de uma nova racionalidade adotada pelo Estado burguês no “trato” da questão social⁵, que agora não é enfrentada apenas à base da repressão,

[4]. Com estas reflexões queremos indicar que os fundamentos da chamada questão social só podem ser encontrados na economia e na política. No debate sobre a questão social, Netto (1992) nos indica a importância de recorrer ao Capítulo XXIII da obra *O Capital* de Karl Marx. Nesta, de acordo com a Lei Geral da Acumulação Capitalista, Marx assevera “quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior será a massa da superexploração consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho” (1985, p. 209, Livro I). Ainda: “quanto maior essa camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será, usando a terminologia oficial, o pauperismo” (idem) Para Marx, esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.

[5]. “A análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

via mecanismos de coerção, mas também como questão política, através da busca de consensos, imbricando suas funções econômicas e políticas para preservar, reproduzir e controlar a força de trabalho a ser, cada vez mais, explorada. Nessa perspectiva, as instituições sociais que vão assumir o enfrentamento das sequelas da questão social a concebem como problemática individual e/ou questão moral, com o que “[...] passam a desempenhar funções políticas, econômicas e ideológicas vitais para a manutenção da classe dominante” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 324). Há, portanto, um processo de despolitização do trato da questão social, deslocando sua concepção no âmbito da estrutura de desigualdade do modo de produção capitalista para o viés de responsabilidade individual ou coletiva daqueles/as que vivenciam suas expressões. Ainda, Iamamoto (2001) afirma que essa perspectiva compreende a questão social, dentre outros aspectos, enquanto disfunção na ordem social e ameaça à coesão social, isolando-a das dimensões histórico-sociais, vinculando-a, meramente, aos problemas de ordem moral e comportamental dos indivíduos.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista [...], configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da ‘questão social’, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada (NETTO, 1992, p. 26).

Nesse contexto, um conjunto de profissões passa a ser recrutado, dentre elas o Serviço Social, de onde advém a sua condição de profissão assalariada e dos/as profissionais como vendedores/as de força de trabalho especializada. Pela mediação das políticas sociais públicas e privadas, configuram-se espaços sócio-ocupa-

cionais que vão demandar de um/a técnico/a especializado/a para a sua execução, de onde se pode derivar que as políticas sociais não apenas são mediações centrais do trabalho/exercício profissional, como o seu formato coloca configurações a ele.

Para Yazbek (2009), ao colocar-se como campo de intervenção por parte do Estado, a questão social vai se constituir em matéria política, histórica e social, o que exigirá respostas às suas manifestações, tendo as políticas sociais, e o próprio Serviço Social, um fértil terreno para intervenção – seja num primeiro momento pelo caminho da mera execução e, posteriormente, inserção nos circuitos da elaboração, planejamento e avaliação. Numa perspectiva contraditória, as políticas sociais contribuem para o desenvolvimento do capitalismo (disputa pelos investimentos e recursos do fundo público, incremento em pesquisa, suporte em logística, produção e reprodução da força de trabalho ocupada e excedente etc.), ao mesmo tempo em que atendem, mesmo que em parte, as demandas da classe trabalhadora, fruto do processo de lutas, reivindicações e mobilizações por direitos. As políticas sociais resultam do estágio em que se encontra a luta de classes, assunto a ser aprofundado no próximo tópico.

DILEMAS CONTEMPORÂNEOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS

O debate das políticas sociais na contemporaneidade requer analisar as mudanças propostas pelo projeto neoliberal de diminuição do Estado⁶ frente à realização do chamado “bem-estar social” e o espectro privatista que domina as políticas de seguridade (BEHRING, 2008; e BOSCHETTI, SALVADOR, 2006). No Brasil,

[6]. Como bem explicita Netto, um estado mínimo para o social e máximo para o capital (1995, p. 81).

vivenciamos uma “[...] assistencialização da política social, em que prevalece a diretriz da matricialidade sociofamiliar” (MIOTO, 2015, 707). Assim, a política se apresenta de forma restrita, seletiva, focalizada, precária, disciplinadora e normatizadora dos papéis sociais, configurando-se como um espaço de interferência do Estado na família. Isso pode ser visto explicitamente nas condicionalidades do Programa Bolsa Família, passando a exigir um perfil de família participativa nos serviços socioassistenciais. Particularmente no contexto do SUAS (sistema Único de Assistência Social), pós-2004, houve uma ratificação de concepção e definição de funções para a família e a proteção social. Ela, a família, além de ser o centro das atenções socioassistenciais, é concebida como a unidade primeira de proteção de seus membros e deve ter, portanto, centralidade para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos da política de assistência social. Essa argumentação encontra-se nos principais instrumentos legais, normativos de gestão das ações socioassistenciais.

No âmbito do Estado, em especial da política de assistência social, a matricialidade sociofamiliar tem sido fundamentada nos valores burgueses que consideram a família como instituição social privada e a impregna de responsabilidades na proteção dos seus indivíduos [...]. Na família é reproduzido o papel protetivo e essa responsabilidade recai ainda mais sobre a mulher, colocando-a no lugar do cuidado, da proteção e da esfera do doméstico. Historicamente, há uma expressiva vinculação das mulheres com a responsabilidade da manutenção dos problemas sociais, resultante do sistema capitalista patriarcal. A fusão patriarcado-capitalismo foi se construindo como uma ferramenta central para estruturar e reproduzir as relações desiguais de sexo e continuar extraindo mais trabalho não remunerado feminino, garantindo as condições necessárias para acumulação de capital. O capita-

lismo se apropriou do patriarcado para exercer seu poder hegemônico em todas as esferas na sociedade e criar divisões dentro da classe trabalhadora, ocasionando, também, o não reconhecimento entre homens e, principalmente mulheres, como sujeitos explorados pelo mesmo sistema (SOUSA et al., 2020, p. 91-92).

Esta tendência da matricialidade sociofamiliar na política de assistência social é pautada num modelo europeu que afirmava o papel central da família no contexto do *Welfare State*. O principal pensador desta perspectiva é Esping Andersen⁷ que acrescenta, além do mercado e do Estado, a papel da família na efetivação de um Estado de Bem-estar Social. Esse movimento trouxe a categoria “familismo” para o centro do debate das políticas sociais na América Latina e no Brasil, o que vem desenhando a família como principal responsável pela proteção social. Essa abordagem vem naturalizando o cuidado como intrínseco às famílias, mas, delimitando que sua materialização é função das mulheres. Historicamente, quando se refere ao trabalhador identifica-se a figura do homem, sujeito adulto, economicamente ativo e com obrigações que se realizam no espaço público. Contrapõe-se nessa abordagem aquilo que é imposto às mulheres no que se refere às atividades domésticas no âmbito privado.

No Brasil, um país em que sequer vivenciamos um Estado de Bem-estar Social⁸, mas como bem coloca Francisco de Olivei-

[7]. Em sua obra “Social foundations of post-industrial economies”, publicado no ano de 1999.

[8]. É importante explicitar que não entendemos o *Welfare State* como enfrentamento ao capitalismo, ao contrário: ele é uma estratégia do capital no período da Guerra Fria para se contrapor ao projeto socialista. Uma proposta de “amenizar” as consequências devastadoras do capitalismo na vida da população trabalhadora no pós-Segunda Guerra, particularmente no contexto do modo de produção fordista-keynesiano. Mota (2011) reafirma a concepção de Oliveira (2004), argumentando que, no Brasil, historicamente houve um fosso entre a cidadania do/a trabalhador/a assalariado/a e os/as trabalhadores/as precarizados/as, em que são produzidas políticas sociais para manutenção da mão de obra para o capitalismo monopolista e políticas residuais para os/as trabalhadores/as precarizados/as.

ra (2004), vivemos um “Estado de Mal-estar Social”, é inviável a adoção de uma “solução familiar” para a proteção social, considerando as particularidades de um país capitalista com traços periféricos e dependentes, imerso em diversas expressões de desigualdades, pobreza e violações.

Com uma população estimada em 211.755.692 de pessoas (projeções do IBGE para o ano de 2020), havia, segundo dados do Ministério da Cidadania⁹, com base nas informações censitárias, 15.002.707 habitantes no Brasil em situação de pobreza extrema, aquelas que dispõem de menos de US\$ 1,90 dia para sua sobrevivência, conforme critério adotado pelo Banco Mundial para identificar e tipificar famílias nessa condição. A estimativa de famílias com baixos rendimentos, pobreza e extrema pobreza a serem inseridas no banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO), conforme dados de janeiro de 2021, perfazia um total de 20.094.955. Essa meta alcançou 114% de cadastramentos, segundo informações da pasta governamental, chegando a 36,7% da população brasileira (75.568.184 pessoas). Já o Programa Bolsa Família, que transfere renda condicionada e focalizada a famílias regularmente inscritas no Cadastro Único e em situação de extrema pobreza e pobreza (rendas *per capita* mensais de, respectivamente, até R\$ 89,00 e de R\$ 89,01 a R\$ 178,00 - março/2020), contabilizam 40.965.035 pessoas, alcançando um pouco mais da metade das pessoas cadastradas (54,2%). Em termos de Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS nº 8.742/93), em janeiro de 2021, cerca de 4.656.360 de pessoas envelhecidas ou com deficiência acessam recursos na ordem de um

[9]. Os dados aqui compilados estão disponíveis no sítio eletrônico do Governo Federal, por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério da Cidadania, e podem ser acessados pelo link <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=assis&codigo=0&aM=0> Acesso em: 26 mar 2021.

salário mínimo¹⁰, o que revela, ainda mais, seu caráter seletivista em função da renda de acesso ao benefício.

Se aprofundarmos algumas análises levando em consideração o gênero e a raça, o percentual sobe drasticamente para 63% das casas comandadas por mulheres negras com filhos/as de até 14 anos que estão abaixo da linha da pobreza, com uma renda *per capita* ao dia de R\$ 420 mensais¹¹. Estes dados revelam a incompatibilidade de pensar a família como solução para a proteção social. Isso se evidencia quando estes dados explicitam os traços patriarcais, racistas e heteronormativos que sustentam a formação sociohistórica brasileira.

A família foi uma categoria central no Brasil Colônia, delineado pela influência de um modelo trazido pela Coroa Portuguesa e referendado pela Igreja Católica. Um traço histórico que nem a “revolução burguesa” no Brasil conseguiu romper com o poder das famílias oligárquicas, fazendo uma transição por meio de uma “modernização conservadora”. O que demonstra a funcionalidade do modelo patriarcal de família na configuração da burguesia nacional como espaço estratégico de universalizar novos valores sociais que, sutilmente, transformam os indivíduos em trabalhadores/as a serviço dos interesses do capital.

[...] Se por um lado este movimento pode representar um avanço no sentido de romper com a perspectiva de tomar o indivíduo isolado de suas relações sociais, por outro impõe-se a necessidade de outras definições e explicitações que decorrem da concepção de família como sujeito social e de direitos, sob pena de reforço da culpabilização das famílias e despolitização quando se reproduz o dis-

[10]. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=assis&codigo=0&aM=0> Acesso em: 26 mar 2021.

[11]. Mais informações em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama> Acesso em: 20 mar 2021.

curso das 'famílias desestruturadas e incapazes de aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas pela sociedade (e também pelo Estado) para resolverem seus problemas com os seus próprios recursos' (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011, p. 55-56).

O disciplinamento, o adestramento, a instituição de hábitos, costumes, desejos e comportamentos moralizadores são estratégias para a composição de um modelo familiar funcional ao capital. Neste sentido, temos uma concepção de “[...] família profundamente, conectada às bases da formação social e econômica do país, e com papel fundamental na reprodução ideológica da sociedade brasileira e, conseqüentemente, fortemente incorporada pela política social” (MIOTO et al., 2020, p. 814).

Esta tendência presente nas políticas sociais coloca inúmeros desafios para as/os assistentes sociais, delineando a necessidade de um adensamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que possibilite uma perspectiva crítica da realidade, das políticas sociais e suas relações com o Estado, a sociedade e o mercado. Como nos lembra Yamamoto (2001), o Serviço Social necessita sempre de “um banho de realidade brasileira”. Essa dimensão é fundamental para não cairmos nas armadilhas do capital que nos aciona a realizar ações policiais e de controle dos/as usuários/as pautadas em abordagens funcionalistas e pragmáticas que estão na contramão do reconhecimento dos direitos, da autonomia e da emancipação como preconiza nosso projeto ético político.

Persiste ainda como uma tendência no âmbito das políticas sociais o resgate de determinadas marcas de seu passado, como trocas de favores, mando, assistencialismo e bem-estar, assim como uma forte cultura de reprodução da subalternidade daqueles que demandam ações por parte do Estado. Trocas de favores e alijamento eleitoral, a forte presença do primeiro damismo, o apelo à

filantropia social e a desresponsabilização por parte do ente público na gestão das políticas sociais ainda se fazem presentes no país, com traços particulares no Nordeste e no estado da Paraíba.

É neste movimento de analisar as políticas sociais que precisamos conhecer o contexto local em que elas são inseridas para apreender as mediações e contradições que a realidade as impõe e são impostas por elas. A Paraíba é um Estado com 4.039.277 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ano 2020), ocupando o 5º lugar em densidade populacional na Região Nordeste. Dados do Ministério da Cidadania revelam, com base nas informações do IBGE de 2010, um total de 544.134 pessoas em situação de extrema pobreza, alcançando quase 13,5% da população geral. Soma-se a essa estatística cerca de 1,6 milhões de pessoas estão abaixo da linha da pobreza, o que representa 41,7% da população¹². Esta realidade aponta a grande importância do trabalho dos/as assistentes sociais no Estado.

Em primeiro lugar, é necessário frisar que o acesso às políticas sociais por esta parcela da população está muito aquém de alcançar as demandas dessas pessoas que vivem na pobreza e satisfazer suas necessidades básicas e urgentes. Além das políticas sociais assumirem um caráter focalista, meritocrático, clientelista, privatista, pontual, restritivo, e sofrer sistemático desfinanciamento, ainda nos deparamos com os limites institucionais que circunscrevem o trabalho de assistentes sociais, o que impacta na chamada autonomia relativa profissional, como afirma Yamamoto (2007):

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o Assistente Social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam o acesso a seus serviços, fornecem

[12]. Mais informações em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama> Acesso em: 20 mar 2021.

meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas [...] Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais de trabalho do assistente social. Ela organiza o processo de trabalho do qual ela participa (p. 63).

A/o assistente social realiza seu trabalho muitas vezes em equipes multiprofissionais¹³, o que denota inúmeras demandas no processo de planejamento, execução e avaliação do trabalho coletivo. Desta forma, a/o profissional precisa estar atento/a e forte para responder às demandas institucionais, profissionais e das/os usuárias/os.

As demandas das instituições cada vez mais se ampliam e, contraditoriamente, as condições de respostas se atrofiam, impactando sobre o exercício profissional. Não só a logística para o atendimento, mas as condições de trabalho, cada vez mais precárias, têm tido impacto significativo no processo de trabalho no qual o/a assistente social se insere. Isso tem imposto, em grau bem elevado, uma lógica gerencialista e tecnocrática direcionada a resultados quantitativos em decorrência das metas, tabelas, manuais, protocolos e normas operacionais previamente definidas e solicitadas pelos programas, projetos e serviços. Dadas a essas condições, brevemente indicadas, os/as profissionais se encontram cada vez mais imersos/as na burocracia dos preenchimentos dos dados quantitativos, que ocupam a centralidade do trabalho profissional. Assim, as instituições com suas metas definidas

[13]. Importante explicitar que as diversas profissões que compõem as equipes multidisciplinares têm diferentes bases curriculares, com perspectivas teóricas das diversas correntes que, em muitos momentos, dialogam, mas que também podem ser excludentes, incompatíveis. O debate da política social e das políticas públicas nem sempre esteve presente na formação inicial dos/as profissionais que trabalham nessas políticas, notadamente a de assistência social e de saúde. Pioram esse quadro determinadas legislações de política sociais sobre seus recursos humanos, denominando trabalhadores/as daquelas políticas e que, muitas vezes, desconsideram as particularidades das formações e, tão pouco, as competências e atribuições privativas previstas em lei, a exemplo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

muitas vezes de cima para baixo, passam também a controlar o tempo de trabalho e requisitar um perfil profissional do “faz tudo”, cujas respostas devem se direcionar para imediata resolutividade. Uma verdadeira “bancarização do trabalho” que se revela no mero processo quantitativo de cumprimento de metas x tempo de atendimento. Outro ponto importante que rebate no atendimento às demandas institucionais é a forma de contratação de profissionais que são terceirizados/as, quarterizados/as, contratados/as por projeto, programa ou serviço, por hora trabalhada e até mesmo, em alguns casos, são voluntários/as buscando experiência para concorrer aos editais de futuras contratações. As consequências para as/os assistentes sociais são relações de instabilidade, baixo salário, pluriemprego, grande rotatividade em detrimento de criação de vínculos socioprofissionais com o público usuário, insegurança, estresse e adoecimentos que levam à total precarização e sucateamento de suas condições de trabalho, assim como ausência de proteção social, seja trabalhista ou previdenciária.

Além das demandas institucionais, também precisamos responder às demandas da profissão num diálogo multidisciplinar com as equipes técnicas do trabalho. No Serviço Social, o conjunto de documentos produzidos coletivamente ao longo da história (como por exemplo, Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética Profissional, Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais nas diversas áreas publicadas pelo CFESS, dentre outros) compõe a base teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política e normativa do que, historicamente, chamamos de projeto ético-político que se alinha em valores emancipatórios. Esses conteúdos apresentam-se como norte de atuação profissional e subsidiam uma análise das políticas sociais na perspectiva da garantia de direitos. Uma possibilidade, por exemplo, é a necessidade do fortalecimento do controle social como espaço de participação da população, desde

o planejamento, passando pela execução e por processos de avaliação que possibilitam outros planejamentos e, assim, sucessivamente num movimento dialético.

A outra questão que precisa ser respondida cotidianamente são as demandas da população usuária vistas como indicações centrais para a atuação profissional junto aos sujeitos que buscam os programas, projetos e serviços sociais. O que significa para as/os profissionais conhecerem quem são esses/as usuários/as, como vivem, como se organizam, quais programas e projetos eles/as têm acesso e quais buscam na comunidade. Enfim, conhecer o perfil dos/as usuários/as e da comunidade para decifrar e identificar outras demandas que estão para além do imediato e, desta forma, construir uma proposta de intervenção profissional crítica a curto, médio e longo prazo.

O trabalho cotidiano não resulta apenas das demandas institucionais, mas a elas devem ser somadas as demandas tanto dos/as profissionais com seus projetos de trabalho/planos de ação quanto dos/as usuários/as. Responder “o quê”, “como”, “para quê”, “por quê”, “quando” e “onde” é definir de qual Serviço Social estamos falando, qual projeto profissional estamos fortalecendo no interior dos diversos espaços sócio-ocupacionais, que projeto societário está em nosso horizonte. Contudo, esta escolha e este caminho requerem a existência de condições favoráveis, nitidez quanto aos objetivos que pretendemos atingir, identificação quanto à disputa por um projeto societário emancipatório e quanto aos enfrentamentos e correlações de forças presentes.

Este ainda é um dos maiores desafios visto que nós, assistentes sociais, muitas vezes somos engolidos/as pela sobrecarga de trabalho e também pela sua precarização e acabamos não construindo o plano de trabalho, o que reduz nossas ações profissionais ao urgente, ao imediato, perdendo de vista a efetivação de um trabalho sistematizado, educativo e pedagógico que envolva

outras dimensões da vida destas/es usuárias/os. Assim, a construção do nosso plano de trabalho e/ou projeto de intervenção profissional, como também o processo de sistematização de nossas atividades, são fundamentais para o fortalecimento da profissão neste tempo de desespecialização¹⁴ que vivenciamos. Bem como, se constitui em uma forma estratégica de enfrentar as diversas demandas que historicamente são colocadas para a profissão de forma indevida. Estes elementos rebatem diretamente no processo de supervisão de estágio, uma vez que são estas/es trabalhadoras/es inseridas/os nestas políticas com a direção explicitamente posta pelo estado capitalista periférico e dependente na contemporaneidade que incidem na formação e no exercício profissional.

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: ALGUMAS REFLEXÕES URGENTES E NECESSÁRIAS

Pensar a supervisão de estágio em Serviço Social no Alto Sertão paraibano requer partir de uma reflexão do conjunto de normativas teóricas, técnicas, políticas e éticas que construíram e constroem a política de estágio. A Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) e o Código de Ética do/a Assistente Social (1993), enquanto partes constitutivas do projeto profissional em suas dimensões jurídica, normativa, política e pedagógica, reafirmam a centralidade do estágio e de sua supervisão direta nos processos formativos de futuros/as profissionais. Reiteram esta

[14]. O serviço social envolto a este trabalho polivalente e assumindo diversas demandas que são colocadas pelas instituições tendem a diluir suas atribuições privativas, particulares e específicas caindo nas armadilhas da desespecialização da/o assistente social resultado de uma “[...] aparente inespecificidade operatória da profissão, que não a diferencia de práticas leigas, voluntárias e filantrópicas, sua polivalência (que lhe valeu ampliar suas funções e ocupar espaços emergentes), e a tendência a incorporar tudo aquilo que outros profissionais não fazem, não como algo emergencial, mas como parte das suas ‘obrigações’ e ‘compromissos’ [...]” (GUERRA, 2016, p. 103).

afirmativa as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), a Política Nacional de Estágio da mesma entidade (2009) e a Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social brasileiro. Estes documentos ampliam e avançam sobre algumas perspectivas postas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e na própria Lei de Estágio (nº 11.788/2008), reconhecendo o estágio enquanto elemento particularmente importante na formação e no trabalho profissional de assistentes sociais.

O processo de estágio envolve profissionais no âmbito de unidades de formação acadêmica, denominados/as supervisores/as acadêmicos/as e aqueles/as que se inserem em diversos espaços sócio-ocupacionais, na qualidade de supervisores/as de campo – ambos/as devem estar devidamente qualificados/as e comprometidos/as com esta atividade formativa, política e pedagógica.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, 2009, p. 11).

Uma questão a ser explicitada é que a supervisão de campo é uma atribuição privativa da/o assistente social¹⁵. Contudo, não

[15]. De acordo com a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, em seu art. 5º: "Constituem atribuições privativas do/a assistente social: [...] VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social" (s/p).

é uma obrigação, mas uma sim uma opção e um compromisso político-pedagógico, uma vez que gira em torno de sua contribuição para a formação de futuros/as profissionais e do processo de aprendizagem coletiva que o/a supervisor/a realiza ao decidir supervisionar estágio. É uma decisão individual na qual passa pelo/a assistente social optar por assumir a supervisão direta de estagiários/as, mas também é institucional visto que exige as condições adequadas para receber o/a estudante em formação, sejam elas éticas e técnicas delineadas no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão. Diante desta afirmativa é que podemos entender de forma explícita que a supervisão de estágio não é somente uma ação individual, uma carga horária a mais de trabalho para o/a assistente social; mas sim, é parte do seu trabalho e, desta forma, deve estar definida no seu planejamento. As horas destinadas à supervisão - as quais permitem suspensão do cotidiano, reflexão das atividades desenvolvidas na semana, bem como os estudos e debates de textos, planejamentos, correção dos trabalhos elaborados dentre outros movimentos - são partes constitutivas do exercício profissional, como bem assinala a Lei de Regulamentação da Profissão.

Ora, se a supervisão é parte das atribuições de nosso trabalho, ela não pode se configurar como um trabalho a mais, como uma carga extra de trabalho, cabendo a profissionais realizá-la em horários livres ou fora do horário de trabalho. Contudo, a realidade que assola o nosso cotidiano profissional de sobrecarga de trabalho, das cobranças burocráticas, dos preenchimentos de relatórios e diversas tabelas, cumprimento de metas etc. transmudam o estágio da condição de atividade privativa para a condição de atividade extra, o que impacta diretamente na aceitação do/a profissional em supervisionar estágio.

Apesar dos avanços, debates e produções acerca da temática de estágio no Serviço Social, ainda há perspectivas equivocadas

sobre a atividade - ideias errôneas que insistem no “ensino da prática”. Essa dicotomia se choca com os princípios e posicionamentos da ABEPSS e do Conjunto CFESS/CRESS sobre o tema. Portanto, na perspectiva da unidade, “[...] o estágio ocupa centralidade na formação profissional, pois potencializa a qualificação dos alunos do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e investigativo” (ORTIZ, 2016, p. 207). E sua supervisão, acadêmica e de campo, exige capacidade reflexiva e crítica, sistematização, acompanhamento, bem como compromisso, por parte dos/as profissionais, com o processo formativo de discentes.

Um dos desafios é que, algumas vezes a/o docente, preocupada/o em garantir o conteúdo do programa, não proporciona espaços para a reflexão do trabalho profissional. Assim como o oposto também se verifica, a/o docente na supervisão acadêmica constrói, no encontro de sala de aula, um “debate da prática” sem as devidas mediações teórico-metodológicas. Não se trata de uma dicotomia: a/o supervisora/or acadêmica/o é a/o responsável pelos aspectos teóricos, e a/o supervisora/or de campo pelos aspectos da prática. Ambos devem refletir com as/os discentes as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas nas particularidades de cada supervisão (GUERRA, 2019, p. 79).

Tanto a supervisão acadêmica, quanto a supervisão de campo, devem assegurar ao/a aluno/a a unidade e a indissociabilidade teoria/prática, formação e exercício profissional. Desta forma, ela revela um potencial para o desenvolvimento da dimensão investigativa enquanto ferramenta fundamental para o desvelar da realidade, contribuindo organicamente para o processo de aprendizado.

Os/as estudantes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) que iniciam o estágio em Serviço Social têm perfis diversos, que expressam diferentes condições de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, cultura. Outro fator determinante é que estes/as estudantes são oriundos/as de vários municípios circunvizinhos do Alto Sertão¹⁶ que viram na UFCG a possibilidade de efetivação do direito ao ensino superior público, gratuito e de qualidade. Esta convivência entre moradores/as de diversas cidades aponta para a riqueza cultural e a mistura de regionalidade que, por um lado, enriquece a formação profissional, mas, por outro, coloca um grande desafio as/aos professores, supervisores/as de estágio na administração destas regionalidade. A cidade de Sousa/PB tem uma população estimada de 69.723 moradores/as de acordo com as projeções do censo demográfico para 2020 (IBGE). Em relação ao salário médio mensal dos trabalhadores/as formais era de 1,7 salários mínimos. Quando analisamos a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16,2%. Ao considerar os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, temos um percentual de 44% da população. O que demonstra a importância econômica, política e cultural da criação de uma universidade pública federal neste município¹⁷.

Estes dados também revelam o universo dos espaços sócio-profissionais em que as/os estudantes serão inseridos/as enquanto estagiários/as para trabalhar com as expressões da questão social. As políticas sociais do Estado, notadamente aquelas

[16]. O Alto Sertão paraibano é composto por 82 municípios, divididos em 7 microrregiões: Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Piancó, Itaporanga, Serra do Teixeira e Patos, sendo esta a maior cidade da região. Ao todo conta com 829.195 habitantes. Fonte: <https://geogeral.com/h/m/b/brpbst.htm> Acesso em: 26 mar 2021.

[17]. Mais informações em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama> Acesso em: 20 mar 2021.

vinculadas à seguridade social brasileira, ainda são os grandes e principais espaços de exercício profissional e, também, de estágio na área de Serviço Social na UFCG, sejam as políticas de saúde e de assistência social.

O ingresso em instituições públicas e/ou privadas, o contato com chefias imediatas e/ou hierarquias, setores, demais profissionais; as vivências do cotidiano profissional; a relação com famílias ou grupos e suas exigências sociais, compõem uma complexa realidade cujas mediações entre as/os usuárias/os, as instituições empregadoras, o Estado, os movimentos sociais e as/os profissionais precisam ser apreendidas. Outro elemento que incide no processo de supervisão de estágio é o ataque às universidades públicas e ao projeto de formação profissional, o processo de privatização e de mercantilização do ensino, a expansão das modalidades de educação à distância, a precarização do trabalho docente e o aligeiramento dos processos formativos que incidem na vida do/a discente e dos/as supervisores/as acadêmicos/as.

Um dos principais problemas a ser enfrentado na materialização do estágio como processo formativo e da instituição social como possibilitadora desse exercício acadêmico-pedagógico encontra-se no conflito e tensão existentes entre a exigência pedagógica e a determinação do mercado que amplia sua tendência *em substituir o processo pedagógico de ensino e aprendizagem concebido como diretriz na formação profissional pelas unidades de ensino, através da solicitação de alunos de 1º e 2º anos letivos* para o estágio, sem terem ainda adquirido os conhecimentos teóricos, as habilidades para essa inserção. Essa demanda do mercado não pode sucumbir o projeto formativo de responsabilidade das unidades de ensino, tornando-o refém dos ditames do mercado que impõe a mão-de-obra barata, e a desqualificação (de)formativa ao aluno em sua

condição de estudante-trabalhador (ABRAMIDES, 2003, p. 14 *apud* ABEPSS, 2009, p. 06 – os grifos constam no original).

Como isso se particulariza no Alto Sertão paraibano? Como essa realidade se manifesta na formação acadêmica de discentes de Serviço Social da UFCG, na cidade de Sousa-PB? É importante situar que o curso de graduação de Serviço Social foi implantado no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) no ano de 2010, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹⁸.

O estágio e as disciplinas de estágio supervisionado acontecem no 6º e no 7º períodos e compõem uma carga horária de 450 horas/aula, representando 15% da carga horária total do curso em conformidade com as Diretrizes Curriculares. De um modo geral, os/as discentes estão inseridos/as nas políticas sociais locais, sejam na cidade de Sousa ou na região circunvizinha, com uma média de 20 a 30 alunos/as (março/2019), após terem cumprido as exigências curriculares necessárias à inserção nos campos de estágio. Conforme relatório do ano de 2019.2 da Coordenação de Estágio do citado curso, 27 discentes estavam inseridos/as nas políticas de assistência estudantil, assistência social e de saúde. Foram os serviços socioassistenciais e os hospitais de médio porte que receberam a maior parte dos/as discentes em Sousa ou na região¹⁹.

[18]. Tem uma média anual de 150 discentes. O curso é matutino e há somente uma entrada a cada ano. Sua duração mínima é de quatro anos, conforme indica seu projeto pedagógico e tem um total de 3.000 horas/aula.

[19]. Em função da pandemia da Covid-19, o que provocou suspensão de atendimento e demais atividades em vários locais públicos e privados, incluindo a própria universidade, nos períodos em que houve a oferta de ensino na modalidade remota, 2020.0 (RAE - Regime Acadêmico Extraordinário) e 2020.1e (excepcional), a disciplina de estágio supervisionado não foi ofertada em cumprimento às exigências da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, enquanto processo regular, contínuo e direto e que envolve articulação sistemática entre as supervisões acadêmica, de campo e o/a próprio discente, sejam na unidade de formação acadêmica e nos espaços sócio-ocupacionais como reafirma Ortiz (2016).

De um modo geral, constituem-se como campos sócio-profissionais que ofertam estágio no Alto Sertão paraibano: na Assistência social há ações desenvolvidas no âmbito dos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social), trabalhos e acompanhamentos sociofamiliares com beneficiários/as do Programa Bolsa Família, atividades de prevenção e enfrentamento a violações de direitos nos CREAS (Centros de Referência Especializados da Assistência Social) etc.; no campo da Saúde, os/as estudantes inserem-se no âmbito de hospitais de médio porte, com serviços regionalizados e em unidades de pronto atendimento de média complexidade de atenção básica e hospitalar.

De acordo com os fóruns de supervisão de estágios locais²⁰, regionais e nacional, reuniões entre os sujeitos do estágio e também nos relatos durante as disciplinas, percebemos inquietações acerca da direção posta às políticas sociais que repercutem em tendências já mencionadas e que se relacionam com o formato destas políticas, bem como às restrições que colocam ao exercício profissional, empreendendo uma grande pressão através de manuais, protocolos, normas operacionais as quais tem uma lógica interna que é incompatível com intervenções que reconhecem o direito dos sujeitos. Notamos uma pressão no cumprimento de metas, tabelas e relatórios estatísticos dos programas sociais que fogem aos nossos objetivos profissionais e revelam uma tendência a exercer atividades fiscalizadoras, de controle e punição, bem como, posturas criminalizantes da pobreza e dos pobres.

É importante compreendermos que o cotidiano no qual as/os assistentes sociais estão imersas/os é o lócus da heterogeneidade, a qual se apresenta nas inúmeras demandas profissionais, insti-

tucionais e sociais. Demandas essas que exigem respostas imediatas, urgentes, nos fazendo agir, na maioria das vezes, de forma mecânica, sem elaboração, sem muita reflexão acerca do nosso exercício profissional. A junção das inúmeras demandas que exigem respostas imediatas nos faz cair em uma das características da vida cotidiana: a superficialidade, ou seja, diante das urgências em elaborar respostas, incorremos em intervenções superficiais, que não contemplam reflexão sobre o que, como e porque estamos executando determinadas atividades e ações profissionais. É como se ligássemos o piloto automático e fôssemos deixando o “dia a dia” alienar e determinar o nosso exercício profissional.

Não nos esqueçamos de que, por sua própria natureza de ações repetitivas, o cotidiano é um espaço que nos absorve, nos invade, nos limita e nos deixa refém do pragmatismo e do ativismo, caindo na velha concepção “sempre fiz assim e deu certo, então vou continuar fazendo assim”. A experiência é uma excelente conselheira, um ponto de partida, uma referência. Contudo, não podemos transformá-la em um limite ou ponto de chegada, já que ela não pode ser a única referência do exercício profissional, pois, se assim o fizermos, estaremos transformando o exercício profissional em uma atividade contaminada, acomodada, repetitiva, que se realiza sem levar em consideração o movimento do real, suas contradições e mediações. A burocracia institucional, o imediatismo em face às demandas, o não compromisso com a promoção e efetivação dos direitos têm reforçado a ação sobre o imediatismo, o que vai na contramão dos nossos princípios éticos e políticos. Nos termos de Netto (1996),

[...] confrontam-se dois ‘paradigmas’ de profissionais: o técnico bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho tal como elas se apresentam ou o intelectual que, com qualificação operativa, vai

[20]. Na UFCG, o Fórum de Supervisão de Estágio acontece anualmente quando da realização da Semana de Serviço Social (maio) e é promovido em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 13ª Região/PB) e a ABEPPS Nordeste.

intervir sobre aquelas demandas a partir de sua compreensão teórico-crítica, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada (p. 126).

Temos argumentado que, em conformidade com Mota (2011), o processo de desconstrução do padrão de proteção social em termos de seguridade no Brasil alude a redução do papel do Estado na chamada área social e o fortalecimento das ações privadas e da focalização na pobreza no contexto de consentimento da classe trabalhadora e fragilidade dos seus processos organizativos e políticos. Esse movimento anuncia, segundo a autora, a “crise da seguridade social”, com medidas de ajustes econômicos e reformas institucionais (processos de privatização, refração dos direitos e reordenamento da proteção social; redução do investimento público e ampliação do setor privado lucrativo; políticas focalizadas na pobreza pela via dos programas de transferência de renda) e apelo ao voluntariado e à responsabilidade social²¹.

A isso, soma-se o fato de que as condições objetivas do trabalho e da formação profissional estão cada vez mais deterioradas e precarizadas “[...] pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que motiva a busca por respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista” (BARROCO, 2011, p. 212).

Contudo, é importante reconhecer que a supervisão de estágio é um processo qualificado que exige rigor na análise da reali-

[21]. A direção dos governos neoliberais manteve, pelo menos no plano regulatório, o princípio de universalidade e integralidade no âmbito da Saúde com o Sistema Único (SUS) e vem passando por um drástico processo de sucateado e privatizante; no pós-2004, emergiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua relação com os programas de transferência de renda pela via da focalização; e fortaleceu a lógica do seguro e da perspectiva financeirista e privatista no âmbito da previdência, sobretudo com as contrarreformas de 1998, 2003 (BOSCHETTI, 2009).

dade e habilidade para dominar o instrumental, tendo consciência da sua intencionalidade. Ela tem um papel fundamental na superação desses obstáculos aqui apontados. Nela há uma disputa para a formação de perfis, os quais se inserem em projetos, sejam progressistas ou conservadores. A realidade tem exigido o enfrentamento profissional aos influxos das políticas sociais, cada vez mais de cariz ultraconservadoras²². Neste sentido, podemos afirmar que “A temática é tão indispensável quanto é difícil, sendo assim, objeto de polemica [...]” (MESQUITA, GUERRA, GONÇALVES, 2019, p. 15).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este não é um texto conclusivo. Assim, não temos a pretensão de esgotar o assunto a partir das reflexões aqui traçadas nestas páginas. Ao contrário, o objetivo é que possa ser um ponto de encontro para desencadear o debate, para aprofundar o conhecimento e, principalmente, para reoxigenar nossas forças em tempos tão difíceis. Falar sobre estágio em Serviço Social é se reportar a um tema vasto, complexo, profundo e bastante diverso, que nos leva a desvendar inquietações presentes tanto na formação quanto no exercício profissional. Essas inquietações têm sido apontadas por assistentes sociais, professores/as e supervisores/as acadêmicos/as e de campo, nos vários fóruns adequados a este fim, além do processo de aprendizagem coletiva que vivenciamos nos fóruns de supervisão de estágio de diversos Estados, em palestras e ago-

[22]. Os argumentos de Santos (2018) são imprescindíveis para a afirmativa: “[...] o pensamento conservador se torna constituinte do *ethos* burguês. Volta-se à preservação de práticas e valores relacionados à valorização da hierarquia, da tradição, da moralização da questão social e elege a família como a célula principal capaz de promover, entre as novas gerações, formação e reprodução de um modo de ser dos indivíduos” (p. 46).

ra *lives*, e em reuniões remotas realizadas pelo Conjunto CFESS/ CRESS, ABEPSS e unidades de ensino.

Desta forma, cabe a nós inúmeros desafios, são eles: - superar a perspectiva tecnicista, gerencialista e burocrática que reduz a instrumentalidade da profissão à utilização de instrumentos e técnicas; - romper com o imediatismo e o pragmatismo ainda presente em diversos espaços sócio-ocupacionais; - ampliar os processos de autonomia profissional face ao planejamento, implementação e avaliação dos serviços sociais prestados; - superar as amarras postas pelos instrumentos e sistemas técnicos de gestão das políticas assistenciais, especialmente na assistência social e na saúde, restringindo o trabalho profissional ao atendimento dos objetivos institucionais. Desta forma, seguramente, o processo de acompanhamento de discentes de Serviço Social, por meio da supervisão acadêmica e de campo, coloca-se como possibilidade de superar esses limites e se tornar referência para uma formação e exercício profissional qualificado, crítico e comprometido com a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Eis os nossos desafios e encontros históricos e cotidianos.

Por fim, elencamos algumas questões estratégicas fundamentais para este pensar e (re)organizar o estágio na formação profissional. São elas:

- ▶ Assegurar a indissociabilidade entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico e o exercício profissional cotidiano, de cunho técnico-operativo;
- ▶ Garantir o processo de acompanhamento ao/à estagiário/a como elemento integrante do trabalho do/a assistente social, computado enquanto hora de trabalho para a instituição e não como um trabalho a mais e/ou extra;
- ▶ Realizar a articulação permanente entre unidade de ensino e unidade campo de estágio;
- ▶ Incorporar a atitude investigativa, visto que o processo

de intervenção demanda o conhecimento da realidade, suas mediações e contradições;

- ▶ Perceber o “processo de supervisão de estágio” como uma das matérias indispensáveis à formação dos/as futuros/as supervisores/as;
- ▶ Realizar grupos de estudos e pesquisas nos campos de estágio e/ou nas unidades de ensino;
- ▶ Incentivar ações que envolvam a formação/capacitação permanente de supervisores/as (política de formação permanente);
- ▶ Fomentar a articulação de fóruns de supervisão de estágio envolvendo supervisores/as acadêmicos/as e de campo e estagiários/as;
- ▶ Avaliar permanentemente e aperfeiçoar a preparação de novos campos e estagiários/as;
- ▶ Realizar seminários integrados com as demais disciplinas, abordando temas transversais que perpassem diferentes campos;
- ▶ Realizar seminários de apresentação dos campos e atividades preparatórias para estudantes antecedendo a inserção no estágio;
- ▶ Promover seminários para socialização das experiências de estágio;
- ▶ Denunciar a falta de condições éticas e técnicas para o exercício profissional, particularmente nos processos que fragilizam a supervisão de estágio;
- ▶ Realizar pesquisas e participar de eventos acadêmicos e profissionais;
- ▶ Fortalecer e engajar-se na campanha da ABEPSS “Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio - A Supervisão Qualifica a Formação e o Trabalho” (lançada na Oficina Nacional da ABEPSS, em novembro de 2017); e

- ▶ Fortalecer, mobilizar e participar do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, assim como dos fóruns locais e regionais, enquanto rico espaço coletivo de debate e defesa do Serviço Social.

Os desafios ao processo de supervisão perpassam por transformar o estágio em um espaço de reflexão, acompanhamento, sistematização e qualificação, onde se realize a apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Isso requer desenvolver a crítica, o livre pensamento, a independência das ideias, as dúvidas, os questionamentos, as problematizações, a investigação, a criatividade. Como diz Guerra (2016):

[...] investigar a realidade e lidar com os fenômenos que empiricamente se apresentam carentes de mediação é o primeiro e fundamental aprendizado permitido pelo estágio supervisionado [...]. Buscar uma interpretação deles à luz de pressupostos teóricos é o passo seguinte (p. 105).

Pelas reflexões aqui apresentadas, fica evidente o quanto o estágio supervisionado é espaço de disputa de perfis profissionais. Buscamos também ressaltar as dificuldades sob as quais ele se realiza, visto que, nele se conflitam interesses da instituição, da profissão, dos/as estudantes, bem como os limites históricos impostos ao estágio supervisionado e à supervisão de estágio. Contudo, o contexto da pandemia colocou novas questões bem como potencializou questões antigas. Desde o início o tema vem dividindo posições. Sob pressão estão assistentes sociais supervisores/as de campo e acadêmicos/as e coordenadores/as de curso, estudantes e técnicos/as administrativos/as. Orientadas pelo MEC, através do Parecer CNE/CP nº 5/2020, as instituições (de ensino e sociais), ainda que sustentadas em diferentes argumentos, vem

considerando viável a possibilidade da supervisão à distância, muitas vezes definida como remota. Diz a recomendação, à luz de outras atividades, que estágio, práticas laboratoriais e avaliações podem/devem ser cumpridas também de forma não presencial, desde que devidamente regulamentado pelo respectivo sistema de ensino. A ABEPSS, com base na legislação jurídico-política já mencionada, se posicionou pela suspensão da atividade de estágio durante a pandemia. Essa situação é exemplar dos interesses contraditórios que se põe no estágio. O fato é que, tudo indica que o ensino remoto veio para ficar por um longo tempo e que teremos uma grande luta para que estas configurações/exceções frutos da pandemia não se tornem a regra, visto que se isso acontecer atingirá o estágio no seu núcleo central. E os desafios serão ainda maiores.

Por fim, convidamos cada um e cada uma à leitura deste texto com o olhar sobre e na realidade vivenciada cotidianamente por nós. Que nas esquinas de cada frase, parágrafo, ponto, dois pontos, vírgula e reticências deste possamos nos encontrar e identificar dificuldades, desafios, mas, principalmente, que possamos forjar saídas coletivas para essa pandemia da Covid-19 de forma imediata e de forma mediata assegurar uma formação de qualidade, presencial, crítica e emancipatória nos quatros cantos deste país e nos sertões paraibanos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social—ABEPSS**, maio 2009. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf. Acesso em: 18 mar 2021.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, abr./jun. 2011, p. 205-2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturização do Estado e perda de direitos. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no Brasil. In: CFESS; ABEPSS. Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UNB, 2009, p. 323-338.

BOSCHETTI, Ivanete. SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 87, p. 25-57, 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm Acesso em: 14 mai 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> Acesso em: 14 mai 2021.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2011, p. 32-36.

GUERRA, Yolanda. Dimensão técnico-operativa. In: MESQUITA, Andréa Pacheco de. GUERRA, Yolanda. GONÇALVES, André de Menezes Gonçalves (orgs.). **Dicionário Crítico**: estágio supervisionado em serviço social. Fortaleza: Socialis, 2019, p. 66-72.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, serviço social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, Ana Elisabete. AMARAL, Ângela. (orgs.). **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 83-110.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 24ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de capital de fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Revista Temporalis**. Ano II, nº 03 (janeiro-julho 2001). Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001, p. 9-32.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Capítulo XXIII, Livro I, v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, p. 187-260.

MESQUITA, Andréa Pacheco de. GUERRA, Yolanda. GONÇALVES, André de Menezes. (orgs.). **Dicionário Crítico: estágio supervisionado em serviço social**. Fortaleza: Socialis, 2019.

MIOTO, Regina Célia Tamasso (et al.). Familismo e Política Social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. **Revista de Políticas Públicas**. UNB, 2020, v. 24. n. 2, p. 802-828.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 699-720, out./dez. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n124/0101-6628-ssoc-124-0699.pdf> Acesso em: 14 mai 2021.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 6ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

NETTO, José Paulo. As condições histórico-sociais da emergência do serviço social. In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992, p. 11-77.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Revista Temporalis**. Ano II, nº 03 (janeiro-julho 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, p. 41-50.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 50, abr. 1996, p. 87-132.

OLIVEIRA, Francisco. **Por quê política?** Fórum da Sociedade Civil na Unctad, em São Paulo, 14, 15 e 16 de junho de 2004. https://www.ibase.br/userimages/francisco_de_oliveira_port.pdf Acesso em: 19 mar 2021.

ORTIZ, Fátima Grave. A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos. LEWGOY, Alzira Maria Baptista. ABREU, Maria Elpídio (orgs.). **A Supervisão de Estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 193-2014.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Questão social, serviço social e direitos da cidadania. In: ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Revista Temporalis**. Ano II, nº 03 (janeiro-julho 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, p. 51-62.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O avanço do conservadorismo na seguridade social e as implicações na concepção de família. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social Reafirma: seguridade social pública e estatal é possível**. 5º Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade. Brasília (DF): CFESS, 2018, p. 42-53.

SOUSA, Tatiana Raulino de. GONÇALVES, André de Menezes. SANTOS, Ana Beatriz Bandeira dos. VIEIRA, Barbara Michelly da Silva. DANTAS, Laisa dos Santos. ALVES, Milene Barbosa. Família, mulher e política de assistência social: reflexões necessárias. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 86-101, jan./jun. 2020. V.v. A.a. Temporalis. Ano 2. n. 3. Brasília: ABEPSS. 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UNB, 2009, p. 125-141.

SITES CONSULTADOS:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=assis&codigo=0&aM=0> Acesso em: 26 mar 2021.

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=assis&codigo=0&aM=0> Acesso em: 26 mar 2021.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama> Acesso em: 20 mar 2021.

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/26/brasil-tem-pior-dia-da-pandemia-com-3600-mortes-por-covid-registradas-em-24-horas-media-volta-a-bater-recorde.ghtml> Acesso em: 27 mar 2021.

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/27/brasil-registra-novo-recorde-de-2548-mortes-diarias-na-media-movel.ghtml> Acesso em 28 mar 2021.

<https://geogeral.com/h/m/b/brpbst.htm> Acesso em: 26 mar 2021.

PARTE II

.....

FORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

.....

CAPÍTULO V

.....

As Políticas Sociais no Contexto de Acirramento da Crise do Capital

.....

*Beatriz Augusto de Paiva
Henrique Rozendo
Rivânia Moura*

INTRODUÇÃO

A crise do capital já em curso aprofunda-se a partir de 2020 com a pandemia da Covid-19 e, com isso, o contexto mundial passou a experimentar o seu agravamento, mas no Brasil, em especial, podemos dizer que vivenciamos uma mescla de crise econômica, política, social, ambiental e sanitária. Por um lado, ocorre a explosão das expressões da questão social, com notória expansão do desemprego, da miséria e da fome. Por outro lado, setores do capital encontram, mesmo no período da pandemia, crescimento extraordinário do lucro.

Um traço importante das expressões da questão social decorrentes desse cenário pode ser observado sobre o mercado de trabalho no Brasil, no qual com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19¹ temos que:

[1]. Ver: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 21 abr 2021.

até 26 de setembro de 2020, 15,3 milhões de pessoas afirmaram não ter procurado emprego por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade; nesse mesmo período a taxa de desocupação foi de 14,4%; 2,7 milhões de pessoas foram afastadas do trabalho devido ao distanciamento social; 7,9 milhões de pessoas trabalhando remotamente; e até novembro de 2020, 19,6% das pessoas ocupadas tiveram rendimento menor do que o normalmente recebido.

Diante desse cenário podemos afirmar que a efervescência dos momentos de crise do capital, até os dias atuais, têm elevadas consequências para a classe trabalhadora, e que a principal característica de todas as crises é a utilização do fundo público, especialmente o orçamento federal, no socorro das entidades do mercado de capitais socializando os prejuízos à custa dos impostos pagos pelos/as cidadãos/ãs.

Parece-nos, assim, conveniente afirmar que os fundamentos do processo de mundialização do capital articulam-se tanto política, ideológica como economicamente. Desse modo, a expansão do capitalismo promove formas específicas de novas expropriações.

Com isso, o presente texto pretende inicialmente discutir sobre as dinâmicas desse processo de acumulação capitalista que no tempo presente tem sua potência no capital portador de juros e fictício. Posteriormente, se enfatiza como nos países de economia dependente as políticas sociais são apropriadas pelos capitais, reduzindo o compromisso do Estado na garantia dos direitos, entendidas como pressupostos para o processo de acumulação. Por fim, analisamos algumas contrarreformas que tem incidido de forma inequívoca para o rebaixamento das condições mínimas de acesso aos cidadãos ao trabalho, renda, saúde e educação.

DINÂMICAS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

A história recente do capitalismo passa a ser marcada pelo poder econômico, político e social da acumulação financeira. Nesse movimento, o capital em busca da sua valorização tem no capital portador de juros e, na sua forma mais fetichizada expressa no capital fictício, desempenhado uma pulsão sobre todo o processo de reprodução ampliada.

Tais capitais realizam este papel graças ao movimento de desregulamentação do sistema financeiro alicerçado pelos Estados nacionais. Movimento este impulsionado pelos investidores institucionais² que são capazes de centralizar capitais e passam a receber juros e dividendos devido a sua ação potente no mercado³.

Para Marx (1986), os conceitos de capital fictício e capital portador de juros estão profundamente imbricados, sendo o primeiro um desdobramento dialético do segundo, em condições históricas específicas do desenvolvimento capitalista. Segundo Carcanholo e Sabadini “o capital fictício dissimula ainda mais as conexões com o processo real de valorização do capital, ao consolidar a imagem de um capital que valoriza a si mesmo, particularmente no mercado de compra e venda especulativas” (2013, p. 77).

[2]. Um Investidor Institucional é uma instituição financeira ou estatal que investe no mercado de capitais. São considerados investidores institucionais o Estado e outras instituições públicas, os bancos, as seguradoras, os fundos de investimento, os fundos de pensões e outras entidades que invistam no mercado de capitais comprando e vendendo grandes quantidades de valores mobiliários. Pelos grandes volumes de títulos que movimentam nos mercados financeiros, os investidores institucionais são considerados os mais importantes agentes no mercado de capitais, atuando com uma perspectiva de longo prazo e, muitas vezes, assumindo riscos mais elevados desde que as expectativas de retorno sejam elevadas (FORTUNA, 2015).

[3]. Cabe destacar que este movimento é puramente específico da circulação de mercadorias e não da criação de valor que se dá apenas no processo de produção.

Ao desenvolver suas análises sobre o capital fictício, Chesnais (2010) o situa enquanto um capital que é responsável pela dominância financeira no século XXI. O autor enfatiza que este capital define a natureza dos títulos emitidos em contrapartida de empréstimos às empresas e entidades públicas. Aos olhos de quem possui a propriedade do título, parece-lhe ser “capital”, pois se espera um retorno sob a forma de juros e dividendos. Contudo, do ponto de vista do movimento de reprodução do capital produtivo, este nada mais é do que uma “pura ficção”, pois tais títulos não são um capital. O capital fictício, por um lado, constitui-se a partir da complexificação da lógica da apropriação e, por outro, esta forma de capital, apesar de ser constituída sob bases fictícias, existe e incide sobre a realidade de múltiplas formas.

O capital bancário, as ações e os títulos da dívida pública são as principais formas assumidas pelo capital fictício. O crédito bancário adiantado aos industriais desempenha o papel de capital sem o ser, em que essa forma fictícia de origem bancária torna-se um componente das crises financeiras, o que leva ao que Marx (1886) chama de *acumulação de capital-dinheiro propriamente dita* em oposição à *acumulação verdadeira de capital*.

Os títulos da dívida pública, por sua vez, também revelam sua natureza fictícia, pois se abre a possibilidade de negociação, pelo/a seu credor/a, dos títulos de propriedade até o período do seu vencimento. Representam, assim, no melhor dos casos, *duplicatas fictícias de um capital real*, o que exige para a sua existência a formação de mercados especializados na sua negociação, a exemplo das sociedades acionárias (CHESNAIS, 2010).

A natureza do capital fictício e das crises que ele engendra possui como implicações a intensificação das formas de exploração do trabalho, associadas à ampliação das formas de apropriação. Nas economias da periferia, isso significa uma exploração ainda mais intensificada, constituída em torno das relações de

dependência que drenam aos capitais dos países centrais uma parte do mais-valor produzido nas periferias, por uma força de trabalho também constituída e atravessada por desigualdades.

O capital fictício constitui-se, assim, em uma forma capital que se assevera com o desenvolvimento do capital portador de juros, e não se confunde com ele, em uma conjuntura marcada pelo movimento autonomizado dos títulos de propriedade que, no plano da aparência, faz surgir erroneamente à ideia de que tais propriedades estariam vinculadas ao “capital real”.

Painceira e Carcanholo (2010), ao se referirem sobre a lógica especulativa atual do capital fictício, nos alertam para a “*disfuncionalidade*” que não pode ser negligenciada ao analisarmos o seu movimento. Para os autores,

Por um lado, a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A “disfuncionalidade” do capital fictício amplia as potencialidades da crise. A dialética do capital fictício, com sua (dis)funcionalidade, complexifica/amplia a tendência cíclica do processo de acumulação de capital (ibidem, p. 10).

Para melhor exemplificar como o capital fictício adquire proeminência no tempo presente, os dados referentes aos países que formam a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com relação aos ativos dos investidores institucionais apresentam a sua grandeza ao compararmos com o Produto Interno Bruto (PIB) nesses mesmos países.

Eles revelam que os capitais manipulados pelos investidores institucionais (fundos de pensão, sociedades de seguro e fundos

de investimento) mostraram-se superiores à produção da riqueza real desde 2010 e, em 2019, a soma dos seus ativos financeiros chegou à cifra de U\$ 117 trilhões de dólares, em contrapartida ao PIB que somou U\$ 63 trilhões de dólares (OCDE, 2021)⁴.

O montante da riqueza produzida pelos países da OCDE cresceu no período de 2010 a 2019 cerca de 38% e, nesse mesmo período, os ativos dos investidores institucionais cresceram 79%; a participação destes ativos sobre o PIB em 2019 representou 191%. Resta-nos afirmar que, segundo Marx (1986), mesmo que houvesse correspondência de valores entre os dois denominadores, se o valor do PIB fosse o mesmo dos ativos financeiros, o capital destes continuaria a ser fictício.

Aparentemente, há um movimento “autônomo” do capital fictício que o faz ser superior à soma dos ativos do produto interno bruto. Tal movimento, de forma mistificada, aprofunda a desvinculação da produção real de riqueza com o rendimento pelo título de propriedade, como se o capital possuísse a “propriedade imanente” de criar valor, assim como a “pereira de produzir peras” (MARX, 1986).

Os dados referentes aos países da OCDE em 2019 ainda nos revelam o volume de ativos financeiros por tipo de investidor institucional, a fim de que possamos compreender a sua dinâmica, vejamos: fundos de pensão – U\$ 32,7 trilhões; seguradoras – U\$ 29,74 trilhões; e fundos de investimentos – U\$ 40,89 trilhões.

Os fundos de pensão, ao centralizarem a poupança coletiva e individual e transformá-las em capital que se valoriza nos mercados, assumem um importante papel na finança mundializada. A relevância deste fato para a presente análise é que os fundos de pensão aparecem como operadores centrais da reconstituição dos

[4]. Informações extraídas do sistema de dados da OCDE. Disponível em: <https://stats.oecd.org/>. Acesso em: 21 abr 2021.

mercados financeiros, bem como os habilitam a definir os rumos das economias e a formatação do modo de produção capitalista (CHESNAIS, 2005; GRANEMANN, 2006; SAUVIAT, 2005).

Desta feita, Sauviat (2005) aponta que os fundos de pensão, ao centralizarem grandes massas monetárias que precisam ser aplicadas em ativos financeiros para gerarem rendimentos, associados ao processo de desregulamentação financeira, fizeram com que esses fundos passassem a se constituir em uma importante “força financeira de ataque”.

Os fundos de investimentos, por sua vez, como um tipo de investidor institucional, possuem a capacidade de agregar recursos de um grande número de investidores e aplicá-los em diferentes mercados de ativos, com base em diferentes preferências de risco-retorno. A indústria de fundos se mostrou mais avançada em países com mercados de capitais desenvolvidos e estáveis, o que garantiu para os/as seus administradores/as a confiança nos seus investimentos, bem como uma maior liquidez. Suas carteiras podem ser compostas por títulos públicos, títulos de renda fixa, ações, derivativos, *commodities* e até mesmo cotas de outros fundos.

O caminho para a implementação da mundialização financeira possibilitou, assim, que o movimento de liberalização e descompartmentalização⁵ trouxessem na sua marca a criação de novos produtos financeiros, à medida que havia a remoção das regulamentações e controles nacionais anteriores (CHESNAIS, 2005).

No Brasil, os fundos de investimento de caráter “previdenciário”, por exemplo, ao se constituírem como fundos exclusivos

[5]. De acordo com Chesnais (2005), “a mundialização financeira remete tanto à ‘descompartmentalização’ interna entre diferentes funções financeiras e diferentes tipos de mercados (de câmbio, de crédito, de ações e obrigações) quanto à interpenetração externa dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração nos mercados mundializados. A descompartmentalização externa se apoia sucessivamente na liberalização dos mercados de câmbio, na abertura do mercado de títulos públicos aos operadores estrangeiros e na abertura da Bolsa às empresas estrangeiras” (p. 46, grifos originais).

que têm como objetivo receber recursos de reserva técnica dos planos de previdência aberta e dos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (FAPIS)⁶ irão representar parcela significativa de ativos financeiros à disposição do mercado de capitais.

Em 2020, a robustez dessas mercadorias previdenciárias no Brasil acumulou um volume de ativos equivalente a 28% do Produto Interno Bruto (PIB)⁷. Os dados das suas carteiras de investimentos totalizaram naquele ano R\$ 2,08 trilhões, sendo: R\$ 1,05 trilhões das entidades fechadas (fundos de pensão) segundo dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP)⁸ e R\$ 1,03 trilhões das entidades abertas de previdência segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI)⁹.

Com isso, o movimento de expansão dos ativos dos/as agentes que mercantilizam planos privados de previdência vai encontrar nos países capitalistas centrais e dependentes a marca do “capitalismo superexplorador”, que tem na financeirização, segundo Chesnais (2010, p. 29) “uma dupla função: ela instaura uma concorrência exacerbada, necessária para manter a pressão para a elevação da exploração; e ela estabelece um modo de repartição adequado às novas condições de reprodução do capital”.

Ao inferirmos esse movimento do capital para a realidade brasileira, presenciamos que em meio à pandemia da Covid-19 o Banco Central, em 23 de março de 2020, injetou um montante

[6]. O FAPI é um fundo de investimento regido pela Instrução 2424/1997, do Conselho Monetário Nacional, por seu regulamento e demais disposições legais e regulamentares a ele aplicáveis. Seu objetivo principal é a constituição de poupança para a aquisição de renda junto a sociedades seguradoras ou a entidades de previdência privada, ao final de um determinado período.

[7]. O PIB do Brasil em 2020, segundo o IBGE, representou cerca de R\$ 7,4 trilhões. Confira em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 15 de maio de 2021.

[8]. Confira em: <https://www.abrapp.org.br/consolidado-estatistico/>. Acesso em 15 de maio de 2021.

[9]. Confira em: <https://fenaprevi.org.br/estatisticas.html>. Acesso em 15 de maio de 2021.

significativo de recursos para o setor financeiro no valor de R\$ 1,2 trilhão de reais, justificando-se pela necessidade de aumentar a liquidez dos bancos, para que estes pudessem ampliar as linhas de crédito para empresas e reduzir os juros. A partir de análises marxianas, ratificamos que a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda vez como farsa, já que os empréstimos para as empresas se tornaram ainda mais difíceis e os juros dobraram.

Em meio a maior crise sanitária vivenciada pelo mundo e negligenciada pelo Governo Federal como apenas uma “gripezinha”, o montante destinado para o mercado de capitais foi superior se compararmos com o orçamento total das medidas de enfrentamento realizadas para a crise provocada pela pandemia, que em 2020 foram previstos R\$ 604,7 bilhões para todas as ações e foram gastos R\$ 524 bilhões¹⁰, o que corresponde aproximadamente a 44% do valor destinado ao socorro do setor financeiro.

Desta feita, cabe-nos analisar como este movimento dialético do ciclo do capital incide nas políticas sociais, de modo a garantir o processo de reprodução ampliada, como veremos a seguir.

POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL

A análise das políticas sociais no contexto do movimento dialético do ciclo do capital requer o reconhecimento das novas determinações alinhadas por tais transformações do capitalismo contemporâneo, nas quais os deslocamentos e camuflagens do processo de produção de valor – preponderantemente na forma fictícia – tendem a incidir de maneira violenta sobre os direitos da classe trabalhadora, portanto, também sobre as políticas sociais.

[10]. Ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>. Acesso em 21 de abril de 2021.

As transformações operadas no âmbito do processo de acumulação de capital em nível mundial desencadearam obrigatoriamente modificações também no escopo e na abrangência das políticas sociais, com seus ritmos e compassos distintos, ditados por processos dialeticamente simultâneos e diacrônicos, mundo afora. Há muitos elementos operados pela luta de classes, em suas processualidades concretas de cada conjuntura, que podem explicar em que medida as contínuas e ampliadas ondas ofensivas do capital sobre as conquistas da classe trabalhadora tem alcançado essa tendência exitosa, que contraditoriamente adquire um aparente consenso na sociedade, quanto mais se revelam danosas para o conjunto da classe trabalhadora.

No Brasil, por exemplo, há aspectos político-ideológicos e econômicos que permitem que a renovação de distintos ciclos e projetos governamentais aconteça sem que se obstaculize o profundo desmonte dos direitos sociais. Efetivamente a destruição das conquistas da classe trabalhadora não arrefecem contrariamente os poucos momentos de expansão das garantias, como o que afirmou a Constituição Federal (CF) de 1988, mesmo com seus limites e contradições. Ali houve a definição de princípios inéditos para proteção social, que já foi objeto de larga interpretação teórica, porém, o contexto do projeto neoliberal, viabilizado por fatores históricos em âmbito mundial absolutamente inaudito e favorável (colapso do mundo bipolar e a revolução informacional), fez com que desde sua fase embrionária – de regulamentação infraconstitucional – já se impusesse, ao longo de cada governo nos anos 1990, uma interpretação mais restritiva e contestadora dos poucos componentes igualitários e universalistas consagrados, indicando a disputa venal do orçamento público em volumes crescentes para a dinâmica de financeirização, em detrimento dos direitos sociais conquistados.

O governo atual – de cariz protofascista – reedita, elevando a níveis ainda mais deletérios, a truculenta e intensa ofensiva sobre os direitos, estendendo a destruição das políticas sociais para muito além das perdas assimiladas e negociadas que predominaram no arranjo da resistência democrática, desde a transição da ditadura civil-militar até o tempo presente. Hoje, observamos o rolo compressor da contrarreforma administrativa como uma última pá de cal nos direitos voltados à proteção do trabalho, neste caso, dos principais setores do funcionalismo público que operam as políticas públicas.

É digno de nota, quase póstuma, constatar que justamente durante umas das piores pandemias mundiais, em que os/as trabalhadores/as das políticas de saúde, previdência, assistência social e educação revelam seu extraordinário – e muitas vezes heroico – compromisso social, efetivamente salvando vidas e futuros, estão na mira de intenso retrocesso em termos de direitos e garantias sociais, com o desmonte Guedes-Bolsonaro-Lira-Pacheco¹¹, em curso.

A advertência que Karl Marx expôs em *O Capital* acerca da forma fictícia de valorização do valor, como dimensão contraditória e destrutiva do próprio processo de produção de mercadorias, alcança uma dimensão exponencial nas últimas décadas do século XX e se estende de forma ainda mais veloz pelo século XXI, como já analisado na primeira parte do artigo. Portanto, é cada vez mais nítida a nova centralidade que o Estado burguês assume na reprodução do capital fictício, mas que incide de forma ainda muito ambígua e nebulosa sobre as tarefas que este Estado mantém e/ou dispensa no processo de reprodução da força de trabalho, que

[11]. Referimo-nos à: Paulo Guedes (Ministro da Economia), Jair Bolsonaro (Presidente da República), Arthur Lira (Presidente da Câmara dos Deputados) e Rodrigo Pacheco (Presidente do Senado Federal).

durante décadas no mundo ocidental obedeceu ao pacto fordista, por meio das garantias da relação salarial e dos componentes de coesão social que ela requisitava, como tarefa de amortecimento do antagonismo de classe da relação capital e trabalho.

No norte do mundo ocidental, Joachim Hirsh analisa as repercussões da passagem da sociedade industrial para a ‘sociedade do conhecimento’, alertando para o fato de que “isso não é outra coisa senão uma nova e mais intensiva fase da industrialização” (HIRSH, 2017, p. 267). Todavia, as rupturas empreendidas sobre o denominado Estado social – Hirsh (2017) toma a experiência europeia como observatório empírico – acenam para cenários imprevisíveis, quando se trata de constatar a captura das políticas sociais ao ciclo restrito de mera valorização econômica, que tende a dispensar as tarefas de reprodução social da força de trabalho, por meio do consenso gerado pela desnecessidade dos direitos sociais e coletivos. Neste sentido, vale assinalar uma das contradições do capitalismo pós-fordista apontada por Hirsh (2017),

As “reformas” adotadas envolvendo o Estado social – ao lado da drástica mudança da relação de renda em favor do capital –, têm sobretudo um objetivo: a ampla mercantilização do trabalho social através da privatização, ligada a uma maior deterioração da coerção para o trabalho. Isso inclusive não cria mais postos de trabalho, mas em geral, deve realçar a considerada moral do trabalho que está ameaçada, obrigando a força de trabalho a converter-se a si mesma em mercadoria. Por isso é que se defende a ideia de que esse é um dos objetivos centrais da política atual de “reforma do Estado social”. As coerções financeiras para tanto são, segundo o caso, geradas planejadamente pela política econômica e social do Estado (p. 270).

Como se sabe, e o autor alemão assevera este dado, não cabe especular sobre um colapso do capitalismo por conta das contradições da financeirização, simplesmente porque é precisamente por meio de crises que o sistema pode renovar-se, assumindo configurações modificadas – centralizando e concentrando capital –, bem como ganhando posições nas apostas duplicadas do ponto de vista da luta de classes.

Na realidade brasileira também, a reconversão neoliberal reposiciona o problema do crédito e da taxa de juros, que está visceralmente encadeado aos compromissos do Estado com a dívida pública interna e externa – sobretudo na realidade dos Estados de economia dependentes latino-americanos. Operados pelo Banco Central, os países de economia dependente sofrem com taxas de endividamento, juros e câmbio mantidas em patamares totalmente submissos ao grande capital financeiro, como já demonstrado.

A análise sobre as políticas sociais brasileiras no contexto de financeirização exigirá, portanto, tal apreensão dos processos gerais coetâneos que incidem sobre a produção de valor – cada vez mais contraditoriamente capturada pelos influxos da valorização do capital fictício e portador de juros. Todavia, cabe considerar as particularidades diretamente ditadas pela luta de classes, àquelas inscritas na formação sócio-histórica do capitalismo reconhecido aqui como de tipo dependente, condição comum dos países latino-americanos, o que exige acrescer a ponderação de uma dupla articulação: primeiro, a consideração dos processos que conformam a dependência como expressão particular do ciclo de reprodução do capital entre periferia e centro capitalistas nos termos analisados por Jaime Osório (2012), por exemplo, e também por tantos autores que elaboram seus estudos a partir da

Teoria Marxista da Dependência (TMD). Segundo, considerar as determinações impulsionadas pela *superexploração* da força de trabalho, processo que revela nuances centrais sobre a forma como o capitalismo se reproduz nas economias dependentes, e que incide de maneira central na luta de classes, mas também, na dinâmica de acumulação.

Com peculiaridades e ritmos próprios, os direitos e políticas sociais expressam conquistas e compromissos singulares, mas em geral pautados pela necessidade comum de organização do trabalho assalariado – embora com a perpetuação simbiotizada de formas pretéritas de trabalho – revelando as tensões próprias da relação metabólica entre capital e trabalho, desencadeadas pelo mundo afora, desde o norte das nações imperialistas e neocoloniais, ao sul dos povos e países pobres e uma vez mais colonizados pelas novas e velhas relações de dominação e extração de valor em plano internacional. Fernandes (2006), ao recortar a natureza e etapas do desenvolvimento capitalista para pensar a revolução burguesa no Brasil, é contundente:

Isso quer dizer que o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e dos meios de produção especificamente capitalistas; e dinamismos socioeconômicos débeis e oscilantes, aparentemente insuficientes para alimentar a universalização efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma. Desse ângulo, depen-

dência e subdesenvolvimento não foram somente ‘impostos de fora para dentro’. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica humana (FERNANDES, 2006, p. 262).

Embora a natureza da dominação burguesa em sua associação ao capital imperialista tenha reconhecido a importância estratégica do Estado, *extraordinária*, segundo Fernandes (2006, p. 311), “quer para o desenvolvimento capitalista na periferia, quer para um tipo de dominação burguesa que se singulariza pela institucionalização política da autodefesa de classe”. O Estado dependente e subsoberano, nos termos de Jaime Osório (2014), deve atentar para as requisições político, jurídicas e coercitivas para perpetuar as condições de apropriação das riquezas extrativistas em volumes vultosos e de superexploração da força de trabalho, mesmo com a divisão da mais-valia extraordinária com os sócios internacionais, além de conseguir dominar econômica e politicamente, sem conflito social explosivo. Cada uma das requisições particulares sugere a estratégia recorrente de *patrimonizar* o Estado, tal é o mix de combinações que sustentam o poder no capitalismo dependente brasileiro, neste caminho de subjugação ao imperialismo. Marini (1999) retrata a processualidade econômica que entorpece a soberania na região,

A diferença do que acontece nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está sujeita à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico deriva da relação

exportação-importação: ainda que se obtenha no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo mediante a atividade de exportação, e se traduz em receitas que se aplicam, em sua maior parte, em importações. A diferença entre o valor da exportação e das importações, isto é, o excedente aplicável, sofre, pois, a ação direta de fatores externos à economia nacional (ibidem, p. 115).

A debilidade dos mecanismos de manejo do excedente produzido pelas forças de trabalho nativas nos países periféricos, vez que são submetidos à relação exportação-importação, próprias das economias dependentes, faz com que a mais-valia produzida no interior da economia do sul se realize parcialmente – em razões diferenciadas – na esfera do mercado externo, uma vez que é a atividade de exportação – em geral de produtos primários – que verticaliza a economia.

Sendo assim, podemos constatar que a debilidade e precariedade dos direitos sociais, que fundam a natureza de contrato social moderno para as políticas públicas, correspondem tanto à versão neoliberal imprimida à dinâmica sociopolítica dos países do continente no contexto da financeirização, mas também a um formato estruturalmente precarizado, o qual corresponde a um sistema de direitos sociais voltado para assegurar as tarefas que se originam com a superexploração da força de trabalho, com graus inauditos de extração de valor-trabalho e de apropriação privada desta riqueza, da renda, da propriedade da terra e dos meios de produção, por parte dos detentores do capital.

Cada direito afirmado na CF de 1988, na maior ampliação conquistada desde os anos Vargas, teve seu alcance sabotado e obstaculizado nos processos legislativos levados a termo pela coalizão conservadora que domina o Estado brasileiro desde sempre.

As crises do capital avançam sobre a riqueza social, extraindo direitos sociais da classe trabalhadora, que ao fim e ao cabo constituem a parcela do excedente em disputa que o Estado maneja. O tempo hoje é o da mais truculenta e intensa ofensiva sobre os direitos já efetuada, abrindo uma quadratura de perdas e de lutas, para muito além das resistências negociadas que predominaram no arranjo da frágil democracia afirmada na CF de 1988.

Nesta perspectiva, a intervenção estatal na América Latina por meio de políticas sociais se organizou e se expandiu em contradição ao fundamento da regulação capitalista na sua versão dependente, portanto, em franca oposição aos interesses e prospecções das classes dominantes, oposição que busca ser superada por meio da destruição completa dos direitos e responsabilidades sociais, empreendidas pelas contrarreformas neoliberais.

Assim, as funções econômicas do Estado na dinâmica rentista e da financeirização expõem maior complexidade ao âmbito de luta e de disputa pelos direitos e políticas sociais, a exigirem distintas estratégias de embate e de organização para além da esfera estatal, com maior radicalidade teórica e ideológica, uma vez que a ofensiva do capital sobre toda a riqueza do trabalho ganha proporções ainda mais pauperizadoras, desde aquelas reveladas por Karl Marx (2013) ao vaticinar sobre a lei geral da acumulação capitalista.

A centralidade que o Estado assume na reprodução do ciclo do capital, em suas formas portadora de juros e fictício, nos termos marxianos, promove uma dimensão contraditória e destrutiva do próprio processo de produção de mercadorias e alcança uma dimensão exponencial nas últimas décadas do século XX, desencadeada com a reconversão neoliberal. Ao contrário do que os/as apologetas do Estado mínimo advogam, o Estado neoliberal é hiperdesenvolvido para assegurar as alterações qualitativas do capitalismo, revelando as formas predatórias do rentismo e

da crescente degradação da força de trabalho, que a dinâmica da financeirização requer. Neste roldão, resistir ao desmonte dos direitos e das políticas sociais ganha ainda mais densidade na luta de classes, embora esta conflitualidade possa estar retroagindo a um indefinido patamar tático e estratégico na superação da sociabilidade destrutiva do capital.

APROFUNDAMENTO DO AJUSTE FISCAL E O IMPACTO PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

A expansão do movimento de financeirização da economia vai exigir dos Estados nacionais um papel central para as tentativas de retorno crescente das taxas de lucro do capital. Nesse sentido, o Estado passa a intensificar medidas de ajuste fiscal que vão impactar diretamente nas políticas sociais. Aliada a essas medidas, o mecanismo da dívida pública ganha centralidade como peça fundamental de destinação do fundo público para o pagamento dos encargos e juros da dívida.

No Brasil, a partir da década de 1990, várias medidas de ajuste fiscal com perspectiva neoliberal foram adotadas. Em 2016, o golpe jurídico parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e entregou o Brasil ao governo ilegítimo de Michel Temer acelerou a sanha do capital sob os recursos do fundo público. No bojo das medidas de ajuste fiscal, destaca-se a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95 (EC 95), que define a diminuição e congelamento dos gastos públicos, exceto os gastos financeiros com encargos e juros da dívida pública, e que impôs um novo ajuste fiscal mais regressivo e com maior impacto para as políticas sociais. Para cumprir as metas estabelecidas na EC 95 fez-se necessário então realizar contrarreformas na educação, saúde, previdência, assistência social e em todas as políticas sociais no

intuito de diminuir a fatia do fundo público que vai para os/as trabalhadores/as e, desse modo, avultar o bolo de recursos do fundo público para o capital.

A EC 95 estabeleceu um teto de gastos do orçamento da União com despesas sociais como: educação, saúde e assistência social. Porém, essa nova regulamentação que foi aprovada sob o julgo da crise fiscal do Estado não estabeleceu qualquer limite ao gasto do governo com o pagamento dos serviços, juros e amortização da dívida pública que, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, tem sido responsável por cerca de 50% das despesas do Estado nos últimos anos.

A chegada à Presidência da República em 2018 de um candidato de extrema-direita, ultraneoliberal e ultraconservador impôs de modo mais agressivo a derrubada das conquistas históricas de direitos da classe trabalhadora no Brasil. A política econômica em pauta tem sido direcionada para privatização indiscriminada das empresas estatais e transformação acelerada dos serviços públicos em mercadoria. Várias plataformas da Petrobrás já foram privatizadas, assim como a BR Distribuidora, e está em curso um processo de privatização de estatais como: Correios, Eletrobrás, DataPrev, dentre outras.

De fato a proposta de “Reforma Administrativa” trata de acelerar o processo de desmonte do Estado brasileiro, destruir direitos sociais como a saúde, educação e assistência social, além de promover um processo ampliado e simplificado de privatização das empresas estatais.

Uma das primeiras medidas de ajuste fiscal adotada pelo governo Bolsonaro foi a contrarreforma da previdência, aprovada no primeiro ano de seu governo com a Emenda Constitucional n.º 103/19 (EC 103/19). Amparado no discurso do déficit previdenciário e na inviabilidade financeira da previdência social, o governo conseguiu aprovar novas condições para acesso aos benefícios da

previdência, em especial, aposentadorias, praticamente impossíveis de serem alcançadas por grande parcela da classe trabalhadora no Brasil.

A EC 103/19 consolidou o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria; aumento no tempo de contribuição com obrigatoriedade de 40 anos contribuindo para ter a integralidade da média das contribuições; modificações no cálculo das aposentadorias que leva em consideração todas as contribuições e não mais a porcentagem das oitenta maiores o que faz com que o valor das aposentadorias seja bastante reduzido; diminuição de 50% no valor das pensões por morte; aumento da alíquota de contribuição; retorno das contribuições dos aposentados/as, mesmo aqueles/as que recebem aposentadoria inferior ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Os recursos da previdência social sempre estiveram em disputa entre capital e trabalho seja em seu processo de arrecadação ou de distribuição. Ancorado nas políticas neoliberais, o projeto do capital para a previdência a partir da década de 1990 no Brasil tem sido de ampliação do mercado de capitais na oferta de fundos de investimentos que receberam o nome de “previdência” para atrair os/as trabalhadores/as na sua compra.

As contrarreformas da previdência são exemplos emblemáticos de adequação do país ao receituário dos organismos financeiros internacionais que exigiram que o Brasil se transformasse, de acordo com Paulani (2010), numa *plataforma de valorização financeira internacional* que foi viabilizada pelo papel que o Estado assumiu em transformar a economia brasileira num paraíso atrativo ao capital financeiro. Uma das principais medidas adotadas pelo Estado brasileiro foi a realização das contrarreformas da previdência,

Na questão previdenciária, havia mais um sério obstáculo para que o país se integrasse de ime-

diato na nova etapa de mundialização financeira. Nosso sistema previdenciário era marcado pelo regime de repartição simples, caracterizado pela solidariedade intergeracional e pela posição do Estado como seu principal ator. Esse sistema não combinava com os novos tempos, não só por conta do peso inaceitável dessas despesas no orçamento público, como pela falta, sentida no setor privado, de um mercado substantivo e promissor, até então praticamente monopolizado pelo Estado (PAULANI, 2008, p. 95).

A necessidade de impor novas regras para as aposentadorias e reestruturar a política pública de previdência fez/faz parte do pacote de medidas exigidas pelo grande capital. Abrir a previdência ao mercado de capitais tornou-se garantia de que o país estava preparado para expandir e diversificar esse mercado e, ademais, estava disposto a manter os compromissos de superávit primário e pagamento dos encargos da dívida pública.

As contrarreformas da previdência ainda em curso e agora de modo mais nefasto com a EC 103/2019 intencionam tornar a previdência pública mais restrita. A diminuição do valor das aposentadorias, o estabelecimento de um teto para aposentadorias, aumento da idade e do tempo de contribuição para a previdência tornou mais limitado o acesso aos benefícios previdenciários. Em contrapartida, esse movimento foi essencial para a expansão da “previdência privada”¹² em suas modalidades aberta e fechada¹³.

[12]. Utilizaremos a expressão “previdência privada” entre aspas para demarcar que não consideramos essa de fato uma previdência, mas sim um fundo de investimento privado altamente rentável para o capital portador de juros e que ganhou o nome previdência para se tornar mais palatável e vendável aos/as trabalhadores/as.

[13]. Esses modelos de “previdência” são operados respectivamente pelas Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). A modalidade aberta de “previdência” privada configura-se por um plano individualizado que pode ser comercializado nos bancos ou outras instituições financeiras. Já a modalidade fechada corresponde aos fundos de pensão que são instituídos por categoria profissional e conta com a contribuição dos/as trabalhadores/as e empregadores/as.

A precarização da previdência pública está visceralmente vinculada à canalização do dinheiro dos/as trabalhadores/as da ativa e aposentados/as para o mercado de capitais e, deste modo, vender seguros com o nome de previdência se tornou atrativo para o capital. Em contrapartida a esse desmonte do direito previdenciário, as “alternativas” postas aos/as trabalhadores/as foram: previdência privada, em especial fundos de pensão, para aqueles/as com maiores salários; crédito consignado que teve uma adesão maior dos/as trabalhadores/as com baixos salários.

Cabe destacar a relação profunda da previdência social com a organização das relações de trabalho. A contrarreforma consolidada na EC 103 acontece após a contrarreforma trabalhista de 2017 e provocou uma desestruturação do trabalho no Brasil. Mais de 50% dos/as trabalhadores/as que estão hoje em relação de trabalho estão em condições precarizadas com vínculos mais frágeis com contratos temporários, intermitentes, terceirizações e informais, o que dificilmente possibilita a esses/as trabalhadores/as o acesso aos benefícios da previdência social.

De acordo com Ricardo Antunes (2019) a empresa 4.0 se traduz numa nova automação do trabalho que tende a excluir parcela enorme da classe trabalhadora impondo uma *nova fase de subsunção do trabalho ao capital*. Para o autor:

Como consequência dessa nova empresa flexível e digital, os intermitentes globais tendem se expandir ainda mais, ao mesmo tempo que o processo tecnológico-organizacional-informacional eliminará de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornará supérflua e sobrança, sem empregos, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro (ibidem, p. 43).

É pauta urgente para o governo federal a PEC 32 que trata da Reforma Administrativa. Tal projeto significa uma transformação radical do Estado brasileiro na perspectiva de sobrepor as ações privadas aos serviços públicos em que o mercado se torna protagonista e o Estado assume o papel de complementariedade numa completa inversão do que ainda temos da Constituição Federal de 1988. Para os/as servidores/as públicos/as o impacto vai desde o ingresso no serviço público e na carreira, que deixa de ser obrigatoriamente via concurso; perda de estabilidade; cargos de chefia e liderança que podem ser exercidos por pessoas que não são servidores/as públicos/as. Além dessas mudanças a extinção de órgãos públicos pode acontecer somente pela vontade do executivo sem qualquer discussão com o poder legislativo.

A reforma administrativa põe em patamar muito mais degradante o cumprimento do teto dos gastos, pois possibilita inclusive o compartilhamento das instituições públicas com empresas privadas num amplo processo de privatização por dentro dos serviços públicos.

A Auditoria Cidadã da Dívida elaborou uma carta contendo vinte e cinco questionamentos sobre os dados apresentados pelo governo para justificar a necessidade da Reforma Administrativa¹⁴. De acordo com a Auditoria, ao apresentar a movimentação do orçamento e depositar o peso dos/as servidores/as públicos/as para as contas do Estado, o governo esconde exatamente o que tem sido a maior despesa do orçamento público: o pagamento dos encargos e juros da dívida pública, que tem representado nos últimos anos quase 50% de todo o fundo público brasileiro. É em

[14]. Confira em: <https://auditoriacidada.org.br/carta-aberta-questiona-reforma-administrativa-pec-32-2020/>. Acesso em 23 de abril de 2021.

nome do cumprimento do compromisso de remunerar os credores da dívida que os países têm implementado um plano de privatização de estatais, contrarreformas nos direitos trabalhistas e previdenciários, bem como diminuição dos recursos na educação, saúde e assistência social.

Mesmo no contexto de agravamento da crise econômica, social, política, sanitária e ambiental com a pandemia da Covid-19, o governo brasileiro tem diminuído recursos de áreas fundamentais como saúde, educação, ciência e tecnologia. No que se refere à política de saúde é possível constatar que desde o início do governo Bolsonaro há uma explícita intenção de desmontar o Sistema Único de Saúde (SUS) e, com isso, ampliar o mercado da saúde privada no país.

Os principais argumentos têm circulado em torno de um discurso gerencial, ou seja, da necessidade de alterações na gestão do SUS para tratar com 'eficiência' os recursos destinados a saúde, pois para o governo estes são suficientes, porém mal aplicados. Esse debate fortalece a política do teto dos gastos desconsiderando as reais condições da saúde pública no Brasil que carece de maior investimento. De acordo com Bravo, Pelaez e Menezes (2020) esse discurso do governo atende uma das premissas do Banco Mundial de que há espaço para o SUS obter melhores resultados com o nível atual de gasto público.

O contexto da pandemia demonstrou o que nossa luta em defesa do SUS já evidenciava há muitos anos: a saúde pública é fundamental para defesa da vida, para garantir atendimento à população mais pobre e para efetivar um processo ampliado de imunização. Porém, o papel desempenhado pelo SUS é incompatível com o teto dos gastos para as políticas sociais. A pandemia da Covid-19 impôs novos desafios de investimento no SUS com a necessidade imediata de quebrar o teto de gastos e estabelecer um orçamento compatível com o combate à pandemia.

Mesmo no momento mais grave da pandemia¹⁵, o orçamento aprovado com a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 para a saúde foi de R\$ 125,7 bilhões, ante R\$ 160 bilhões destinados para a área no ano passado. Além dessa redução orçamentária, vale lembrar que no primeiro ano de mandato, Bolsonaro apresentou propostas de expansão de privatização da saúde que foram fortemente enfrentadas, o que fez com que, naquele momento, o governo recuasse.

No que se refere à educação pública, podemos afirmar que essa tem sido um dos principais alvos do governo Bolsonaro, que, ancorado na perspectiva negacionista, tenta sob diversos aspectos desmontar a política pública de educação. Um dos principais, diz respeito ao financiamento público da educação em queda desde 2014, mas que se aprofunda com a EC 95/16 e principalmente após 2018. Os cortes no orçamento da educação têm impactado principalmente no custeio e investimento das universidades, institutos e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), com reflexo para a assistência estudantil e para a manutenção das instituições federais de ensino.

Aliado a essa lógica de diminuição dos recursos públicos para a educação pública o governo federal apresentou em 2019 o projeto FUTURE-SE, elaborado sem nenhuma discussão com as entidades da educação. O projeto resgata os princípios apontados pelo BM, ainda na década de 1990, e estabelece que as instituições públicas de educação devam captar recursos próprios por meio de parcerias público-privadas, cessão de prédios públicos e a criação de fundos patrimoniais, dentre outras iniciativas. Constitui um ataque frontal à autonomia de gestão financeira, mas também a

[15]. Até o fechamento deste texto, em 15 de maio de 2021, o número de vidas perdidas pela Covid-19 foi de 434.852, com registros de 15.590.613 casos em todo o país, conforme os dados do portal G1: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>. Acesso em 15 de maio de 2021.

autonomia didático-científica, significando mais um passo no processo de privatização do conhecimento em que as pesquisas e seus resultados servirão fundamentalmente ao capital. Ademais, significa também uma ruptura com o projeto de educação pública que caracteriza as universidades pelo tripé indissociável entre ensino-pesquisa-extensão.

Nesse contexto de agravamento da pandemia no Brasil o governo federal anuncia mais um corte de 18,2% no orçamento da educação para 2021. O orçamento aprovado põe em xeque o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), compromete o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão além de incidir diretamente na permanência dos/as estudantes. Contraditoriamente, o Congresso Nacional aprovou o PL 5595/20 que estabelece a educação como serviço essencial e com isso a tendência de pressão para um retorno presencial das aulas. É incompatível com o orçamento aprovado pensar num plano de recuperação sanitária para as universidades, institutos e Cefet que garanta segurança para toda comunidade acadêmica.

Outro aspecto relevante a ser destacado na política de educação diz respeito à perspectiva de expansão do Ensino à Distância (EaD) na rede pública federal de ensino. Em outubro de 2020, o Ministério da Educação (MEC) estruturou uma comissão para estudar a expansão do EaD nas universidades públicas. Pelo o que tem sido o EaD no Brasil podemos afirmar que esse é um projeto eminentemente do capital para a educação, que se ancora nas indicações do Banco Mundial.

Durante a pandemia pela impossibilidade da realização de aulas presenciais, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi apresentado como uma alternativa. Em geral, o ERE foi implementado nas IES sem discussão com os/as professores/as e com os/as estudantes, e sem preparação para um formato de atividade virtual em total dependência das condições de acesso à internet e equi-

pamentos eletrônicos. O ERE efetivou um processo de exclusão de muitos estudantes, que não tiveram condições para acompanhar as atividades remotas¹⁶, pois em geral foi implementado sem contrapartida de recursos por parte das instituições, para garantir o acesso aos meios necessários para o trabalho docente e discente.

A excepcionalidade do momento da pandemia impôs para a educação um formato precarizado e excludente de ensino que em grande medida ficou reduzido ao repasse de conteúdos. Compreendemos que a EaD é incompatível com o projeto de educação que defendemos, com um processo dialógico, coletivo e crítico de construção do conhecimento. Nesse sentido, consideramos fundamental barrar qualquer perspectiva de ampliação de EaD nas IES e, deste modo, o ERE deve ter esse caráter de excepcionalidade. Embora o governo e as administrações das IES tenham apresentado o Ensino Remoto como algo distinto da EaD, por não possuir nenhuma regulamentação e nenhuma estrutura, o resultado em termos de rebaixamento e precarização do ensino são os mesmos.

Precisamos ficar atentos/as às investidas do capital para a educação. A possibilidade de expansão do EaD nas IES públicas está profundamente conectada a diminuição de orçamento público para a educação. São faces de um mesmo projeto que, por um lado, libera uma fatia maior do fundo público para a educação privada, amplia o investimento em plataformas digitais e, por outro lado, diminui orçamento da educação pública, precariza as condições de trabalho docente e exclui estudantes do acesso ao ensino superior.

[16]. Segundo a pesquisa TIC Domicílios de 2018, o país tem cerca de 4,5 milhões de brasileiros sem acesso à internet banda larga, a maior parte das famílias pobres quando acessam a internet o fazem do celular e mais de 50% dos domicílios da área rural não possuem acesso à internet. Além disso, 38% das casas não possuem acesso à internet; 58% das casas não têm computador no Brasil e 59% das pessoas das chamadas classes D e E não navegam na internet.

Por fim, destacamos que um eixo central dos ataques a educação pública refere-se à autonomia universitária garantida na CF 1988, que tem sido vilipendiada pelo governo federal. A prática de nomeação de interventores/as para as IFES tem se materializado de forma muito expressiva. De 2019 à fevereiro de 2021 tivemos 25 IFES entre universidades e institutos federais com interventores/as. Além de um profundo desrespeito a escolha da comunidade acadêmica, a prática dos/as interventores/as tem significado também um amplo processo de cerceamento das liberdades democráticas dentro das instituições federais de ensino.

O caráter antidemocrático do governo federal invade as IFES e pode, em curto espaço de tempo, aprofundar o desmonte da educação pública no país. Os/as interventores/as cumprem o papel de aceitação e encaminhamentos das pautas do governo para a educação. É nesse sentido que podemos afirmar que a nomeação de interventores/as não é um fato isolado, ao contrário, é peça fundamental para materialização do projeto privatizante que o governo federal tem para a educação no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as medidas recentes que se dirigem ao aprofundamento do processo de destruição de direitos sociais, das políticas públicas e das conquistas dos/as trabalhadores/as ocorrem *pari passu* ao esfacelamento do orçamento público federal, cuja elaboração é abertamente submissa às irracionalidades da Emenda do Teto dos gastos, e absolutamente indiferente aos imensos e gravíssimos impactos e necessidades sociais advindas da pandemia. A maior crise sanitária vivenciada pelo mundo, e propositalmente sabotada pelo Governo Federal, justificou uma alavancagem anticíclica ao mercado de capitais, como dito, superior ao orçamento total

das medidas de enfrentamento realizadas para a crise provocada pela pandemia.

Na realidade brasileira, a destinação de volume gigantesco de capital aos bancos justificou-se pela necessidade de aumentar a liquidez do setor, visando – ao menos no nível do discurso – a ampliação das linhas de crédito para empresas e a redução dos juros. Todavia, devemos refutar este argumento falacioso, já que dados mostram que os empréstimos para as empresas se tornaram ainda mais difíceis e os juros dobraram, ou seja, os bancos auferiram crescimento dos lucros, por meio, sobretudo, dos subsídios estatais, reforçando o papel hiperexpandido do Estado no neoliberalismo.

Com este dado, percebemos a mistificação por traz do discurso do ajuste fiscal, porque este na verdade é mais uma expressão da disputa pelo excedente econômico – a riqueza produzida pelos/as trabalhadores/as coletivamente e apropriada pelo Estado, na forma de tributos – que é cada vez mais visada e expropriada pelo capital, em seu atual ciclo rentista, com a crescente degradação da força de trabalho, que a dinâmica da financeirização requer. Para a sua superação, resistir e lutar serão sempre nossas premissas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES Ricardo. O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRAVO, Maria Inês; PELAEZ, Elaine; MENEZES, Juliana. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: uma análise crítica. In: *Revista Ser Social* v. 22 n. 46. Brasília: UNB, 2020.

CARCANHOLO, Reinaldo e SABADINI, Maurício. Capital fictício y ganancias fictícias. In: *La Crisis Global y el capital fictício*. Santiago: Editorial ARCIS/CLACSO, 2013, p. 73-101.

CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzane [et. al.]. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.) *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de Interpretação Sociológica*, São Paulo, Editora Globo, 2006, 6a. Edição.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 20. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2015.

GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da ‘previdência privada’*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Tese de Doutorado).

HIRSH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado*. Rio de Janeiro, Revan, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. In: BARSOTTI, Paulo. & PÉRICAS, Luis Bernardo (Orgs). *América Latina – História, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1999.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. Tomo 1 e 2. O processo global da produção capitalista. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização. A sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OSORIO, Jaime. O Padrão de Reprodução do Capital: Uma proposta teórica, in: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCCE, Mathias(orgs.). *Padrão de Reprodução do Capital: Contribuição à Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAINCEIRA, Juan Pablo e CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Crise alimentar e financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício*, 2010. (impresso).

PAULANI, Lêda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, Lêda. Capitalismo Financeiro, Estado de Emergência Econômico e Hegemonia às Avessas no Brasil. In: *Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: SAUVIAT, Catherine. (org.) *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CAPÍTULO VI

.....

Estado Capitalista, Racismo e Pandemia no Brasil: necropolítica como síntese

.....

*Zelma Madeira
Cynthia Studart Albuquerque
Patrícia Cavalcante*

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 provocada pelo novo coronavírus e decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, expôs incontestavelmente as graves e persistentes desigualdades sócio raciais no Brasil. A forma de prevenção prioritária à doença, o isolamento social e a higienização com água, sabão e álcool gel, não é para todos e todas, já que a maioria da população está submetida à intensificação das relações de trabalho precarizadas, instáveis, ou mesmo, inexistentes. A presente crise brasileira se acirra em razão da confluência das crises capitalistas: sanitária, ambiental, econômica e política, e de um governo que exprime intencionalidade na promoção de uma verdadeira política de morte, sobretudo, para pessoas pobres, negras e indígenas. No momento de finalização desse texto, o Brasil contava com 345 mil mortos e 13,3 milhões de infectados.

Os indicadores sociais brasileiros revelam que os maiores níveis de desvantagens e de vulnerabilidades econômicas e sociais se encontram nas populações que se autoafirmam de cor/raça preta, parda e indígena. A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF, 2018) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que no Brasil a pobreza é negra, ou seja, 77,8% de toda a pobreza no país se concentra na população cujo/a chefe de família é preto/a ou pardo/a.

As informações ao longo dos anos denotam que esses mesmos grupos raciais são por demais prejudicados quando se pretende analisar a reprodução das condições de vida, ou seja, o mercado de trabalho, a distribuição da renda, moradia, educação, índice de violência, saúde e representação política.

A população negra no país representa 56,10% da população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua¹ (IBGE, 2019). Dos/as 209,2 milhões de habitantes, 19,2 milhões se reconhecem como pretos/as, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos/as, a junção de pretos/as e pardos/as equivale à população negra. Contudo, embora maioria quantitativamente, qualitativamente é minoritária quanto ao acesso aos direitos e oportunidades. Por exemplo, no mercado de trabalho 68,6% dos cargos gerenciais são ocupados por brancos/as e apenas 29,9% por negros/as. E quanto à distribuição de renda 15,4% das pessoas brancas estão abaixo da linha de pobreza em contrapartida os/as negros/as representam 32,9%.

Nesse sentido, refletir sobre a questão racial contemporânea e as formas assumidas pelo Estado para o seu enfrentamento, nos coloca o desafio de compreendê-la como síntese produzida entre a economia, o Estado e o direito. Já que, segundo Almeida (2018),

[1]. A referida pesquisa pode ser encontrada no site: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101654_informativo.pdf Acessado em: 08 abr 2021

o racismo é um processo que resulta da construção da raça que, por sua vez, carrega, também, uma condição jurídica, ou seja, de definir os sujeitos de direito e organizar as relações sociais e de poder em uma dada sociedade.

Todavia, temos que considerar as particularidades que envolvem a conformação das relações raciais no Brasil, um país forjado pela violência, exploração e dependência econômica, e que teve no regime escravista o alicerce do desenvolvimento e da acumulação capitalista. O processo de constituição do país como colônia de exploração se iniciou “[...] com o simultâneo aparecimento da raça negra fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão” (NASCIMENTO, 1978, p. 48). Assim, o racismo estrutural foi (e ainda é) elemento constitutivo e constituinte do projeto de nação forjado pelas elites brasileiras e coloniais, particularizando a formação das classes e da própria estruturação do Estado brasileiro.

A CENTRALIDADE DO RACISMO ESTRUTURAL NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

*“Desde o início, por ouro e prata
Olha quem morre, então
Veja você quem mata
Recebe o mérito a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural”
(Racionais MC’s)*

Desde o início a raça foi um dos pilares da formação social brasileira, juntamente com a classe social e o gênero, definem as posições de homens e mulheres nesta sociedade. A raça embora não tenha sustentação biológica, funciona como fator de classificação dos seres humanos, denotando hierarquias raciais

naturalizadas que afetam suas vidas nas relações interpessoais e institucionais. Comprovadamente, a raça é um elemento estruturante de como os direitos são historicamente concebidos, negados e usufruídos de forma desigual no país.

Vale compreender esses eixos estruturantes como categorias analíticas dos fatores históricos, econômicos, sociais e das contradições que se relacionam com o projeto de colonialidade moderna, cuja base foi o sistema escravista, para melhor entender as desigualdades sócio raciais persistentes na contemporaneidade.

A escravidão moderna estruturou a formação do capitalismo nas Américas, definiu o desenvolvimento desigual e combinado entre colônia e metrópole na economia mundial. No entanto, vale o esforço de realizar uma análise fecunda, desprendida de argumentos morais e alinhada aos fundamentos históricos para melhor compreender o sentido econômico e político de como a escravidão se inscreve no cerne da gênese do mundo moderno, servindo de pilar estruturador do projeto de colonialidade.

Inclusive, o sentido da colonização brasileira particularizou o caráter do capitalismo no país entre o moderno e o arcaico, tendo como dinâmica a utilização de mecanismos ainda não essencialmente capitalistas. O Brasil sendo uma “[...] colônia de exploração voltada para fora, teve por base a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo” (PRADO JR., 2008, p. 121), portanto, nasce por dentro do processo de acumulação primitiva de capital.

A escravidão foi um sistema que permitia o tratamento de homens e mulheres negros e negras como objeto, uma propriedade privada cujo valor se media em moeda. A escravidão nas Américas e o tráfico transatlântico de escravizados/as revela que foram realizados quase 36 mil viagens de navios negreiros. O que nos faz imaginar como foram essas travessias no oceano, do sofrimento que acompanharam os longos dias no mar e a chegada com verdadeiros leilões de gente e a vida que estas pessoas iriam

enfrentar como cativos/as. Foram, certamente, submetidas a processos de aceitação, mas também expressaram recusa à escravidão e à acomodação, por meio de rebeldia, resistência direta e indireta, velada e sutil. Com as primeiras levas chegando em 1550 e as últimas na década de 1860, estima-se que 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil (SCHWARZ; GOMES, 2018).

Do processo histórico de apagamento e silenciamento dos negros e negras no país sobressaíram as ideias de que o preconceito, a discriminação racial e o racismo são inexistentes ou, quando acontecem, são de forma branda e esporádica. Predomina um racismo silencioso e/ou disfarçado que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade na lei, empurrando para o terreno do privado, do individual toda discriminação racial que tanto oprime, subjuga e exclui determinados grupos étnicos².

Mesmo com a abolição da escravidão é possível constatar que as condições para garantia da sobrevivência dos ex-escravizados/as foram perpassadas por tensões sociais:

[...] Para a consciência nacional, resgata-se com extinção da escravidão a dívida brasileira para com os negros, que a partir de então, puderam se integrar à sociedade como homens livres, com iguais direitos aos demais, sendo que seu futuro neste país, a partir de então, dependeria apenas do seu esforço (CONSORTE, 1999, p. 86).

Verifica-se que no pós-abolição [...] o Estado brasileiro transferiu aos ex-escravizados e seus descendentes inteira responsabi-

[2]. Etnia envolve elementos como grupo, território e língua presentes na formação de todas as nações, que unidos produzem modo de existir, isto é, cultura. Os distintos grupos étnicos são caracterizados por suas formas de ser, de existir, de sentir, de acreditar (visão de mundo) e de produzir a sobrevivência, traduz um povo, constitui a diversidade humana. Ver *Relações Étnicas e Relações Raciais: diferenças e aproximações* (CONSORTE, 2019).

lidade pela sua sobrevivência, expressando seu total desinteresse pela sua reprodução física e cultural. Seu projeto de nação moderna, branca, ocidental e cristã não comportava tão expressiva população de negros. (CONSORTE, 1999)

Embora a abolição tenha contado com o ativismo dos escravizados/as e libertos/as, efetivou-se como um processo inconcluso, não sendo acompanhado por políticas de reconhecimento étnico e foi incapaz de desencadear uma revolução nacional, democrática e agrária, tão pouco, propôs ações de reparação pelo passado criminoso de escravidão. Nesse horizonte,

[...] libertos (as) e aptos (as) a venderem livremente sua força de trabalho ao capitalista, a almejada liberdade não garantiu condições para que se integrassem de fato ao proletariado, não puderam sequer compor o exército industrial de reserva, a não ser, parafraseando Florestan Fernandes (2008), como escória da escória do operariado em formação [...] (GONÇALVES, 2018, p. 515).

A passagem do regime escravista para o regime de trabalho assalariado no país se operou sem viabilizar aos antigos/as agentes do trabalho escravo qualquer assistência ou garantia de proteção social. Os proprietários/as de “escravos/as” e o Estado brasileiro foram eximidos de qualquer responsabilidade pela manutenção ou integração dos negros e negras no novo regime de organização da vida e do trabalho.

O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros da economia competitiva (FERNANDES, 2008, p. 29).

Diante disto, frequentemente,

[...] se abriam duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado do caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual a escoria do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e dignidade de “homem livre” (FERNANDES, 2008, p. 44).

Nesse sentido, no país a questão racial se constituiu (e ainda se constitui) como o nó que amarra a questão social. Os escravizados/as foram classificados/as como classes perigosas, tratadas como ameaça à ordem burguesa. Sobressaiu a aposta na política de migração e o não reconhecimento de negro/as como classe trabalhadora, inclusive, a eles se atribuiu a falta de ética e moral para o trabalho (GONÇALVES, 2018).

A população descendente dos/as ex-escravizados/as, mesmo com a abolição da escravatura e dos processos de industrialização e urbanização do século XX, não conseguiu se consolidar como classe trabalhadora. Despontou como a maioria dos/as desempregados/as, dos que ocupam os postos do trabalho informal e precarizado, são os descartáveis e indesejáveis para a sociedade que se diz moderna.

Não é simples supor o racismo apenas como resquício da escravidão. O racismo persiste na sociedade contemporânea, se retroalimenta no capitalismo vigente, por meio dos padrões mentais, institucionais e estruturais escravocratas, autoritários e violentos. A discriminação econômica e política dos/as ex-escravizados/as comprova isso.

Certamente o racismo decorre das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo, porém, assume novas formas a

partir da lógica da sociedade de trocas mercantis e da sua dinâmica de acumulação. As formas contemporâneas do racismo são produtos do capitalismo avançado e da racionalidade moderna. O modo como os/as cativos/as eram tratados/as na escravidão se reconfigurou sob a forma de racismo estrutural.

Não podemos estabelecer uma relação direta e linear entre escravidão e racismo. É preciso compreender que hoje não estamos vivendo numa escravidão. É importante situar as particularidades históricas brasileiras que permitiram a constituição de um processo de modernização capitalista combinado com a manutenção de estruturas arcaicas. “Assim, o racismo não é um mero reflexo de estruturas arcaicas que poderiam ser superadas com a modernização, pois a modernização é racista” (ALMEIDA, 2018, p. 151).

Sobre o racismo na contemporaneidade cabe entender as concepções e definições em disputa, os modos de operar e as dinâmicas que vem assumindo o estatuto ontológico da noção de raça, bem como os desafios postos para a luta antirracista na atualidade. Neste sentido, torna-se valioso o diálogo com Silvio Almeida. Para este autor, ao contrário do que apregoam as leituras liberais, racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico, racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente (ALMEIDA, 2018).

Para uma melhor compreensão, o autor apresenta três concepções sobre o racismo: individualista, institucional e estrutural. Na abordagem individualista, a ênfase recai na relação estabelecida entre racismo e subjetividade, com destaque às relações interpessoais restritas a ordem comportamental. A segunda concepção é a do racismo institucional em que é analisada a relação estabelecida entre racismo e Estado. A terceira concepção, na qual nos filiamos, é a que trata da dimensão estrutural do racismo, como algo inerente à ordem social capitalista, às suas formas sociais,

isto é, “[...] uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (ALMEIDA, 2018, p. 38).

É preocupante que um país de escravidão tão longa tenha a autoconcepção de que não é violento, e não entenda a força da relação estabelecida entre o racismo e a economia. A produção da pobreza e da indigência guarda relação direta com o modo como o racismo impacta a vida socioeconômica, os direitos sociais, especialmente, os direitos de proteção social. Assim, a única forma de se combater o racismo é por meio da implementação de políticas antirracistas efetivas.

Aqui, considera-se que comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo pensar sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2018, p. 38).

Assim, o racismo só poderá ser erradicado a partir de uma perspectiva que ultrapasse o entendimento dele como resultado da ação individual, pois o sistema político e econômico produz e reproduz os/as sujeitos/as racializados/as e, com eles/as, as desigualdades. Alguns grupos étnicos não acessam direitos, estando destituídos de poder, de recursos e de prestígio social. E as raízes se encontram no modo como se organiza a produção e a reprodução da vida no projeto de modernidade, que foi operado pela ideia de desenvolvimento cuja materialidade se deu através de relações espoliação, exploração e acumulação. As consequências deste fenômeno, em todos os contextos, foram os intensos e

permanentes processos de marginalização e criminalização das pessoas negras no país.

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2018, p. 25). Precisamos tratar o racismo para além de uma análise individualista ou institucional, ele estrutura vidas, aparece como normal, molda a maneira de ver o mundo, os afetos e introjeta a naturalização da raça.

No prefácio à edição brasileira da obra “Racismo sem racistas” de Bonilla-Silva, Silvio Almeida (2020b, p. 12), revela que houve mudança no modo de manifestação do racismo e que estaria vinculada às mudanças estruturais na sociedade estadunidense, ou seja, o racismo aberto e violento não está eliminado, mas deu lugar a um novo racismo pós luta pelos direitos civis, tendo sustentação na linguagem do liberalismo. Portanto,

[...] se utiliza do liberalismo para negar o peso do racismo na desigualdade, colocando-o sobre os ombros do indivíduo que não teria “o preparo necessário exigido pelo mercado” ou cuja cultura não se adaptaria “aos exigidos padrões de desempenho.

A ênfase recai não mais no discurso de inferioridade biológica ou moral, mas na ideia de desempenho, o que Bonilla-Silva chama de racismo da cegueira de cor. Para os defensores do liberalismo o problema reside na dinâmica do mercado, nos fenômenos que ocorrem naturalmente e nas limitações culturais típicas dos negros e latinos. Isso tudo legitima a nova forma do “racismo sem racista”. Ainda que o racismo no Brasil tenha particularidades vinculadas à formação social e ao próprio sentido da nossa coloni-

zação (PRADO JR., 2008), o racismo está historicamente vinculado à formação das sociedades capitalistas contemporâneas. Nesse sentido, as mudanças no padrão de acumulação como respostas à crise capitalista, a exemplo da racionalidade neoliberal e a internalização de seus valores como meritocracia e igualdade formal, também, afetam fatalmente as relações racializadas no país.

A promessa liberal confirma uma visão individualizante, superficial e limitada de direitos humanos, marcada pelo universalismo e abstracionismo legal que defende existir igualdade, liberdade e fraternidade para todos/as. Pressupõe, com base na ideia da troca de equivalentes, que funda a sociedade de trocas mercantis, que todas as pessoas são iguais e livres, desconsiderando-se os tensionamentos e conflitos raciais e de classe existentes entre os diferentes grupos étnicos. Contudo, quando analisamos criticamente a essencialidade do movimento da realidade, identificamos relações sociais desiguais entre as classes e entre pessoas brancas e negras.

Cabe aqui destacar, que em momentos de severa crise, tal como a que nos encontramos na conjuntura brasileira, a tempestade atinge toda a população, mas as boias, os barcos e as alternativas de salvamento estão longe de serem para todos/as. Almeida (2020a, s.p) nos chama atenção ao fato de que a história do racismo moderno se entrelaça com a história das crises estruturais do capitalismo³, isto é, as mudanças de intervenção estatal como

[3]. Silvio Almeida (2020a) neste ensaio “Estado racista e crise do capitalismo”, afirma que a crise é um elemento estrutural, inscrito na lógica da sociabilidade capitalista. Para o autor, a história do racismo moderno se entrelaça com a história das crises estruturais do capitalismo, assim, apresenta uma caracterização das crises de 1873, 1929 e dos anos de 1970, descrevendo com as mudanças nas relações materiais provocadas pelas crises tiveram papel fundante nas mudanças nas relações racializadas, a cada período. Destaca-se a relação entre racismo e neoliberalismo na contemporaneidade, sobretudo, a unidade entre o discurso da meritocracia e discurso da legitimidade do sistema penal, da gestão carcerária da pobreza. Conforme Almeida, um discurso extremamente racista que naturaliza o trabalho precário e a eliminação dos corpos negros. Para mais detalhes, ver mais em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/silvio-almeida-estado-racista-e-crise-do-capitalismo/>

medida de restauração da valorização capitalista “[...] sempre resultou em formas renovadas de violência e estratégias de subjugação da população negra”.

Esse processo que leva o capital a constantes crises, ao tempo que consegue fazer com que ele se mantenha como regulador da sociedade é um processo de autofagia econômica, que tem como bases fundamentais a necropolítica social. Percebemos que esse poder de transformação do modo de produção capitalista se desvela nas suas diferentes fases que sucumbem cada vez mais a classe trabalhadora. E isso se dá ao fato de que cada vez mais se prioriza a riqueza de poucos em detrimento de muitos outros corpos biossociais. Portanto, o desafio agora é entendermos as conexões entre crise do capital, pandemia e a política de morte na conjuntura brasileira.

ESTADO, RACISMO E PANDEMIA: NECROPOLÍTICA COMO GESTÃO DA (CORONA) CRISE BRASILEIRA

*“Aonde a pele preta possa incomodar
Um litro de Pinho Sol pra um preto rodar
Pegar tuberculose na cadeia faz chorar
Aqui a lei dá exemplo: mais um preto pra matar”
(Criolo)*

A letra do rapper Criolo evidencia que a conexão entre crise capitalista, racismo estrutural e Estado tem produzido uma contínua necropolítica, quer dizer, uma política de produção da morte de pessoas negras. Nesse horizonte, ao pensarmos sobre a condição de vida e morte dos/as sujeitos/as racializados/as na pandemia de Covid-19 no Brasil, nos impõe considerar a natureza e a função do Estado capitalista, particularmente, no contexto de um desenvolvimento capitalista dependente. Além disso, temos

que considerar a conjuntura brasileira de radicalização neoliberal, de acirramento de uma moralidade neoconservadora e da ofensiva do autoritarismo de Estado e do mercado.

A compreensão acerca da natureza do Estado na sociedade capitalista ou em qualquer outra formação social deve ter como ponto de partida as relações de produção da vida material. Para Marx (2009), os homens e mulheres ao desenvolverem sua existência e seu intercâmbio materiais, transformam também a sua realidade, seu pensar e os produtos do pensar, produzindo o que chama de “formas de consciência” como a ideologia, a religião ou o Estado, por exemplo.

A estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduo; mas, desses indivíduos, não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, ou seja, como agem, como produzem materialmente, como atuam, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem da sua vontade (MARX, 2009, p. 30).

Daí a necessidade de se recuperar o debate marxiano sobre Estado capitalista e o direito, compreendendo-os como síntese das relações sociais de produção, a partir de uma interconexão entre forma mercadoria, forma política e forma jurídica. Aqui produção e punição compareceram como categorias centrais para entender a conformação do direito social e do controle penal no capitalismo tardio, como duas faces de uma mesma moeda, cuja intencionalidade é garantir a reprodução ampliada e a acumulação capitalista.

Entretanto, a crise estrutural do capital manifestada a partir dos anos de 1970, impôs o neoliberalismo como nova razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016). A partir de 2008, vivenciamos

o que poderíamos chamar de “crise da crise”, quer seja, a crise da resposta neoliberal à crise de regulação social e acumulação capitalista na segunda metade do século passado, ou seja, uma crise do neoliberalismo. A resposta à crise capitalista operou-se com base na diminuição do Estado social e do avanço das funções penais do Estado com plena ofensiva às liberdades democráticas e aos direitos sociais. Após 2008, diante do recrudescimento da crise capitalista, observa-se a chegada ao poder de inúmeros líderes autoritários vinculados a interesses de frações do grande capital e a grupos religiosos fundamentalistas, como Orbán na Hungria, Salvini na Itália, Kurz na Áustria, Erdogan na Turquia, Trump nos Estados Unidos e Bolsonaro no Brasil (CARAPANÁ, 2018).

Boito Jr. (2019) chama atenção que o modo ideal do Estado capitalista é o Estado Democrático e de Direito, entretanto, o Estado ditatorial fascista ou militar são formas excepcionais do Estado capitalista, geralmente, emergem como resposta a crises. Nos países de economia dependente, tal como no Brasil, aponta-se uma síntese entre a radicalização neoliberal ou o chamado ultraneoliberalismo, o neofascismo e neocolonialismo. Segundo o autor, “Do antipetismo de 2015 ao neofascismo de 2019, o caminho não é tão tortuoso” (BOITO JR, 2019, p. 05),

[...] embora não tenhamos um regime de ditadura fascista no Brasil, mas sim uma democracia burguesa deteriorada e em crise, temos sim um movimento neofascista ativo e um governo cuja chefia está entregue ao principal representante desse movimento.

O golpe de 2016 e a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018 evidenciaram um processo de radicalização da política brasileira como desdobramento da profunda crise política, econômica e

social, marcada pela queda das taxas de lucratividade e retração da economia interna, alto desemprego, precarização e informalização das relações de trabalho, empobrecimento da população e redução drástica dos recursos destinados às políticas sociais.

A emergência de uma direita populista com traços autoritários no cenário nacional se integra ao contexto internacional de crescimento do reacionarismo de traços neofascistas e expõe a face hiperautoritária do neoliberalismo na atual quadra de crise do capitalismo contemporâneo. Conforme Tiburi (2016, p. 31),

Do autoritarismo em geral depende o capitalismo. Mas ele não sobrevive se não é sustentado no cotidiano. Ao mesmo tempo, o cotidiano é o lugar em geral de desprezo pelas críticas mais consistentes. Do autoritarismo depende o extermínio da democracia como desejo em nome de uma democracia de fachada.

Casara (2020, p. 65) destaca que a racionalidade neoliberal necessita, hoje, do retorno de práticas e concepções neofascistas, de um Estado forte no controle social punitivo para assegurar os fins do mercado, pois é imprescindível controlar os/as indesejáveis e os/as adversários/as políticos que atrapalham a acumulação ilimitada de capital. A ausência de limites (éticos, jurídicos ou políticos), funcional ao projeto neoliberal, “revela-se um risco à vida em comum, mais precisamente ao laço social”. Para o referido autor:

O Brasil bolsonarista caminha para se tornar um país sem preocupações éticas. O egoísmo foi transformado em virtude, enquanto qualquer preocupação com o social passou a ser percebida como fraqueza. O discurso oficial dos detentores do poder político, por exemplo, aponta as minorias

como parcela da sociedade composta de pessoas disfuncionais e/ou inimigos (CASARA, 2020, p. 71).

Em março de 2020, o Brasil registrava a primeira morte por Covid-19, três meses depois o país já ocupava o lugar de epicentro da pandemia. Enquanto líderes mundiais e chefes de Estado de vários países do mundo tomavam medidas de enfrentamento à epidemia, como de isolamento social, socorro financeiro aos cidadãos e empresas, e investimento em pesquisas para produção de vacinas; o chefe do Estado brasileiro não apenas minimizava a grave ameaça ao país, relacionando-a a uma “gripezinha”, como incentivava aglomerações, zombava, desdenhava e desqualificava o sofrimento vivenciado por milhares brasileiros.

A reportagem do Jornal El País intitulada “Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma ‘estratégia institucional’ de propagação do coronavírus”⁴, evidenciou que a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e o Instituto Conectas ao analisarem 3.049 normas federais produzidas em 2020, concluíram que diferente de uma suposta incompetência para gerir a mais grave crise sanitária no país, a atuação negligente e, até mesmo, direcionada do governo federal produziu as mortes de 345 mil pessoas, até o momento.

Contudo, se a contaminação da Covid-19 é supostamente “democrática”, as mortes são seletivas. Quando analisamos o perfil das pessoas mortas na pandemia no Brasil visualizamos que os marcadores de classe e raça estão presentes e são determinantes para a vida e para a morte das pessoas contaminadas. Um estudo publicado na revista científica *The Lancets Respiratory Medicine*

apontou que a mortalidade hospitalar geral das pessoas internadas por Covid-19, em todo o Brasil, foi de 38%, o que corresponde a 87.515 vidas perdidas. A proporção geral de mortes hospitalares foi maior em determinados grupos/perfis de pacientes: entre analfabetos 63%; entre negros/as ou pardos/as 43%; e entre indígenas 42%. Além disso, os dados mostram que a mortalidade hospitalar foi muito maior entre pacientes com três comorbidades ou mais, ultrapassando 75%, ou seja, a maioria em pessoas com diabetes, hipertensão e obesidade, doenças comumente presentes na população pobre e negra no país. Outro dado relevante é a taxa de mortalidade entre pacientes internados/as, por região: no Norte a taxa foi de 50%; no Nordeste, 48%; Centro-Oeste, 35%, e no Sul e Sudeste, abaixo dos 35%. Ou seja, quando analisamos a desigualdade na distribuição dos recursos, mas também, as medidas tomadas pela presidência da república, de modo evidente identificamos uma política de morte em curso e com marcas da eugenia outrora praticada.

Vejam, dentre as medidas oficiais e falas pública, a análise da referida pesquisa da FAMED/USP e Conectas apontou: a evidente tentativa de encobrir dados; a incitação de invasões em hospitais; o veto à obrigatoriedade ao uso de máscaras; o veto à obrigatoriedade de empresas fornecerem álcool em gel aos funcionários/as; veto à obrigatoriedade de fixação de cartazes de como usar a máscara e demais medidas de proteção individual no sistema prisional; veto às medidas de proteção para comunidades indígenas, dentre as quais água potável, material de higiene e limpeza, alimentos, leitos hospitalares, dentre outros; propagação de *fake news* e desinformação; alto investimento financeiro em

[4]. Para maiores informações conferir em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html> Acesso em 08/04/2021.

[5]. O estudo realizou uma análise retrospectiva de 254.288 pacientes, a partir dos 20 anos de idade, que foram hospitalizados no país com diagnóstico confirmado de Covid-19 por meio do exame RT-PCR, entre 16 de

fevereiro e 15 de agosto de 2020. Teve como fonte os registros no sistema de vigilância nacional SIVEP-Gripe. Saber mais em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/mortalidade-por-covid-19-e-maior-nas-regioes-mais-pobres-mostra-estudo/> Acesso em 08/04/2021.

medicações sem comprovação científica; e a recusa e imposição de dificuldades para aquisição de vacinas.

Segundo a mesma pesquisa, estas inúmeras medidas apontam para uma estratégia institucional de propagação do novo coronavírus promovida pelo governo brasileiro sob a direção do presidente. Cabe ainda destacar, as tentativas de “passar a boiada” durante a pandemia: nas políticas e normas de proteção ambiental, nas políticas de seguridade social, além dos obstáculos ao auxílio emergencial e o intento autoritários ao Supremo Tribunal Federal e o desejo declarar Estado de Sítio.

Desse modo, diante da endêmica crise neoliberal, da crise sanitária e da crise da democracia brasileira, questionamos: ainda vivemos sob a regulação do Estado democrático e de direito? Quais as formas contemporâneas de regulação social assumidas, atualmente, pelo Estado? Estaríamos vivendo um Estado pós-democrático, ou seja, um Estado de exceção permanente ou uma “ditadura de um novo tipo” cuja modelo de gestão é a necropolítica?

Conforme Mbembe (2018), as pessoas atingidas pela necropolítica são aquelas não integradas à ordem econômica, sobretudo, as vítimas de racismo ou àquelas consideradas inimigas ou desajustadas, como as pessoas negras, pobres, indígenas, aprioadas, de esquerda ou comunista, ou simplesmente, àquelas consideradas descartáveis para o projeto de poder do “soberano”. Para o autor, existem condições que viabilizam e dão substancialidade ao poder de decidir quem vive e quem morre; como se vive e como se sobrevive, na sociedade contemporânea.

A violação de direitos fundamentais como à saúde, à proteção à vida e à vacinação, à liberdade de expressão e de imprensa seria impensável há uma década. Contudo, o incipiente Estado Democrático e de Direito brasileiro, em que se tinha estabelecido os limites ao exercício do poder, com o golpe de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro, passou a ser substituído pelo Estado Pós-De-

mocrático, nos termos de Rubens Casara (2017), sob a gestão da necropolítica.

Mbembe (2018) nos leva a refletir sobre o processo de exclusão de pessoas, do alijamento de direitos, de supressão de espaços, de destruição dos corpos para reciclagem constante das bases para a acumulação capitalista. Embora não seja a perspectiva teórica abordada pelo autor, poderíamos apostar que a noção de necropolítica de Mbembe (2018) está ancorada na materialidade da produção da vida social, ou seja, pela conexão as entre estruturas sociais como economia, racismo, Estado e direito, que são funcionais à reprodução social. Em síntese, há uma economia política da morte no sistema do capital contemporâneo e, no caso brasileiro, aprofundada e legitimada pelo Chefe de Estado.

Mas, poderíamos afirmar que a vida das pessoas negras sempre foi de enfrentamento à morte ou de morte iminente. O que é que há de novo na noção de necropolítica e necropoder? Para Almeida (2018, p. 124-125),

a necropolítica, portanto, instaura-se como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida. A justificação da morte em nome dos riscos à economia e à segurança torna-se o fundamento ético dessa realidade. Diante disso, a lógica da colônia materializa-se na gestão praticada pelos Estados contemporâneos, especialmente nos países da periferia do capitalismo, em que as antigas práticas coloniais deixaram resquícios.

Nos momentos de calamidade, como no caso da “corona-crise brasileira”⁶ que envolve além da crise sanitária, uma crise

[6]. Para entender mais sobre a “coronacrise” e sua relação orgânica com o racismo estrutural ver em: <https://www.brasilefato.com.br/2021/04/02/artigo-um-ano-depois-crise-da-covid-19-prova-que-a-pandemia-afeta-mais-negros> Acesso em 08/04/2021.

econômica, uma crise política e uma crise moral da sociedade e do Estado, exacerba-se as desigualdades sócio raciais ao ficar evidente as escolhas tomadas. O debate intensamente promovido na sociedade sobre qual o bem maior que deve ser protegido na crise pandêmica: a vida ou a economia? Essa dualidade ou falso antagonismo, já que não há economia e produção de riqueza sem os/as trabalhadores/as vivos/as e saudáveis, demonstra que não há, por parte deste governo e dos liberais à brasileira, qualquer compromisso com a vida humana, quer dizer, com a vida da classe trabalhadora e das minorias étnicas. Não há limites para a acumulação.

E é nessa “transgressão de limites” (MBEMBE, 2018, p. 15) que a soberania neoliberal demanda “o risco à morte”. Morte esta que pode ser entendida em todas as suas dimensões: morte de corpos, morte de almas, morte dos direitos e morte de um futuro possivelmente digno para os/as trabalhadores/as. Nesse sentido, o neoliberalismo cria o devir-negro no mundo, as mazelas econômicas antes destinadas aos trabalhadores/as historicamente racializados/as no Brasil, agora se espalham para todos do país e faz com que todos/as possam “[...] ter o seu dia de negro, que pouco tem a ver com a cor da pele, mas essencialmente com a condição de viver para a morte, de conviver com o medo, com a expectativa ou com a efetividade da vida pobre e miserável” (ALMEIDA, 2018, p. 125).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Intentamos neste ensaio apontar as tramas tecidas na relação entre crise capitalista, Estado e racismo no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, apresentando o suposto de que a necropolítica é um dispositivo de gestão da (corona) crise brasileira.

Resgatamos a construção do racismo estrutural na formação social brasileira, identificando que a população negra já está isolada socialmente há mais de quinhentos anos: num primeiro momento nas senzalas e, no pós abolição, através de mecanismos de marginalização e criminalização permanentes, ou seja, há tempos as pessoas negras são isoladas de direitos neste país; e em contradição, tem insistido na resistência e apresentado alternativas de projeto societário inclusivo em termos econômicos, com reconhecimento étnico racial, justiça racial.

A noção de necropolítica de Mbembe (2018) nos ajuda a compreender como o racismo, na condição de uma tecnologia de poder, agora, na conjuntura de crise aguda do capital nas sociedades “necroliberais” com caráter de dependência exerce, também, relações de poder sobre as pessoas brancas. A gestão da pandemia no Brasil é evidência disso, quando observamos as pautas apresentadas pelas elites, que tem nos presidentes da república e do Congresso Nacional, os/as representantes da supremacia branca brasileira: as disputas na votação do orçamento quando negam um auxílio emergencial digno, mas asseguram os interesses do mercado; a defesa da realização de cultos e, portanto, de aglomerações em meio a uma média de mortes diárias de quatro mil pessoas que demonstra que o faturamento das igrejas e a fidelidade dos “irmãos-clientes” são mais importantes do que a vida, como demonstrou a fala do Advogado Geral da União de que “religiosos estão dispostos a morrer”; a aprovação do projeto de lei “fura fila” que viabiliza a compra de vacinas por empresas privadas, o que vai desorganizar o Plano Nacional de Imunização e privilegiar quem tem dinheiro, em detrimento aos grupos prioritários. Isto demonstra nosso fracasso como nação e, até, como humanidade, uma sociabilidade forjada pela ideologia da ganância, da concorrência, de empreendedores de si, de um extremo individualismo

que produz um salvem-se quem puder surreal e que cada vez mais nos conduz à barbárie.

A ausência de prioridade a pessoas negras e pobres na vacinação acentuará, ainda mais, as desigualdades sócio raciais. Embora mais vulneráveis estes sujeitos são essenciais para o trabalho, mas não para a vacinação. Qual o valor de suas vidas para além da mais-valia produzida e necessária? Esse fato evidencia as iniquidades herdeiras do período colonial, que foram reprogramadas, reatualizadas e reproduzidas pelo racismo estrutural.

Acreditamos que o combate ao racismo, mais que isso, a luta antirracista deve ser percebida como uma condição necessária para garantir, até mesmo, as necessidades básicas de existência humana e, conseqüentemente, de luta pela libertação das condições históricas de opressão, exploração e violências a que negras/os estão cotidianamente expostas/os.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Estado racista e crise do capitalismo*. Blog da Boitempo, 2020a. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/silvio-almeida-estado-racista-e-crise-do-capitalismo/>

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* – Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Prefácio*. In: BONILA-SILVA, Eduardo. *Racismo sem racista: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América*. São Paulo: Perspectiva, 2020b.

BOITO JR., A. *As dificuldades da luta popular diante do fascismo*. *Journal Brasil de Fato*, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/artigo-or-as-dificuldades-da-luta-popular-diante-do-fascismo-por-armando-boito-jr/>

BRASIL. *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BONILA-SILVA, Eduardo. *Racismo sem racista: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

CARAPANÃ. *A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo*. In: *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASARA, R. *Bolsonaro: o mito e o sintoma*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

CASARA, R. *Estado Pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2017.

CONSORTE, Josildeth Gomes. *A mestiçagem no Brasil: armadilhas e impasses*. *Margem*, 10, dez., 107-117, 1999.

CONSORTE, Josildeth Gomes. *Relações Étnicas e Relações Raciais: diferenças e aproximações*. ODEERE – Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. no 2019, Volume 4, número 8, julho – dezembro de 2019.

CAPÍTULO VII

.....

Política de Saúde Mental em Tempos de Pandemia: os desafios para o enfrentamento dos impactos da Covid-19 no contexto da contrarreforma do estado brasileiro

.....

Juliana e Silva de Oliveira
Helmara Giccelli Formiga Wanderley
Maria Derleide Andrade

Poucas experiências humanas são tão profundas e tão aterrorizantes como o medo de ser atingido por um grave contágio, um processo que não só pode matar, mas pior- pode mutilar nosso corpo e transmodificar nossa alma em algo não mais reconhecível, não mais humano1.
Damir Huremović, *Psychiatry of Pandemics*, 2019.

A transformação das instituições e das políticas públicas só é possível na medida em que possamos transformar as relações entre a sociedade e os cidadãos, porque é aí que se insere a relação entre saúde e doença.
Paulo Amarante, *O homem e a Serpente*, 1995.

DEPOIS DO SILÊNCIO: REFLEXÕES SÓCIO-HISTÓRICAS ACERCA DAS PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DE PANDEMIAS

Ao longo da história não foram raros os casos de doenças de caráter epidêmico que atingiram as diversas sociedades humanas, assumindo, inclusive, caráter de pande-

[1]. Tradução livre.

DARDOT, P; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*. Vol. 1, 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

GONÇALVES, Renata. *Quando a questão racial é o nó da questão social*. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v21n3/1982-0259-rk-21-03-00514.pdf>

MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

PRADO JR., Caio (1942) *A formação social do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

SCHWARCZ Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.) *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TIBURI, M. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. 7ª ed. Rido de Janeiro: Record, 2016.

mia², em face do seu poder de contaminação e da sua capacidade de disseminação geográfica de dimensão continental ou mundial.

Num lance pode-se citar, a título de exemplo: a Praga Ateniense (430 a.C), a Praga Antonina (165-180), a Praga de Justiniano (541-) e a Peste Bubônica (1334). Tais pandemias ocorreram entre as eras Clássica e Medieval da História, alcançando em tais contextos vastos territórios e ceifando muitas vidas (HUREMOVIC, 2019). Embora não existam estudos acerca dos impactos sociais e da saúde mental dos homens e mulheres que experienciaram os horrores provocados por aquelas pragas, não é leviano afirmar que o medo de ser atingido por uma doença de “mau caráter” impactou a vida cotidiana dos sujeitos, seja nos planos econômico, político e cultural, seja no âmbito das sociabilidades (coletividades) e da individualidade, como sugerido na epígrafe que abre este estudo.

E, não obstante as proporções que tais epidemias tiveram em suas conjunturas, de acordo com Huremovic (2019), a mais devastadora praga de todos os tempos foi a Gripe Espanhola provocada pelo vírus H1N1, que irrompeu no início do século XX, entre os anos 1918 e 1920, considerada a primeira pandemia global, com obituário em torno de 100 milhões de “almas” no curso de dois anos. Em termos numéricos, no momento em que esta pesquisa estava sendo realizada, trata-se da mais letal de todas as pandemias, inclusive se se considerar os surtos de Zika, Ebola, MERS, HIV e Sars (inclusive Sars-Cov-2 ou Covid-19).

A propósito, no prefácio do livro *Psychiatry of Pandemics: A Mental Health Response to Infection Outbreak*, publicado

[2]. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, citado por Paulo Schueler, na página da Bio-manguinhos, “**pandemia** é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma **epidemia**, **surto** que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com **transmissão sustentada** de pessoa para pessoa”. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em 28 mar 2021.

em 2019, antes do anúncio dos primeiros casos da Covid-19 em Wuhan, China, o psiquiatra bósnio Damir Huremevic ao tratar da Gripe Espanhola de 1918, a definiu como a última verdadeira pandemia e a primeira ocorrida no século XX, no contexto da medicina moderna, momento em que se observou grande progresso nos estudos epidemiológicos em todo o mundo, notadamente no campo da microbiologia³, excetuando-se aí a Psiquiatria, que se consolidava enquanto modalidade médico-científica, registrando expressivos avanços desde o final do século XIX, para o que o desenvolvimento da Psicanálise pelo médico austríaco Sigmund Freud é um exemplo. Nesse ínterim, outro importante aspecto da psiquiatria moderna foi a compreensão do homem e da mulher a partir dos aspectos biopsicossociais, o que poderia ter contribuído para entender e tratar os impactos de uma pandemia na saúde mental da população (2019, p. 7-28), o que não aconteceu naquele contexto.

Ademais, Huromevic (2019) acrescenta que, passados mais de cem anos desde aquela pandemia, não se observou no campo da psiquiatria e ciências correlatas interesse pelos estudos que abordam a saúde mental na perspectiva dos surtos, epidemias e pandemias, seja a partir da perspectiva da promoção à saúde, seja à nível de informação, evitando o silenciamento acerca dos impactos provocados por tais eventos nas vidas das pessoas. Inclusive, ao longo desse período a Psiquiatria passou por significativas mudanças, notadamente nos níveis institucional e organizacional. Nesse sentido, a partir dos anos 1940, observou-se o surgimento da chamada Psiquiatria de Social⁴ em vários países, o que teve como marcos a criação de Comunidades Terapêuticas,

[3]. No Brasil, nos anos 1910, no campo epidemiologia destacaram-se os estudos acerca das doenças tropicais, realizados pelos cientistas liderados pelo médico sanitário Oswaldo Cruz.

[4]. É importante sublinhar que a Psiquiatria Social ganha força especialmente no Pós-Segunda Guerra, em face do aumento no número de homens e mulheres com problemas psiquiátricos (ALVES, 2011).

Psicoterapia Institucional, Psiquiatria de Setor e Psiquiatria Comunitária e de Higiene Mental. Tais reformas questionavam “o papel e a natureza ora da instituição asilar, ora do saber psiquiátrico” (AMARANTE, 1995, p. 27). Enfim, acentuou-se o movimento em torno da desinstitucionalização dos/as doentes mentais e das mudanças de paradigma na clínica psiquiátrica, que passava a ter como objetivo a garantia da cidadania do sujeito.

Segundo Amarante, no contexto de pós Segunda Guerra, “toda espécie de violência e desrespeito aos direitos humanos [foi] repudiada e reprimida pelo tecido social” (1995, p. 28). O cenário político delineado ao final daquele conflito, marcado por todos os tipos de violações aos Direitos Humanos, foi terreno fértil para o surgimento das muitas reformas institucionais, de caráter psiquiátrico, que aconteceram e ainda estão em curso, de forma singular em cada país, dado as suas particularidades sócio-históricas⁵ que são “datadas e matizadas por jogos de interesse, relações de saberes, poderes práticas e subjetividades” (AMARANTE, 1995, p. 45).

O segundo pós-guerra trazia novas demandas em saúde mental, dentre as quais cite-se: o grande número de trabalhadores[as] estavam incapacitados[as] pelos traumas vivenciados nos campos de batalhas ou fora deles, resultando em declínio acentuado da força produtiva nos países diretamente envolvidos nos conflitos, o que impactava fortemente a economia; combate a todos os tipos de governos e instituições não democráticas, de caráter totalitário e/ou terrorista, evitando-se os chamados crimes de guerra e reduzindo o sofrimento humano, dentre outros. Como pode ser evidenciado, nenhuma questão que justificasse o

[5]. Tal como observado nos estudos de Amarante (1995) e Passos (2009), as experiências de reformas psiquiátricas ocorridas nos Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Itália, Portugal e Brasil, dentre outros países, ao tempo que encontram relações entre si, também são marcadas por singularidades que se inscrevem nos contextos sociopolíticos-econômico de cada país.

interesse da psiquiatria ou de qualquer outra ciência, da saúde, social ou humana, em estudar os impactos dos surtos, epidemias e/ou pandemias na saúde mental.

Notadamente no que se refere às doenças transmissíveis, ao longo do século XX observou-se alguns surtos epidêmicos a exemplo do HIV/AIDS, que se disseminou lentamente desde os anos 1980, fazendo cerca de um milhão de mortes por ano em todo o mundo⁶. A doença se caracterizou como uma pandemia moderna de proporções moderadas, conforme observou Huremevic (2019, p. 28)⁷.

O século XXI também foi marcado por surtos epidêmicos que atingiram diferentes continentes, em proporções moderadas, para o que pode-se citar: a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), que teve origem na China em 2003 atingindo aproximadamente dez mil indivíduos, com taxa de letalidade em torno de 10%; a pandemia de H1N1 de 2009, com consequências muito menos devastadoras do que a Gripe Espanhola de 1918; o surto do vírus Ebola, endêmico da África Central e Ocidental, em 2013; os surtos do Zika vírus, doença endêmica da África, que em 2007 atingiu Micronésia e em 2015 alcançou a América Latina, inclusive o Brasil (HUREMEVIC, 2019).

Também chama a atenção o fato de que foram realizados grandes investimentos pela Organização Mundial de Saúde, considerando os riscos devastadores de uma pandemia global na humanidade. Nesse sentido, a comunidade científica vinha trabalhando a fim de desenvolver estratégias globais e plano de preparação que permitisse a rápida execução de ações de enfrentamento das doenças e seus efeitos, durante epidemias, o chamado P&D (pesquisa e desenvolvimento de doenças). Para efeito

[6]. De acordo com a OMS estima-se que ao longo de quatro décadas o HIV/AIDS fez 40 milhões de vítimas fatais. OMS. HIV/AIDS. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/hiv-aids/#tab=tab_1. Acesso em 25 mar 2021.

[7]. Tradução livre.

de combate a possíveis riscos de uma pandemia de nível grave, a OMS divulgava desde 2018 uma atualização da lista das doenças consideradas mais perigosas, destacando-se além das doenças mencionadas acima, a possibilidade de um surto de doença desconhecida, representado pelo nome Doença X.

Segundo a Organização Mundial de Saúde,

A doença X representa o conhecimento de que uma epidemia internacional séria pode ser causada por um patógeno atualmente desconhecido por causar doenças em humanos. O Plano de P&D visa explicitamente permitir a preparação para P&D transversal que também seja relevante para uma “Doença X” desconhecida⁸.

Embora ao longo dos séculos XX e início do XXI a humanidade estivesse sempre em combate contra as doenças de mau caráter, ainda assim, tais experiências não justificaram o interesse da Psiquiatria pelo tema da saúde mental. Tal desinteresse pode ser explicado também a partir das projeções feitas pela Organização Mundial de Saúde para 2030, o que levava em conta: as melhorias nas condições sanitárias, inclusive nos países pobres, o largo emprego de vacinas e o uso consciente dos recursos naturais.

De acordo com o World Health Statistic: 2018, a estimativa era de que 71% das mortes no mundo ocorridas em 2016 deviam-se as doenças não transmissíveis, tais como doenças cardiovasculares, cânceres, doenças respiratórias crônicas e diabetes. Os relatórios anteriores também apontavam tais doenças como responsáveis pela maioria das mortes entre os anos de 2000 e 2016. A pers-

[8]. OMS. Priorizando doenças para pesquisa e desenvolvimento em contextos de emergência. Disponível em <https://www.who.int/activities/prioritizing-diseases-for-research-and-development-in-emergency-contexts>. Acesso em 04 abr 2021.

pectiva em relação as doenças infecciosas, segundo os relatórios, eram positivas, apontando desaceleração ou estagnação do número de casos e vítimas de doenças como HIV, tuberculose e malária⁹ até 2030.

Pelo exposto, entende-se que não havia a ameaça eminente de uma pandemia, diante do que, não havia motivos reais que justificassem o interesse dos/as profissionais de saúde mental em tratar ou sequer entender os impactos dos surtos epidêmicos e pandemias. Inclusive, apesar dos avanços propalados pela Reforma Psiquiátrica de caráter antimanicomial, poucas foram as subespecialidades em saúde mental que dispensaram atenção às tragédias naturais e/ou provocadas pela ação humana, a exemplo da Psiquiatria das Catástrofes e da Psicologia dos Desastres. Sem embargo, apesar do leque de possibilidades que tais subespecialidades abriram para os profissionais da saúde mental, o interesse pelas questões epidemiológicas permaneceu às margens, legado ao descaso¹⁰, tais profissionais consideraram as doenças mentais decorrentes de desastres naturais e/ou conflitos bélicos.

No tocante ao Brasil, o Movimento de Reforma Psiquiátrica¹¹ levou “a um processo de desmontagem do aparato manicomial”, a partir da implantação de serviços ambulatoriais de atenção à saúde mental, materializado nos Centros de Atenção Psicossocial, surgidos ainda nos anos 1980 e que tinham como objetivos,

[9]. OMS revela principais causas de morte e incapacidade em todo o mundo entre 2000 e 2019. Bio-Manguinho. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/2116-oms-revela-principais-causas-de-morte-e-incapacidade-em-todo-o-mundo-entre-2000-e-2019>. Acesso em 25 mar 2021.

[10]. Sobre o desinteresse dos(as) profissionais da Psicologia pelos desastres de caráter epidemiológicos sugere-se a leitura do manual de Psicologia da emergência e desastres na América Latina: Promoção de direito e construção de estratégias de atuação, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-de-emergencias-e-desastres-na-amrica-latina-promoo-de-direitos-e-construo-de-estrategias-de-atuao/>

[11]. A Reforma Psiquiátrica Brasileira, que teve como marco o V Congresso Brasileiro de Psiquiatria em 1978 não é objeto deste estudo, nesse sentido sugere-se a leitura de Amarante (1996).

conforme projeto original de implantação, “criar mais um filtro de atendimento entre o hospital e a comunidade com vistas à construção de uma rede de prestação de serviços preferencialmente comunitária”. O CAPS também deveria oferecer tratamento que possibilitasse a inserção social do doente através de “atividades psicoterápicas e socioterápicas” (*apud* AMARANTE, 1995, p. 81)¹². Outro evento da maior importância na luta antimanicomial brasileira foi a intervenção da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santos-SP, na Casa de Saúde Anchieta, onde foram constatadas atrocidades contra os homens e mulheres ali internados[as], levando ao fechamento da instituição e a propagação dos ideais reformistas em nível nacional. De acordo com Amarante (1995), esse episódio possibilitou a implantação, no país, de uma rede de atendimento substitutiva ao modelo manicomial, regulamentado pela Portaria SAS/MS nº 224, de janeiro de 1992.

Foi, entretanto, somente a partir da Lei 10.216/2001 que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e [que] redireciona o modelo assistencial em saúde mental”, que os CAPS passaram a ocupar lugar de notoriedade para a política de saúde mental brasileira, pulverizando-se por todo o território nacional especialmente após a emissão da Portaria MS nº 336/2002.

Segundo a Lei 10.216/2001, a pessoa portadora de transtornos mentais deveria ser tratada em instituições extra-hospitalares, “preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental”

[12]. O primeiro CAPS implantado no Brasil data de 1987 e trata-se do Centro de Atenção psicossocial Professor Luiz da Rocha Cerqueira, em São Paulo e fortemente influenciado por experiências externas que se inscreveram no lapso temporal entre os anos 1940 e 1980, tais como as estruturas dos “hospitais-dia” da França (anos 1940), as comunidades terapêuticas da Escócia (anos 1940/50), os Centros de Saúde Mental dos EUA (anos 1960) e os Centros de Saúde Mental da Itália (anos 1970/80). Conforme Ana Maria Pitta, a denominação Centro de Atenção Psicossocial -CAPS foi inspirada na experiência de Manágua, Nicarágua, onde a despeito de todas as dificuldades materiais e humanas, buscava-se “reabilitar ou habilitar as pessoas excluídas dos circuitos habituais da sociedade, por portar algum transtorno mental” (*apud* AMARANTES, 1995, p. 83).

(BRASIL, 2001), incidindo sobre o Estado, conforme estabelecido no Art. 3º da lei, a responsabilidade de

desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais (BRASIL, 2001).

Considerando-se o objetivo da Reforma Psiquiátrica, a mesma lei também estabelecia que o novo modelo de assistência à saúde mental deveria visar integralmente a reinserção do[a] doente mental em seu meio, “oferece[ndo] assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros”, também proíbe “a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares” (BRASIL, 2001).

A Portaria MS nº 336/2002, por sua vez, estabelece em seu Art. 1º que “os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional” (BRASIL, 2002). Enfim, os CAPS, deveriam atender integralmente as demandas em saúde mental conforme a lógica e necessidade do território em que está inserido¹³.

Pelo exposto, entende-se que a criação dos Centros de Atenção Psicossocial a partir da lei 10.216/2001 é tomada como marco das transformações na assistência à saúde mental no Brasil, rompendo

[13]. De acordo com Amarante (1995); Sade (2014), por “território” entende-se não uma comunidade ou espaço geográfico específico, mas o lugar das tramas cotidianas reais, o espaço das contradições..

com o modelo manicomial, abrindo a possibilidade do tratamento em regime aberto, visando a reabilitação psicossocial e a qualidade de vida dos sujeitos em situação de adoecimento mental.

Dito isto, e apesar dos avanços legais que foram observados no campo da saúde mental a partir do início do século XXI, é notória a fragilidade dos/as profissionais que atuam nos CAPS espalhados pelo território nacional¹⁴ para a atenção psicossocial no enfrentamento das doenças mentais decorrentes de catástrofes e desastres. A partir dessa perspectiva, os desastres são entendidos como

(...) interrupções graves do funcionamento cotidiano de uma comunidade que acarretam perdas humanas/materiais/econômicas/ambientais que excedem a capacidade da sociedade afetada fazer frente à situação, por meio de seus próprios recursos. (...) provocam destruição material significativa e desorganização social pela destruição ou alteração das redes funcionais. Podendo ainda (...) provocar transtornos psicossociais para a população afetada; muitas vezes, mais graves que os danos físicos, e perduram no tempo se não forem bem manejados (*apud* NOAL et al., 2019, p. 2).

Em que pese, no Brasil, a atenção psicossocial pós-desastre só passou a ser objeto de interesse dos/as profissionais que atuam nos CAPS a partir da tragédia de Brumadinho (2019), quando se observa uma intensa dizibilidade, notadamente no que diz respeito a produção acadêmica em torno da importância das ações/estratégias para a saúde mental das vítimas de tais eventos, interesse que não se efetivou com a mesma intensidade na prática. Antes disso, deve-se registrar os danos provocados pelo surto de

[14]. De acordo com notícia o Ministério da Saúde, em 2020 existiam no Brasil 2.657 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Zika em 2015. Conforme informativo do Johns Hopkins Hospital¹⁵ a doença provocada pelo Zika vírus em adultos/as pode provocar a síndrome de Guillain-Barré (elevada em cerca 34% em relação aos casos registrados no país em 2014), mais tragicamente, o Zika Vírus pode causar mortes (só foram registrados seis óbitos pela doença no Brasil) e malformação em nascituros de mães infectadas (em 2015 registrou-se 1608 de casos de microcefalia em todo o território nacional, a média anual entre os anos de 2000-2014 era de 164 casos)¹⁶. Sobre essa epidemia e suas implicações na saúde mental das pessoas atingidas direta e/ou indiretamente há um silêncio nas fontes. Silêncio esse que se rompe em face da Pandemia de Sars-Cov-2 para o qual o sistema nacional de saúde não estava preparado, o que põe a descoberto a insuficiência das políticas de saúde e saúde mental no Brasil que foram impactadas pelas práticas antidemocráticas de governos de tendência neoliberal, notadamente a partir da década de 2016, como demonstrar-se-á a seguir.

A “NOVA” POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL E O ENCONTRO COM O “NOVO NORMAL”: O CONTEXTO ATUAL DA CONTRARREFORMA PSIQUIÁTRICA

Desde o início de 2020, têm-se falado muito em ‘saúde’ e em ‘saúde mental’ nas diversas redes e mídias, ressaltando a importância da funcionalidade, e mais ainda da não funcionalidade, das políticas de saúde diante do atual contexto pandêmico. Falar da não funcionalidade é falar do retrocesso da política de saúde mental nos últimos anos.

[15]. O que é o Zika Vírus? Disponível em: <https://www.hopkinsmedicine.org/virus-da-zika/o-que-e-o-zika-virus.html>. Acesso em 04 abr 2021.

[16]. Os dados acerca dos números de casos de Zika no Brasil e suas sequelas podem ser observados no Resumo Executivo Saúde Brasil 2015/2016: Uma análise da situação de saúde e da epidemia pelo vírus Zika e por outras doenças transmitidas pelo Aedes aegypti, publicado em 2017 pelo Ministério da Saúde.

11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS veio a chamar de ‘Nova Política Nacional de Saúde Mental’ (BRASIL, 2019F, p. 4 *apud* CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020, p. 2).

Conforme já exposto, após 20 anos da promulgação da lei 10.216, apesar do contexto de crises e retrocessos, é importante pontuar os avanços na política de saúde mental a partir da Reforma Psiquiátrica, que veio a permitir a democratização dos serviços e a construção de redes socioassistenciais comunitárias (ONOCKO-CAMPOS, 2019). No entanto, esses avanços nunca ocorreram sem os enfrentamentos e lutas dos movimentos antimanicomiais, especialmente nos últimos anos com os constantes ataques à democracia e aos direitos humanos, em que as pautas ultraliberais associam-se às instâncias manicomiais na defesa do sistema hegemônico asilar e hospitalocêntrico. Almeida (2019) ressalta as fragilidades e a precarização cotidiana dos serviços de atenção à saúde mental no decorrer de toda a execução da política, mas havia consenso quanto aos fundamentos, os objetivos e as diretrizes principais da Reforma até o ano de 2016, momento político que passou a ser considerado um marco, o ponto de partida de uma mudança dos princípios antimanicomiais defendidos nos últimos 35 anos.

Considera-se que o início do desmonte atual da Política de Saúde Mental deu-se a partir da Resolução 32 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), de 14 de dezembro de 2017, a qual introduz novas diretrizes nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS), a partir de um retorno à centralidade do modelo hospitalar/asilar, como os ambulatorios de saúde mental (funcionando como hospital-dia, mas sem o princípio da territorialidade) e maior financiamento de leitos em hospitais psiquiátricos, modificando o modelo de atenção assistencial de foco comunitário (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020).

No período de dezembro de 2016 a maio de 2019, foram editados cerca de quinze documentos normativos, dentre portarias, resoluções, decretos e editais, que formam o que a nota técnica

Essa contrarreforma psiquiátrica, como passou a ser chamada pelas associações antimanicomiais, é pautada pelo incentivo à internação psiquiátrica, pelo estrangulamento dos recursos destinados aos serviços de base comunitária e pelo financiamento de comunidades terapêuticas para ‘tratamento’ de situações de uso de álcool e/ou drogas, a partir de uma abordagem punitiva e proibicionista, separando posteriormente a Política Nacional sobre Drogas da Política Nacional de Saúde Mental, o que demonstra a diferenciação e a estigmatização do tratamento destinado a usuários/as de drogas.

No tocante à política sobre drogas, ocorreu a instituição do CAPSad IV, voltado para prestar “assistência de urgência e emergências”. Diferenciando-se dos outros CAPS, tem modelo mais ambulatorial, não tendo como foco a humanização e singularidade dos processos terapêuticos, sendo implantado nos locais de uso e não no território dos/as usuários/as. Verifica-se ainda a contradição entre o sufocamento de recursos financeiros para o próprio Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da PEC 95 que congela os gastos públicos com políticas públicas, e o grande aumento de financiamento voltado para as comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos.

Ao todo, o custo do governo federal com o tratamento de dependentes químicos passa a ser de R\$ 153,7 milhões por ano, para 10.883 vagas em 496 entidades (BRASIL, 2019e). Tal iniciativa se articula com a criação dos CAPSad IV, cuja proposta é de atuação em locais de uso de crack em grandes centros urbanos, que serviriam de porta

de entrada para tais comunidades terapêuticas (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020, p. 9).

No entanto, é a partir da Nota Técnica 11/2019¹⁷ que se verifica a narrativa explicitamente conservadora e retrógrada do governo federal, a partir do repúdio ao fechamento de hospitais e à rede de atenção comunitária, pautando inclusive a utilização de eletroconvulsoterapia como um possível recurso terapêutico. Dando continuidade a esse comboio legislativo de retrocessos, soma-se o decreto da Política Nacional sobre Drogas de 2019, que legitima ao extremo o tratamento através do confinamento (e da ‘espiritualidade’), afastando-se das propostas de cuidado/acolhimento, enquanto principais diretrizes da Reforma. Importante pautar os enfrentamentos dos movimentos antimanicomiais, conselhos e instâncias jurídicas que seguem tentando expor a não legalidade desta ‘nova’ política, a partir de protestos, notas de repúdio e tentativas de suspensão dos decretos, como é o caso da ABRASME, ABRASCO, CNS, Conselhos de classe etc. (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020).

O posicionamento do governo federal não é transparente quanto à formulação e ao método de concretização dessas notas e decretos, ao basear-se em dados limitados, sem a exposição de fontes científicas que seguem as normativas técnicas de pesquisa, e ao ameaçar ‘revogações’ que objetivam a destituição de serviços essenciais ao atendimento nas RAPS, como o mais recente de dezembro de 2020¹⁸, travestindo-se de uma proposta de

[17]. Nota técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS – Assunto: Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas.

[18]. Proposta que tem como objetivo revogar dezenas de portarias fundamentais ao modelo de saúde mental pautado na Reforma Psiquiátrica, sem o debate com as instâncias deliberativas e de controle social, como o Conselho Nacional de Saúde (CNS). Dentre outras medidas, o revogação propõe desativar serviços importantes como o Programa de Volta pra Casa, o Consultório de Rua, além de flexibilizar os controles e fiscalizações sobre as internações compulsórias e hospitais psiquiátricos. Disponível em: <https://www.epsvv.fiocruz.br/noticias/reportagem/vem-ai-o-golpe-de-morte-na-reforma-psiquiatria> Acesso em 05/04/2021

aprimoramento do tratamento que na realidade é explicitamente uma tentativa de “passar a boiada” e mortificar a saúde mental no Brasil. Almeida (2019, p. 4) afirma:

Dada a suspensão posterior dessa nota e a expressão pelo Ministro da Saúde de dúvidas sobre alguns de seus aspectos, não é claro até que ponto as mudanças propostas exprimirão a verdadeira posição do governo. No entanto, a simples publicação desse documento e as medidas de apoio aos hospitais psiquiátricos já tomadas parecem justificar as preocupações manifestadas por vários setores da saúde mental brasileira.

A partir de 2020, soma-se a esse cenário de desmonte, o inesperado contexto de pandemia da Covid-19 e o chamado ‘novo normal’, marcado por uma agudização dos processos individuais e coletivos de sofrimento e adoecimento psíquico, diante do distanciamento social, do aumento de desempregos, das inúmeras perdas familiares e fundamentalmente do medo da morte. A frágil Política de Saúde Mental, cada vez mais apartada de uma dimensão de cuidado humanizado, coletivo, territorial, é pega de surpresa, tornando-se visivelmente ainda mais insuficiente nesse contexto, ao mesmo tempo em que é mais requisitada por conta da realidade mundial naturalmente adoecida em uma situação pandêmica, em que há o aumento da busca por serviços de saúde, de forma geral, no âmbito do SUS.

Além disso, conforme exposto, são escassas as pesquisas e a formação profissional na área da saúde mental (na Medicina, Psicologia, Enfermagem, Serviço Social e demais profissionais que compõem as equipes multiprofissionais) direcionadas às situações de calamidade pública, de risco coletivos, o que acabou por exigir das equipes uma atuação que teve de ser ‘aprendida na

marra', no cotidiano que foi se configurando dentro das redes de atendimento. E como fazer isso nos serviços já precarizados? Em uma realidade de sucateamento de uma das principais ferramentas de atenção comunitária que é o CAPS? Conforme pesquisa do Ministério da Saúde de 2017, a presença de CAPS nas localidades reduz o risco de suicídio em 14%¹⁹ e, em uma situação extrema como a vivenciada atualmente, a importância do serviço torna-se mais evidente.

OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL EM UM CENÁRIO DE PANDEMIA E RETROCESSOS

A pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Débora Noal em debate na 15ª live do Conselho Nacional de Saúde, no dia 7 de outubro de 2020, afirma que “a expectativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) é que, entre um terço e metade da população que vivencia uma pandemia, como a Covid-19, possa vir a desenfrear sofrimento psíquico agudo e possíveis transtornos psicopatológicos se não fizermos nada” (NOAL, 2020, p.1). A pesquisadora ainda acrescentou os principais efeitos da Covid-19, como o distanciamento físico das pessoas, a impossibilidade de práticas e rituais culturais coletivos (festas, casamentos, velórios e funerais) e a velocidade em que a pandemia atinge a sociedade diante do número de óbitos anunciados. Tal afirmação é um motivo de muita preocupação para quem acompanha o desenvolvimento e os retrocessos acima discorridos em relação à Reforma Psiquiátrica Brasileira.

[19]. Conselho Nacional de Secretários de Saúde/CONASS—Novos dados reforçam a importância da prevenção do suicídio. Publicado em 20 set 2018. Disponível em: <https://www.conass.org.br/novos-dados-reforam-importancia-da-prevencao-do-suicidio/> Acesso em 05/04/2021.

Conforme foi relatado, no Brasil já se vivenciou situações trágicas decorrentes de desastres e /ou catástrofes ambientais e humanas, as quais geraram impactos físicos e emocionais aos[às] brasileiros[as] diante dos números de mortes e/ou danos ao meio ambiente, porém no geral, foram localizadas em territórios específicos, a exemplo:

- ▶ 1980—*Vale da Morte*—o jornal americano batizou o polo petroquímico de Cubatão (SP) como “Vale da Morte”. As indústrias localizadas na cidade de Cubatão despejavam no ar toneladas de gases tóxicos por dia, gerando uma névoa venenosa que afetava o sistema respiratório e gerava bebês com deformidades físicas, sem cérebros.
- ▶ 1984—*Vila Socó*—uma falha em dutos subterrâneos da Petrobras espalhou 700 mil litros de gasolina nos arredores dessa vila, localizada também em Cubatão (SP). Após o vazamento, um incêndio destruiu parte de uma comunidade local, deixando quase cem mortos.
- ▶ 1987—*Césio 137*—um grave caso de exposição ao material radioativo Césio 137 ocorreu em Goiânia (GO). Dois catadores de lixo arrombaram um aparelho radiológico nos escombros de um antigo hospital, e encontraram um pó branco que emitia luminosidade azul. O material foi levado a outros pontos da cidade, contaminando pessoas, água, solo e ar, e causando a morte de pelo menos quatro pessoas. Anos depois, a Justiça condenou por homicídio culposo os três sócios e um funcionário do hospital abandonado, mas a pena foi revertida em prestação de serviços voluntários.
- ▶ 2000—*Vazamento de óleo na Baía de Guanabara*—um acidente com um navio petroleiro resultou no derramamento de mais de um milhão de litros de óleo in natura no Rio de

Janeiro. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou duas multas à Petrobras, uma de R\$ 50 milhões e outra de R\$ 1,5 milhão, devido à morte da fauna local e poluição do solo em vários municípios.

- ▶ 2003–*Vazamento de barragem em Cataguases*–o rompimento de uma barragem de celulose em Minas Gerais ocasionou o derramamento de mais de 500 mil metros cúbicos de rejeitos, compostos por resíduos orgânicos e soda cáustica. Os rios Pomba e Paraíba do Sul foram atingidos, causando sérios danos ao ecossistema e à população ribeirinha. As empresas foram multadas em R\$ 50 milhões pelo Ibama.
- ▶ 2011–*Vazamento de óleo na Bacia de Campos*–houve o vazamento de uma grande quantidade de óleo no Rio de Janeiro. A empresa americana Chevron despejou no mar cerca de três mil barris de petróleo, provocando uma mancha de 160 quilômetros de extensão. Animais foram mortos e o Ibama aplicou duas multas à empresa, totalizando R\$ 60 milhões. A Chevron foi também obrigada a pagar uma indenização de R\$ 95 milhões ao governo brasileiro pelos danos ambientais (BATISTA, 2019).
- ▶ 2015–*Rompimento da barragem de Mariana*–em 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana (MG), provocou a liberação de uma onda de lama de mais de dez metros de altura, contendo 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Em Minas Gerais, na última década, ocorreram desastres ambientais com mineração em Nova Lima (2001), em Mirai (2007), e em Itabirito (2014) (GONÇALVES, 2017).
- ▶ 2019–*O rompimento de barragem em Brumadinho*–foi o maior acidente de trabalho no Brasil em perda de vidas

humanas e o segundo maior desastre industrial do século. Foi um dos maiores desastres ambientais da mineração do país, depois do rompimento de barragem em Mariana. O rompimento da barragem causou inundação de lama e rejeitos de minério de ferro que resultou na morte de 252 pessoas (COSTA, 2019).

Além de todos os episódios já relatados, destaca-se um fenômeno que de tempos em tempos mostra a saga do nordestino e da nordestina pela situação de fome e falta de água vivenciada no semiárido brasileiro, e que em muitos momentos causa perplexidade na população como se fosse uma situação temporária–A Seca no Nordeste Brasileiro (ASA BRASIL, 2021). Todas essas situações descritas trouxeram e trazem clamores populares diante do sofrimento causado. Por mais que sejam situações em territórios específicos durante um período, o sofrimento psíquico atingiu a população brasileira. Muitos desses episódios foram esquecidos, algumas medidas legais foram tomadas ou não, alguns familiares receberam indenizações, outras não, e algumas pesquisas foram realizadas para avaliar os impactos emocionais nas pessoas e familiares. Mas de fato, essas situações trouxeram mudanças na forma de olhar a saúde mental, de exigir, como sociedade, serviços de atenção psicossocial numa perspectiva de prevenção e promoção em saúde mental? A pandemia será mais um evento, um fenômeno em que os impactos na saúde mental serão avaliados e pouco se reivindicará a ampliação dos serviços de saúde mental conforme preconizados pela Reforma Psiquiátrica Brasileira?

No período da pandemia no Brasil, principalmente nos primeiros meses, foram criadas diversas ações do poder público e mesmo da sociedade civil para dar suporte à saúde mental da população, bem como para os(as) profissionais de saúde. Não se tem a pretensão de negar a importância e o valor dessas ações

nesse contexto da pandemia, longe disso. Acredita-se que essas ações em saúde mental trazem em si uma percepção que deveria ter continuidade no cotidiano da sociedade, visto que em momentos difíceis a singularidade aflora, os medos são aumentados, as condições socioeconômicas são diferenciadas e nem sempre é possível contar com uma rede de apoio familiar, comunitária e/ou solidária. Nesse sentido, compreende-se que em qualquer tempo há a necessidade de uma rede de atenção psicossocial bem estruturada, e não somente ações pontuais. Essa é uma questão que direciona para a realidade brasileira vivida antes na Pandemia, uma rede de atenção psicossocial desestruturada, fragilizada e com grande demanda reprimida em todos os serviços de saúde mental, em especial, nos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e uma pouca compreensão do papel da atenção primária na Política de Saúde Mental.

Os[as] profissionais que trabalham nos serviços de saúde mental têm conhecimento de que antes da pandemia as demandas principais, além dos transtornos severos, consistiam em uma busca incessante de pessoas em sofrimentos psíquicos decorrentes das condições de vida, do desemprego estrutural, das situações de abuso na infância que se apresentam na fase adulta, das diversas formas de violência urbana, das situações vivenciadas pela condição de gênero, racial e sexual. Nesse período da pandemia, diversos relatos nos meios digitais e de comunicação trazem notícias do aumento das demandas acima mencionadas, significando, pois, que a realidade trazida pela pandemia foi intensificada pelas circunstâncias apresentadas diante da necessidade do isolamento social. Parece que o mundo parou para assistir o seu movimento anterior, mas será que as pessoas serão impactadas pelo que viram? Será que construir-se-á algo diferente do que se é individual e coletivamente?

A despeito da pandemia e as ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, conforme análise de Mota e Teixeira (2020), o que foi verificado no site do referido Ministério foi o destaque de três ações previstas para esse período: a primeira, uma pesquisa em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, cujo objetivo é identificar os componentes de risco e prevenção para a Covid-19 e engloba a vigilância de risco e proteção para doenças crônicas; a segunda outra pesquisa, desenvolvida pelo próprio Ministério realizada com profissionais de saúde “da linha de frente”, visa compreender o impacto da Covid-19 na saúde mental; e uma terceira ação, a implementação de um canal de suporte psicológico e psiquiátrico para atendimento aos[às] profissionais de saúde. Associada a essas três ações, o Ministério anuncia também o lançamento de uma campanha em parceria com a OPAS (Organização Panamericana da Saúde) para a produção de oito vídeos de educação em saúde em tempos de pandemia. Conforme autores citados, não foi verificada, junto a essas ações citadas, nenhuma estratégia para ampliação e/ou fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial.

No Brasil, no primeiro momento da pandemia passou-se a impressão que a população estava no mesmo barco, nas mesmas condições frente a possibilidade de contágio pelo vírus da Covid-19. Impressão que logo veio abaixo diante do cenário de desigualdade social. Na verdade, as pessoas em melhores condições socioeconômicas foram as primeiras a serem contaminadas, mas de fato as pessoas em situações mais vulneráveis foram as que mais morreram e continuam morrendo. Conforme a OXAM-Brasil “a pandemia de coronavírus reforça as desigualdades da população mais vulnerável do Brasil e exige ações imediatas para reforçar a proteção social a esses que serão mais impactados. Por isso, é preciso pensar em ações afetivas para impedir que a pandemia piore as condições de vida de milhões de brasileiros” (2020, p.1).

Uma das maiores tragédias brasileira possivelmente seja a desigualdade social, econômica, política, cultura e regional em que a sociedade está imersa mesmo antes da pandemia. Nesta imersão, a pandemia agudizou e explicitou o tamanho do fosso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as catástrofes têm os seus significados e significantes, suas histórias de perdas e sofrimentos psíquicos em diversas naturezas e singularidades. Nenhuma tragédia é maior que outra se dimensionar que cada perda ambiental, humana e social traz danos à condição humana. A contaminação do Covid-19 atravessou fronteiras diante da facilidade de movimentação dos povos entre os mais diversos territórios, mas, ao mesmo tempo, deixou totalmente explícitas as diferenças em cada realidade local. Em relação ao Brasil, ficou nítida ainda mais a capacidade de ser global nos sistemas de informatização, na economia, nas redes sociais e na bolsa de valores, porém enquanto sociedade é notório o distanciamento em relação aos processos de desigualdade social, econômica, cultural, política e regional.

No Brasil, vive-se hoje em pleno maio de 2021, o aprofundamento de uma pandemia com mais de 400 mil óbitos, combinado a um discurso governamental que se guia por teorias conspiratórias e negacionistas, em que o deboche com a vida se torna pauta principal das lives e pronunciamentos do gestor maior. E a pergunta seria: e como fica a saúde mental dos[as] brasileiros[as] em meio ao caos?

O tão falado “novo normal”, muito mais que uma ruptura ao modo foucaultiano, traz a ideia de uma patologização do cotidiano, que serve mais a um discurso científico médico/acadêmico/industrial, em que o sofrimento psíquico tem feito parte da vida

das pessoas, ocorrendo a naturalização de uma realidade doente, especialmente das que estão em situação de vulnerabilidade, as quais são as mais afetadas pela pandemia²⁰ (AMORIM, 2020). O processo de adoecimento e de saúde está diretamente ligado ao acesso, ao atendimento, ao cuidado em rede, como diz Paulo Amarante²¹, “saúde é democracia, é direito, é defesa da vida”. Colocando nesses termos polarizadores, o “novo” normal e a “nova” política anormal já vem fazendo parte do nosso “normal” há alguns anos e a realidade pandêmica exacerbou, expôs essa anormalidade que focaliza a doença, o distanciamento, a tortura, ‘o doente mental’.

Como diria Onocko-Campos (2019, p. 4) “nessas reviravoltas paradoxais que a história dá, em momentos em que teríamos muito a comemorar e formas racionais e científicas de enfrentar os desafios, vemo-nos às voltas com a necessidade de retomar a luta e a mobilização de uma forma inédita. Pois já não está em jogo somente a Reforma Psiquiátrica, senão a democracia”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Miguel Caldas de. **Política de saúde mental no Brasil**: o que está em jogo nas mudanças em curso. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 11, e00129519, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-311X2019001300502&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05/04/2021.

[20]. <https://epoca.globo.com/sociedade/dado-s-do-sus-revelam-vitima-padrao-decovid-19-no-brasil-ho-mem-pobrenegro-24513414> Acesso em 05/04/2021.

[21]. Conexão ABRASME 06 abril 2021 – 20 anos da lei da Reforma Psiquiátrica: o que temos a comemorar? Disponível em: <https://youtu.be/XdFepT2hoLc> Acesso em 05/04/2021.

ALVES, Fatima. **Doença mental nem sempre é doença:** Racionalidades leigas sobre saúde e doença mental: Um estudo no norte de Portugal. Porto, Portugal: Afrontamento, 2011.

AMARANTE, Paulo (Coord). **Loucos pela vida:** A trajetória da Reforma psiquiátrica no Brasil, Rio de Janeiro, Fiocruz, 1995.

AMARANTE, Paulo. **O homem e a serpente:** outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.

AMORIM, Anibal Coelho. A Pandemia, territórios vulnerabilizados, pessoas em sofrimento psíquico e o “novo normal”. In: **O enfrentamento do sofrimento psíquico na pandemia:** diálogos sobre o acolhimento e a saúde mental em territórios vulnerabilizados / organizado por Paulo Amarante... [et al.] — Rio de Janeiro: Ideia SUS/Fiocruz, 2020. 82 p. Disponível em: Livro_O_enfrentamento_do_sofrimento_psiquico_na_Pandemia_1ed.pdf (fiocruz.br) Acesso em 05/04/2021.

ASA BRASIL—quintal-produtivo-qualidade-de-vida-e-fonte-de-renda. <http://www.asabrasil.org.br/116-acervo/o-candeeiro/1008-quintal-produtivo-qualidade-de-vida-e-fonte-de-renda>. 2021. Acesso em 05/01/2021.

BATISTA, Liz—Acervo Estadão. <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,tragedias-que-marcaram-a-historia-do-pais,70002703878,0.htm>. 2019. Acesso em 05 abr 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Nota Técnica no 11/2019-CG-MAD/DAPES/SAS/MS.**, esclarece sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional

sobre Drogas. Disponível em: <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>. Acesso em 05 abr 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº. 224 de 29 de janeiro de 1992**, estabelece diretrizes e normas para o atendimento ambulatorial e hospitalar em saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, 1992. Disponível em https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_224.pdf. Acesso em 04 mai 2021.

BRASIL, **Lei 10.216 de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em 05/01/ 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria 336, de 19 de fevereiro de 2002**. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prto336_19_02_2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção primária a saúde. **Ministério da Saúde investe em ações de saúde mental durante a pandemia. 2020**. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/10076#:~:text=Segundo%20dados%20preliminares%20de%202020,da%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20Prim%C3%A1ria%20%C3%A0%20Sa%C3%BAde>. Acesso em 05/04/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resumo executivo Saúde Brasil 2015/2016:** uma análise da situação de saúde e da epidemia pelo vírus Zika e por outras doenças transmitidas pelo Aedes aegypti [recurso eletrônico], Brasília : Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/>

pdf/2017/julho/17/2017-0146-SBREXC-online-final.pdf. Acesso em 03/04/2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia de emergências e desastres na América Latina**: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação. Brasília: CFP, 2011. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-de-emergencias-e-desastres-na-amrica-latina-promoo-de-direitos-e-construo-de-estrategias-de-atuao/>. Acesso em 28/03/2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Os efeitos-da-pandemia-podem-ser-agravados-com-retrocessos-na-politica-nacional-de-saude-mental-no-Brasil. 2020. Disponível em: <http://www.susconecta.org.br/efeitos-da-pandemia-podem-ser-agravados-com-retrocessos-na-politica-nacional-de-saude-mental-no-brasil/>. Acesso em 17/01/2021.

COSTA, Gilberto. Negligência causou tragédia em Brumadinho. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/negligencia-causou-tragedia-de-brumadinho>. Acesso em 7/01/2021.

CRUZ, Nelson Falcão de Oliveira; GONCALVES, Renata Weber; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. **Retrocesso da reforma psiquiátrica**: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00285117, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300509&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05/04/2021.

GONÇALVES, Darly Prado. Os principais desastres ambientais no Brasil e no mundo. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/01/principais-desastres-ambientais-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em 6/01/2021.

HUREMOVIĆ, Damir. (Editor). **Psychiatry of Pandemics: A Mental Health Response to Infection Outbreak**. Manhasset, NY-USA, Springer, 2019. Disponível em:

MOTA, ALESSIVÂNIA E TEIXEIRA, CARMEN. O desmonte da Política de Saúde Mental em tempos de pandemia. <https://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/pensamentos/bdbf-2024d57cb707acafb4b32bod6b47/3/>. Acesso em 03 mar 2021.

MOTA, Alessivânia; TEIXEIRA, Carmen. O desmonte da Política de Saúde Mental em tempos de pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/pensamentos/bdbf2024d57cb707acafb4b32bod6b47/3/>. Acesso em 10/01/2021.

NOAL, Débora da Silva. 7ª LIVE DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Os efeitos-da-pandemia-podem-ser-agravados-com-retrocessos-na-politica-nacional-de-saude-mental-no-Brasil. 15/11/2020. Disponível em: <http://www.susconecta.org.br/efeitos-da-pandemia-podem-ser-agravados-com-retrocessos-na-politica-nacional-de-saude-mental-no-brasil/>. Acesso em 05/01/2021.

NOAL, Débora da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura; CHACHAMOVICH Eduardo. O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale. Caderno de Saúde Pública. vol.35 no.5 Rio de Janeiro, May 20, 2019. Disponível em

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-0102-311X2019000600503#B5. Acesso em 29 mar 2021.

O QUE É O ZIKA VÍRUS? Disponível em: <https://www.hopkins-medicine.org/virus-da-zika/o-que-e-o-zika-virus.html>. Acesso em 04/04/2021.

OMS revela principais causas de morte e incapacidade em todo o mundo entre 2000 e 2019. Bio-Manguinho. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/2116-oms-revela-principais-causas-de-morte-e-incapacidade-em-todo-o-mundo-entre-2000-e-2019>. Acesso em 25/03/2021.

OMS. Priorizando doenças para pesquisa e desenvolvimento em contextos de emergência. Disponível em <https://www.who.int/activities/prioritizing-diseases-for-research-and-development-in-emergency-contexts>. Acesso em 04 abr 2021.

ONOCKO-CAMPOS, ROSANA TERESA. **Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios**. <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/907/saude-mental-no-brasil-avancos-retrocessos-e-desafios>. Rio de Janeiro, 2019. Acesso em 05/04/2021.

OXAM – BRASIL. **Pandemia de coronavírus reforça desigualdades da população mais vulnerável**. <https://www.oxfam.org.br/blog/pandemia-de-coronavirus-reforca-desigualdades-da-populacao-mais-vulneravel/> -publicado em 29/04/2020. Acesso em 21/05/2021.

PASSOS, Izabel C. Friche. **Reforma Psiquiátrica: as experiências francesa e italiana**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

SADE, Rossana Maria Seabra. **Portas abertas: do manicômio ao território**. Entrevistas triestinas. Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2014.

SCHUELER, Paulo. O que é uma Pandemia? **Bio-Manguinhos**. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em 28 abr 2021.

World Health Organization. World Helth Statistic, 2005-2018. Disponível em: <https://www.who.int/data/gho/publications/world-health-statistics>. Acesso em 28/03/2021.

World Health Organization. **Mental health and psychosocial considerations during COVID-19 outbreak**. Geneva: WHO; 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331490/WHO-2019-nCoV-MentalHealth-2020.1-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

CAPÍTULO VIII

.....

Diversidade Sexual como Expressão da Diversidade Humana: contradições, conquistas e insuficiência dos direitos humanos

.....

*Larissa Fernandes
Silvana Mara de Moraes dos Santos
Tibério Oliveira*

INTRODUÇÃO

Em comemoração aos 10 anos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), decidimos com imensa satisfação participar desse livro—Serviço Social e Questão Regional — com uma breve discussão sobre a diversidade sexual no Brasil contemporâneo. Nosso objetivo volta-se à análise da violência contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+), as conquistas, contradições e insuficiências presentes nas principais estratégias adotadas que remetem a defesa da diversidade para o campo jurídico-parlamentar, próprio das reivindicações por direitos e da igualdade de oportunidade.

Assim, situamos os fundamentos teórico-metodológicos para o entendimento da diversidade sexual como uma expressão

da diversidade humana, que é, também, parte constitutiva das lutas sociais favoráveis à defesa dos direitos humanos. Trata-se de entender que a diversidade na sociedade capitalista tem provocado processos intensos de dominação, opressão e apropriação, tornando mais intensa a exploração da força de trabalho.

Destacamos a relevância de apreender a diversidade humana e sexual a partir de uma perspectiva de totalidade, considerando a direção social crítica defendida por determinados sujeitos políticos presentes nas lutas sociais, que entendem a relevância social das lutas no campo da emancipação política, mas em face dos limites estruturais do sistema do capital, apostam teórica e politicamente que a diversidade humana requer para sua realização uma sociedade fundada na igualdade e liberdade substantivas.

Reafirmamos a necessidade histórica de crítica ao conservadorismo, que nesta conjuntura, tem sido ressaltado por um tipo de direita ultraliberal e reacionária, expressa no movimento “Bolsonarista”. Ao mesmo tempo, identificamos os equívocos e ilusões quanto à possibilidade histórica de afirmar a defesa da diversidade e dos direitos, sem estabelecer as complexas mediações com a totalidade social.

No primeiro momento, trabalharemos a concepção de diversidade humana, evidenciando, de forma breve, as trilhas das complexas determinações que levam a sua violação na sociedade capitalista. Em seguida, apresentaremos um panorama das políticas de enfrentamento à violência LGBTIFóbica no contexto brasileiro e finalizaremos evidenciando a relevância das lutas por regulamentação dos direitos para os indivíduos LGBTI+ e sua incapacidade de reverter o quadro de violação da diversidade na sociedade capitalista.

DIVERSIDADE HUMANA E AS TRILHAS DE SUA VIOLAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Nos limites deste artigo, consideramos que é possível somente oferecermos elementos reflexivos, de caráter introdutório, para o entendimento da diversidade humana, considerando os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Diante do racismo, da violação dos direitos de LGBTI+, da misoginia e da violência, dentre outros, contra as mulheres, povos indígenas, pessoas idosas, crianças/adolescentes e juventude, notadamente negra, tem sido, cada vez mais frequente, a afirmação de que a diversidade é importante e como tal merece ser respeitada e entendida teórica e politicamente.

Contraditoriamente a esta afirmação, no Brasil, a taxa de desemprego foi de 14,1% no trimestre de setembro a novembro de 2020 e atingiu 14 milhões de pessoas segundo dados que integram Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ademais, a regressão dos direitos do trabalho e a reprodução de relações sociais fundadas no sistema capitalista-racista e hétero-patriarcal mostram a dura realidade de um país em que a classe trabalhadora está mais desprotegida de seus direitos e a diversidade humana tem se constituído em fonte de violência e de violação de direitos, tornando mais intensa e demasiadamente bárbara, a exploração da força de trabalho.

Na sociedade capitalista, a diversidade humana jamais foi uma questão prioritária e/ou valorizada. Pensemos aqui nos processos históricos da colonização escravista, com a brutal escravi-

zação da população de negros e negras e do profundo genocídio das populações originárias.

O sistema do capital unifica relações sociais fundadas na divisão social, sexual e racial do trabalho, em um quadro complexo de determinações com drásticas implicações na vida social e singular dos indivíduos. Assim, como dinamiza em cada tempo histórico, a imposição e a defesa da propriedade privada e do casamento / família monogâmica, mediante interesses econômicos e ideológicos que visam a sustentação de uma dada concepção de família, de relações afetivo-sexuais, de identidade de gênero fundada no binarismo feminino-masculino e de julgamentos morais que tendem ao moralismo, por tomarem a diversidade sexual e a identidade de gênero/sexo como parâmetros fixos que regulam a aceitação ou rejeição dos indivíduos.

Neste sentido, as classes dominantes desenvolvem arsenal ideológico tão profundo de naturalização de relações sociais desiguais, que violar, por ser diverso, constitui-se na regra e o combate ao aniquilamento da diversidade é resultado de árduo trabalho de enfrentamento ao conservadorismo e de resistência de amplos segmentos da classe trabalhadora. A longa travessia em defesa da diversidade envolve, ainda, os desafios e as dificuldades quanto à formação da consciência de classe, que deve ser, também, consciência feminista (CISNE, 2014), antirracista (DAVIS, 2016) e em defesa da diversidade humana e sexual (SANTOS, 2019).

Nos dias atuais, dados empíricos sobre o desemprego e a violência são potentes para evidenciar o quanto a diversidade tem sido historicamente ameaçada pelas classes dominantes que refuncionalizam princípios, valores e práticas de caráter conservador. E, mais recentemente, as expressões da diversidade humana se constituíram em alvo da fúria destrutiva das forças políticas reacionárias que assumiram o comando do governo federal no

Brasil, a partir de 2018. Tal afirmação se explicita nos ataques racistas, misóginos e negadores da diversidade sexual e da livre identidade de gênero promovidos durante o último processo eleitoral para a presidência da república e que seguem presentes nos discursos, ações e formulações governamentais, notadamente, no campo das políticas sociais.

Simultaneamente ao ataque deste tipo de direita, que, tem sido caracterizada de neofascista¹, temos inúmeros desafios à defesa da diversidade no universo do pensamento crítico e das lutas sociais. Isto porque apesar da forma ofensiva em que as classes dominantes promovem a violação da diversidade, ainda assim, não há uma direção social construída de modo mais estratégico sobre o entendimento e o tipo de defesa da diversidade que deve ser efetivada no ambiente das esquerdas. Os posicionamentos teóricos e políticos trilham concepções divergentes e até conflitantes.

Isto nos remete à reflexão sobre o que significa, afinal, diversidade? Por que sua defesa incomoda politicamente às classes dominantes e, ao mesmo tempo, tal agenda ainda gera polêmicas sobre se um projeto político direcionado à emancipação humana deve incorporá-la como um de seus elementos fundamentais?

Partimos do entendimento de que a tendência na sociedade capitalista é a criação e a disseminação de obstáculos que bloqueiam o desenvolvimento e a efetivação da diversidade humana. Integra, nesta perspectiva, à concepção de diversidade humana, o processo de estabelecer conexões de determinação entre o trabalho entendido como uma categoria central para a apreensão do próprio fenômeno humano-social e a formação da sociabilidade,

[1]. Cf. dentre outros títulos, CISLAGHI, Juliana Fiuza & DEMIER, Felipe (Orgs). O Neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

da individualidade e da personalidade², bem como a necessidade de analisar as particularidades de cada formação sócio-histórica.

Por isso afirmamos que a defesa da diversidade humana não pode ser um caminho apartado da luta de classes. É como se fosse necessário percorrer uma trilha para apreender as determinações que, historicamente, tem gerado, por um lado, obstáculos à efetivação da diversidade e, por outro, o entendimento de que defendê-la não se limita à lógica do reconhecimento do direito à diferença sem relação com a defesa de um projeto societário anticapitalista.

Diante disso, uma questão fundamental, portanto, é conhecer bem as características e tendências mais gerais próprias do sistema do capital e mergulhar na densidade histórica sociocultural de cada país, região e localidade com objetivo de captar e analisar os processos, ora de violação, ora de contraposição, propriamente dita, à vigência da diversidade.

Metodologicamente tem sido esta a trilha que permite a superação da análise centrada exclusivamente nas tendências mais gerais ou de outro modo, aquelas que cultivam a interpretação dos fenômenos exclusivamente em sua singularidade, com apologia à fragmentação.

Do nosso entendimento, trata-se de um equívoco teórico e político considerar a diversidade meramente como uma questão individual ou exclusivamente resultado de uma conquista política e jurídica de afirmação do direito à diferença e à igualdade de oportunidades. É no movimento contraditório da complexa relação entre sociabilidade e individuação que os indivíduos situados historicamente em suas inserções de classe, em suas condições objetivas e subjetivas, transitam com mais ou menos possibilidades de realização da diversidade.

[2]. Cf. BARROCO (2003); NETTO & BRAZ (2006); COSTA (2007) e CISNE & SANTOS (2018).

Por mais tortuoso que possa parecer, embora a diversidade seja uma característica própria dos indivíduos, sua efetividade relaciona-se com as devidas mediações frente às tendências e características que assumem, em dado momento histórico, as relações sociais de classe, raça e sexo/gênero, que se encontram, conforme Kergoat (2010), imbricadas no processo histórico e na dinâmica de organização da vida social e singular.

O que nos permite ponderar que não tem logrado êxito as iniciativas de analisar a exploração da força de trabalho, os processos de organização da classe trabalhadora e as lutas por direitos sem entender o indivíduo como ser social, histórico(a) e diverso(a) no ambiente denso da luta de classes e das determinações entre economia, política e cultura (SANTOS, 2019).

O conhecimento do panorama das políticas de enfrentamento à violência LGBTifóbicas na realidade brasileira mostra a relevância das lutas sociais e das conquistas no plano jurídico-político, mas evidenciam, também, a insuficiência das respostas do Estado e a atualização permanente de formas de reprodução da violação da diversidade humana na sociedade capitalista.

PANORAMA DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA LGBTIFÓBICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil reflete uma nação que foi forjada a partir de uma ampla diversidade sociocultural, mas que, também, tem no seu “mito fundador”, uma extensa gama de elementos que são difíceis de circunscrever ao analisar a realidade dessa população, reflexões essas tão bem construídas por Chauí (2013). As estruturas sociais que fizeram parte do processo de constituição desse país estão assentadas no que podemos entender a partir dos aspectos que fundam a formação social desse território.

Como afirmamos anteriormente nossos fundamentos teórico-metodológicos partem da centralidade do trabalho na vida social e da imbricação de sistemas de dominação, exploração e opressão das classes dominantes sob a classe trabalhadora em sua heterogeneidade e diversidade. Nascemos a partir do genocídio dos povos indígenas, da escravização do continente africano, da apropriação do trabalho das mulheres, da negação da diversidade étnica-racial, de gênero e das sexualidades dissidentes. Aliás, somos um país diverso que nega a diversidade humana na sua complexa infinidade.

A formação social desse país mostra o quanto fomos ensinado(a)s a acreditar em desejos naturalizados a partir de uma ordem fundada na heterossexualidade compulsória (RICH, 2010). Uma constante alienação dos sujeitos em prol de relações sociais e de um *ethos* dominante, que resultam em um “desejo de nação” branca, centrada na família heteropatriarcal e na virilidade masculina (CISNE, SANTOS, 2018). Contudo, a realidade em sua essência nos mostra que a vida cotidiana é bem mais complexa e diversa, embora ela se mostre pragmática e alienante.

O contexto que atravessamos no Brasil, nas últimas décadas, tem sido de constantes desafios políticos e organizativos para a classe trabalhadora em sua diversidade. É importante salientarmos que não reconhecemos essa classe como uma classe homogênea, mas diversa, seja na sua composição, seja na forma de reprodução ou na sua configuração. Ao reconhecermos os desafios do tempo presente, tomamos como um dos amplos percalços, os dilemas postos aos sujeitos da classe trabalhadora que rompem com os modelos centrados na heterossexualidade compulsória, especial aqueles e aquelas que dão visibilidades aos seus desejos e afetos dissidentes.

A economia política capitalista centrada na desigualdade social, na defesa da propriedade privada e da imposição da famí-

lia/casamento monogâmico institui a heterossexualidade como modo de vida e parece, até aqui, não sobreviver sem a dominação, exploração e opressão da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTI+). É da essência e da natureza da sociedade capitalista, patriarcal, racista e sexista o domínio desses sujeitos por meio da constante violência e da violação de direitos. Tais aspectos se materializam na irrestrita reprodução e no recrudescimento das múltiplas faces das desigualdades sociais de cunho LGBTIfóbicas, praticadas contra essa população.

Em razão disso, compreendemos a LGBTIfobia como “a modalidade do preconceito e da discriminação contra ‘homossexuais’ esse termo é mais amplo e possibilita sintetizar todas as modalidades de fobias contra essa população” (RIOS, 2009, p. 59). Por um determinado período era utilizado o termo “homofobia” para tratar de forma universal as práticas de violência contra a população LGBTI+, porém com a organização políticas das lésbicas e da população trans, houve o entendimento que as violências praticadas contra elas possuíam distinções, fomentadas e imbricadas por atitudes machistas e sexistas, por isso a necessidade de uma terminologia que pudesse trazer essas particularidades, abrangendo as questões ligadas tanto à orientação sexual, como às identidades de gêneros.

Diante disso, nas linhas a seguir apresentamos um breve panorama das múltiplas violências na sociedade brasileira contra as pessoas LGBTI+. Para isso buscamos dados a partir do Grupo Gay da Bahia (GGB), como uma forma de materializar parte dessa modalidade de violência. Contudo, antes de apresentarmos estes dados, nos questionamos: o que faz do Brasil um dos países com maior *ranking* mundial em dados da violência LGBTIfóbica? Quais são as respostas do Estado brasileiro direcionadas ao combate a essa modalidade de violência?

Compreendemos que tais respostas não se esgotam neste artigo, porém apontaremos alguns aspectos centrais da nossa formação social que dão suportes para entendermos as bases que configuram essa realidade. Nesse sentido, partimos de três subsídios a partir da concepção de Ianni (1992), que para entender o Brasil moderno, precisamos compreender. Trata-se do sentido da colonização; a questão racial; e o desenvolvimento desigual e combinado. Articulados a esses aspectos, ainda, observamos que as raízes da formação social brasileira, estão centradas em bases autoritárias, paternalistas-patriarcais, machistas, sexistas, populistas e conservadoras.

A colonização demarcou uma sociedade que foi fundada a partir dos interesses da mundialização do capital, do mercantilismo europeu que saqueou as terras indígenas em prol de um desenvolvimento do capitalismo central. A essência desse desenvolvimento tem em seu caráter fulcral a desigualdade social que se deu a partir das muitas faces da violência. Dessa forma, o fundamento da violência na sociedade brasileira encontra-se na sociedade autoritária:

De fato, conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo na hierarquia familiar, e despótica no sentido etimológico da palavra. É fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos (CHAUÍ, 2017, p. 42-43).

Essa modalidade de violência se reatualiza na contemporaneidade em sua forma extenuante, com a exaltação constante do modelo familiar heteropatriarcal. A crise estrutural do capital trouxe como grande consequência a negação da vivência plena da diversidade em seus múltiplos aspectos. Vivemos em um

tempo em que a centralidade no consumo reina mais do que a vida, aquilo que Debord (1997), caracterizou como sociedade do espetáculo, em detrimento dos direitos sociais. Ao mesmo tempo em que a sociedade capitalista se centra nesses aspectos, vive-se nesse modelo uma constante insegurança, gerada pelas múltiplas formas da violência, no caso particular a LGBTIfobia, resultante da negação desses sujeitos vivenciarem de forma plena seus direitos, afetos e desejos.

Nesse sentido, de acordo com os dados computados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), segundo o relatório das mortes violentas contra a população LGBTI+ no ano de 2019, “329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%)” (OLIVEIRA, 2020, p. 12), ou seja, naquele ano a cada 26 horas uma pessoa LGBTI+ era assassinada no território brasileiro.

É importante ressaltar que esses dados são subnotificados, dada a ausência por parte dos órgãos de fiscalização do Estado em acompanhar essa modalidade de violência, seja por meio da ausência da mídia em denunciar ou até mesmo pelo não registro nos boletins de ocorrências nas delegacias. Assim:

A subnotificação de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil constitui um obstáculo ao verdadeiro e cruelíssimo dimensionamento dessa tragédia social, impedindo a construção de políticas públicas de enfrentamento e, o mais importante, erradicar a cultura da impunidade (OLIVEIRA, 2020, p. 21).

Em relação às respostas do Estado brasileiro, direcionadas para o combate e o enfrentamento das múltiplas modalidades de violência geradas pela LGBTIfobia, ainda são recentes e no plano da materialidade das políticas públicas encontramos diversos desafios postos na execução desses direitos. Inclusive, com ataques de representantes de setores conservadores da bancada religiosa

no Congresso Nacional, assim como no atual governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), ao colocar a pastora Damares Alves como ministra a frente da pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da qual é uma verdadeira opositora aos direitos humanos e aos direitos relativos a essa população supramencionada.

Podemos afirmar com base na revisão de documentos oficiais do Estado que somente no século XXI que são construídas as primeiras políticas públicas de combate e de enfrentamento à violência contra a população LGBTI+ no Brasil. O marco central deu-se no ano de 2004, com a construção do programa “Brasil sem homofobia”, na primeira gestão (2003 a 2006) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O programa tinha alguns objetivos, tais como: apoiar e fortalecer projetos de instituições públicas e privadas direcionadas para promoção dos direitos dessa população; capacitar profissionais e representantes desses movimentos em relação à defesa dos direitos humanos da população LGBTI+ no Brasil, informar os direitos dessa população e por fim incentivar a denúncia de práticas de discriminação, preconceito e de violência contra esse segmento (BRASIL, 2004).

Em relação aos limites do programa “Brasil sem homofobia” no enfrentamento à LGBTIfobia, tanto Irineu (2016), como Daniliauskas (2011) afirmam que uma das principais problemáticas para o desenvolvimento da execução das ações propostas pelos objetivos referia-se ao baixo orçamento público destinado para a sua implementação. Outro fator deu-se na transferência da responsabilização do Estado nessas ações ao transferi-las em grande parte às organizações não governamentais.

Podemos dizer que as gestões tanto do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e da continuidade com a presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) em relação ao trato das

políticas públicas de enfrentamento às modalidades de violências LGBTIfóbicas foram de avanços e recuos. Apesar das gestões petistas terem acolhido algumas demandas do Movimento LGBTI+, não houve por parte desses mandatos propostas e legislações mais eficazes no sentido de coibição da violência contra a pessoa LGBTI+.

Em termos de legislação social de combate efetivo às modalidades de violência contra a população LGBTI+ no Brasil, somente no ano de 2019, que por intermédio do Supremo Tribunal Federal, julgaram dois processos a ADO 26 e MI 4733, e passaram a considerar que discriminar pessoas seja por orientação sexual ou por identidade de gênero, deve ser equiparado ao crime de racismo, que se materializa pela Lei nº 7.716/89.

Por fim, em termos de combate e enfrentamento a violência LGBTIfóbica, essa população vive no território brasileiro sobre diversos desafios, especialmente com o recrudescimento das agressões públicas, dos assassinatos, assédios entre inúmeras modalidades de discriminações. Há por parte do poder executivo um verdadeiro apagamento dos parcos direitos relativos a essa comunidade. Consideramos que o atual presidente da república e seu projeto reacionário foi, dentre muitos outros, um dos grandes opositores da diversidade humana e da criminalização da LGBTIfobia no Brasil.

A RELEVÂNCIA DAS LUTAS E A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DOS DIREITOS PARA A COMUNIDADE LGBTI+

É importante ressaltar que a luta histórica dos movimentos LGBTI+ é o que mantém, diante de um panorama político desfavorável, suas pautas em evidência. Ao não aceitar a pecha de cidadãs de segunda categoria, buscando assegurar todo direito que lhes é negado por existir fora do padrão heterossexista/heteronorma-

tivo, as pessoas LGBTI+ buscam aquilo que, nas palavras de Rios (2003), é uma igualdade que vai para além da mera formalidade, visto que busca fundá-la a partir da desconstrução de um padrão organizativo da sociedade que cresceu sob a égide de categorias como heterossexualidade, cisgeneridade, monogamia, ocidentalismo, cristianismo etc. e que torna tudo aquilo que destoa deste padrão como algo anormal, que deve ser combatido e eliminado.

Retirar a tomada de decisão das mãos daquele(a)s que representam e impõem o padrão de normalidade, tomando o protagonismo de suas lutas a fim de garantir sua plena existência é a única saída e um grande desafio para os movimentos LGBTI+, especialmente em face do avanço do neofascismo e neoconservadorismo, que têm usado como principal bandeira o ataque a todo pensamento e modo de vida que seja crítico ao que impõem como “normalidade”. Prova disso é que no último pleito eleitoral para presidência da república, em 2018, 77,7% dos planos de governo das candidaturas apresentavam uma agenda positiva para a população LGBTI+ (além de haver setores específicos para estas demandas dentro dos partidos, o que demonstra um avanço significativo), contudo, um dos planos que mais apresentou um discurso e agenda reacionária e discriminatória saiu vitorioso (FEITOSA, 2018).

Frente ao reacionarismo, com um Congresso Nacional formado por uma maioria composta por representantes de uma política de ataque aos direitos humanos e de violação da diversidade, muitas candidaturas de pessoas LGBTI+ ganharam força nas eleições municipais de 2020, elegendo 89 vereadoras e vereadores em 69 cidades, em comparação com 38 representantes eleito(a)s em 2016. Contudo, este número equivale a apenas 0,15% do total de vereadore(a)s do país, além disso, vale salientar que nem todas estas candidaturas estão comprometidas organicamente com as demandas do movimento LGBTI+ (ANÍBAL, 2020). Portanto, o de-

safio de uma maior inserção desta comunidade no campo político institucional, diversificando estes espaços e protagonizando suas lutas também na política representativa para a garantia de direitos, ainda está posto.

Em consequência de uma baixa representatividade nos espaços legislativos e diante do forte conservadorismo nesta esfera, as conquistas mais importantes em termos de legislação para a comunidade LGBTI+ no Brasil são resultados da judicialização dos direitos. Exemplo disso é o que aconteceu em junho de 2019, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, onde se reconheceu o descaso do legislativo diante das demandas da população LGBTI+ e se obtiveram votos suficientes para a criminalização da homotransfobia, equiparando esta forma de violência ao crime de racismo.

O voto do relator, Ministro Celso de Mello, já inicia com uma defesa dos direitos das “minorias”³ e uma crítica à atual política, que, em suas palavras, atenta contra os direitos e liberdades fundamentais. O decano chamou de “preconceituosa indiferença” e de “situação de inércia abusiva ou irrazoável” aquilo que o legislativo tem feito em relação a esta pauta e enfatiza que os diversos sujeitos inseridos na sigla LGBTI+ têm em comum o fato de estarem em uma situação de extrema violência e vulnerabilidade, diante do que chama de “práticas discriminatórias”. Em seu voto, que contém 155 páginas, o ministro contextualiza sexo e gênero diferenciando-os e, posteriormente, analisa o discurso de ódio e a discriminação e como estes se construíram historicamente, além

[3]. Apontamos aqui um problema no uso do termo “minorias” no sentido de que este não contribui efetivamente para enfrentar as formas opressivas vivenciadas, dentre outros, por mulheres e população LGBTI+. Além de não refletir de forma precisa em termos quantitativos, posto que, as mulheres, por exemplo, não podem ser consideradas numericamente enquanto minoria, do ponto de vista teórico-político, ao tratar de “minorias sociais”, o uso do termo acaba induzindo à desconsideração das relações sociais, como se os grupos incluídos no ideário de “minorias” fossem responsáveis diretamente pelas violações vivenciadas.

de apresentar dados estatísticos acerca da violência LGBTifóbica. Por fim, acaba dando seu voto favorável enfatizando que o STF:

não tolera a prepotência dos governantes, não admite os excessos e abusos que emanam de qualquer esfera dos poderes. Esta Corte Suprema não se curva a pressões de grupos sociais majoritários que buscam impor exclusões e negar direitos a grupos vulneráveis e isso significa portanto reconhecer que a prática da jurisdição constitucional quando provocadas por aqueles atingidos pelo arbítrio, pela violência, pelo preconceito, pela discriminação e pelo abuso não pode ser considerado, ao contrário do que muitos erroneamente supõem e afirmam, um gesto de indevida interferência da Suprema Corte na esfera orgânica dos demais poderes da República (BRASIL, 2019, p. 150-151).

Desse modo, por 8 votos a 3, foi decidido que, enquanto o Congresso não editasse uma lei específica, o crime de homotransfobia seria definido na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, equiparando este crime com o crime de racismo, pois a suprema corte compreendeu que o racismo não se trata apenas de discriminação por traços fenotípicos, mas assim como a homotransfobia, trata-se de uma questão de exclusão por motivos ideológicos e históricos, vulnerabilizando um grupo não hegemônico, que acaba sendo marginalizado e tendo direitos fundamentais negados (BRASIL, 2019).

Além da criminalização da homotransfobia, o poder judiciário foi responsável por garantir direitos que, segundo dados fornecidos pela organização ILGA World⁴, coloca o Brasil numa posição de destaque em relação à ampla proteção da comunidade LGBTI+. Além da decisão anteriormente citada, foram garanti-

[4]. Relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA World)–Homofobia de estado: Atualização do panorama global de legislação. Dezembro de 2020.

dos via Superior Tribunal Federal: a proibição de terapias de conversão, chamadas de “cura gay”, que promovem a patologização de práticas homoafetivas, já proibidas pelo Conselho Federal de Psicologia (2020); a anulação de diversas leis discriminatórias de municípios que versavam sobre “proibição do ensino de ideologia de gênero”, fruto de movimentos fundamentalistas religiosos e seu(a)s representantes legislativo(a)s (2020); a garantia da adoção por casais homoafetivos (2010 e 2015); o reconhecimento da união estável (2011); a inconstitucionalidade dos termos “pederastia” e “homossexual ou não”, do Código Penal Militar (2015) (ILGA, 2020).

Apesar de todos esses avanços, o fato de as maiores conquistas terem sido fruto da judicialização, denuncia a inação do legislativo diante do cumprimento de sua obrigação em suprir essa importante lacuna, havendo pontualmente algumas iniciativas de governos e estados, como por exemplo a Lei Nº 7.309, de 10 de janeiro de 2003 do Estado da Paraíba, que proíbe a discriminação baseada na orientação sexual em locais públicos e privados.

A conjuntura política atual demonstra que ainda há uma forte resistência por parte da sociedade em exercer aquilo que se configura enquanto o “princípio da igualdade formal”, reconhecendo que o que está imbricado enquanto igualdade na Constituição deveria se aplicar a todo(a)s sem distinção, onde qualquer tratamento embasado em preconceito e discriminação, por não possuir qualquer fundamento científico racional, deve ser considerado inconstitucional (RIOS, 2003). A garantia da igualdade, nesse sentido, passa pela constatação de que a discriminação é uma violência não apenas ao indivíduo ou grupo social, mas a um princípio constitucional, cabendo ao legislador(a) trabalhar no sentido de inibir qualquer violência contra estes princípios que tem, por obrigação, resguardar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrevemos este artigo em um contexto de pandemia – Covid-19 e em face da implementação, no governo federal, do programa político da direita ultra conservadora e reacionária, que tem sido responsável por aprofundar, nas particularidades do Brasil, projeto de inspiração ultra neoliberal e abertamente violador da diversidade humana. Tempos difíceis de negação da ciência e do papel do conhecimento como fonte para decifrar os graves problemas, sejam sanitários, econômicos, socioculturais ou das implicações do conservadorismo na vida concreta dos indivíduos.

Trata-se de uma realidade absurdamente caótica. Milhares de vidas ceifadas em face das escolhas políticas governamentais, que se orientam pela total rejeição da vida em face dos ditames do mercado. Ademais, temos um Congresso Nacional que se caracteriza pela representação dos segmentos reacionários da burguesia, que defendem a um só tempo: agenda de contrarreformas; concepção de família tradicional e completamente avessa à diversidade e um conjunto de retrocessos na legislação social, que incidem no direito à cultura, à educação, à saúde e às diversidades de orientação sexual e de identidade de gênero.

Em 2016, antes da aprovação do golpe jurídico-parlamentar-midiático em que um colégio de 81 senadore(a)s violentaram o já debilitado Estado de direito e a decisão do voto popular com a aprovação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, reflexões desenvolvidas no âmbito dos estudos e da militância na área dos direitos humanos e sobre os direitos da população LGBTI+, chamavam atenção para a insuficiência das medidas encaminhadas pelo governo federal na defesa da diversidade sexual e da identidade de gênero.

Denunciavam, também, o caráter ultraconservador do Congresso Nacional e a reedição dos velhos pactos de abandono das

pautas feministas e LGBTI+ no executivo federal e no parlamento em troca de apoio político dos segmentos conservadores e fundamentalistas. Prevalecia o entendimento de que embora tivesse ocorrido ganhos como assinalamos anteriormente, especialmente no ambiente do judiciário, as lutas sociais da classe trabalhadora por direitos e em defesa da diversidade não podiam silenciar. Identificamos ali a necessidade histórica de elaboração de estratégias ainda mais potentes para enfrentar a violência e a violação dos direitos de LGBTI+. O clamor pelo enraizamento da agenda da diversidade no contexto da luta de classes não é algo recente e foi se tornando mais necessário mediante o entendimento da imbricação das relações sociais de classe, raça e sexo (sexualidades) nas particularidades da realidade brasileira. Com seu histórico colonial-escravista e sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, o Brasil se tornou referência no processo de superexploração da classe trabalhadora e, também, de reprodução da violência sexista, racista e LGBTIfóbicas, destacando-se assassinatos de pessoas transexuais e travestis.

Quando, portanto, afirmamos a insuficiência das conquistas legais, não se trata de desvalorizá-las, especialmente em um quadro ultraconservador e ultraliberal como o que está em curso, mas de reconhecer o campo minado do Estado de direito e sua defesa da igualdade de oportunidade⁵ no centro da crise estrutural do capital. Trata-se do processo tão bem analisado por Mészáros (2008) da ilusão jurídica.

[...] a ilusão jurídica é uma ilusão não porque afirma o impacto das ideias legais sobre os processos materiais, mas porque o faz ignorando as mediações materiais necessárias que tornam esse impacto totalmente possível. As leis não emanam

[5]. Para a crítica da igualdade de oportunidade, cf. SANTOS (2010).

simplesmente da vontade livre dos indivíduos, mas do processo total da vida e das realidades institucionais do desenvolvimento social-dinâmico, dos quais as determinações volitivas dos indivíduos são parte integrante (MÈSZÁROS, 2008, p. 163).

As contradições, felizmente, integram nossos fundamentos teórico e ético-políticos de apreensão e análise da realidade e é pela força contraditória que identificamos que as agendas em defesa da diversidade humana, sexual e de identidade de gênero, feminista e antirracista tem movimentado variados sujeitos políticos. A classe trabalhadora é diversa, os indivíduos são diversos e as lutas sociais serão potentes quanto mais forem capazes de interagir com a realidade concreta das relações sociais que estruturam a vida e a fazem tão sem sentido no mundo do capital.

REFERÊNCIAS

ANÍBAL, Felipe. Arco-íris na urna. In: Revista Piauí. São Paulo, 23 de nov. de 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/arco-iris-na-urna/>. Acesso em 25 mar 2021.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade 26/DF. DF: 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/tesesADO26.pdf>. Acesso em 25/03/ 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem homofobia: programa de combate

à violência e a discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. Voto do Ministro Celso de Mello para Ação Direta de Inconstitucionalidade 26/DF. Plenário, 20/02/2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/leia-voto-ministro-celso-mello2.pdf>. Acesso em 03/032021.

CISLAGHI, Juliana Fiuza & DEMIER, Felipe (Orgs). O Neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara dos. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2018.

CHAUÍ, Marilena. Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro. Org. André Rocha, Belo Horizonte, Autêntica Editora, São Paulo, Perseu Abramo, 2013.

CHAUÍ, Marilena. Sobre a violência. In. ITOKAZU, Erika Marie. CHAUÍ_BERLINK, Luciana (Orgs). Belo Horizonte, Autêntica, 2017.

COSTA, Gilmaisa Macedo. Indivíduo e sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács. Maceió: EDUFAL, 2007.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: uma análise do Brasil Sem Homofobia. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, SP, 2011.

DERBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.

DAVIS, Angela. Mulher, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEITOSA, Cleyton. A cidadania LGBT nas candidaturas à presidência da república do Brasil em 2018. Revista brasileira de estudos da homocultura. Vol.01, N.04, Out. -Dez., 2018.

IANNI, Octávio. A ideia de Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ILGA World. Homofobia de Estado 2020: Actualización del Panorama Global de la Legislación. Genebra: ILGA, 2020.

IRINEU, Bruna. A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos estudos – CEBRAP, n. 86. São Paulo, Mar. 2010.

MÈSZÁROS, István. Marxismo e direitos humanos. In: Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: BOITEMPO, 2008.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador, Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas–Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 27 nov. 2010.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na perspectiva dos Direitos Humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). Diversidade Sexual na escola: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

RIOS, Raupp; PIOVESAN, Flávia. A discriminação por gênero e por orientação sexual. Seminário Internacional – As Minorias e o Direito. Série Cadernos do CEJ, v. 24. Brasília: CJE, 2003.

SANTOS, Silvana M. M. Política Social e diversidade humana: crítica à noção de igualdade de oportunidade. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. Capitalismo em crise: política social e direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, Silvana M. M. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. In: Revista Trabalho Necessário v.17, n.32. 2019. <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28303/16434> Acesso em 03/03/2021.

PARTE III

.....

NORDESTE E A QUESTÃO REGIONAL

.....

CAPÍTULO IX

.....

“Nordestino Sim, Nordeste Não”¹: questão regional, lutas de classes e resistências populares no Nordeste brasileiro

.....

Evelyne Medeiros Pereira
Maria Cristina de Queiroz Nobre
Maria Lúcia Duriguetto

INTRODUÇÃO

Dentre as exigências do tempo presente, revelar o que há de velho no novo torna-se uma necessidade urgente. Os sinais dessa captura, muito embora parcial, do presente pelo passado são expressos nas permanentes iniciativas *dos de cima*- e de sua aversão às mudanças sociais—em aniquilar toda e qualquer possibilidade *dos de baixo* participarem ativamente dos rumos de uma nação interrompida do ponto de vista dos interesses das classes trabalhadoras no Brasil. Essa trajetória, parte da constituição histórica da nossa *formação social*, tem a questão regional, ontem e hoje, como peça central em sua engrenagem,

[1]. Título do poema de Patativa do Assaré (1909-2002). Cf. CARVALHO, Gilmar (org.) *Patativa do Assaré, Antologia poética*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

fazendo do Nordeste uma região com papel decisivo, na relação com as demais, para o avanço e a manutenção do desenvolvimento desigual *inter-regional*. Não à toa, diante do contexto atual, a questão regional tende a tomar um novo fôlego e, mais uma vez, o capital parece “reconquistar o Nordeste” de forma ampla.

Assim como o retrato apresentado por Octávio Ianni em *A ditadura do grande capital* (1981), frente ao Golpe Militar e seus desdobramentos na década de 1970, o empobrecimento da população trabalhadora, expresso particularmente no Nordeste, caminha junto à extração da *mais-valia extraordinária*, ao passo em que se consolida a *nova* divisão regional do trabalho e o capitalismo monopolista no território nacional. Daí a necessidade de reforçar a concepção de “região-problema”, tendo em vista que se trata também da dimensão política que compõe essa questão que, assim como a questão social, não diz respeito apenas às desigualdades sociais, mas também a um conjunto de resistências dos sujeitos em luta.

Diante disso, este texto propõe retomar alguns dos fundamentos da formação social brasileira, da questão social e de sua dimensão regional, priorizando como expressões desse processo as experiências de resistências e organização política das/os trabalhadoras/es intermediadas pelos movimentos de alfabetização, educação e cultura popular no período que antecede o Golpe Militar. Isto com o intuito de extrairmos daí lições para o nosso tempo histórico, atentando para as devidas mediações e ponderações frente às novidades de um presente que, por outro lado, não deixa de recompor, mesmo sob outras circunstâncias, a questão regional como questão nacional no capitalismo dependente brasileiro. Aí, certamente, o Nordeste não adquire uma importância menor.

O NORDESTE NA DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL INTER-REGIONAL

Algumas décadas antes do período que aqui priorizamos para tratar as experiências de lutas e organização popular no Nordeste, José Lins do Rego ([1932] 2012) descrevia, através do romance *Menino de Engenho*, a passagem do engenho para a grande usina. Junto a isto, as transformações nas relações cotidianas, no trabalho, na configuração do espaço e nas expectativas das/os trabalhadoras/es frente ao tão sonhado *desenvolvimento* diante do súbito crescimento econômico via industrialização. Esta associada diretamente a maiores oportunidades para aqueles/as que carregavam consigo um desejo ou, nas palavras de Raquel de Queiroz ([1930] 1937, s/p) em *O Quinze*, “uma vontade obscura e incerta de ascender, de voar! [...], [de] penetrar num vasto campo luminoso onde tudo fosse beleza, e harmonia, e sossego [...]. Mas o cansaço [...] amolentava. Recordando a labuta do dia [...] da eterna luta com o sol, com a fome, com a natureza.”.

Os romances retratam um período onde, de fato, o crescimento econômico industrial trouxe consigo enorme possibilidade de mudanças na sociedade e, efetivamente, operou-as, ao menos em parte ou nos limites possíveis da nossa modernização dependente. “Ora, entre os anos 1939 e 1969, a participação do produto do [setor] Secundário no produto líquido passa de 19% para quase 30%, enquanto a força de trabalho no setor vai de 10% a 18%.” (OLIVEIRA, 2013, p.55). Tratava-se do processo impulsionador da socialização do trabalho pelo capitalismo que, para Lênin ([1899] 1982, p.375), se manifesta através de mudanças não apenas na natureza do trabalho, mas na própria “estatura moral da população”. Afinal, a natureza desigual da economia, a transformação

dos métodos de produção, a “enorme concentração da produção, o deprecimento de todas as formas de dependência pessoal e de patriarcalismo [...], a mobilidade da população, a influência dos grandes centros industriais – tudo isso só pode levar à mudança profunda do caráter mesmo dos produtores [...]”. Contudo, a história demonstra que esse processo é limitado pelo próprio desenvolvimento capitalista que combina patriarcado e colonialismo com as mais sofisticadas formas de produção da vida em sociedade, particularmente em sociedades dependentes como a nossa. (PEREIRA, 2018).

Assim, por um lado, podemos estabelecer todo sentido entre as palavras de Lênin (1982) e as transformações sofridas no Brasil desde a metade do último século até hoje, especialmente em regiões com maior peso do “atraso” como o Nordeste, fazendo, por exemplo, com que, através de políticas sociais, mesmo que ainda limitadas, parte de uma geração tenha mais expectativas para o futuro, rompendo, mesmo que parcialmente, com um cotidiano pautado unicamente pelos ciclos interrompidos de estudos, trabalho precoce, falta de água etc. Não à toa tais iniciativas, por mais modestas e insuficientes que sejam para a promoção de mudanças reais e estruturais no âmbito da questão regional e do papel do Nordeste no capitalismo brasileiro, são interrompidas sempre quando há alguma ameaça no deslocamento do padrão de dominação autocrático burguês, sufocando o pouco fôlego progressista ainda existente entre os setores liberais. Em outras palavras, “aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. [...] Em suma, o capitalismo brasileiro [...] contribuiu para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada.” (COUTINHO, 2011, p.144). Daí a relação orgânica entre nossa “originalidade” e a própria forma

com que a *lei do valor* opera no mercado mundial via desenvolvimento desigual e combinado.

No fim das contas, de acordo com Martins (1994, p.53), “é a modalidade de crescimento econômico o que, na verdade, bloqueia o desenvolvimento social e político da sociedade brasileira”, necessário para uma vida *autêntica e humana*. Por isso, aquela expectativa refletida nas personagens da obra de Rego (2012), diante da chegada da usina, apresenta uma íntima relação com as possibilidades de frustração dessas mesmas personagens em meio ao nascente cenário do capitalismo tardio.

O povo pobre reclamava a vida. Tivera que botar para fora muita gente viciada com os tempos do velho José Paulino. Queriam ficar na propriedade, desfrutar as terras e fugir das obrigações. [...] Em bangüê podia ser, mas usina não podia mais agüentar morador com regalias. A terra era pouco para cana. [...] Do contrário teria que estragar o seu trabalho se fosse amolecer o coração. Havia muita diferença dum coração de senhor de engenho para um coração de usineiro. Em Recife, quando se encontrava com os colegas, eles só falavam de grandeza, de compras de engenho, de zona, de fornecedores. Conversa de usineiro era de um tom diferente. (REGO, 2012, p. 214-215).

Guardadas as devidas proporções em relação ao romance, é possível entender que, quando se fala em “fugir das obrigações” e no “morador com regalias” referindo-se ao/a trabalhador/a que transita de relações típicas do engenho, regidas pela dependência pessoal, àquelas industriais, orientadas pela complexificação da divisão social do trabalho, na verdade ilustram os recursos ideológicos das classes dominantes necessários para legitimar a “nova era”, o novo ritmo e as novas relações de trabalho exigidas pela in-

dústria. Estas contêm uma dimensão progressista, porém, sufocada pelos próprios mecanismos que tornaram viável a ascensão e consolidação desse modo de produção no Brasil.

Nessa nova dinâmica, “não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência” (MARX, [1867] 1984, p.209). Dessa maneira, a frustração sobre a qual falamos em relação aos personagens da referida literatura, agora presentes fortemente na vida real, torna-se regra, não exceção. Por isso, Florestan Fernandes ([1968] 2008) deu tanta ênfase a um segmento social continuamente presente durante todo o processo de modernização capitalista no Brasil, incidindo decisivamente na configuração de suas classes subalternas. Referimo-nos aos *condenados do sistema*, expressão também do desenvolvimento desigual inter-regional.

No Brasil, “a liberdade de ser desigual, ao invés da clássica concepção que associou liberdade e igualdade”, segundo Martins (1994, p.78), imperou de forma muito precisa. Essa característica universal ao capitalismo, aprofundada e particularizada em sociedades dependentes, revela o caráter integrador e ao mesmo tempo desintegrador de regiões nesse sistema. Por isso, nas palavras do próprio Florestan (2008, p.61), olhando para o Brasil, “estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global. Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas arcaicas não é uma função secundária e suplementar.” Isso significa que a dinâmica de industrialização avançou no Brasil utilizando-se permanentemente de técnicas de formação de excedente econômico que, em outras realidades, foram (ou/e são) exploradas apenas temporariamente. Tais

mecanismos “convertem-se em formas normais do ajustamento econômico às exigências da situação histórico-social” (FERNANDES, 2008, p.74), sendo sustentados e legitimados por uma organização social e política que inviabiliza a realização de uma revolução democrático-burguesa. Assim, de acordo com Coutinho (2011, p.143), “a nossa burguesia jamais chegou a tentar a criação do *citoyen* [...] ou da comunidade humana autêntica (na qual os interesses individuais e os interesses coletivos formam uma totalidade orgânica)”.

Isso nos põe a necessidade de impetrar a dimensão política para o nosso diálogo, entendendo que sob as relações sociais que constituem o capital e a exploração do trabalho opera a luta de classes, a relação “das forças dos combatentes.” (MANDEL, 1982, p.105). Tal vinculação, contudo, “não é uma grandeza matemática, suscetível de cálculo a priori. Quando se altera o equilíbrio do velho regime, a nova relação de forças só se pode estabelecer como resultado de sua computação recíproca na luta.” (TROTSKY, 1977, p.190).

E é nesse alargamento das contradições de classe que a história do capitalismo brasileiro tem se constituído, nos termos de Sodré (1980, p.154), avançando devagar, aproveitando as “brechas para avanços mais rápidos”, compondo “com as relações políticas mais atrasadas e as econômicas que as asseguram, manobra, recua, compõe-se”. Nesse ambiente, gera-se uma burguesia que “prefere transigir a lutar [...] que não ousa apoiar-se nas forças populares senão episodicamente, que sente a pressão do imperialismo, mas receia enfrentá-lo, pois receia mais a pressão proletária.”. Há o recurso ao reforço do *favor* como importante mediação nas relações sociais, recompondo capitalisticamente os vínculos de dependência pessoal.

Conforma-se a hegemonia burguesa, de acordo com Coutinho (2011, p.43), tendo como base um “modo de relacionamento autoritário (mesmo quando paternalista) e antiliberal. É essa

dialética de adequação e inadequação que [...] altera-se com a passagem [da subordinação formal] a subordinação real” do trabalho ao capital. Eis um solo fértil para edificar uma democracia pautada pela restrição – “[...] de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, [1975] 2006, p.249)–e pelo predomínio do binômio autoritarismo e assistencialismo que interdita, e tenta a todo custo invalidar, o papel mais diretivo das classes subalternas nos processos e momentos decisórios do país.

O caminho priorizado por parte dos setores burgueses no Brasil, para Fernandes (2006, p.250), foi o da *contrarrevolução prolongada*, consagrando esta classe como uma “uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária.” Tudo isso, nas palavras de Coutinho (2008, p.111), criou “este fato anômalo de que o Brasil foi um Estado antes de ser uma nação”, o que nos dá pistas para entendermos a razão de o capitalismo brasileiro não viabilizar–muito menos abrir margem para que se viabilize -, até os nossos dias, reformas sociais clássicas, de teor democrático e popular, tal como a reforma agrária.

Esse processo demanda algo central, base da modernização brasileira: a *refuncionalização do atraso*, pesando distintamente em cada região, especialmente no Nordeste que, combinado desigualmente às demais regiões, compõe uma verdadeira reserva da *superpopulação relativa* no país, garantindo o baixo custo da força de trabalho, mesmo com o aumento da produtividade. Como desdobramento, as migrações por necessidade atravessaram fortemente não apenas os enredos dos romances da literatura nacional, mas a vida real de milhões de mulheres e homens do Nordeste.

Iam para o desconhecido, para um barracão de emigrantes, para uma escravidão de colonos...
Iam para o destino, que os chamara de tão longe,

das terras secas e fulvas de Quixadá, e os trouxera entre a fome e mortes, e angústias infinitas, para os conduzir agora, por cima da água do mar, às terras longínquas onde sempre há farinha e sempre há inverno... (QUEIROZ, 1937, s/p).

Trata-se de uma tendência que marcará o século XX até os nossos dias, mesmo diante das muitas mudanças mais recentes. Referimo-nos às migrações inter-regionais, necessárias para a expansão capitalista no país e a configuração de uma (nova) divisão regional do trabalho, que opera continuamente processos de *acumulação primitiva*, fazendo, por exemplo, do fenômeno da seca algo com determinações muito além das condições naturais e ecológicas, mas, junto ao adensamento da questão agrária (em plena conexão com a nascente questão urbana), um verdadeiro motor das migrações, recompondo o papel da região Nordeste para a *nova* engrenagem capitalista.

Na verdade, de acordo com Francisco de Oliveira (1981), esse cenário da primeira metade do século XX expressa dois lados da mesma moeda, ou seja, dois importantes aspectos do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil, quais sejam: primeiro, a coexistência de regiões tão distintas sem que sejam *formações sociais singulares*; segundo, a necessária atualização da relação moderno-arcaico. Esse contexto adensará a interdependência regional como também o aprofundamento da questão agrária no Nordeste em decorrência do aprofundamento da questão urbana no Sudeste. Não que essas duas dimensões da questão social não caminhem juntas internamente às próprias regiões, mas são acentuadas de forma distinta em cada território, ou seja, são interligadas a questão regional.

Há, portanto, a reprodução do movimento que impulsiona a transferência de capitais da região mais pobre para a mais rica, reproduzindo constantemente a questão regional em maior pro-

porção. Por isso, a intervenção planejada do Estado torna-se fundamental, tendo em vista que a questão social, em sua dimensão regional, é constituída e publicizada também a partir do acirramento dos conflitos de interesses antagônicos de classes.

Desse modo, torna-se necessária uma reflexão sobre a questão social no Nordeste para além do teor ideológico de “região-problema”, como argumentam as elites proprietárias em suas demandas ao Estado. A nosso ver, nas condições sócio-históricas dessa região, a questão social assenta-se no reconhecimento dos altos níveis de concentração fundiária e, de modo cíclico, é particularizada pelas secas, tal como veremos no próximo item.

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E SUAS FORMAS DE ENFRENTAMENTO

Historicamente, as secas provocaram devastação de rebanhos, inviabilizaram colheitas, geraram drástica escassez de recursos hídricos até para o consumo humano, ademais de perda de trabalho e renda, migrações e, como consequências mais evidentes, a fome extrema para boa parte da população trabalhadora dos sertões. Essa realidade só foi aliviada mais recentemente, em meados de 1990, através das políticas de assistência social previstas desde a Constituição de 1988, e tardiamente regulamentadas, somando-se às aposentadorias de trabalhadores/as do campo que lhes garantiu renda regular, não necessariamente suficiente.

De modo geral, as rendas das políticas sociais e aposentadorias, acrescidas com as geradas pelo poder público através de empregos terceirizados e do funcionalismo, criaram condições mais estáveis para manter boa parte da população em suas regiões nesses períodos devastadores das estiagens. Ainda que as migrações se mantenham, ocorrem pela própria relação entre o

urbano e rural, principalmente em direção às capitais que oferecem melhores serviços, oportunidades de emprego e formação educacional mais estruturada, principalmente de nível superior.

Também tem sido impactante para amenizar os efeitos das secas o ousado programa de cisternas para armazenamento de água, dentre outras iniciativas, que foi criado por várias organizações não governamentais (ONG's) reunidas na frente ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro, a partir de 1999. A iniciativa da sociedade civil foi depois incorporada como programa do Governo Federal, a partir das gestões do Partido dos Trabalhadores – PT, com amplo alcance na distribuição de cisternas de polietileno através de grandes empresas. Isto ocorreu ainda que relativizando a proposta inicial daquelas ONG's que previam trabalho e renda no envolvimento direto dos/as trabalhadores/as rurais na construção das cisternas de placas. Registre-se ainda, na perspectiva de suprir o Nordeste com melhores condições hídricas, a polêmica transposição do Rio São Francisco, cujos resultados iniciais estão voltados às demandas do agronegócio, ademais de seus impactos ecológicos e sociais em comunidades rurais.

Em seu conjunto, tais políticas e programas têm amenizado a situação drástica da falta de água para consumo humano e da própria fome, estando muito longe de prover a região de condições estruturais no convívio com às secas, já que os latifúndios permanecem intocados e potencializados pelas políticas hídricas. Portanto, a concentração fundiária continua, sem dúvida, a causa fundante da extrema desigualdade da região, ainda que agravada pelas estiagens periódicas e, em parte, associada ao desenvolvimento industrial tardio e concentrado em sub-regiões, como já referido.

Os níveis desiguais de distribuição da propriedade rural, para além do condicionante histórico, resultam também de ações autoritárias e excludentes nas últimas décadas, a exemplo das políticas

de desenvolvimento econômico para a região durante a Ditadura civil-militar (1964-1986). Nesse período, adotou-se amplamente os mecanismos de financiamento indireto da terra via isenções fiscais para empresas e proprietários rurais. Essa foi condição singular para legitimar o regime ditatorial em aliança e reforço dos velhos coronéis, chefes políticos locais cujo poder se assenta no controle da população rural pelo autoritarismo em conjunção com o paternalismo. Por sua vez, outros sujeitos políticos também se beneficiaram da “generosa” ação dos militares que buscaram atrair capital para expandir, em outras bases, a pecuária e a agroindústria, a exemplo dos maiores grupos empresariais do Ceará (Macedo e Queiroz), dentre outros, que passaram a ser referências na exportação de castanha do caju (LEMENHE, 1995).

Para além da análise desse tempo histórico – fortemente marcado por lutas sociais em torno da terra, como poder-se-á ver mais adiante – é preciso avançar na relação histórica entre concentração de terra, seca e política. De fato, os recorrentes períodos de estiagem impactaram fortemente as populações rurais tornando comuns, desde fins do século XIX até meados dos anos 1990, os processos migratórios para os centros urbanos em busca de socorro público. Em geral, os governos tentavam controlar os retirantes ao isolá-los em determinados pontos das cidades, chegando a criar campos de concentração no Ceará (RIOS, 2014) e, logo tratavam de inseri-los em frentes de serviços: “Enfim, ‘o retirante, se queria comer, trabalhava, como também a mulher, a filha e o filho menor’ [...] A ajuda oficial [...] ao contrário da ‘caridade pública’, estava condicionada, pelo menos em parte, ao trabalho.” (NEVES, 2000, p.30). A própria inserção nas frentes de serviços passava pela intermediação política e essas se configuravam em relações de poder, fato registrado no clássico *A fome*, de Rodolfo Teófilo, com relatos da saga de cearenses na seca de 1877-1879:

É Simeão de Arruda, comissário distribuidor de socorros públicos, uma das personagens mais importantes desta história [...] Deve o lugar de comissário à política. É partidário exaltado, bom cabo de eleições, reúne capangas, e não há quem grite mais nos conflitos eleitorais. A sua nomeação não foi muito fácil. As vagas eram preenchidas mais de acordo com interesses da política, do que com a conveniência pública. O presidente da província tinha sempre uma lista de pretendentes a escolher (TEÓFILO, [1890] 2002, p. 158).

Ao longo dos anos as frentes de serviços serviram para calçar e remodelar cidades, especialmente as capitais do Nordeste. Nessas circunstâncias, as obras exigiam formação e disciplinamento dos/as novos/as trabalhadores/as, fazendo do trabalho um princípio básico normativo e regulatório, “ocupando as mentes e os corpos dos trabalhadores deslocados de suas terras e dispostos a tudo para alimentar a família, com uma rotina estafante e desconhecida” (NEVES *apud* CÂNDIDO, 2019, p. 14)

As obras nos sertões, tentativa de manter as multidões famintas distantes da capital e do poder público estadual, também beneficiavam os proprietários rurais com construção de açudes, estradas que melhoravam o acesso aos casarões dos chefes políticos locais e seus aliados, além de outras benfeitorias nos latifúndios. Nesse sentido, a política mais uma vez se concentrava nos interesses diretos dos proprietários rurais, reproduzindo as relações de poder ao fortalecer os “coronéis” com obras e “serviços ao seu pessoal”, o que lhes amenizava as pressões políticas diante do flagelo.

Aos que ficavam no sertão, na própria impossibilidade de seguir ou se recusando a deixar o pouco que tinham, não restavam estratégias tão diferentes do que “apelar ao poder público” e, não poucas vezes, as alternativas se traduziam em saques nos

armazéns particulares e/ou das prefeituras e outros órgãos governamentais em busca de comida. A fome também se buscava resolver através do “assalto aos trens” (NEVES, 2000), movimento que desorganizava as ações de controle dos chefes políticos e das diferentes esferas governamentais.

Por sua vez, os setores proprietários e suas representações políticas, em geral personificadas em uma mesma figura ou do mesmo agrupamento familiar, utilizaram-se da metáfora “região-problema” enquanto estratégia para demandar ações e políticas do Estado a fim de solucionar as desigualdades que resultariam supostamente ao problema seca, ao tempo em que se omitiam de enfrentar, e sequer debater, as extremas taxas de concentração fundiária, condição que a torna verdadeiro reservatório de força de trabalho com baixo preço.

Assim, as alternativas construídas quanto aos impactos das secas no Nordeste ao longo de décadas – ressaltadas algumas soluções de abastecimento hídrico nos últimos anos – indicam, de fato, movimentos que refletem a luta de classes, sobretudo em torno da disputa pela terra. Isto porque, ao atenderem às demandas das elites agrárias e urbanas com beneficiamento direto e indireto de suas propriedades, as ações do Estado reforçaram a ampla exploração da força de trabalho barata ou gratuita de sertanejos/as esfomeados/as nas frentes de serviços. Estes, por sua vez, resistiram da forma possível ao ocupar e assombrar cidades, saqueando e expondo suas figuras miseráveis ao longo das estradas, mas também aprenderam a resistir ao latifúndio com organização política. Isto pode ser exemplificado nas lutas pela terra, por trabalho e por educação. Esta última com particularidade que será apresentada no último item deste capítulo.

O temor das classes proprietárias com a “multidão em movimento”, ao expor suas mazelas em tempos de secas, adverte sobre

as condições excludentes do campo e como têm sido respondidas com formas históricas de Estado autoritário e paternalista. Assim, exige-se breve reflexão sobre o poder tradicional dos “coronéis”, mas também da permanência na política de famílias que se mantém ativas no domínio poder local, ou mesmo para além dessa esfera, o que sugere os limites da democracia no Brasil, mesmo com a regularidade eleitoral.

Historicamente, a figura do coronel se confunde com o latifúndio, resquícios da colonização portuguesa que se pautou na distribuição de amplas parcelas de terras na perspectiva de logo ocupar o território conquistado, atribuindo aos donatários poderes políticos e militares. Da *plantation* ao engenho, a vida política e social se organizava no complexo “Casa Grande e Senzala” (FREIRE, 2006). Nesta ordem, o centro do poder era o “coronel”, cuja patente lhes fora conferida pela Guarda Nacional, criada em 1831, para “coroar” um *status* de poder que se realizava a partir da propriedade de terra e escravos, bem como no domínio sobre familiares e agregados e que se estendia pelas comunidades circunvizinhas.

Essa ordem tradicional – personificada no poder de mando do proprietário rural e na dependência como compromisso moral por ter “direito de trabalhar e morar” em suas terras (BARREIRA, 1992) – esteve assentada em certa distribuição de poder entre o local e o nacional (FAORO, 2001) e vai se estender no Nordeste até meados dos anos 1950. Nesse momento, as relações capitalistas avançam em conjunção com o latifúndio transmutado em agro-negócio e as atividades industriais, como já referido, alterando significativamente as formas de exercício do poder. Este, coroado por processos eleitorais mesmo em tempos autoritários, passa a ter a intermediação do “cabo eleitoral” na conquista e compra de votos; ademais de novos mediadores nos conflitos rurais: “Igreja,

os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e o próprio Estado” (BARREIRA, 1992, p.12).

As novas condições políticas seguem preservando forte dependência de lideranças e clãs políticos familiares, em geral a expressão econômica nos municípios ou em decorrência de certo prestígio de alguns de seus membros devido à determinadas atividades profissionais (médico, advogado, dentre outros), ademais do próprio exercício anterior do poder político de alguns de seus membros. O curioso é como esses laços de prestígios, comumente alimentados pela intermediação de favor durante o exercício de mandatos políticos ou mesmo profissionais, podem seguir se irradiando e se estendendo a outros membros do clã político familiar (NOBRE, 2019). O desafio de transformar o presente segue na exigência de entender as formas de domínio político das classes proprietárias, mas também no resgate de experiências de resistência populares na perspectiva de subversão da ordem econômica, política e cultural. Nesta direção, trazemos em evidência alguns expressivos movimentos e organizações erigidos na região na conjuntura dos ventos progressistas dos primeiros anos da década de 1960.

EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIAS E ORGANIZAÇÃO POPULAR NO NORDESTE: OS MOVIMENTOS DE ALFABETIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR PRÉ-GOLPE MILITAR DE 1964

Nos anos 1960-1964, como parte da ampla mobilização popular pela implementação das chamadas “reformas de base” postas pelo governo de João Goulart, movimentos de alfabetização de adultos, cultura e educação popular se espalharam pelo país. O Nordeste se destaca, nestes anos, como “uma das regiões politicamente mais efervescentes”, o que explica por nela se dar a con-

centração desses movimentos Bezerra e Rios (2004, p.13). Nesta direção, nos ateremos no Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em Recife, em 1960; no Movimento de Educação de Base (MEB), desenvolvido no Nordeste e em vários outros estados a partir de 1961; nas Campanhas de alfabetização e educação popular “De pé no chão também se aprende a ler”, formulada em Natal, também em 1961; e a de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), criada em João Pessoa, em 1962². A riqueza das ideias-força destes movimentos, pela natureza deste texto, será posta por observações pontuais, nas quais, seguindo os ensinamentos de Walter Benjamin, serão evidenciadas algumas das suas práticas educativo-políticas que procuraram tecer os processos históricos a contrapelo, prospectivando projetos societários que orbitavam entre o programa das “reformas de base” à construção de uma ordem social anticapitalista³.

Fávero (2013, p. 49) ressalta, como elementos de impulso destes movimentos, o contexto conjuntural da composição do poder na esfera federal e, no campo da programática do governo federal das “reformas de base”, a centralidade da educação, que se expressou em linhas de financiamento que favoreceram um campo de experimentações educativo-culturais e, nas esferas municipais e estaduais, *especialmente no Nordeste*, à eleição de governantes eleitos por “frentes políticas” compostas por forças

[2]. Cabe também destaque, os Centros Populares de Cultura (CPCs), que se proliferaram a partir da União Nacional dos Estudantes (UNE), a partir de 1961. A proposta dos centros era construir uma cultura “nacional, popular e democrática” como instrumentos de formação da consciência política operária e estudantil por meio de conteúdos sociais e políticos tratados no teatro de rua, música, cinema, entre outros. Alguns CPCs estaduais criaram núcleos de alfabetização de adultos em sindicatos, igrejas e salões comunitários. Em 1963, integrantes dos CPCs passaram a integrar o Programa Nacional de Alfabetização dirigido por Paulo Freire.

[3]. Não obstante suas especificidades e particularidades ideológicas, estes movimentos/organizações convergiam na percepção da centralidade das práticas educativas para o alargamento dos contingentes eleitorais (a região nordeste concentrava 59,8% de analfabetos e estes estavam constitucionalmente impedidos de votar), o que poderia mudar o sistema político e avançar na construção de uma nova ordem social ou de uma menos injusta.

populares e democráticas, que se comprometeram com a alfabetização de adultos. Nestes movimentos, foi protagônica a participação do movimento estudantil – mediados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) – e suas militâncias na Juventude Universidade Católica (JUC) e, posteriormente, na Ação popular (AP); no Partido Comunista (PCB), bem como a participação de intelectuais e artistas. O conjunto destes elementos despertava, nas frações das classes dominantes, temores de possível gestação de uma “segunda Cuba” no Nordeste brasileiro (SCHWARZ, 2005; BEISIEGEL, 2013).

A criação do MCP se deu na gestão de Miguel Arraes na prefeitura do Recife e de seu empenho na elaboração de um plano municipal de educação, para o qual convidou um grupo de intelectuais, entre os quais educadores/as e católicos/as progressistas, além do artista plástico e militante comunista Abelardo da Hora. É deste empenho que surge oficialmente o MCP em maio de 1960, se constituindo como entidade civil, mas também exercendo funções de Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nas quais atuou na educação fundamental e na alfabetização de adultos e no fomento de ações culturais diversas. Nestas, os/as vários/as artistas, pesquisadores/as, estudantes secundaristas e universitários/as que nele atuaram⁴ buscavam a valorização da cultura popular por meio de suas expressões nas artes plásticas, artesanato, cinema, música, teatro, folclore, entre outras⁵. Nestas ações e projetos, o

[4]. Para visibilizar o MCP no meio universitário, foi organizado, em maio 16 a 21 de maio de 1960, a Semana Universitária de Cultura Popular, organizada pelas Faculdades de Filosofia de Pernambuco e de Recife, a Universidade Católica de Pernambuco, a Escola de Serviço Social, a Escola de Engenharia de Pernambuco, os diretórios acadêmicos e a Prefeitura Municipal do Recife. O seu encerramento aconteceu no Sítio da Trindade quando foi instalado, oficialmente, o MCP. Barbosa (2007, p. 75-76).

[5]. Eram desenvolvidas ações para fomentar e induzir na comunidade uma apreciação crítica da realidade social por meio das Praças de Cultura (que abrigavam bibliotecas, apresentações teatrais, cineclube – com debates dos filmes). Estudantes universitários/as atuavam como Técnicos/as de Educação nas Praças e eram capacitados pelo método chamado “Treinamento Mental”, desenvolvido pelo movimento *Peuple et Culture*, na

MCP desenvolvia um trabalho político-pedagógico voltado para a promoção e a expressão de uma cultura nacional-popular “autêntica” das classes populares, e neste movimento, que se inseria o processo educativo. O escopo era fomentar e induzir ações de elevação do nível cultural das classes subalternas, de conscientização e de leitura crítica da realidade⁶. Foi no âmbito do MCP que se gestaram os esforços de construção de uma unidade nacional⁷ das experiências em desenvolvimento de educação e cultura popular, com a realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em 1963⁸.

França. Barbosa (2017, p.146). Outras ações foram realizadas, como a criação do Centro de Artes Plásticas e Artesanato (em que diferentes cursos eram promovidos); a Galeria de Arte, em que os/as artistas expunham seus trabalhos; o circo, que foi um projeto de Ariano Suassuna, que se estendia pelos interiores, passando para as crianças, através de estórias e brincadeiras, conhecimentos e noções de higiene e saúde; o Serviço de Radiodifusão da Cultura Popular, em que se fornecia informações culturais e científicas acessíveis à compreensão popular (LIANA COELHO, 2006, apud BARBOSA, 2017, p.140-142) e Memorial do MCP (1986 apud BARBOSA, 2017, p.138).

[6]. Esta perspectiva implicou em uma decisiva inovação da prática de alfabetização de adultos, que fez o MCP um pioneiro na criação das cartilhas de alfabetização com o Livro de Leitura para Adultos elaborado, em 1962, por Josina de Godoy e Norma Coelho, a partir da cartilha de Cuba. Pela primeira vez reuniram-se, num texto de primeiras leituras, um conjunto de palavras às quais se associava uma mensagem política. A cartilha era debatida por meios das escolas radiofônicas e contatos presenciais promovidos pelos/as monitores/as universitários/as. Em 1963, o MCP, no auge da sua vitalidade, já reunia em Recife 201 escolas, 19.646 alunos/as de diferentes faixas etárias, uma rede de escolas radiofônicas com 452 professores/as e 174 monitores/as. Barbosa (2017, p. 84-88; 154-156); Gomes (2020).

[7]. A inspiração das experiências do MCP já era evidenciada nas práticas de alguns Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE que, no Nordeste, se desenvolveram na Bahia e do Rio Grande do Norte. (ABELARDO DA HORA, 2006 apud BARBOSA, 2007, p.77). Outros estados, a partir do conhecimento da estrutura e funcionamento do MCP, também fizeram trabalho semelhante, como no Rio Grande do Norte e na Paraíba. E um destaque central do MCP é que nele se realizaram as primeiras experiências do sistema/método de alfabetização e conscientização de Paulo Freire, quando coordenava o projeto de Educação de Adultos do movimento (e do qual se desligou, em 1963) e, que foram sistematizadas quando coordenava o Serviço de Extensão Cultural (SEC), da então Universidade do Recife (1962) Guerra e Cunha (2013). Para uma apreensão do método/sistema de Freire, consultar Freire (1967; 1981).

[8]. Este encontro constituiu uma tentativa de debater a diversidade de experiências existentes e foi convocado pelo Ministério da Educação e organizado pela Secretaria de Educação e do MCP de Recife, a UNE, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Instituto de Cultura Popular de Goiás e a Divisão de Cultura da Secretaria do Rio Grande do Sul. Dele participaram 74 movimentos, dos quais 44 trabalhavam com alfabetização de adultos. No texto apresentado pelo MCP, explicita-se que “um movimento de cultura popular só surge quando o balanço

O MEB foi criado por um convênio entre o governo federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), visando a alfabetização de trabalhadores/as rurais e camponeses/as por meio de redes de rádios e escolas radiofônicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com base nas experiências desenvolvidas pelas dioceses de Natal e Aracaju. A partir do final de 1962⁹, o movimento passa a fortalecer as relações entre agentes educadores com os grupos populares, incorporando suas demandas e expressões culturais; a desenvolver ações com os sindicatos rurais e com as ligas camponesas¹⁰ e cria seu próprio livro de alfabetização de adultos¹¹. Neste contexto, se espraia para outros estados e regiões, atingindo seu auge entre janeiro de 1963 e março de 1964¹².

das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos seus setores de elite”. Teixeira (2008, p.131); Gomes (2020). Deste Encontro resultou, em final de 1963, a criação da Comissão Nacional de Cultura Popular e da Comissão Nacional de Alfabetização.

[9]. Neste período, se processam mudanças em suas *concepções ideó-políticas* (as quais passam de “progressistas” para uma perspectiva anticapitalista, devido, sobretudo, às divisões ocorridas no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), cujas forças de esquerda formaram a Ação Popular (AP)) e *pedagógicas* (às ações de alfabetização, são articuladas a valorização da cultura e das demandas populares). Fávoro (2002).

[10]. Cursos sobre o tema da importância dos sindicatos e da sindicalização são desenvolvidos sob uma perspectiva de conscientização da necessidade da unidade do movimento camponês, a qual foi alcançada com a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG), em dezembro de 1963.

[11]. Para a alfabetização de adultos, o Movimento decidiu pela criação de um livro próprio de leituras que contivesse uma mensagem de conscientização visando o engajamento dos educandos em atividades políticas, como a militância em clubes, sindicatos e cooperativas (TEIXEIRA, 2008, p.144). Em fevereiro de 1964, é criado por uma equipe de professoras do Nordeste—responsáveis pela elaboração e emissão dos programas radiofônicos—o livro de leitura “O Viver é lutar” para uso nas escolas radiofônicas, orientado pedagogicamente pelos ensinamentos de Paulo Freire.

[12]. Neste mesmo ano o movimento dobra sua atuação: no final de 1961 eram 2.687 rádios com 38.734 alunos; em 1962 eram 5.596 e 108.571 estudantes. E a distribuição dos aparelhos entre as três regiões atendidas pelo MEB indicam claramente a concentração do trabalho no Nordeste. Em 1961 e 1962 a existência das escolas radiofônicas estavam assim distribuídas, respectivamente: Centro-oeste (1% e 5%); Norte (3% e 7%); Nordeste (96% e 88%). Houve também um aumento dos cursos oferecidos para o treinamento das equipes de trabalho. Em 1961 havia 93 cursos e 1.182 para a formação de monitores, e em 1962, 135 cursos para as Equipes e 3.709 para os monitores. (TEIXEIRA, 2008, p.90).

No Rio Grande do Norte, a experiência de alfabetização de adultos do MEB se desenvolveu em concomitância à Campanha educacional da prefeitura de Natal “De pé no chão também se aprende a ler”, iniciada em fevereiro de 1961¹³. No seu início, se propunha a combater o analfabetismo adulto e a insuficiente educação primária. Entre o final deste ano e o início de 1963, há um notável crescimento das suas atividades, como a criação do centro de capacitação de professores; a expansão das escolinhas (que funcionavam em locais cedidos por sindicatos, associações de moradores e organizações da sociedade civil) e dos acampamentos escolares (barracões de madeira, cobertos com palha de coqueiro e o chão batido, em que eram construídas as salas de aula) e da ampliação do número de alfabetizando/as adultos/as (pela ação dos/as estudantes secundaristas que alfabetizavam nas casas dos/as próprios/as alunos/as)¹⁴; formação dos círculos de pais e professores/as, que objetivava conscientizar as famílias da importância da educação das crianças e da escola bem como a mobilização política para o enfrentamento das necessidades vivenciadas nos

[13]. A concepção da Campanha está vinculada ao resultado das eleições municipais de outubro de 1960, em que surgiu, no interior do Partido Social Progressista (PSP), liderado por Café Filho, um grupo político que se colocava à esquerda, cujo “principal representante era Djalma Maranhão, ex-militante comunista, participante do levante em 1935 e preso político durante o Estado Novo [...]” (TEIXEIRA, 2008, p.53). Sua campanha eleitoral para a prefeitura sustentou-se política e financeiramente nos “Comandos Populares”, (compostos por políticos, intelectuais, líderes sindicais e de bairros), que criaram os “Acampamentos Nacionalistas”, que eram barracas cobertas de lona instaladas nas proximidades dos mercados e feiras, onde se fazia alistamento eleitoral e o recolhimento das contribuições financeiras para a campanha. Os Acampamentos deram surgimento aos “Comitês Nacionalistas”, que eram organizados por rua ou bairro em que se debatia, pelos coordenadores da campanha de Maranhão, “a discussão nacional dos problemas brasileiros (o imperialismo, a dependência econômica, a SUDENE, o latifúndio, a oligarquia, o colonialismo cultural)”. Em contrapartida receberam nos comitês “as lições das realidades [...] (a falta de água, de escolas, de hospitais, de emprego, de transporte, de garantias de direitos etc.)”. No total foram criados 240 Comitês. No final da campanha, “os Comitês se reuniram em Convenções de Bairro, discutindo e aprovando o “programa político-administrativo do futuro Prefeito”. Foi deste programa gestado a partir de um trabalho de politização e conscientização popular que a questão educacional foi destacada como prioridade, surgindo a Campanha. (IDEM, IBIDEM, p. 54-55).

[14]. Em abril de 1963, a Campanha criou seu próprio Livro de leitura, fundamentado no criado pelo MCP.

territórios em que viviam; a criação das praças de cultura, das bibliotecas populares¹⁵ e de cursos profissionalizantes.

Também em 1961, é criada a Ceplar, como confluência do empenho de um grupo de universitários/as da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pela construção de um trabalho em educação popular¹⁶ e pela iniciativa do Governo do Estado da Paraíba em criar um movimento de combate ao analfabetismo¹⁷. Foi dada a Ceplar autonomia para o planejamento das ações e tinha relativa independência política com o governo—que atuava, sobretudo, no suporte financeiro.

O primeiro trabalho foi em um bairro operário da periferia de João Pessoa, que se iniciou pela realização de uma pesquisa da situação educacional, sanitária e habitacional da localidade, identificando suas necessidades e para as quais foram elaborados

[15]. Como evidencia Germano (1989), as ações da Campanha organizaram o sistema de ensino e da cultura de Natal. A cultura foi ativada pelas praças de cultura, bibliotecas, teatros, galerias, museu de arte popular, etc. As praças de cultura foram inspiradas no MCP do Recife, sendo compostas por parques infantis, praças de esportes e biblioteca, apresentações culturais e mobilização política. Este conjunto de investimentos educativo-culturais provocou mudanças nas suas concepções ideológicas, passando “de um movimento que, de início, pretendia simplesmente oferecer educação para todos [...] avança conceptualmente e passa a encarar educação e cultura como instrumentos de libertação” (*op. cit.*, p. 177), de mobilização e organização popular. A participação da Campanha no I Encontro Nacional de Educação e Cultura Popular em Recife, já explicitado, evidencia, na comunicação lá posta, uma concepção de cultura popular investida de um “caráter de luta, que ao lado da formação de uma autêntica cultura nacional, promova a integração do homem brasileiro no processo de libertação econômico-social e político-cultural do nosso povo”. Para Moacyr de Góes, a Campanha desenvolveu, ao longo de sua trajetória, uma “pedagogia reformista que começa por questionar a injustiça social e termina por denunciar o capitalismo como gerador dessa injustiça.” (TEIXEIRA, 2008, p. 134).

[16]. Este grupo de estudantes participavam da JUC num contexto em que esta radicalizava suas posições ideológicas, que originaria a criação da AP. Um dos eixos de sua programática era dotar as ações dos estudantes, nas diferentes especificidades profissionais, de um militância política junto ao povo. Essa ação militante permitiria aprofundar o conhecimento sobre a realidade brasileira bem como o contato direto com a população, a fim de nela desenvolver a formação de uma consciência crítica e a participação política.

[17]. Este era um objetivo do governador Pedro Moreno Gondim no seu plano de gestão para o quinquênio 1961-1965. Deste encontro de iniciativas, foram concedidas bolsas de estudo para os/as estudantes realizarem cursos no MCP para criarem, em João Pessoa, um movimento de educação popular. Daí se originou a Ceplar, com a finalidade de, por meio da educação e da cultura, elevar o nível das massas populares e integrá-las no processo de desenvolvimento do país (PORTO; LAGE, 1995, p.21).

projetos de ação que foram assumidos pela população, sob a coordenação de líderes locais, com o apoio e a orientação da Ceplar (PORTO; LAGE, 1995, p. 35-36). As questões identificadas e as ações para enfrentá-las eram debatidas nos “Núcleos de debates”, espaços construídos para desenvolver processos de conscientização e politização da população, nos quais se utilizavam filmes, enquetes teatrais, paródias, palestras, cursos etc. Muitos eram realizados nas praças públicas e envolviam numerosos participantes. Essa experiência foi espalhada para outros bairros acompanhada, também, da realização de seminários e cursos sobre a realidade brasileira, por meio dos quais intensificou suas relações com as organizações sindicais e operárias urbanas e, no meio rural, com as Ligas camponesas. Neste contexto de expansão, a Ceplar passou a concentrar suas ações na alfabetização de adultos¹⁸ e na cultura popular.¹⁹ A partir de julho de 1963, a Campanha passou a integrar o Plano Nacional de Alfabetização (PNA)²⁰, o que implicou

[18]. Em junho de 1962, por um contato com Paulo Freire, iniciou-se um treinamento de pessoal da Ceplar pela equipe do SEC para a apreensão do seu método/sistema de alfabetização/conscientização. Em setembro de 1962, iniciou-se a implementação do método/sistema com o chamado “grupo das domésticas”, formado por trabalho da Juventude Operária Católica de sindicalização das empregadas domésticas. Esse grupo foi, para o SEC, um terreno de observação, pois era o primeiro a ser realizado por pessoas externas à sua equipe. Posteriormente, a Ceplar elaborou seu livro próprio de alfabetização, intitulado Força e Trabalho, que foi integrado pelo SEC. Porto e Lage (1995, p.42). Segundo Scocuglia (2001, p.67), “a opção da Ceplar pela alfabetização de adultos tinha por objetivo a ‘elevação cultural das massas populares’ visando a intervenção no processo de mobilização e organização política [...] Alfabetizar em massa seria formar eleitores e uma oportunidade concreta de dar-lhes uma consciência crítica e, em última instância, fazer a revolução pelo voto”.

[19]. Aqui, se propunha valorizar a linguagem e a produção artística do povo por meio da promoção de atividades culturais e artísticas em várias áreas. Para um panorama da política cultural da Ceplar cf. Scocuglia (2001, p. 118-125).

[20]. O reconhecimento e a referência da Campanha no debate nacional sobre a cultura popular, para além de sua integração ao PNA, se deu também a partir do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, antes tratado. Nele, a Campanha defendeu a posição de que “os movimentos populares de educação e cultura deveriam trabalhar em conjunto com as associações e sindicatos de trabalhadores/as, entendendo assim que a conscientização política seria caracterizada na luta dessas organizações”. (PORTO; LAGE, 1995, p. 69). Em janeiro de 1964, realizou-se um Seminário de Cultura Popular, no Rio de Janeiro, no qual elegeram-se a Comissão Nacional de Cultura Popular, na qual teve dois membros da equipe da Ceplar (sendo um deles Isa Guerra, estudante de Serviço Social que trabalhou na Campanha até setembro de 1963).

na necessidade de ampliar e capacitar novas equipes de trabalho, que foram compostas, sobretudo, por universitários dos cursos de Engenharia, Serviço Social e Filosofia da UFPB²¹.

Em março de 1963, foi assinado um convênio entre a Campanha com a prefeitura de Campina Grande (CG) para a aplicação do método/sistema de alfabetização/conscientização de Paulo Freire no município. Na segunda quinzena de abril, realizou-se a preparação da equipe, que passou depois a ter uma existência autônoma²².

Com o golpe militar de 1964, vistos como uma grave ameaça à ordem, praticamente todos os movimentos de alfabetização, educação e cultura popular foram extintos, sendo muitos dos seus promotores – e apoiadores/as – perseguidos/as, presos/as e exilados/as²³.

[21]. O PNA foi lançado na Paraíba em agosto de 1963 e em setembro iniciou-se um curso de treinamento de dois meses de duração que reuniu mais de 150 pessoas, ministrado pela equipe da Ceplar e por professores/as universitários/as. Um dos momentos do processo de seleção dos/as educadores/as era apresentada as questões: “os dirigentes eleitos representam, realmente, o povo brasileiro? Justifique; uma reforma agrária feita pelos atuais deputados pode atender os interesses do povo? Justifique; que acha das Ligas Camponesas?; Acha que um analfabeto tem capacidade de escolher os dirigentes do país? Justifique; Que acha da greve? [...] Sendo o congresso brasileiro formado em sua maioria por reacionários está ou não em condições de fazer as reformas de base que reclama o povo brasileiro? Justifique. As lições de conscientização da Ceplar para a alfabetização incluíam noções da teoria da mais valia e de luta de classes, reforma agrária, imperialismo norte-americano, importância do voto consciente entre outros. Cf. em Porto e Lage (1995, p. 77-78); Scocuglia (2001, p. 85-86; 92-7).

[22]. A equipe da Ceplar de CG era composta de dois bancários, um comerciante, uma contadora, uma advogada e uma professora. Com exceção de Josué Rodrigues, membro e principal dirigente do PCB Local, a Ceplar foi liderada por católicos progressistas (da JUC e depois da AP) e por militantes e simpatizantes do PCB. (SCOCUGLIA, 2001, p. 105-109). Em novembro de 1963, realizou-se uma campanha de divulgação para estudantes se engajarem na alfabetização por meio de um processo seletivo e curso de preparação de coordenadores/as. Se inscreveram quase 3 mil secundaristas e universitários/as, dos quais ficaram 100 e, destes, 55 foram escolhidos para fazer o curso que se realizou entre novembro a janeiro de 1964. Os conteúdos das fichas-roteiro e dos textos usados para os cursos de formação dos/as coordenadores/as estão em Scocuglia (IBIDEM, p. 112-118).

[23]. Uma apreensão dos processos de repressão e destruição destes movimentos pode ser adquirida em alguma das referências utilizadas na feitura deste item do nosso capítulo: Germano (1989); Porto e Lage (1995); Scocuglia (2001); Schwarz (2005); Barbosa (2017); Teixeira (2008); Fávero e Motta (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o padrão de intervenção estatal na consolidação da modernização capitalista conformou uma dinâmica social em que as ações e demandas das classes subalternas foram incorporadas sob a lógica da repressão, do clientelismo e do autoritarismo. No dizer de Ianni (1984, p.11), uma determinação constante do Estado brasileiro, independentemente de suas formas históricas assumidas, foi a “reiteração de soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto” que colocaram a hegemonia dos interesses oligárquicos, burgueses e imperialistas no centro da organização estatal. Não é demais lembrar que a instauração do regime autocrático-burguês entre nós significou uma reação ao desenvolvimento de um ativo campo democrático e popular, sustentado na emersão de amplas camadas de trabalhadores/as urbanos e rurais sob a bandeira das reformas de base no período 1961-1964, que aqui foram contemplados por meio dos movimentos e organizações de cultura e educação popular. O golpe de 1964 foi a interrupção deste processo, dando consecução a um modelo de desenvolvimento que reforçava o caráter dependente e a integração subordinada do Brasil aos países centrais, bem como a implementação de ações sócio-políticas antidemocráticas e antipopulares.

A despeito das novas condições políticas que o Brasil acumulou com a redemocratização em fins da década de 1980, manteve-se como determinação importante dessa realidade a permanência de uma cultura política marcada pelo forte controle familiar, relações clientelistas e o patrimonialismo que, em conjunto, tem implicação direta nas relações de força entre as classes sociais. Esta realidade, de fato, caracteriza a forma como o Estado brasileiro historicamente se configurou enquanto “Estado nacional *de compromisso*”, uma aliança estabelecida entre as antigas oligarquias

e segmentos burgueses na passagem do século XIX para o século XX (OLIVER, 2009).

Chamarmos a atenção para o papel do Nordeste e das desigualdades regionais no desenvolvimento do capitalismo brasileiro demandou também de nossa parte, dentro dos limites das páginas, do marco temporal e do próprio objetivo deste capítulo, conceber a *dialética universal-regional* como fio condutor na conformação da questão social do Brasil, o que diz muito sobre a atualidade da questão regional como componente da modernização dependente. Ou, nas palavras de Francisco de Oliveira (1993, p.45), que “a questão regional é, antes de tudo e sobretudo, o caso de uma unidade nacional mal resolvida”.

Dada as particularidades da sociedade brasileira, nas quais as classes dominantes empenham-se constantemente na interrupção de processos de democratização, sobretudo no últimos anos diante da ascensão da extrema direita, com nuances neofascistas, associada ao Estado *ultraneoliberal*, segue como desafio a radicalização da política na perspectiva dos interesses das/os trabalhadoras/as que impulsiona a transformação da realidade social. Não à toa as ideias de Paulo Freire, em meio a comemoração do seu centenário, e as experiências de resistências e luta popular de muitos/as nordestinos/as, ao tempo em que são contestadas e combatidas pelas forças conservadoras e reacionárias, continuam insistentemente compondo a história, trajetória e memória coletiva *dos de baixo* que ousaram romper com aquilo que lhes é “destinado”. Daí a inspiração na poesia popular que marca o título deste capítulo, bem como nos ensinamentos de outro importante educador, Florestan Fernandes: *contra as ideias da força, a força das ideias*.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de Cultura Popular em Pernambuco**. Evolução e impactos na sociedade. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2007.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BEISIEGEL, Celso. Das quarenta horas de Angicos aos quarenta anos da Pedagogia do oprimido. In: GUERRA, Marcos; CUNHA, Célio da. Sobre as 40 horas de Angicos, 50 anos depois Angicos. **Em Aberto**, Brasília, v. 26, n. 90, p. 1-226, jul./dez. 2013.

BEZERRA, Aída; RIOS, Rute Maria Monteiro Machado. Percorrendo os caminhos da educação popular: um olhar. In: SILVEIRA, Maria Lídia Souza; FARAGE, Eblin (Orgs.). **Seminário de Educação Popular e Lutas Sociais**. Rio de Janeiro: CFCH/UFRJ, 2004.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

COUTINHO, Carlo Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, [2000] 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil** – ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1990] 2011.

FÁVERO, Osmar. MEB – Movimento de Educação de Base Primeiros Tempos: 1961-1966. In: ROSAS, Paulo (Org.) **Paulo Freire: Educação e Transformação Social**. Recife: Ed. Universitária, 2002.

FÁVERO, Osmar; MOTTA, Elisa. Educação popular e educação de jovens e adultos: memória e história. In: **Coletânea de DVDs-Rom**. “Educação popular e educação de jovens e adultos”. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alli; Rio de Janeiro, RJ, FAPERJ, 2015.

FÁVERO, Osmar; MOTTA, Elisa. Paulo Freire: primeiros tempos: In GUERRA, Marcos; CUNHA, Célio da. “Sobre as 40 horas de Angicos, 50 anos depois”. **Em Aberto**, Brasília, v. 26, n. 90, p. 1-226, jul./dez. 2013.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. rev. São Paulo: Globo, [1957] 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo, [1975] 2006.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. rev. São Paulo: Global, [1968] 2008.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. rev. – São Paulo: global, 2006. – (Introdução à história patriarcal no Brasil; 1)

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão. São Paulo: Cortez/Associados, 1989.

GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. Sentidos da educação popular na história. In: **Movimento**–Revista de Educação, Niterói, ano 7, n.12, p. 30-53, jan/abr. 2020.

GUERRA, Marcos; CUNHA, Célio da. Sobre as 40 horas de Angicos, 50 anos depois Angicos. In: **Em Aberto**, Brasília, v. 26, n. 90, p. 1-226, jul./dez. 2013.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, [1899] 1982.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder**; o (caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995–(Selo Universidades; 44).

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas)

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da História Lenta. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1984.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Estado, hegemonia burguesa e tradição familiar na política: o caso particular do nordeste do Brasil. In: MEDEIROS, NOGUEIRA, BEZERRA (ORGs.). **Formação social e serviço social**: a realidade brasileira em debate. São Paulo: Outras Expressões, 2019. P.125-143.

OLIVER COSTILLA, Lucio. **El Estado ampliado en Brasil y México**: radiografía del poder, las luchas ciudadanas y los movimientos sociales. México: UNAM, Coordinación de Estudios de Posgrado: Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional**: a hegemonia inacabada. Estudos Avançados. São Paulo: USP, n. 18, vol.7, p. 43-63, mai/ago. 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. **A dialética do desenvolvimento desigual inter-regional**: a questão social no Nordeste brasileiro. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

PORTO, Ma. Dores Paiva de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **Ceplar, história de um sonho coletivo**: uma experiência de educação popular na Paraíba destruída pelo golpe de Estado de 1964. João Pessoa: Conselho Estadual de Educação, Secretaria da Educação e Cultura, 1995.

QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. [1930] 1937. Disponível em: <https://vivelatinoamerica.files.wordpress.com/2016/03/o_quinze_obra_-_rachel_de_queiroz.pdf>. Acesso em: 02.10.2017.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. São Paulo: Ed. José Olympio, [1932] 2012.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2014.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias da educação popular**: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. João Pessoa: Editio-

ra Universitária da UFPB; São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire, 2001.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969. In: **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p 7-60.

SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de Produção no Brasil. In: LAPA, José Roberto do Amaral. (Org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. (Coleção História Brasileira; 5).

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta:** história dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964). (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em História. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2008.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**; introdução de Lira Neto. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (Coleção clássicos cearenses).

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1930] 1977.

CAPÍTULO X

.....

O Pé no Barro da Atuação do Serviço Social com o Povo Cigano: sob a tríade do território, das políticas públicas e da questão socioambiental

.....

*Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa
Iranildo da Silva Marques.
Luan Gomes dos Santos de Oliveira*

PARA INICIAR:

OS PÉS COMO ATO DE RESISTÊNCIA E LUTAS DO POVO CIGANO

*Do pé no barro do sertão nordestino se grita
Pés se deslocam sem parar
É dança, é luta, é vida cigana a ciganear,
É a vida que se reproduz,
Na simplicidade de se vivenciar.*

*Da Índia, o provável chão de nascimento,
Caminharam ao som de diásporas,
Pisaram na Europa, nas Américas e África,
Sua perambulação é sua luta e vida em ação,
O Céu é seu teto e a liberdade religião.*

*É Rom, é Sinti, é Calon
Povos de todas as Cores, de lutas, dores e amores
Povo sofrido, povo aguerrido e lutador
Seguindo pelo nomadismo,
O anticiganismo os encontrou.*

*Pés, vozes, um chão para lutar,
Em tempos de Covid-19,*

*Punhos erguidos a protestar,
Contra o genocídio e o Genocida,
Que sempre esteve a os Invisibilizar.*

*Corre cigana, pé no barro cigano
Escreve histórias, as memórias,
Com teus pés nas terras em que andares,
Pois nos teus pés um mapa tens,
Nunca deixes a tua ciganagem.*

*Entre a luta e luto neste tempo,
Pés, olhos, mãos em movimento,
Movimento cigano na luta aguerrida,
Por um estatuto que contemple,
Reparação, direitos em vozes destemidas.*

*A luta do Povo Cigano
Segue os ventos do sul ao norte,
Das leituras das linhas das mãos,
Fortaleça na identidade Rhoma,
A possibilidade da revolução.*

O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO E AS CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DAS LUTAS AO LUTO

As políticas públicas brasileiras vêm enfrentando severos golpes no cenário contemporâneo em decorrência da efetivação cabal do ultraliberalismo desenvolvido pelo atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, eleito no ano de 2019, tendo desse período até o presente ano cometido uma série de atrocidades contra a população, sobretudo a classe que vive da venda de sua força de trabalho¹.

[1]. Na atual conjuntura, estamos revivendo um passado que fazíamos questão de esquecer, passado o qual faltava a boa parte da população algo básico a sua sobrevivência e a dos seus familiares, alimentação. A fome e a miséria tem retomado em grande escala no nosso país, devido a sinfonia orquestrada pela elite do atraso brasileira. “Falta de cultura, de acesso, as quebradas destruídas por uma crise que fez o povo voltar a passar

Cabe enfatizar que a Emenda Constitucional do Teto dos gastos públicos (EC 95) aprovada no governo de Michel Temer (2016-2018)², contribui ainda mais para a precarização e sucateamento das políticas públicas. Ressalta-se que tal emenda alterou a Constituição Federal de 1988, introduzindo um novo regime fiscal de congelamento dos gastos com políticas públicas por um período de 20 anos, sob a justificativa de equilibrar as contas públicas, através de um rigoroso controle dos gastos.

Obviamente, todas as políticas públicas³ estão sendo prejudicadas desde que a referida emenda passou a ser implantada. Todavia, não há como afirmar que uma política foi mais ou menos afetada que a outra, porém, deve-se convir que uma delas lida diretamente com vidas, nos referimos vidas no sentido vital,

fome em pleno século XXI. Nunca se comeu bem, mas deixar de comer é mérito do governo atual. Engrossam-se as fileiras da miséria, as pessoas voltam a morar na rua, desempregadas, sem poder ir ao parente que também está na mesma condição” (FERRÉZ, 2018, p.61).

[2]. Michel Temer foi o sucessor da Presidente Dilma a partir do golpe que culminou no processo de impeachment da mesma. A interinidade de Michel Temer comprovou aquilo que já se antecipava. O governo avança, o mais rápido que pode, na agenda de retrocesso que se deseja impor ao país – entrega do patrimônio público, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial, cortes nas políticas sociais, tributação regressiva. O Supremo Tribunal Federal, suposto guardião da Constituição, permanece inerte; na verdade, são volumosas as evidências de que muitos de seus integrantes foram partícipes da trama para afastar a presidente”. Isso posto, evidenciamos que os objetivos do referido governo foram efetivados durante o período em que ficou no governo, tendo como detalhe o fato de que às reformas aniquiladoras de direitos da classe trabalhadora, com vistas ao fortalecimento do capitalismo, foram e vêm sendo fortalecidas e executadas no atual governo do presidente Jair Bolsonaro (MIGUEL, 2016, p.36).

[3]. “Estudos, pesquisas e análises mostram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças aos programas governamentais de transferência de renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de emprego e de elevação do salário mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo relativos a alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita às populações do campo não recorrer à migração forçada em direção aos centros urbanos. Os programas sociais determinaram mudanças profundas nos costumes (particularmente no que se refere às mulheres e aos jovens), operando transformações no plano da cultura, isto é, dos valores simbólicos” (CHAUI, 2016, p.15). Tais conquistas vêm sendo incansavelmente retiradas e marginalizadas pelo atual presidente, voltando a inserir o Brasil no mapa da fome, elevando os índices de desemprego, pobreza e miséria. Sabemos que tudo isso faz parte do projeto do grande capital para que a classe trabalhadora se torne cada vez mais refém dos mandos e desmandos deste massacrante sistema de produção.

processo saúde-doença e, portanto, não tem como se pensar na minimização de algo que já é ínfimo quando se observa a demanda do público que dela necessita, aspecto que vem sendo ainda mais evidenciado no contexto vigente em decorrência do quadro pandêmico que assola o mundo devido a COVID-19, onde se vê todos os dias nos noticiários nacionais e locais, pessoas morrendo a espera de leitos ou por falta de oxigênio.

Em face a essa caótica realidade enfrentada pelas políticas públicas, com ênfase aqui para a política de saúde brasileira, cabe salientar que não é à toa que a sociedade vem enfrentando um dos mais letais quadros de descaso para com a saúde da população, seja pela escassez de recursos, dada a PEC acima referida, seja pelo medíocre e capcioso tratamento que vem sendo dado a COVID-19, vírus o qual tem assolado o país e o mundo desde do ano de 2020 e vem recebendo atenção pífia do representante nacional, a ponto do Brasil ter se tornado o epicentro da pandemia.

Diferentemente de todos os outros governantes, Bolsonaro tem uma postura de negacionismo, reacionarismo⁴, desrespeito, imprudência e desdém com relação ao vírus, desconsiderando as medidas profiláticas para evitar a sua manifestação, a exemplo do isolamento social, distanciamento, uso de máscara e álcool em gel. Como se já não bastasse essas perversas atitudes, ainda incentiva o uso de medicação sem comprovação científica para o combate eficaz do vírus. Portanto, tais posturas assemelham-se a atitudes típicas de um genocida que além de tudo tripudia cotidianamente da cara da sociedade, através dos seus medíocres

[4]. A postura reacionarista vem acompanhada de uma série de peculiaridades fúteis que quando disseminadas encontram adeptos incapazes de entender criticamente a quem e a que interessa esse tipo de postura e ideologia fascista, propagando: "O discurso de ódio sobre minorias, movimentos sociais e sindicatos, a perseguição a professores, o repúdio ao bem público e à liberdade de cátedra, o ataque a concepções progressistas, o repúdio ao bem público e a exaltação exacerbada do mercado [...]" (CASIMIRO, 2018, p.39).

pronunciamentos e das inúmeras fake news⁵, que peculiarizam o seu governo, zombando das milhares de famílias enlutadas por esse maldito e feroz vírus, além daqueles/as que tentam se recuperar, seja em seus domicílios, nas enfermarias dos hospitais ou nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI), da doença que se expressa de variadas formas nas pessoas, obviamente que se intensificando naquelas que têm comorbidades.

Um aspecto que choca e chama atenção nesse (des)governo, é o fato de se dizer vítima de teorias da conspiração por parte daqueles/as que são denominados esquerdopatas. Outra grande aberração e vergonha é sabermos que há quem acredite nas sandices verbalizadas, embora totalmente eivadas de absurdos perceptíveis aos/as mais inexperientes e/ou pouco letrados/as, e ainda defendam as asneiras e barbaridades cometidas por esse presidente que governa por meio de um estado de exceção que se utiliza da militarização para legitimar os seus desmandos contra o povo.

Dobrar qualquer argumento infundado não deveria ser difícil, mas por aqui é. Armados somente com o diz-que-me-diz e com o que a televisão vomita, a ala reacionária está cada vez maior. Quando o buchicho ganha mais vida que qualquer conhecimento, ele vira verdade de quebrada em quebrada, e uma certeza não vale mil verdades (FERRÉZ, 2018, p.61).

Isso posto, em se tratando da realidade vigente, toda a classe trabalhadora vem sofrendo com as atrocidades cometidas e fo-

[5]. Para maiores esclarecimentos sobre esse assunto, é interessante ler: Matthew D'Antona. Pós-verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news, 2018. Ver também: Ralph Keyes. A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea, 2018.

mentadas por quem deveria assegurar condições dignas de vida para a população. Contudo, o que se evidencia é que estamos sobrevivendo no limite de todas as possibilidades, sobretudo com relação a aspectos indispensáveis, a exemplo de moradia e alimentação. Sem deixar de considerar que necessitamos de lazer (algo praticamente inexistente para aqueles/as que vivem do trabalho), vestimentas, calçados, transporte, atenção digna à saúde e educação de qualidade.

Na verdade, temos clareza de que o desmonte das políticas públicas faz parte de um projeto amplo, internacional e multifacetado, o qual foi intencionado a partir do Consenso de Washington que originou a política neoliberal, tendo como aparato todos os estados que “desejassem” ser introduzidos na nova ordem monopólica do modo de produção capitalista. Portanto, o projeto neoliberal não se trata de algo simplista e/ou com intenções pequenas, pelo contrário, se trata da translação da lógica do sistema capitalista para todos os espaços da vida em sociedade, onde a única forma de sociabilidade é aquela posta e “imposta” pelo capitalismo, de modo que todas as outras formas sejam consideradas obsoletas e passem por um processo de marginalização que a descaracterize e seja aviltada pela sociedade conservadora e hipócrita.

Em face a isso, estamos vivenciando cotidianamente o desmonte dos direitos conquistados e assegurados na Constituição Federal de 1988 a partir de amplos processos de lutas advindas de fortes organizações da sociedade civil que neste momento se encontra arrefecida diante de uma onda gigantesca de ataques cotidianos aos direitos humanos, onde mal se tem tempo para processar e entender o que acontece naquele dia e já no outro há novos ataques e menos forças para se combater o anterior, e assim estamos vivenciando os últimos tempos, caracterizados pelos fortes e constantes ataques à vida e a democracia, nos fazendo lem-

brar da tão massacrante ditadura que deixou terríveis marcas na história da sociedade brasileira.

É importante salientar que as posturas genocidas e preconceituosas do atual governo, a qual bem sabemos que é fruto de discursos e posturas socialmente construídas e legitimadas ao longo dos tempos, vêm sendo fortemente disseminadas na atual conjuntura justamente pelo perfil homofóbico, xenofóbico, misógino, além de extremamente machista e sexista.

Isso posto, tais preconceitos tem se espalhado na sociedade vigente, representando um tremendo retrocesso no tocante aos direitos humanos, pois estamos vivenciando o retorno de práticas abominadas por alguns tempos, sobretudo a partir de lutas e bandeiras de respeito às diversidades levantadas e defendidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e outros de caráter progressista que entendem que cada pessoa deve ser respeitada do ponto de vista individual e coletivo por suas diferentes escolhas e posturas. Porém, atualmente vem sendo impregnada e estimulada a cultura do ódio em todas as suas esferas com vistas a impor uma sociedade eminentemente conservadora e medíocre. Não que o conservadorismo nunca tenha deixado de se fazer presente no mundo, mas o mesmo vem ganhando bastante força nos últimos tempos e se tornado algo assustador e perigoso.

Diante disso, não é incomum assistirmos nos noticiários diários o aumento dos casos de feminicídio, o extermínio da população Negra⁶, da população indígena na luta por demarcação e proteção de suas terras, das populações de comunidades tradi-

[6]. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), 54% da população brasileira é negra. É importante notar que a cor é auto-declarada, e que tendo nascido no Brasil sendo de família brasileira, é uma pessoa miscigenada. Logo, até algumas pessoas que se denominam brancas ou pardas, também podem ser negras, o que elevaria ainda mais esse percentual. No entanto, há pessoas que se consideram brancas apenas pelo fato de sua pele não ser negra, mas esquecem de que têm traços negros.

cionais: ciganos, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, lideranças de movimentos sociais que lutam por reforma agrária e de movimentos de luta por moradia nas grandes metrópoles.

As diversas formas de preconceito e discriminação étnico racial, de gênero e classe, ultrapassam qualquer limite de respeito e se estendem a todos/as aqueles/as que são considerados/as diferentes por parte daqueles/es que se consideram normais e melhores que outros por algumas razões e, em virtude disso, criam estereótipos que afetam e degradam a imagem daqueles/as que sofrem a agressão, marginalizam as vítimas e naturalizam seus assassinatos.

As redes de disseminação de notícias falsas, popularmente chamadas pelo termo americanizado de “fake News”, é um dos ali-cercos do governo negacionista da ciência, vulgarizador do marxismo que através de uma criação esquizofrênica do comunismo alimentam seus apoiadores e patrocinadores particulares em impulsionamentos desses canais. As investigações sobre políticos da extrema direita e os seus patrocínios com verbas públicas foi motivo de abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que culminou na descoberta de atividades de disseminação de “fake News” por partes de funcionários nomeados por vários desses políticos, através de computadores instalados no mesmo andar do gabinete onde o presidente da Jair Bolsonaro despacha diariamente, assim ficou conhecido por Gabinete do Ódio.

As consequências dessas atividades financiadas com verbas públicas, têm seu desdobramento na naturalização da mentira que se torna uma pós-verdade, algo que tem se tornado cada dia mais comum. Também é “comum” vermos comentários pejorativos nas redes sociais que incentivam e fomentam posturas medianamente preconceituosas que ainda são alvo de piadas inescru-

pulosas por parte de quem as profere e de quem as compartilha e/ou reverbera posicionamentos dessa natureza.

Na verdade, boa parte da sociedade tem se tornado apática e desagradável, encontrando e buscando razões para maltratar as pessoas sem que se coloquem, ainda que minimamente no lugar destas. Diante disso, evidencia-se que o altruísmo tem se tornado um adjetivo cada vez mais distante da sua efetivação prática, nos levando a crer que a sociedade ainda pode se tornar pior na medida em que são aprovados decretos grotescos que asseguram um maior potencial bélico a cidadãos/ãs comuns, o que tenderá a ocasionar o aumento dos casos de assassinatos e desgraças na sociedade que tem uma péssima segurança pública.

Também nos cabe ressaltar que as minorias⁷ étnico raciais sofrem cotidianamente preconceitos velados, além daqueles nitidamente perceptíveis, como exemplo disso podemos mencionar a população cigana, que por ter peculiaridades específicas da sua grandiosa cultura, sofre uma série de preconceitos e estigmas por parte de boa parte da sociedade que muitas vezes nem teve acesso ao conhecimento da gênese, desenvolvimento e história desse segmento populacional, mas que os rotula pelo fato de terem ouvido os/as seus/suas antecessores/as comentarem que eram pessoas criminosas ou de pouca confiança.

Não é incomum, no grupo de pesquisa em que alguns de nós fazemos parte, ouvirmos relatos de ciganas que abordam o quanto ainda são rejeitadas e estigmatizadas por parte de muitas pessoas das cidades em que residem, a ponto de perderem oportunidades

[7]. Utilizamos minorias em relação a sua representatividade nos três poderes e seus níveis. Como exemplo podemos citar população negra e mulheres: são maioria em nossa população de acordo com o IBGE (2014), mas minoria das pessoas que estão em cargos de poder também no setor privado.

de trabalho quando os/as empregadores/as tomam conhecimento de que são ciganas.

Devemos ainda enfatizar que os/as ciganos/as, assim como qualquer outro segmento étnico tradicional, têm suas tradições culturais e crenças que devem ser respeitadas, pois fazem parte do estilo de vida dos/as mesmos/as. Para tanto, necessitam de políticas públicas que sejam implementadas de acordo com o princípio da equidade e por meios dessa, essas ações garantam a proteção das peculiaridades desse povo historicamente discriminado, designando também profissionais que tenham conhecimento da realidade vivida pelos/as mesmos/as, de modo a propiciar um acolhimento adequado e alcançar resultados satisfatórios na perspectiva da mediação de direitos para este público.

Na perspectiva de compreendermos como se dá a atenção ao povo cigano e entendermos um pouco mais as suas especificidades, no item posterior, discutiremos sobre a história deste povo que tem voz, que tem corpo, que tem território e territorialidade.

OS POVOS ORIGINÁRIOS E O LUGAR SÓCIO-HISTÓRICO DO POVO CIGANO: DISCUTINDO SOBRE ESSA REALIDADE

*Minha Terra é o Planeta,
Meu teto é o Universo,
Minha Religião é a Liberdade.
Pensamento cigano*

Ser cigano ou ser cigana é parte de histórias locais e globais que formam uma macrociganidade. Isto significa que há uma multiplicidade de identidades e pertencimentos do povo cigano, histórias, memórias de luta por direitos e políticas públicas que se iniciam neste reconhecimento étnico por uma perspectiva ético-política.

As histórias do povo cigano se entrelaçam na história da humanidade, e provavelmente têm aspectos de origens aproximadas, como relatam os estudos, em que os/as ciganos/as provavelmente partem de uma região da Índia, que influenciou diretamente na formação linguística quanto ao Rom. Acredita-se que o processo diaspórico do povo cigano atinge a Europa, a África, a Ásia e a América (MOONEN, 1996) em 1000 anos ac., constituindo-se em três etnias mais conhecidas: a Rom, a Calon e a Sinti.

Com o processo de Colonização⁸ a dispersão via diáspora é intensificada. O que significou a morte, o exílio do povo cigano no mundo. Dessa forma, no Brasil, em virtude de a Coroa Portuguesa deportar uma família cigana, no decorrer da história foram se expandindo nos demais estados. Como um povo de tradição, assim como os indígenas e quilombolas, o povo cigano foi massacrado e degradado em seus direitos e modos de vida.

Este fato imprimiu nas suas identidades a dimensão do nomadismo, pois foram marcados por processos políticos de marginalização da vida cotidiana, tratados/as pelos estados como perigosos, sujos. Sendo obrigados/as a estarem em movimento, como parte da lógica higienista, disseminada por um Estado, que não reconheceu em determinada época o povo cigano como sujeito coletivo de direitos.

Diante disso, por carregarem uma história de discriminação, ao longo do tempo, construíram acampamentos, e também foram se sedentarizando, construindo um modo de viver paralelo ao mundo dos/as não ciganos/as. Isto implicou no afastamento

[8]. Na Europa são nomeados de Rom, com uma língua denominada de romani, Sinti, de língua sinto e os Calon, com a língua Kaló ou Calé (GOLDFARB, 2003). No caso do Brasil, e partindo dos documentos históricos, sabe-se que a população cigana habitou este território no século XVI, no entanto, identificou-se que havia um documento sobre a vinda de ciganos para o Brasil, tratando-se de um alvará de D. Sebastião, de 1574, que obrigava em degredo a pena de galés do cigano português João Torres. Documentos de 1686 informam que ciganos são degredados para o Brasil, especialmente para os estados de Pernambuco, Maranhão e Bahia (GOLDFARB, 2004).

do povo cigano da vida em sociedade, onde os mesmos passaram a construir as suas moradias em terras às margens da cidade.

Quando nos perguntamos se a população cigana havia conquistado um espaço na Constituição Federal de 1988, de maneira específica, como um povo tradicional, temos uma resposta não afirmativa em um sentido de que esta população viveu um processo diaspórico nos territórios, com perseguições, expulsões e mortes. No entanto, como a Lei complementar 75, de 20 de maio de 1993, de ação do Ministério Público Federal que inclui as minorias étnicas, insere as minorias ciganas na luta das comunidades indígenas no Art. 6, VII, “c”. Além disso, a população cigana estaria protegida enquanto povo tradicional, com direito a não discriminação “Art.3º. e direito de ir e vir no “Art. 5º”.

No Brasil, o povo cigano se encontra territorializado, tendo como etnia predominante os Calons. Há uma tentativa de recensear o povo cigano no país, mas não tão exitosa, isso se explica por duas questões, uma de fundo histórico, quando a população cigana historicamente perseguida pelo Estado não quer ser identificada, e daí o nomadismo. Outra porque muitas comunidades ciganas foram se tornando semi-nômades, com moradias construídas às margens de terras da cidade. Isso, os torna sujeitos coletivos demandantes de ações de políticas públicas específicas que o reconheçam como povo tradicional. Ainda na tentativa de recenseamento a pesquisa de informações municipais (MUNIC) acompanhando o IBGE, contabilizou no Censo de 2010, 800 mil ciganos/as, em quase 300 cidades brasileiras nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, com atenção especial de uma população Calon mais numerosa na Bahia e na Paraíba.

É na Paraíba que se inicia um protagonismo de lutas por direitos e por políticas públicas. O Estado conta com populações ciganas calon, com mais de 3000 habitantes, localizadas em sua

maior parte em Sousa, no Alto Sertão. Esta Comunidade Calon, existe no território sousense há mais de 30 anos, suas lutas por reconhecimento e redistribuição do acesso aos direitos sociais e ambientais é um marco na luta dos direitos da sua etnia. Vale explicitar que essa luta foi e é acompanhada pelo Ministério Público Federal, que se sentiu responsável legalmente pela proteção dos direitos da etnia, desde 1991, propondo políticas públicas e sociais que garantam a territorialidade, no sentido de incluir o modo de vida especificamente cigano, no acesso as políticas de Saúde, Assistência Social, Educação e Saneamento Ambiental.

A atenção do Ministério Público Federal se deu pelo fato da instauração de inquérito civil público que tinha como alvo investigar as condições de vida da população cigana na Paraíba. A situação da comunidade Calon em Sousa/PB era precária, quanto a distribuição desigual da água, moradias com necessidade de saneamento, a terra ameaçada de ser desapropriada por grandes empresários do sertão paraibano. Além disso, o anticiganismo (MOONEN, 1993) ainda atua de maneira muito forte na cidade, segregando-os socialmente, espacialmente, o que nas palavras de Pacheco (2020, p. 1) se configura como racismo ambiental:

Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. [...]. O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia.

Desse modo, a população cigana no Brasil vive entre o nomadismo e o semi-nomadismo. Historicamente, essa condição cultural e política, marcou o ser cigano, que ora se via perseguido, ora se sedentarizava e gerava territorialidade. É com a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos, que as pautas ciganas passaram a ser ouvidas, em 1996. Só em 2002 com a revisão do programa, com o Decreto nº 4.229, de 13 de maio de 2002, é que foi possível incluir suas demandas no documento, tais como:

1. Promover e proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais dos ciganos.
2. Apoiar a realização de estudos e pesquisas sobre a história, a cultura e as tradições da comunidade cigana.
3. Apoiar projetos educativos que levem em consideração as necessidades especiais das crianças e dos adolescentes ciganos, bem como estimular a revisão de documentos, dicionários e livros escolares que contenham estereótipos depreciativos com respeito aos ciganos.
4. Apoiar a realização de estudos para a criação de cooperativas de trabalho para ciganos.
5. Estimular e apoiar as municipalidades nas quais se identifica a presença de comunidades ciganas com vistas ao estabelecimento de áreas de acampamento dotadas de infraestrutura e condições necessárias.
6. Sensibilizar as comunidades ciganas para a necessidade de realizar o registro de nascimento dos filhos, assim como apoiar medidas destinadas a garantir o direito ao registro de nascimento gratuito para as crianças ciganas.

Com esta inclusão no Programa Nacional de Direitos Humanos outros movimentos políticos vão se associando a luta do povo cigano por direitos e por políticas públicas, sendo instituída a Comissão de Minorias e Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, passando a pautar temas que estivessem ligados a agenda de

direitos do povo cigano. Nesse sentido, há um marco político, histórico no campo dos direitos e das políticas públicas que incluem a população cigana enquanto um povo tradicional: a Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em 2001, em Durban, África do Sul. Essa conferência significou a abertura de um campo político, de inclusão e reconhecimento das lutas por direitos da população cigana. Contraditoriamente, foi registrado que não havia representação do povo cigano na delegação, sendo um ponto abordado pela Associação. Tal fato ainda está associado, ao povo cigano, criar uma territorialidade a margem do território da cidade, o anticiganismo, gerou um racismo que até hoje os isola e os segrega da sociedade. Por outro lado, essa conferência foi um avanço pois permitiu que populações ciganas, entrassem no cenário das lutas socioambientais e pautassem seus direitos por meio de suas lideranças locais e nacionais, constituindo um movimento cigano.

A Conferência Durban foi um marco no plano da formulação das políticas públicas no espaço das lutas antirracistas e das lutas por direitos. Ela impulsionou a criação no Brasil da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (seppir) em 2003. Com isso, houve a possibilidade de ter representação em Conselhos de gestores de políticas públicas com o assento de lideranças do povo cigano. Além desses movimentos a nível nacional, vale destacar que a Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK), vem pautando desde 2012 temáticas que tocam na realidade do povo cigano no mundo e no Brasil, demandando a criação junto ao Movimento Cigano Brasileiro de um Estatuto dos Povos Ciganos, pelo Projeto de Lei 248 de 2015, no Senado.

A população cigana é um sujeito coletivo de direitos. Suas vidas estão ligadas e circunscritas ao território dentro de outro território, gerador de territorialidades, o que demanda políticas públicas sociais para garantir os seus modos de vida.

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS NO POVO CIGANO CALON NO CONTEXTO DO CAPITALISMO PANDÊMICO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

A realidade brasileira contemporânea está marcada por uma série de conflitos de ordem política, econômica, sanitária e ambiental no contexto de um capitalismo pandêmico, como sinalizou a estudiosa feminista Sílvia Federici (2020). A pandemia tornou o cenário contemporâneo uma época de catástrofes, no sentido de expor com mais virulência as injustiças sociais e ambientais que acometem os povos originários e em particular os povos ciganos.

A crise sanitária apropriada nos marcos do capitalismo financeiro, forja uma crise socioambiental, que sai do plano romântico de entender a questão ambiental como uma questão de cunho comportamental, individual, discurso este usado pelas grandes corporações internacionais que tem como maior interesse a continuidade de um processo exploratório-predatório, neoextrativista-imperial de base colonial que afeta os modos de viver das populações tradicionais, sejam elas: ciganos, indígenas, quilombolas, camponeses em suas diversas formas de associação e organização política: comunidades rurais que sofrem com a política degradante do agronegócio, etc. Desse modo, é relevante compreender que todo este desmonte nos direitos sociais e ambientais provoca a emergência de uma crise ambiental, acompanhada de uma crise estrutural do capitalismo, guiada por uma política de vidas precárias e de morte.

Nesse sentido, a assertiva, “da luta ao luto”, utilizada no título da primeira seção deste trabalho, pronunciada em tons ético-políticos, enfatizada por uma indignação dos mais diversos movimentos sociais em suas lutas por direitos. Cabe na ampliação desta assertiva, uma outra, do luto à luta. Reconhecer o Estado Suicidário (SAFATLE, 2020) que estamos a viver, de uma indústria

de morte que banaliza a crueldade e fragiliza a cultura de direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 do Brasil. Este Estado, que ora procura garantir direitos, também ambigualmente sacrifica as populações mais vulnerabilizadas em seus múltiplos aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Da luta ao luto e do luto à luta é um movimento dialético que opera uma compreensão crítica da crise socioambiental mantida e reproduzida na seara de uma classe que detém o “poder” de transformar a vida em lucro. Assim, urge perceber a produção de desigualdades sociais, ambientais, no contexto da pandemia, não é distribuída equitativamente entre os segmentos da sociedade.

Destarte, as reivindicações por reconhecimento estão associadas à redistribuição das riquezas, sem essa condição não há como construir um meio efetivo de protagonismo da comunidade cigana para se manter viva em suas tradições.

Os que mais sofrem são as populações mais pobres, e não pobreza é a classe-que-vive-do-trabalho⁹, que nesses tempos catastróficos tem seus desdobramentos perversos, agravados pelo racismo estrutural definido em resumo por Almeida (2018, p.38) como:

[...] decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, judiciárias e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.

[9]. Sobre a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” de Ricardo Antunes. Conforme o autor: “[...] a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação (ANTUNES, 1995 e 1999) – e que são despossuídos dos meios de produção. Mas, ela vem presenciando um processo multifórmico [...]” (ANTUNES; ALVES, 2004, p.336). Concordamos com o autor quanto à configuração da classe trabalhadora na atualidade, contudo, a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” tende a causar certo equívoco, quanto à apreensão da realidade afeita às relações sociais de produção na medida em que a humanidade necessariamente vive do trabalho (portanto, todas as classes, inclusive aquela que não trabalha para viver e vive do trabalho alheio), se entendido enquanto categoria fundante do ser social (Vide: MARX, 1996, li, ti; LUKÁCS, 2018).

Comportamentos individuais e processos institucionais, são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

Essa estrutura de estado, base da nossa construção sócio-econômica e cultural, que historicamente colocam as populações tradicionais em lugares ideológicos e concretos, de não humanos, que negam suas cidadanias e assim o direito de ter algum direito às políticas públicas. A negação de espaços e territórios nas cidades e em suas zonas rurais, fazem com que esse povo dependa de arquitetar “seus artesanatos de sobrevivências” para satisfazer suas necessidades básicas diante de um cenário de desemprego em massa, condições de vida precárias no que corresponde o acesso aos bens naturais, como água potável, terra para viver e plantar, moradia e cultura para se manter viva os conhecimentos tradicionais.

ROMPENDO COM A INVISIBILIDADE E DENUNCIANDO O ANTICIGANISMO: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA DO POVO CIGANO NA CONTEMPORANEIDADE

Escutamos e lemos na literatura especializada que os povos e comunidades tradicionais são invisibilizados. Esta afirmação precisa ser analisada sob uma ótica de desmascarar o que há por trás disso. Vale sublinhar que as comunidades tradicionais e especialmente os povos ciganos não são vistos e/ou percebidos! Essas populações foram tratadas como objetos por uma lógica mercantil que mata conhecimentos e sabedorias milenares.

Para romper com esta invisibilidade, o Povo Cigano historicamente vem se recriando e resistindo, construindo territórios e territorialidades. Cabe ressaltar que uma população de base tra-

dicional, mantém seus corpos como territórios, como meios de vida, isto é, não um rompimento com o que ocidentalmente foi chamado de natureza. O sistema colonial, patriarcal, capitalista, racista fundamenta a visão ocidental de mundo, que explora o ser humano como uma mercadoria, ou pior como o é caso dos ciganos e ciganas.

Pode-se fundamentar ontologicamente do ponto de vista marxiano essa relação sociometabólica de corpos como territórios, quando Marx (2015, p. 311) amplia essa ideia, afirmando que:

Fisicamente o homem só vive desses produtos da natureza, possam eles aparecer praticamente na universalidade que faz de toda natureza o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, como na medida em que ela é 2) o objeto/matéria e o instrumento da sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, quer dizer, a natureza na medida em que não é ela própria corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e espiritual do homem esteja em conexão com a natureza, não tem outro sentido senão que a natureza está em conexão com ela própria, pois o homem é uma parte da natureza.

Mulheres, homens, populações das florestas, do campo, indígenas, quilombolas, ciganas mantém um vínculo territorial com a terra, construindo nela as identidades, os seus pertencimentos étnicos. Cada povo, distintamente foi construindo a sua territorialidade, os seus valores, as suas políticas de vida. Com o povo cigano, o desafio se inicia por uma luta por reconhecimento e redistribuição material e imaterial do território produzido, enquanto um povo tradicional. No capitalismo pandêmico este

Povo é jogado na invisibilidade. Por isso, tem resistido, exigindo políticas públicas que contemplem o seu modo de vida.

O Estado historicamente ignorou seus territórios e lhes inscreveu em vidas precárias. Romper com a invisibilidade do povo cigano é pôr na cena do cotidiano a história que foi ocultada, silenciada e por muitas vezes morta. Nesse sentido,

O processo histórico, que marginaliza os ciganos, reforça de forma dinâmica o senso comum, que, embasado numa visão estigmatizada por vários estereótipos, se reproduz por séculos e perpassa dos pensamentos individuais para o coletivo, e dessa forma é que chega para o Serviço Social, que em suas diversas áreas de atuação exige respostas para o enfrentamento dessa questão social, ainda decorrente do processo de nossa formação sócio-histórica (MARQUES, 2019, p. 303-304).

Isso posto, é nesse contexto que o Serviço Social brasileiro e latino-americano, profissão circunscrita na realidade brasileira e engajada nas lutas por direitos, via projeto ético – político, pode colaborar com a mediação dos direitos do povo cigano, num horizonte de totalidade da vida social.

O PÉ NO BARRO DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: O GARRÓN DA PREFEITURA NO ACAMPAMENTO DOS CALONS

*Agora sobre o povo calon,
Quero escrevinhar,
Pois fui agraciado pela vida,
Em poder no acampamento atuar,
Vivi uma experiência sem igual,
No cotidiano de um assistente social*

Iran Marques-Poeta cordelista

Tempos vividos em nosso país, em um governo de colisão que “ensaçou” uma social-democracia, iniciado a partir do ano de dois mil e dois com a eleição de um presidente, ex-metalúrgico, vindo do movimento sindical ao incluir na pauta econômica a redistribuição de renda, fortalecimento das instituições que constituem o Estado de Direito, das empresas públicas e patrimônio público, e fomento do desenvolvimentismo a partir do investimento público, no campo social, avançou nos diálogos com os diversos movimentos sociais que ampliaram a sua participação nas elaborações das políticas públicas de estado, através das conferências nos três níveis de governo.

Nos marcos temporais, no campo na luta contra o racismo estrutural, os enfrentamentos tiveram como pautas o compromisso do Estado com o povo negro, e povos tradicionais, que seguem nessa luta, desde seus ancestrais, por um Estado que ao menos dê respostas através de ações que objetivem concretamente na reparação pela perseguição, discriminação, genocídio dos povos que constituíram a formação dessa nação e que esses crimes cometidos e ou avalizados por esse Estado reproduzem a invisibilidade¹⁰ desses, ao situá-los entre o exótico e o não-humano, ocasionando assim, ideologicamente, que não devem compor a sociedade normativa e no concreto a recusa e negação dos espaços e uso dos bens e políticas públicas.

Nesse movimento do campo de disputa política, o Estado brasileiro foi tensionado a abrir espaços nas suas diversas políticas para que diversas dessas novas-antigas demandas desses diversos povos fossem consideradas e implementadas de forma

[10]. Soares, MC e Athayde (2005) afirmam que a estigmatização, o preconceito, a indiferença e a negligência são fatores que anulam o reconhecimento do sujeito tornando-o invisível para o acesso aos direitos e a uma boa “condição humana”. Em Arruda (2018, p. 66), diferenciamos o conceito de invisível para invisibilidade quando ele afirma: “A invisibilidade não está relacionada diretamente com ser ou não ser visto, mas com o modo como é identificado e reconhecido pelo outro”.

equânimes para abarcar as pautas deliberadas nas diversas conferências municipais, estaduais e federal realizadas pelas políticas públicas.

Nesse movimento de tensionamento do estado burguês, as políticas abriram espaços sócio ocupacionais para a atuação do/a profissional de Serviço Social¹¹, pautada no compromisso ético-político da profissão, que faz parte de ações nesse processo de luta contra a estrutura racista do Estado Brasileiro, na contradição do capitalismo, pois esse/a profissional, mesmo vendendo a sua força de trabalho, atua contra os desdobramentos históricos do racismo no tecido social nas diversas manifestações cotidianas da questão social¹².

A/o assistente social é constantemente instigado/a a buscar conhecimentos produzidos pelas diversas áreas das Ciências Sociais, para em sua atuação profissional buscar possibilidades de compreensão da história e a relação desse passado que se faz pre-

[11]. O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, com atribuições e objetivos específicos, atuando no âmbito político e ideológico por meio dos serviços, programas e projetos previstos pelas políticas sociais, com sua atuação incidindo diretamente nas condições de vida dos sujeitos que atende, comprometida com a defesa dos direitos humanos, liberdade, democracia, entre outros elementos (Ver Yamamoto, 2012).

[12]. Segundo Yamamoto (2012, p. 47-48): "A questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza. Esta é uma lei estrutural do processo de acumulação capitalista. A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem a sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do 'trabalho livre' que depende da venda de sua força de trabalho com [o] meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades as relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (grifos nossos). Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos".

sente e desse presente que é passado nesse movimento dialético da história desses povos.

Se temos uma prática que transita entre demandas, carências e necessidades, só poderemos conhecê-las, identificá-las, à medida que estejamos realmente escutando o que o outro tem a nos dizer e não apenas trabalhando com indicadores, com tabelas, com índices, com referenciais teóricos que a universidade nos fornece (MARTINELLI, 2012, p. 16).

O Serviço Social enquanto profissão interventiva, que atua nas diversas políticas públicas como mediação para atender às demandas da classe trabalhadora, tem a possibilidade de adentrar por espaços que poucas profissões conseguem chegar, muitas vezes, até no espaço privado dos lares por meio da visita domiciliar, no caso dos/as ciganos/as acampados/as a barraca ou tenda, é esse espaço garantido pela CF/88, como inviolável. Os profissionais das diversas políticas públicas devem considerar o lar, vivido por eles de modo coletivo no acampamento, é o espaço de reprodução das suas próprias vidas, considerando sempre a cultura tradicional com suas diversas peculiaridades e rituais do cotidiano.

A visita domiciliar faz parte de um instrumental historicamente utilizado pela profissão como forma de controle da população atendida e teve um papel fundamental na atuação do/a profissional que atende essa população. As visitas ao acampamento não tinham caráter investigativo, mas se constituíram como meio de aproximações e fortalecimento de vínculos e nos colocaram na possibilidade de produzir conhecimentos a partir do pé no barro, termo usado para desconstruir a conotação pejorativa, e reconsiderar que a terra, para muitos povos tradicionais, não é apenas um recurso de onde se tira a sua sobrevivência, mas é constitutiva do seu ser.

Na atuação por meio desse instrumental¹³ possibilitaram que demandas fossem desvendadas, tendo como resultados das ações nessa perspectiva, o imaginário do ser exótico desconstruído no/a profissional do Serviço Social ao ter aproximações ao cotidiano dessas famílias.

“O Ser social é um ser político e histórico, assim, desvendar essa construção passa por esse trânsito entre a forma de viver e a forma de aparecer, passa pelo político, pelo histórico, pelo social” (MARTINELLI, 2012, p. 06). Atuar na perspectiva materialista histórica dialética, nos tomou a caminhar para o desvendar de como esses seres sociais constroem suas relações com o mundo não cigano, em sua vivência em uma dualidade de mundo, constantemente expressa por eles/as, entre o mundo cigano e o mundo dos não-ciganos/as. A saída nesse mundo não-cigano, dos Calons¹⁴ pela sobrevivência, para vendas de mercadorias, desde vestuários, artigos de cama mesa e banho, aparelhos celulares e automóveis usados, no denominado por eles como “rolo” e das calins para nas praças e logradouros públicos, para ofertar a leitura de mão, ou leitura da sorte.

Nesse caminho, considerar esses sujeitos não como vítimas passivas de um processo inexorável de “desenvolvimento” do modo de produção capitalista, mas como ativos na resistência e rebeldia à imposição de novas relações de produção que alteraram de maneira brusca e violenta o seu modo de vida, a sua relação

[13]. Para apresentar a diferença entre instrumental e instrumentalidade, comumente confundidos no Serviço Social, Guerra (2014) nos retrata que a instrumentalidade significa a capacidade do profissional em exercer sua autonomia, ou seja, avaliar e analisar qual melhor estratégia a ser adotada no momento de sua intervenção, a escolha do instrumental mais apropriado. É o exercício da capacidade de desenvolver habilidades, táticas mais apropriadas aos objetivos que se traçam quando o assistente social está realizando uma intervenção. Instrumentais é o conjunto de instrumentos utilizados pelos profissionais utilizados como meio de trabalho para se alcançar objetivos propostos a partir do conhecimento da realidade social.

[14]. Calon tanto é utilizado para definir o homem cigano e a etnia, para as mulheres da etnia calon é utilizado o termo calin.

com a terra, o seu vínculo com o trabalho. Apresentar classe social como categoria constituída historicamente na luta entre sujeitos com interesses antagônicos e inconciliáveis. Os/as trabalhadores/as – artesões/ãs, mineiros/as, tecelões/ãs, e povos tradicionais, no caso os ciganos– reconhecem interesses e necessidades comuns e, sobretudo, entendem que o trabalho é que produz riqueza, em contraposição às precárias condições de vida e trabalho em que vivem. Trazer o povo Calon para o entendimento de que eles fazem parte de uma classe trabalhadora em si e por si contribui para pensar o proletariado para além da venda da força de trabalho para o capitalista e o seu cotidiano para além da fábrica.

Na perspectiva marxiana, a essência humana está no próprio homem que não se encerra apenas na satisfação das suas necessidades básicas, mas que esses indivíduos têm suas singularidades que se constroem e se reconstroem na relação com os integrantes dos seus grupos e na relação com os não-ciganos, principalmente pelas relações de compras, vendas e trocas de mercadorias. Quando falamos do homem, o Calon. E as mulheres, as Calins, valoram o seu ofício tradicional da leitura da sorte pelas mãos e outros oráculos para assim obter os meios de sua sobrevivência. Essa forma de relação social faz parte do conjunto que compõe essa sociabilidade. Isto que os tornam ciganos para os não-ciganos e faz parte da sua essência no processo de produção e reprodução da vida cotidiana.

A reestruturação produtiva, por décadas, transformou o modo de viver de muitas pessoas com o advento das cidades que se tornaram grandes metrópoles e outras cidades, consideradas pequenas e médias, que se integraram a regiões metropolitanas. O êxodo rural também fez uma mudança na vida dos ciganos. O negócio de vender e trocar cavalos já não mais contemplava o comerciar deles/as, um dos motivos de mudança para o meio urbano, assim como a crescente população urbana possibilitou as

calins de valorar e ofertar seus oráculos para os habitantes dessas cidades em adventos.

Situar esses na categoria de classe trabalhadora, traz para o bojo das lutas de classe, vivendo em uma sociabilidade de resistência frente as demandas do capitalismo neoliberal, se colocam como um grupo onde existe a possibilidade de revolução e desmistificar o imaginário social que recai no atendimento das demandas dessa população e fortalece o anticiganismo nas elaborações, planejamento e execuções das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Daniel Péricles. **Espelho dos invisíveis**: a arte no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. São Paulo: Expressão & Arte, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Letramento, Belo Horizonte, 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo**. IN: O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo**. IN: Por que gritamos golpe?: para

entender o impeachment e a crise. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

D'Ancona, Matthew. **Pós-verdade**: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake News. Faro Editoria, 2018.

FERRÉZ. **Periferia e conservadorismo**. IN: O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

FEDERICI, Sílvia. **Capitalismo, Reprodução e Quarentena**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: N1-edições, 2020.

GOLDFARB, M. P. **O Tempo de Atrás**: um estudo da construção da identidade cigana em Sousa-PB. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Tese de Doutorado. João Pessoa, agosto de 2004.

GOLDFARB, M. P. **Os Ciganos**. Galante. Fundação Helio Galvão, nº 02, Vol. 03, Natal, Setembro de 2003.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 10. ed. São Paulo, Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**: atri-

buições privativas do/a assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2012.

IANNI. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, 2010. IN: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/03/2021.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014. IN: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/03/2021.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014. IN: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 04/03/2021.

KEYES, Ralph. **A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea**. Editora Vozes, 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Abertura. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. (org). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. 2. ed. São Paulo: Veras editora, 2012.

MARQUES, Iranildo da Silva. **Povos ciganos, povos silenciados: desafios e possibilidades do Serviço Social**. In: MARTINELLI, M. L. (et. al). **A história oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris. Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. **A democracia na encruzilhada**. IN: **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOONEN, Franz. **Ciganos Calon no Sertão da Paraíba**, João Pessoa: PR/PB, 1993.

MOONEN, Franz. **A História Esquecida dos Ciganos no Brasil**. Saeculum Revista de História, nº 02, João Pessoa, jul/dez, 1996.

PACHECO, Tânia. **Racismo Ambiental e pandemia: Solução final?** GT de Combate ao Racismo Ambiental/RBJA. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **Bem vindo ao Estado Suicidário**. São Paulo: N1-Edições, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOARES, Luiz Eduardo; MV Bill; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.

CAPÍTULO XI

.....

As Bruxas, as Sertanejas e Nós

.....

*Tatiana Raulino
Suamy Soares
Mirla Cisne*

NOTAS INTRODUTÓRIAS

É comum ouvirmos a reprodução de ideias (dominantes) que naturalizam a subordinação, a violência e a desigualdade que pesam sobre as mulheres, especialmente, às negras. Nesse processo, a ideologia (que é patriarcal-racista -elitista) cumpre um papel importante na garantia do *status quo*, ao fazer crer que as ideias dominantes são naturais ou mesmo intransponíveis. Para tanto, a ideologia conta com seu par correlato, a alienação, que esvazia tais ideias do seu conteúdo histórico-crítico, fazendo-as nos parecer profundamente familiares, aparentemente nossas e, portanto, inquestionáveis. As ideias dominantes, todavia, embora possam parecer, não nos pertencem originalmente. Explica-nos Marx e Engels (2009, p. 67), em uma clássica passagem da Ideologia Alemã:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder **material** dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder **espiritual** dominante. [...] As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes [...]; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio (Grifos dos autores).

Esse pensamento não só denuncia a origem das ideias dominantes, em termos dos interesses que atendem, como também, alerta-nos para uma perspectiva materialista, ou seja, de pensar, no plano concreto da história, as relações materiais que dão base ao poder espiritual, ou seja, à dominação ideológica. Nessa perspectiva, partimos do entendimento de que “[...] o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência [...]” (MARX, 2008, p. 47; grifos nossos). Logo, “[...] não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS 2009, p. 32).

Nesse sentido, não podemos cair em armadilhas ideológicas como a crença de que as mulheres não “naturalmente” maternais, afetivas, cuidadoras, talentosas para trabalhos manuais e domésticos etc., enquanto os homens são considerados fortes, racionais e potentes para a produção da riqueza. Tais ideias estão associadas a uma construção sócio-histórica e econômica, ou seja, possuem materialidade nas relações sociais.

Assim, analisar expressões da desigualdade social, a fim de superar a visão ideológica da sua naturalização, exige-nos não apenas desconstruir ideias conservadoras “cristalizadas” como “nossas”, mas buscar entender criticamente as relações sociais

que as determinam historicamente e lutar para superá-las concretamente.

Nesse trabalho, focaremos nossa análise de forma particular, na suposta ideologia de uma “natureza feminina”, com o intuito de desocultar o terreno histórico em que as desigualdades patriarcais foram e são determinadas. Em seguida, no próximo item, analisaremos como essas desigualdades se refletem no sertão nordestino e como as mulheres sertanejas resistem a elas.

É preciso antes de mais nada, deixar explícito que as mulheres não são homogêneas, ao contrário, somos diversas e socialmente divididas pelas relações sociais de classe e raça. Assim, não podemos, em nenhum momento, desconsiderar as desigualdades diferenciadas que pesam sobre nós. Decorrente disso, a própria ideologia na natureza feminina é também, diferenciada para mulheres brancas e negras, assim como para trabalhadoras e burguesas, urbanas e sertanejas, lésbicas e heterossexuais etc.

Para nós, as relações estruturais que determinam a desigualdade social em suas múltiplas expressões, são as relações patriarcais de sexo, raça e classe. Sendo essas duas últimas, determinantes também, para as desigualdades entre mulheres, de forma a diferenciar, inclusive, a opressão e a exploração patriarcal sobre as mesmas. Essas três relações são dialeticamente imbricadas, o que significa indissociáveis. Explica-nos Cisne e Santos (2018, p. 26):

Não se trata, porém, de uma dimensão matemática de adicionar, somar ou mesmo multiplicar opressões ou nominá-las de marcadores sociais, mas de apreender e decifrar as relações sociais de maneira dialética, em um sistema que é complexo de determinações, uno e diverso. Queremos dizer que essas dimensões (sexo/sexualidade, raça/etnia e classe) determinam, em grande medida, as

múltiplas relações sociais que nos compõem e que estabelecemos, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais e oferecer situação de privilégio a alguns em detrimento de outros(as), seja por estruturar relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro.

Nesse mesmo sentido, Saffioti (2004) afirma que existe um “nó” entre as relações patriarcais, de raça e de classe que, ao se fundirem configuram o “novelo” do sistema “[hetero]patriarcal-racista-capitalista”. Para a autora, “[...] o importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou lançadas em um nó. [...] No nó [...] a dinâmica de cada uma condiciona-se a nova realidade, presidida por uma lógica contraditória” (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Para Cisne e Santos (2018, p. 25), essa fusão é funcional à produção e reprodução do capital, pois “[...] no patriarcado e no racismo encontramos bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho, condição central para a reprodução das situações concretas da exploração e das múltiplas opressões”. Isso ocorre porque:

[...] por meio das apropriações advindas das relações sociais de raça e sexo, o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua capacidade de exploração associada às apropriações do tempo, do corpo e do trabalho não pago das mulheres. Não é possível, assim, separar as relações de produção das relações sociais, das quais as relações de sexo e raça são, indiscutivelmente, parte constitutiva (CISNE, 2018, p. 224).

Tal fusão por óbvio, foi historicamente determinada e é um pouco sobre ela, com destaque para os rebatimentos na vida das mulheres, especialmente das trabalhadoras e negras, que passaremos a refletir. Nesse sentido,

[...] não nos é suficiente pensar nas categorizações individuais do ser homem e do ser mulher ou mesmo nas liberdades de forma individualizada, ainda que isso também seja importante. As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo — incluindo sexualidade —, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na de resistência política. Afinal, entendemos como relações sociais aquelas envolvidas por conflitos, exploração e lutas entre grupos e classes antagônicas (CISNE, 2018, p. 212).

A autora Silvia Federici (2017) nos ajudar a compreender o processo histórico e violento na construção dessas relações sociais, em que as mulheres passaram a ter seus corpos apropriados como “máquinas de produção de trabalhadores”, na transição do feudalismo para o capitalismo. Assim como para Saffioti (2004, p. 105), historicamente, o patriarcado transformou as mulheres em “[...] objetos de satisfação sexual dos homens, produtoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras”. Ressaltamos, porém, que esse processo, além de não ser natural, não se deu e nem se dá, sem resistências e lutas das mulheres, como veremos adiante.

Ao contrário de uma ideia de natureza feminina, houve e ainda há, uma construção histórica para a desvalorização e subor-

dinação das mulheres, como Federici nos comprova, por meio de uma análise rigorosa dos três séculos de extermínio às “bruxas” associado ao “[...] controle estatal sobre qualquer aspecto da reprodução se converteram em pedras angulares da acumulação primitiva” (2017, p. 46).

SOCIEDADE HETEROPATRIARCAL¹-RACISTA-CAPITALISTA E O LEGADO HISTÓRICO DAS “BRUXAS”

A acumulação primitiva é entendida como um “[...] processo de colonização e escravidão em grande escala [...]” (BALES *apud* FEDERICI, 2017, p. 207). Segundo Federici (2017), não foi apenas uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital, mas foi também, “uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a ‘raça’ e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e do proletariado moderno” (IDEM, p. 119).

Marx (1984, t. I, p. 285) também reconheceu como momentos fundamentais da acumulação primitiva:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das índias Orientais, a transformação da África em um cercado para caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista.

[1]. “A heterossexualidade compulsória é uma mediação fundamental da dominação-exploração patriarcal, daí a proposição do conceito de heteropatriarcado para lançar luzes sobre esta dimensão, ainda marginalizada na análise crítica da realidade social” (FERREIRA *In* CISNE e SANTOS, 2018, p.13).

A acumulação *primitiva* não deve ser entendida como algo de um passo remoto, até porque o projeto colonizador não foi superado, permanece, ainda que sob novas roupagens, vigente, como algo intrínseco à devastação capitalista, em que a modernização do capital convive com o colonialismo. Como elucidada Lukács (2008, p. 96), o processo de “libertação” das colônias não fez desaparecer o “[...]traço da velha exploração e opressão; mas, na verdade, a política que se apresenta como nova [...] não é mais do que, em sua real substância, o prosseguimento com novos meios técnicos da velha política colonialista” (Grifos nossos).

Esse projeto colonizador foi, e permanece sendo, portanto, indispensável ao capital. Para Federici (2017), o capitalismo teria entrado em colapso sem a “anexação da América” e sem o “sangue e suor” provenientes das *plantations*². Ainda de acordo com a autora, houve um “holocausto americano” nesse período, pois, durante a colonização violenta, 95% dos habitantes nativos foram mortos. Como resultado desse genocídio indígena, estabeleceu-se o tráfico de africanas(os), que rendeu à classe dominante europeia “uma imensa quantidade de mão de obra” (idem, p. 206) e por conseguinte, de riquezas³. Ao Brasil, restou mais de três séculos de escravização da população negra e indígena no Brasil e uma forte estruturação de relações sociais profundamente desiguais.

[2]. “A plantation foi um passo crucial na formação de uma divisão internacional do trabalho que – por meio da produção de ‘bens de consumo’ – integrou o trabalho dos escravos à reprodução da força de trabalho europeia, ao mesmo tempo que mantinha os trabalhadores escravizados e os assalariados geográfica e socialmente separados (FEDERICI, 20017, p. 207-208).

[3]. “Já no século XVI, aproximadamente um milhão de escravos africanos e trabalhadores indígenas estavam produzindo mais-valia para a Espanha na América colonial, com uma taxa de exploração muito mais alta que a dos trabalhadores na Europa [...]. Em 1600, o Brasil, sozinho, exportava o dobro de valor em cana de açúcar que toda a lã exportada pela Inglaterra no mesmo ano. A taxa de acumulação das plantações de cana brasileiras era tão alta que, a cada dois anos, as fazendas duplicavam sua capacidade. A prata e o ouro também tiveram um papel fundamental na solução da crise capitalista[...] contudo, a verdadeira riqueza era o trabalho acumulado por meio do tráfico de escravos, que tornou possível um modo de produção que não poderia ser imposto na Europa (FEDERICI, 2017, p. 206; destaque nosso).

O modo de produção baseado nas *plantations* e na monocultura, voltado à acumulação primitiva (e atual) do capital, teve consequências drásticas e ainda atuais, para estruturação da desigualdade social no Brasil, em especial, para o sertão do nordeste brasileiro, como Eduardo Galeano (2010, p. 96-97) elucida:

O nordeste do Brasil é, na atualidade, a região mais subdesenvolvida do hemisfério ocidental. Gigantesco campo de concentração para 30 milhões de pessoas, hoje amarga a herança da monocultura do açúcar. De suas terras brotou o negócio mais lucrativo da economia agrícola colonial na América Latina. Atualmente, menos da quinta parte da zona úmida de Pernambuco está dedicada ao cultivo de cana-de-açúcar, e o resto é usado para nada: os donos dos grandes engenhos centrais, que são os maiores plantadores de cana, dão-se ao luxo do desperdício, mantendo improdutivos seus vastos latifúndios. Não é nas zonas áridas e semiáridas do interior nordestino que as pessoas comem pior, como erradamente se acredita. O sertão, deserto de pedra e ralos arbustos, de escassa vegetação, padece fomes periódicas: o sol rasgante da seca abate-se sobre a terra e a transforma numa paisagem lunar; obriga homens ao êxodo e planta cruzes à beira dos caminhos.

Vale enfatizar que a escravização que alimentou as *plantations* foi diferenciada para homens e mulheres, uma vez que o projeto colonizador não apenas racializou pessoas com intuito de escravizá-las, mas foi também patriarcal, orientado para a apropriação das mulheres, não apenas como força de trabalho, mas como servas sexuais, que tiveram seus corpos violentados sexualmente tanto para satisfação do prazer dos seus “senhores”, como para garantia de reprodução de mais força de trabalho. Como se pode

perceber, patriarcado e racismo caminham, portanto, de forma imbricada na formação brasileira, desde o período da colonização, subsidiando interesses da classe dominante branca e masculina.

Assim como o patriarcado, a raça opera como um:

[...] moderno instrumento de dominação social. Não obstante, trata-se de um evidente constructo ideológico que não tem, literalmente, nada a ver com nada na estrutura biológica da espécie humana – e tudo a ver, por outro lado, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado (QUIJANO, 2007, p.45).

Assim, para garantir os interesses econômicos do projeto colonizador europeu, a sangrenta acumulação primitiva do capital, patriarcal e racista, expropriou e escravizou violentamente povos e nações e em particular, violentou sexualmente mulheres indígenas e negras, afim de garantir, fundamentalmente, mais força de trabalho escravizada. Nesse sentido, assim como o racismo,

[...] a discriminação sexual era mais que uma bagagem cultural que os colonizadores trouxeram da Europa [...]. Tratava-se [...] da destruição da vida comunitária, uma estratégia ditada por um interesse econômico específico e pela necessidade de se criarem as condições para uma economia capitalista (FEDERICI, 2017, 2020).

No Brasil, essa violência sexista, associada ao racismo, que marcou a construção do patriarcado no país, foi hegemonicamente retratada de maneira idílica, quando não, folclórica, alimentando o mito da democracia racial no país, que oculta as violências e desigualdades raciais ainda hoje existentes. Gilberto Freyre é um

bom exemplo desse “romanceamento” da miscigenação no Brasil, considerada pelo autor “harmoniosa”:

Híbrida desde o início, *a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça*: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone (FREYRE, 2003, p. 160, Grifos nossos).

O projeto colonizador que violentou nossos povos originários, é herdeiro de um forte investimento do Estado e da Igreja no controle de movimentos considerados “heréticos” na Europa, em sua maioria liderado por mulheres. Tais movimentos, segundo Federici (2017, p. 68-70):

[...] foram uma tentativa consciente de criar uma sociedade nova. [...] A heresia era o equivalente à “teologia da libertação” para o proletariado medieval. Selou um marco às demandas populares de renovação espiritual e justiça social [...]. [...] denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefinia todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres, colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais.

Isso significa dizer que a revolução burguesa como uma alternativa de superação do feudalismo, foi, na verdade uma contrarrevolução, na medida em que os movimentos heréticos significavam uma possibilidade indiscutivelmente maior para uma revolução radical em uma perspectiva emancipatória.

Não foi à toa, portanto, que a Igreja buscou exterminar a todo custo os considerados hereges, que “[...] foram queimados aos milhares na fogueira e, para erradicar sua presença, o papa criou uma das instituições mais perversas jamais conhecidas na história da repressão estatal: a Santa Inquisição” (FEDERICI, 2017, p. 69).

Com essas breves reflexões históricas, podemos concluir que o capitalismo, ao contrário da ideologia que prega como um sistema de liberdade e igualdade, na verdade “[...] criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração” (FEDERICI, 2017, p. 119). Dentre essas divisões, para nós, a divisão sexual e racial do trabalho, imbricadas às relações de classe, são determinantes das formas brutais que a exploração capitalista produz e reproduz, reatualizando a velha política colonialista voltada à acumulação do capital, acima das vidas. Em outras palavras, é por meio dessas divisões, “[...] especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta” (IDEM, p. 119).

Como podemos observar, não há nada de natural, espontâneo ou tampouco, biológico na história do controle sobre as mulheres, especialmente, às bruxas, consideradas hereges por lutarem por uma sociedade nova. É com esse legado das bruxas, que podemos considerar a gênese do feminismo, que seguimos nas lutas e resistências, em diferentes espaços, na defesa da nossa liberdade, autonomia e sobrevivência.

DAS BRUXAS ÀS GUERREIRAS SERTANEJAS

A caça às bruxas fundou um regime de guerra constante contra as mulheres, normatizando seus corpos como força de trabalho intermitente na esfera da produção capitalista e no suporte à vida reprodutiva – que compreende o cuidado com a casa, a prole, doentes e idosos(as). Todo o tempo das mulheres é tomado pelo trabalho e além disso, seus corpos foram/são forjados em um modelo de feminilidade atrelado ao espaço do doméstico que encerra as mulheres na natureza. Nesse sentido, o corpo das mulheres foi direcionado a abrigar a subjetividade e acabou por ser tornar uma prisão como bem apregoou Beauvoir (2009). Um corpo coletivamente privado, apropriado de si mesmo e submetido a múltiplas violências. Para Federici (2017, p.34)

[...] O corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho.

Politicamente separadas pelo confinamento doméstico as mulheres foram destituídas de seus poderes e assujeitadas a um regime de expropriação/exploração que cria e recria hierarquias e assimetrias entre elas obstaculizando seus processos de identificação e constituição de um sujeito coletivo feminista. Como já mencionamos anteriormente, a imbricação patriarcado-capitalismo-racismo se estabelece em um emaranhado de contradições regionais que acirram as desigualdades entre homens e mulheres, assim como aprofundam as práticas de normatização, vigilância, tutela e punição aos corpos das mulheres. Aqui, inte-

ressa-nos reflexionar como essas desigualdades se refletem na particularidade do sertão nordestino⁴ e como as mulheres sertanejas resistem a elas.

É preciso destacar que o Nordeste não se conjuga no singular, não sendo, pois, um espaço monolítico, do contrário se produziu -reproduziu em uma pluralidade geopolítica, histórica, social, cultural e religiosa. Daí a importância de escrever sobre essa região sob nosso ponto de vista situado, elaborando cartografias de Nordeste e sertão para além da caricatura. Até porque há uma profunda negação do Nordeste plural constituída por intelectuais, políticas estatais e aparelhos midiáticos.

De fato, o sertão já foi muito cantado, decantado, poetizado e discursivamente fabricado como um lugar contraposto ao litoral, a urbanização e ao progresso. Entendido pela visão do sul-sudeste como o interior do país, passa a ser caracterizado pela escassez de água e de perspectivas, pela aridez e o subdesenvolvimento. Aqui, o sertanejo, entendido *antes de tudo como um forte*, convive com os baixos indicadores sociais, a tradição, a religiosidade popular, o coronelismo e os valores do patriarcado rural. É, pois, narrado como um lugar do esquecimento e do tempo imobilizado, uma espécie de deserto que conta vagarosamente a história da eternidade embaixo do sol escaldante.

Esse sertão desértico em que o homem está condenado à civilização (CUNHA, 2017) é o lugar da diáspora entoada nos versos das

[4]. “Na atualidade praticamente desapareceu a designação do sertão como interior de qualquer região do país. Um dos usos mais correntes é aquele que se refere a uma vasta região geográfica do Nordeste com um certo clima (o semiárido), com uma vegetação (a caatinga) e com a ocorrência frequente de um fenômeno ambiental (as secas). Comumente o termo é também utilizado para falar de um lugar situado às entranhas do país, marcado pelo atraso, pelo conservadorismo e pelo subdesenvolvimento. Dessa região se conhecem, sobretudo, os baixos indicadores sociais. Quem mora nessa região muitas vezes é chamado de sertanejo (a) e ainda ressoa a frase de Euclides da Cunha que ele “é antes de tudo um bravo”. [...] Há o sertão habitado pelas figuras míticas e lendárias (Antônio Conselheiro, Lampião, Maria Bonita e “Padim Ciço)”. (CORDEIRO, 2004, p.75)

poesias, dos cordéis e das músicas, tal qual a *Asa Branca* de Luiz Gonzaga, que migrou em virtude da seca, ou do *Retirante* de Jacson do Pandeiro, fugido por cansaço e fome. “O sertão é pobre, pardo, espinhento, pedregoso e empoeirado [...] é por isso mesmo que o acho belo e bruto, grandioso e austero” (SUASSUNA, 1977, p. 26). Criou-se uma ideia de homogeneidade, a-historicismo e imutabilidade em torno dos sertões e do Nordeste, que no imaginário nacional vai ser definido a partir de contraposições: conhecido/desconhecido, civilizado/bárbaro, litoral/sertão, migração/imigração, moderno/atrasado, folclore/política, ciência/tradição.

Cabe mencionar que, desde o século XVII, sertão e litoral foram se constituindo enquanto um padrão para descrições do espaço nacional. Dessa maneira, a cartografia passou a utilizar o conceito de sertão como qualificativo de lugar, que em geral era pouco ocupado, o *ermo* de Euclides da Cunha. Portanto, estava implícita a ideia de ocupação daquele espaço supostamente vazio, seja em busca de riquezas ou para incorporá-lo às regiões ditas “civilizadas”. Indicava, também, uma espécie de fronteira que separava o “mundo bárbaro” do “europeu civilizado”.

Nesses sertões “despovoados”, ignorava-se a presença dos povos originários, sentenciados pelos colonizadores a terem suas terras invadidas, ao genocídio e/ou aldeamento. Lidos como *selvagens*, seus corpos eram passíveis de violência e abjeção, mas não de luto. As expedições estrangeiras trouxeram consigo o patriarcado e a forma violenta de transformar os corpos diferentes em corpos aprisionados, *objetos materiais de posse*. Todavia, a colonização do sertão se deu em um processo de intensas resistências dos povos indígenas e dos quilombolas que se refugiavam nesses territórios e que, em certa medida, tiveram suas confrontações paulatinamente apagadas da memória coletiva e da história oficial. Memória é resistência, portanto o apagamento dessas memórias rebeldes é muito eficiente para a conformação, normatização e

naturalização de relações patriarcais de sexo, classe e raça/etnia assimétricas.

Para os colonos, os sertões representavam um empreendimento essencialmente comercial que visava por meio da mineração e das culturas agrícolas, o fornecimento de produtos primários de alto valor mercadológico. Destaca-se aqui, a pecuária como um elemento de integração do território, que não conferia ao sertão ares de urbanidade, sendo comumente compreendido como um mundo rural e, portanto, atrasado, que recebia poucos investimentos políticos e econômicos (PRADO Jr, 2001).

No início do século XX, o sertão volta a ser colocado como espaço geopolítico em disputa que precisa de investimentos para integrar a construção de um estado-nação moderno e autônomo, daí empreende-se um projeto nacional para a sua modernização e revalorização; processo intitulado por Pimentel (1998, p. 17) como uma “domesticação do sertão”, que aspira diminuir as distâncias entre *dois brasis*, o sertão e o litoral, o passado e o presente, respectivamente. Modernização que se concretizou como um reforço à condição histórica de inferioridade e desigualdade frente ao litoral.

Para Albuquerque Júnior (2003) a regionalização do Nordeste é uma invenção das elites agrícolas locais para enfrentar o declínio econômico e político de suas atividades, angariar fundos e poder político com a seca e organizar uma atuação regional na repressão policial ao cangaço. O estigma do atraso e do passado foi reatualizado, aprofundando as desigualdades sociais, políticas, econômicas e a imagem estereotipada e/ou romantizada do sertanejo.

O nordestino é definido como um homem que se situa na contramão do mundo moderno, que rejeita suas superficialidades, sua vida delicada, artificial, histórica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos; um macho, capaz de resgatar aquele patriarcalismo

em crise, um ser viril, capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava. Ao que tudo indica, portanto, o nordestino é inventado como um tipo regional, como uma figura que seria capaz de se contrapor às transformações históricas em curso desde o começo do século, vistas como feminizadoras da sociedade e que levavam a região ao declínio (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003, P.162)

Inclusive, muitos estudiosos dos fins do século XIX e início do XX, inspirados por explicações biológico-raciais e esquemas patriarcais de pensamento, legitimavam a inferioridade da população sertaneja, com o argumento, supostamente científico, de que a miscigenação racial ocorrida nos sertões havia degenerado o sertanejo de forma irreversível, e que sua formação biológica os impedia de acompanhar os processos de modernização do país. Cumpre dizer que a elaboração de uma identidade nacional foi instituidora de uma visão sobre o sertão, que por vezes o entendia como berço dessa identidade e que precisava ser salvaguardado, e por outras como um grande entrave para o desenvolvimento socioeconômico do país. Um sertão e um Nordeste inventado, projetado pelo olhar do Outro e condenado por esse outro à imanência.

As tentativas de elaboração dessa identidade nacional e de um *ethos* para o habitante do sertão como depositário dela incidiu, fortemente, na elaboração de grandes arquétipos⁵ de sertanejo, todos centrados em um modelo de virilidade e na visão subordinada e pejorativa do feminino. Para Albuquerque Junior (2003, p. 163):

[5]. Aqui cito dois deles: de um lado o *cabra macho*, forte e retirante, e de outro um caipira preguiçoso e acomodado à vida rural – o Fabiano de Graciliano Ramos e o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, respectivamente. Um fadado a desaparecer quando o moderno adentrasse ao sertão e o outro apegado ao passado rural, incapaz de acompanhar a modernidade. Ambos, visceralmente, distantes dos projetos de moderno e urbanidade. Ambos fadados a serem colonizados, explorados e despossuídos de sua própria imagem, terra e identidade.

[...] Era preciso resgatar o patriarcalismo, não apenas como modelo familiar e de relações entre os ‘sexos’, mas como ordem social. [...]. Por isso o nordestino vai ser construído como uma figura masculina, o nordestino vai ser definido como o macho por excelência, com a grande capacidade de revirilizar uma região que precisava reagir, região estuprada e penetrada por interesses e valores estranhos.

Nessa égide, as mulheres são compreendidas como sujeitos do mundo privado e por sua resiliência e fortaleza frente a seca e a pobreza – uma espécie de guerreiras da família, capazes de tudo por sua prole. O Nordeste insurge como um espaço de mulheres guerreiras ou como cantarolou Luiz Gonzaga terra de “Muié macho, sim sinhô”, numa explícita masculinização das resistências femininas. No *Calibã e a Bruxa*, Federic (2017) aponta a destituição do poder das mulheres (sobre a saúde, reprodução, vida e morte) como instrumento para o desenvolvimento e consolidação do regime capitalista patriarcal racista. No caso das mulheres sertanejas a destituição de seu poder consiste para além de confiná-las ao espaço doméstico, masculinizar suas resistências e direcionar isso a superexploração de sua força de trabalho na produção capitalista e no cuidado doméstico. Como apontou Albuquerque Júnior (2003, p.165) “[...] não há lugar para o feminino. No Nordeste, até as mulheres seriam masculinas, macho, sim senhor!”.

Esses arquétipos podem ser facilmente visualizados na produção da teledramaturgia referente ao Nordeste que sugere um sotaque único, vestimentas rudimentares e associadas ao cangaço e uma palheta de cores alaranjada. É um espaço demarcadamente rural e um simulacro de si mesmo no início do século XX, com a narrativa voltada ao cangaço, a seca e a fortaleza do nordestino que consiste em sobreviver a natureza que lhe foi imposta. Também é interessante notar que esses arquétipos são resgatados

de forma contundente, vez por outra; basta lembrar as “marchas contra a corrupção” ocorridas entre os anos de 2014 e 2016, que acionavam o Nordeste e o nordestino como responsáveis pela crise econômica em virtude de terem votado majoritariamente, nos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Além dos discursos xenofóbicos direcionados aos nordestinos na eleição de 2018 e das posturas do presidente Bolsonaro chamando os nordestinos de paraíba, numa explícita generalização pejorativa. Conformam, assim, uma visão do nordestino pouco ou não alfabetizado, alheio ao desenvolvimento das tecnologias e fincado ao chão rachado pela seca. Uma percepção de Nordeste que resiste no ponto de vista situado do Sul-Sudeste.

De outra parte, as produções teóricas sobre o Nordeste e os sertões constituem-se, majoritariamente, em torno do coronelismo, messianismo, indústria da seca, cangaço, tradições e religiosidade. Tais produções contribuíram para forjar uma identidade/discurso regional que ignora a regionalização das relações capitalistas de produção e reprodução, a interiorização das instituições de ensino superior, as transformações na divisão sexual racializada do trabalho, os avanços no âmbito das tecnologias e a influência dos meios de comunicação na vida social. Também, constroem uma narrativa sobre o Nordeste como espaço destituído da presença de um Estado democrático e de políticas sociais, constituindo a ideia de território abandonado.

No que diz respeito às narrativas que reapresentam conflitos entre movimentos sociais e gestão de políticas públicas, a imagem de uma população vulnerável e abandonada pelo Estado é constantemente vinculada à região. Seja em material jornalístico, blogs da internet ou material acadêmico, Nordeste é vinculado a programas de assistência à população carente; à violência doméstica contra as mulheres, à precariedade nas relações políticas

e de trabalho. Conjuga-se, assim, a palavra Nordeste para falar da margem de um ideal de nação, Outro do desenvolvimento nacional, desafio para as políticas públicas, obstáculo para o desenvolvimento, destino de financiamentos para assistência da população brasileira carente, supostamente desenganada pela geografia (MARQUES, 2019, p. 4).

A designação de Nordeste como contraposição ao moderno e de sertão como interior, portanto, divide os espaços geopolíticos em mundo urbano *versus* mundo rural, que não existe mais na organização geopolítica de um capital mundializado e financeirizado.

As fronteiras e territórios regionais não podem se situar num plano a-histórico, porque são criações eminentemente históricas e esta dimensão histórica é multiforme, dependendo de que perspectiva de espaço se coloca em foco, se visualizando como espaço econômico, político, jurídico ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p. 25).

Ademais, os grandes deslocamentos de capital financeiro, indústrias e força de trabalho para o sertão nordestino modificaram as relações sociais de produção e reprodução, além da relação entre urbano e rural, diluindo suas supostas fronteiras. De certa maneira, embora o Nordeste ainda conserve as culturas agropecuárias e as tradições rurais, há rupturas com novas formas de trabalho e sociabilidade que complexificam essa região que já é tão demarcadamente plural. Entretanto, na perspectiva hegemônica do sudeste-sul, o processo de modernização do sertão está em curso, e o transforma em um mero receptor da modernidade,

ideia da qual discordamos profundamente. Isso impõe a necessidade das/dos pensadoras/pensadores do Nordeste constituírem e aprofundarem as elaborações teóricas sobre esse território tão implicado de contradições e desigualdades. Ou seja, há a necessidade de falarmos por nós, de nossa experiência particular.

CONSIDERANDO “NO FINAL” OS ELEMENTOS DO ALTO SERTÃO

Entendemos o sertão como “[...] um mosaico produzido discursivamente por diferentes forças como unidade e homogeneidade” (CORDEIRO, 2004, p. 65); que não pode ser confundido com o semiárido, já que o polígono das secas não se circunscreve ao sertão e agrega áreas próximas ao mar (ANDRADE, 1998); com distintas formações histórico-sociais, disputas de poder entre velhas oligarquias e novos grupos e corporações político-econômicas, intervenções estatais, lutas sociais e religiosidades diversas; além de novas formas de sociabilidade articuladas à produção e reprodução do capitalismo contemporâneo.

Aqui, interessa-nos particularmente o Sertão Paraibano⁶ que agrega uma pluralidade de atividades econômicas, políticas, científicas, culturais e religiosas. Como já mencionamos, a reorganização dos ciclos produtivos do capitalismo contemporâneo modificou a geopolítica dos sertões, com o alargamento de processos de urbanização e industrialização, presença de intensos fluxos migratórios e ampliação do setor de serviços e bens culturais. Todavia, ainda persiste um projeto de urbanidade que não rompe com a ruralidade, o patrimonialismo e é demandatário de profundas desigualdades regionais.

[6]. O sertão paraibano agrega as regiões geográficas intermediárias de Patos e Sousa-Cajazeiras.

Há uma centralidade das relações familiares que se constituem como eixos estruturantes das relações sociais, econômicas e políticas e que promovem uma indistinção entre o público e o privado, a forte presença de oligarquias políticas familiares e a marca do clientelismo e do paternalismo na efetivação das políticas sociais.

De certo, as relações patriarcais de sexo são atravessadas por desigualdades e com forte demarcação dos tradicionais e conservadores “papéis de gênero”, que normalizam as atribuições, práticas e comportamentos para homens e mulheres. Em virtude das cidades que compõem o sertão paraibano serem majoritariamente de pequeno e médio porte, a transgressão às normas de gênero tem maiores implicações para as mulheres no sentido de dimensioná-las em um lugar de desmoralização e punição que, inclusive, impacta em suas decisões políticas e no livre exercício do direito à cidade e à mobilidade urbana.

A ideia de família como valor social e desejo incontestado das mulheres fortalece o mito do amor romântico, da beleza e do amor materno, assim como realiza a separação ambigualmente moralizante entre mulheres “boas e más”, “santas” e “putas”, para casar e para dispor apenas de relações sexuais, “as respeitáveis” e as que não são passíveis de respeito. Podemos dizer que a centralidade da família nas relações sociais reafirma o lugar subalterno das mulheres na divisão sexual racializada do trabalho, corporificando-as como força de trabalho doméstico⁷ e familiar, bem como interditando-as dos espaços de participação e organização política. A participação política das mulheres no legislativo pode ser um indicativo do lugar ocupado pelas mulheres no sertão pa-

[7]. A sobrecarga de trabalho com o espaço doméstico e o cuidado das crianças se articula a relações de trabalho doméstico remunerado bastante precarizadas e que dão um certo *status* as mulheres empregadoras. Persiste práticas seculares de trazer crianças e adolescentes das comunidades rurais e/ou periferias para realizarem o trabalho doméstico, como também remunerações bem abaixo das diárias das trabalhadoras domésticas.

raibano, na eleição de 2020, as 3 principais cidades Patos, Sousa e Cajazeiras elegeram para o legislativo apenas 3, 2 e 3 mulheres respectivamente.

Ademais, a vigilância e a tutela dos corpos das mulheres se sustentam, fundamentalmente, pelos valores tradicionais do patriarcado, dentre eles listamos a separação entre público e privado, a valorização da família e da maternidade, bem como a centralidade na religiosidade. Tal quadro estabelece as desigualdades entre os sexos e a submissão das mulheres a essa desigualdade, como também produz uma verdadeira invisibilidade do fenômeno da violência contra a mulher, acompanhado da naturalização de sua impunidade. Para Marques (2015, p. 3):

[...] a ideia de coesão está ligada também à manutenção da propriedade familiar e à perpetuação do *status* dentro e fora da comunidade. A vigilância sobre as mulheres torna-se uma parte da administração dos conflitos comunitários, tal qual descrito por Bailey (1971), através da manutenção da reputação e a tentativa de “manter-se no mesmo lugar”.

Cabe dizer que nos anos 2000, acompanhando o processo de expansão e interiorização das instituições de ensino superior⁸, há uma efetiva ampliação das universidades e escolas técnicas profissionalizantes no interior da Paraíba, fato que impulsionou um aumento populacional significativo, redesenhando as paisagens locais, inclusive pela chegada de novos sujeitos políticos. Esse fluxo de jovens estudantes e docentes modificou a dinâmica da região, ampliando não apenas o mercado imobiliário

[8]. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) campus Sousa, Patos e Cajazeiras; Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB) – unidade Sousa e Cajazeiras; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC); Faculdade Integradas de Patos (FIP); Faculdade Santa Maria (Cajazeiras); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

e o comércio, mas também a vida noturna, os relacionamentos afetivos-sexuais, as manifestações culturais e de resistência. A chegada desses novos sujeitos possibilitou também a sistematização de ações de resistência feminista, antirracista e LGBTQIA+ mas ainda de forma tímida e algumas vezes efêmera. De certo, já existiam resistências locais, mas é incontestável que a interiorização das universidades oxigenou lutas históricas da região e potencializou o aparecimento de grupos de pesquisa e extensão, coletivos feministas e movimentos culturais. Aqui destacamos a militância política da Marcha Mundial de Mulheres em Cajazeiras e do Coletivo feminista Valha, o que é isso?! em Sousa.

Outrossim, é preciso dimensionar a importância do Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBNB) para a região Sousa-Cajazeiras. Um equipamento da política de desenvolvimento regional do Banco do Nordeste que a partir de 2007 passa a executar ações culturais sistemáticas colocando a região no circuito nacional dos espetáculos musicais, teatrais, literários e do audiovisual, assim como fomentando espaços de produção e socialização da cultura local e intercâmbio de artistas, inclusive gerando um certo desconforto por parte de setores conservadores da sociedade que identificam o circuito CCBNB de cultura como espaço de ruptura com os valores cristãos e da “família tradicional paraibana”.

Acrescenta-se a isso o fato do sertão paraibano se conformar como uma terra fortemente marcada pela religião, tradição e violência, que se unifica em torno de arquétipos morais, sociais, culturais e estéticos do sertão e do patriarcado rural. Frisamos a necessidade de compreender as religiões e a religiosidade como espaços contraditórios e de produção-reprodução de relações sociais. De acordo com Nunes (2009, p. 213):

[...] as religiões são socialmente construídas. As práticas religiosas, certas expressões de fé, as re-

apresentações simbólicas e os discursos são reveladores de relações sociais. Assim, pertencer a uma classe, uma “raça” ou um sexo determina e delimita as práticas religiosas, inclusive as que são percebidas como mais íntimas. Além disso, as crenças, práticas e representações religiosas agem sobre a realidade, seja reforçando as estruturas sociais, seja modificando-as.

No contexto do sertão da Paraíba a religiosidade é elemento agregador das relações sociais e tem forte relevância nas correlações de força dos grupos políticos, assim como repercute na formulação, execução e avaliação das políticas sociais. Há uma preponderância do catolicismo e uma preservação dos seus traços mais populares, inclusive de um misticismo, que gira em torno dos santos católicos, de superstições e de crenças populares que articulam constantemente o sagrado e o profano. Um elemento que merece ser destacado é a ampla disseminação de grupos religiosos neopentecostais – sejam católicos ou protestantes, com forte influência nos processos eleitorais e no fortalecimento de posturas conservadoras nas instituições do estado e na sociedade civil, assim como a criminalização dos movimentos sociais, especialmente os de mulheres e LGBTQIA. Um exemplo disso foi a ofensiva conservadora operacionalizada em vários municípios da microrregião de Sousa e Cajazeiras que aprovaram projetos de lei proibindo atividades pedagógicas que visem reproduzir o conceito de “ideologia e gênero” nas escolas públicas e privadas.

Esse caldo cultural religioso também reafirma a defesa constante das relações familiares e dos tradicionais “papéis de gênero”. Portanto, é incontestável que as desigualdades entre homens e mulheres também se produzem e reproduzem na religiosidade do povo. Em certa medida, a religiosidade dessa região produz e reproduz relações patriarcais de sexo demarcadamente desiguais,

com altos índices de feminicídio, violência contra as mulheres, estupro coletivo e corretivos, assédio moral, entre outras expressões de violação ao corpo e à cidadania das mulheres. Essa articulação entre os traços tradicionais da cultura patriarcal e a religiosidade operacionaliza uma profunda naturalização e invisibilidade das problemáticas supracitadas, inclusive, no que tange ao Estado e à efetivação das políticas sociais, bem como com relação à atuação dos movimentos de mulheres e feministas.

De outra parte, nos últimos anos, o enfrentamento à violência tem sido uma pauta constante para as mulheres do sertão paraibano no sentido de publicizar o fenômeno da violência, pressionar o poder público por políticas efetivas de proteção às mulheres e produzir espaços de formação teórico-política.

A experiência situada das mulheres do sertão paraibano é transpassada por inúmeras resistências, em geral situadas em torno das lutas pela terra e a reivindicação por direitos sociais, tais como: educação, saúde, saneamento básico, energia elétrica, urbanização das periferias e enfrentamento à violência contra a mulher; e, ao mesmo tempo, pela expansão e fortalecimento das lutas das mulheres na região com pautas específicas como saúde da mulher, participação política, autonomia, entre outras.

É relevante mencionarmos a forte presença das mulheres nas lutas pela terra e políticas de convivência com o semiárido, especificamente protagonizadas pela Comissão Pastoral da Terra – Sertão, Central dos Assentamentos do Alto sertão da Paraíba, Associações comunitárias dos Assentamentos, Consulta Popular e Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra – MST que também possibilitaram a inserção das mulheres desses movimentos nos processos de formação e articulação das lutas em nível regional e nacional, inclusive no interior dos movimentos sociais mistos, partidos e sindicatos, embora não ainda como sujeito coletivo feminista.

O sujeito coletivo feminista ainda está em desenvolvimento com a proliferação de grupos de mulheres, coletivos de feministas jovens, debates feministas, atos públicos e a emergência de grupos de estudo e pesquisa nas instituições de ensino superior; debates no interior dos partidos de esquerda e do Estado sobre feminismo, gênero e políticas públicas para as mulheres, bem como o fortalecimento do ciberativismo e do ativismo feminista com o protagonismo das mulheres nas ações de rua e popularização dos debates em torno dos feminismos. Cabe citar as movimentações de rua que as mulheres constituíram em torno da eleição de 2018 com a pauta Ele Não, bem como os recorrentes debates realizados no interior das instituições de ensino superior e nas praças das cidades de Sousa e Cajazeiras.

Assim, apesar das adversidades, há resistências das mulheres do sertão paraibano pulsam e insurgem no espaço público, rompendo normatizações e enfrentando a ordem patriarcal-capitalista. Resistências que unificam mulheres, mesmo na sua diversidade, em torno das lutas feministas, reacendendo o espectro das bruxas medievais na força e na garra das sertanejas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife/São Paulo: FJN/Cortez, 1999.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste -1920/1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Pulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. Feminismo e Marxismo: apontamentos teóricos-políticos para enfrentamentos das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 132, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282018000200211&script=sci_arttext. Acesso em: 15 de março de 2021.

CORDEIRO, Rosineide de Loudes Meira. **Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão central de Pernambuco**. São Paulo: PUC-SP, 2004.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2003.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&M, 2010.

LUKÁCS, Gyorgy. **Socialismo e democratização**. Escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MARQUES, Roberto. **Bodies and meanings in motion: Feminisms and subjects of rights in Brazilian Northeast**. Congress of the Latin American Studies Association, Boston, USA, May 24–May 27, 2019.

AUTORAS E AUTORES

.....

MARQUES, Roberto. Gênero e imaginário espacial no Cariri. In: CAVALCANTE, M. J. M.; HOLANDA, P. H. C.; QUEIROZ, Z. F. de. **História de Mulheres: amor, violência e educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2015, p. 549-564.

MARQUES, Roberto. **Cariri eletrônico: paisagens sonoras no Nordeste**. São Paulo: Intermeios, 2015

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **A Revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1984.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: Castro-Gómez, Santiago.; Grosfoguel, Ramón. (comps.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

André de Menezes Gonçalves • Andréa Pacheco de Mesquita • Beatriz Augusto de Paiva • Cibelly Michalane de Oliveira dos Santos Costa • Cynthia Studart Albuquerque • Evelyne Medeiros Pereira • Francisco Henrique da Costa Rozendo • Helmara Gicelli Formiga Wanderley • Iranildo da Silva Marques • Juliana e Silva de Oliveira • Larissa Martins de Almeida • Larissa Sousa Fernandes • Luan Gomes dos Santos de Oliveira • Luciana Batista de Oliveira Cantalice • Marcelo Sitcovsky Santos Pereira • Maria Aparecida Nunes dos Santos • Maria Augusta Tavares • Maria Cristina de Queiroz Nobre • Maria da Conceição Silva Félix • Maria Derleide Andrade • Maria Lúcia Duriguetto • Maria Zelma de Araújo Madeira • Mirla Cisne Álvaro • Patrícia Cavalcante da Silva • Reginaldo Pereira França Júnior • Ricardo Lara • Rivânia Lúcia Moura de Assis • Silvana Mara de Moraes dos Santos • Suamy Rafaely Soares • Tatiana Raulino de Sousa • Tibério Lima Oliveira • Yolanda Guerra

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

.....

André Menezes: Graduado em Serviço Social e Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ–Doutorado). Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: andre.menezes@professor.ufcg.edu.br ORCID 0000-0002-8089-5240

Andréa Pacheco: Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutora em Estudos Interdisciplinares de Mulher, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “Frida Kahlo: Estudos de Gênero, Feminismos e Serviço social”. E-mail: andreapacheco@fssso.ufal.br ORCID 0000-0001-6416-9460

Aparecida Nunes: Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduada em Serviço Social pela UEPB e Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi Coordenadora de Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS Nordeste–2015/2016). Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 13ª Região/PB), Seccional Campina Grande/PB (Gestão 2020-2023). E-mail: nunesdocente@gmail.com ORCID 0000-0001-7443-3907

Beatriz Paiva: Professora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nos cursos de graduação e de pós-graduação. Integra o Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA/UFSC), onde pesquisam os temas afetos aos direitos sociais, Estado, protagonismo popular e à democracia, desde a perspectiva do pensamento crítico latino-americano, em especial a Teoria Marxista da Dependência. E-mail: beapai-va@gmail.com ORCID 0000-0002-1325-8276

Cibelly Michalane: Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: cimichalane@hotmail.com ORCID 0000-0003-3450-551X

Conceição Félix: Coordenadora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: cecil-dafelix@gmail.com ORCID 0000-0002-8400-9744

Cristina Nobre: Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestra e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da UECE atuando no Curso de Graduação em Serviço Social e no Mestrado Estado, Questão Social e Política Social (MASS). E-mail: cristina.nobre@uece.br ORCID: 0000-0003-4208-660X

Cynthia Studart: Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora efetiva do curso de Serviço Social do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) e professora colaboradora do Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: cynthia.studart@ifce.edu.br ORCID 0000-0001-6230-8391

Derleide Andrade: Assistente Social do Hospital Universitário Walter Cantídio da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Centro de Atenção Psicossocial (APS) Geral SR3 da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). Graduada em Serviço Social, especialista em Políticas Sociais e Serviço Social e mestra em Políticas Públicas e Sociedade, todos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Integrante do Núcleo Docente da Residência Multiprofissional em Atenção Hospitalar (UFC). E-mail: mariaderleide@gmail.com ORCID 0000-0003-3967-7142

Evelyne Medeiros: Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 4ª Região/PE). E-mail: evelyne.medeiros@ufpe.br. ORCID 0000-0003-2644-0285

Helmara Gicelli: Professora Adjunta do Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Campina Grande (CCJS/UFCG). Historiadora. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFCG). Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFPE). Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: Ensino e Extensão em Direitos Humanos (GRUPEDIH/UFCG), História, Loucura e Saúde Mental (GPHLSM), e Educação, Saúde e Ecologia Política (ECOS). E-mail: helmara.gicelli@professor.ufcg.edu.br. ORCID 0000-0002-7024-4575

Henrique Rozendo: Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF Niterói). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Capitalista,

Trabalho e Política Social (GPODE). Realiza estudos nas áreas de previdência social, previdência privada e política social. E-mail: rivanielma@hotmail.com ORCID 0000-0002-4372-7838

Iranildo da Silva Marques: Graduado em Serviço Social pela Universidade de Guarulhos (UNG). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). É Assistente Social da Subsecretaria da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Guarulhos-SP. Poeta cordelista. E-mail: iran.marqus@gmail.com ORCID 0000-0002-3079-0192

Juliana Oliveira: Professora do Curso de Serviço Social no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (CCJS/UFCG). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Psicologia (UFC). Doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Marxistas em Serviço Social (GEPemSS), Grupo de Estudos Política, Produção de Subjetividade e Práticas de Resistência. Membro colaboradora do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Drogas (NUD) da Unidade de Psicologia (UFCG). E-mail: juliana.silva@professor.ufcg.edu.br. ORCID 0000-0002-0499-3615

Larissa Fernandes: Docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestra em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais (UFCG). E-mail: lara-sousa8@hotmail.com ORCID 0000-0002-2707-7206

Larissa Martins: Foi professora substituta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) (2019-2021). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço

Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: larissa.martins@professor.ufcg.edu.br ORCID 0000-0002-3623-0428

Luan Gomes: Assistente Social. Antropólogo. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: luangomes-santos@terra.com.br ORCID 0000-0001-6642-0006

Luciana Cantalice: Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: lucianabocantalice@gmail.com ORCID 0000-0003-1935-8179

Marcelo Sitcovsky: Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET/UFPE). E-mail: sitcovsky@yahoo.com ORCID 0000-0002-8650-4773

Maria Augusta Tavares: Professora do Departamento de Serviço Social (DSS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), aposentada. Membro do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais. Investigadora associada ao Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: guga2004@uol.com.br ORCID 0000-0002-4527-5123

Maria Lúcia Duriguetto: Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social (UFJF/CNPq). Bolsista PQ2 CNPq. E-mail: maluduriguetto@gmail.com ORCID 0000-0001-5800-7289.

Mirla Cisne: Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com estágio doutoral na Universidade de Paris 7. Bolsista Produtividade em Pesquisa PQ2-CNPq. Integrante do Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir (NEM) e do Grupo de Estudos e Pesquisa das Relações Sociais de Gênero e Feminismo (GEF). Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: mirlacisne@uern.br ORCID 0000-0002-4654-8464

Patrícia Cavalcante: Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e assistente social no Hospital Universitário Júlio Bandeira de Mello (HUIJB) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) vinculado à Rede EBSEH (HUIJB-UFCG/EBSEH). E-mail: patricia.cavalcante@aluno.uece.br ORCID 0000-0002-4805-4708

Reginaldo França: Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Serviço Social (GEPPEMSS). Desenvolve estudos e pesquisas nos seguintes temas: ontologia, trabalho e questão social, saúde do(a) trabalhador(a), teoria social e ética.

E-mail: reginaldo.pereira@professor.ufcg.edu.br ORCID 0000-0002-6097-6756

Ricardo Lara: Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutorado pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador Bolsa Produtividade CNPq. Editor Chefe da Revista Katálysis. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, “Questão Social” e América Latina (Brasil / NEPTQSAL). Desenvolve pesquisas nos seguintes temas: teoria social; história; trabalho e questão social; políticas sociais e saúde do trabalhador. E-mail: ricardolarauf@gmail.com ORCID 0000-0003-1631-8227

Rivânia Moura: Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa de Políticas Públicas (GEPP). Presidenta do ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), gestão 2020-2022. Realiza estudos e pesquisas na área de previdência social, financeirização e política social. E-mail: fhenriquecr@gmail.com ORCID 0000-0003-2271-3098

Silvana Mara: Feminista. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED/UFRN). E-mail: silvana.mara.morais@ufrn.br ORCID 0000-0003-3301-6992

Suamy Soares: Professora do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS/UERN). Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher–Simone de Beauvoir (NEM). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa das Relações Sociais de Gênero e Feminismo (GEF), feminista e militante da Coletiva Motim Feminista. E-mail: suamy_soares@hotmail.com ORCID 0000-0003-3474-0392

Tatiana Raulino: Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e Seguridade Social (GOPSS/UERJ). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisa Marxistas em Serviço Social (GPEMSS/UFCG). E-mail: tatianaraulino@yahoo.com.br. ORCID 0000-0002-6114-9453

Tibério Oliveira: Assistente Social. Doutor em Política Social da Universidade de Brasília (UNB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Gênero, Política Social e Serviço Social (GENPOSS/UNB). É professor substituto do Curso de Serviço Social (UNB). E-mail: tiberio_berin@hotmail.com ORCID 0000-0003-4717-1408

Yolanda Guerra: Assistente social. Mestra e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Coordenadora Nacional de Pós-Graduação da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), gestões 2009-2010 e 2011-2012. Participante do GTP Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS, gestões

2017-2018 e 2019-2020. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre o Serviço Social Na Contemporaneidade (NEFSSC/UFRJ). E-mail: yguerra@terra.com.br ORCID 0003-1330-9587

Zelma Madeira: Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professora adjunta dos cursos de Graduação em Serviço Social e do Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Assessora Especial de Acolhimento aos Movimentos Sociais do Estado do Ceará. E-mail: zelma.madeira@uece.br ORCID 0000-0003-2291-4455

FORMATO *15x21 cm*
TIPOLOGIA *Alegreya*
Nº DE PÁG. *379*

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- EDUFCG



Realizar uma análise crítica e prospectiva do mundo social contemporâneo, donde juntamente com a revolução tecnológica vivencia-se a emergência sanitária da COVID-19, que só no Brasil ceifou a vida de mais de 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) pessoas, configurando um período histórico de acentuadas contradições sociais, não é tarefa fácil. Aliás, antes de qualquer coisa, refletir a respeito dos desafios do tempo presente, quando ainda se vivencia a pandemia do novo coronavírus, os dilemas trazidos pela hiper conexão às redes de internet tão preponderantemente marcada misticismo das tecnologias das plataformas digitais, num cenário de ataques à democracia, ao trabalho e à ciência é um grande desafio, muito bem enfrentado pelo presente livro.

A compreensão da lógica destrutiva do capital com seus efeitos sobre o meio ambiente e vida social comparecem nos vários capítulos do livro: “Serviço Social e Questão Regional”, organizado por André de Menezes Gonçalves, Reginaldo Pereira França Júnior e Tatiana Raulino de Sousa.

A partir de pesquisas recentes e ensaios, os autores e autoras debatem os desafios postos à classe trabalhadora, na transversalidade de gênero, sexo, étnico-racial, deficiência, meio ambiente e regionalidade, implicando o incontestável protagonismo do Serviço Social brasileiro na produção do conhecimento da realidade social, com ênfase para o mundo do trabalho, as lutas sociais e a defesa do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro.

Cumprir registrar também que o presente livro oferece contribuições importantes do Serviço Social, desde a Região do Nordeste brasileiro, no compromisso fundamental com os interesses das classes trabalhadoras e combate ao obscurantismo. Adensa a produção do conhecimento, na perspectiva crítica, marxista e integra ao arsenal da batalha das ideias, a memória (que deve ser revista sempre) e fortalece o movimento em defesa do projeto ético político profissional do Serviço Social.

Boa leitura!

Profa. Edvânia Ângela de Souza
UNESP-Franca

Fim de verão, 2022.